SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

2021

Manaus, dezembro de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

2021

Relatório de Ação Governamental 2021 elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, em conformidade com as informações prestadas pelos órgãos do Poder Executivo.

Manaus, dezembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

WILSON MIRANDA LIMA
Governador

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado da Casa Civil

CORONEL QOPM FABIANO MACHADO BÓ
Secretário de Estado da Casa Militar

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador Geral do Estado

OTÁVIO DE SOUZA GOMES
Controlador Geral do Estado

JOSICLEIA GOMES NOGUEIRA
Secretária de Estado de Comunicação Social

ADRIANO MENDONÇA PONTE
Secretário de Estado de Relações Federativas e Internacionais, com sede em Brasília – Distrito Federal

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

FABRÍCIO ROGÉRIO CYRINO BARBOSA
Secretário de Administração e Gestão

ANOAR ABDUL SAMAD
Secretário de Estado de Saúde

MARIA JOSEPHA PENELLA PEGAS CHAVES
Secretária de Estado de Educação e Desporto

MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

CARLOS ALBERTO MANSUR
Secretário de Estado de Segurança Pública

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

CARLOS HENRIQUE DOS REIS LIMA
Secretário de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus

JOÃO COELHO BRAGA
Secretário de Estado das Cidades e Territórios

MARIA MIRTES SALES DE OLIVEIRA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

ALESSANDRA CAMPÊLO DA SILVA
Secretária de Estado da Assistência Social

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

JÓRIO DE ALBUQUERQUE VEIGA FILHO
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

PETRUCIO PEREIRA DE MAGALHÃES JÚNIOR
Secretário de Estado de Produção Rural

WALTER SIQUEIRA BRITO
Centro de Serviços Compartilhados

EMÍLIA FERRAZ CARVALHO MOREIRA
Polícia Civil do Estado

Polícia Militar do Amazonas

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

JÓRIO DE ALBUQUERQUE VEIGA FILHO
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

SÔNIA JANETE GUERRA DOS SANTOS GOMES
Secretária Executiva de Planejamento

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

ARLETE NOGUEIRA VIANA
Chefe do Departamento de Planejamento

MARIA DAS GRAÇAS BRANDÃO DOS REIS
Gerente do Departamento de Planejamento

SAMUEL ARTUR MAIA MENDES
Gerente do Departamento de Planejamento

ALMIR MOÇAMBITE PINTO
Técnico de Planejamento

ÉRICA SOUZA DAMASCENO
Técnica de Planejamento

FRANCY ANNE BARBOSA MATOS
Técnica de Planejamento

ÍCARO DE MENDONÇA JUCÁ
Técnico de Planejamento

MARIA AUXILIADORA GOMES BEZERRA
Técnica de Planejamento

MARIA CELESTE DA COSTA FREITAS
Técnica de Planejamento

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO REIS MACIEL
Técnica de Planejamento

EMILY KELLY SANTANA E SILVA
Apoio

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

I ATUAÇÃO DO GOVERNO POR ÁREA

SAÚDE

Gestão da Saúde 12
Atenção à Saúde da População 13

EDUCAÇÃO

Educação Básica 47
Educação Profissional 54
Ensino Superior..... 57
Universidade Aberta da Terceira Idade..... 61
Telejornalismo e Radiodifusão..... 63
Promoção do Desporto e Lazer 65

SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública 68
Sistema Prisional 79

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Promoção, Defesa dos Direitos e Cidadania 83
Atenção à Pessoa com Deficiência 87
Política Indígena 90
Direitos do Consumidor 93

SOCIAL

Promoção Social e Erradicação da Pobreza 97
Assistência Social 99
Cultura 104

ECONÔMICA

Desenvolvimento Econômico 112
Fomento à Atividade Econômica 114
Ciência, Tecnologia e Inovação 116
Fomento à Pesquisa 117
Apoio às Prefeituras do Interior 122
Gás Natural 124
Turismo 125
Registro de Empresas Mercantis e Afins 129

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Meio Ambiente e Sustentabilidade 132
Desenvolvimento Rural 136

INFRAESTRUTURA
Investimento em Obras 160
Saneamento Básico – Abastecimento de Água 166
Habitação 168
Regularização Fundiária..... 170
Navegação, Portos e Hidrovias 171
PLANEJAMENTO E GESTÃO
Planejamento 174
Política Estadual 175
Gestão e Modernização 187
II PRODUÇÃO LEGISLATIVA
Produção Legislativa 207

APRESENTAÇÃO

No presente documento constam as informações consolidadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) com base nos relatórios de atividades dos órgãos do poder executivo, observando-se as prioridades realizadas pelo Governo do Amazonas, com ações intersetoriais e interinstitucionais que contribuíram no combate ao coronavírus e projetos importantes para a recuperação da economia no Estado do Amazonas, gerando emprego e renda.

I - ATUAÇÃO DO GOVERNO POR ÁREA

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SAÚDE

SAÚDE

A Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (-AM) realizou as ações em conformidade com os objetivos definidos no Plano Estadual de Saúde para o quadriênio 2020-2023. Dentre os programas, projetos e ações desenvolvidos destaca-se o Programa Saúde Amazonas, que visa a modernização da saúde pública, buscando melhorar o atendimento à população com a reestruturação de processos de gestão e controle, utilização de equipamentos de ponta e sistemas integrados, investimento para estruturação da rede de serviços de saúde e ampliação do acesso a procedimentos especializados de atenção ambulatorial e hospitalar, consultas, exames e assistência farmacêutica.

Para o desenvolvimento do programa, foram priorizadas nove ações estruturantes, que compõem a agenda estratégica da saúde no Estado, a seguir descritas:

GESTÃO DA SAÚDE

Gestão do Trabalho, Formação e Desenvolvimento do Servidor

- Processo Seletivo: Oferta de 710 vagas para a FHemoam a profissionais de nível superior, técnico, médio e fundamental.
- Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS (Menps): Retomada das reuniões da Mesa Estadual de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (Sus) no Amazonas.
- Benefícios: Mais de 23 mil servidores públicos da Ses-AM e suas Fundações foram beneficiados com a implementação da Lei 4.852/2019 e a data-base de 2020, totalizando de 8,9% de ajuste salarial.
- Censo da Saúde: Realizado o Censo dos servidores da saúde da capital e do interior com atualização das informações cadastrais e profissionais.
- Educação Permanente em Saúde: 161 capacitações, treinamentos, cursos, seminários, oficinas, e outros na área de gestão e assistência para aperfeiçoamento dos servidores.
- Núcleos de Educação Permanente (Neps) e Humanização: 60 Neps e Humanização foram fortalecidos e/ou implantados na rede estadual de saúde.

- Comissão de Integração de Ensino e Serviço (Cies): Reestruturada a Cies Estadual.
- Saúde Literária: Foram entregues dois livros e um artigo científico desenvolvido pelo projeto Servidor Autor, contendo textos selecionados de 111 servidores da saúde, projetos na área da saúde coletiva e práticas tradicionais do cuidado; realizada Mostra do "SUS que dá certo", com experiências de 30 experiências de servidores da assistência e da gestão, sobre o tema da Humanização e Educação Permanente no serviço.
- Núcleo de Saúde e Segurança do Servidor: Núcleo criado na Ses-AM para atendimento aos servidores na expedição de documentos para aposentadoria especial e outras ações relevantes à saúde e à integridade física dos servidores públicos estaduais.

ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Atendimentos e Reorganização da Rede

- Atendimentos: realização até setembro de 2021 de cinco milhões de procedimentos, na rede estadual de urgência e emergência, nos Hospitais e Pronto Socorro (HPS), Hospitais e Pronto Socorro Central (HPSC), Serviço de Pronto Atendimento (SPA) e Unidade de Pronto Atendimento (Upa).
- Lean nas Emergências: projeto do Ministério da Saúde implementado nos HPS da capital João Lúcio, Platão Araújo e 28 de Agosto, para reduzir o tempo de internação e de espera nessas unidades, além de melhorias na infraestrutura e organização interna, com a implantação de Consultórios de Atendimento Rápido (*Fast Track)*, para atender pacientes de baixa gravidade que não precisam de internação; Unidades de Decisão Clínica (UDC) para pacientes de gravidade moderada, para realização de exames e avaliação médica sobre a necessidade ou não de internação; e Unidades de Curta Permanência (UCP), para atender pacientes com quadros mais graves.
- Plano de Giro de Leitos: atendimento de cirurgias eletivas e de urgência durante a pandemia nos três maiores HPS de Manaus, no horário de 19h às 1h, para equilibrar a taxa de ocupação nos Pronto Socorros.
- Ampliação de Leitos na Rede: Conversão de leitos destinados a pacientes com Covid-19 para atendimento de causas não-Covid.

Rede Materno-Infantil

Foram realizados, até setembro de 2021, mais de 1 milhão de procedimentos nas maternidades, com mais de 26 mil partos), e nos hospitais infantis da rede estadual. Dentre as principais ações, destacam-se:

- Ações de Assistência à Saúde Materno-Infantil: construção do fluxo da saúde materno-infantil para o Estado; implantação do ambulatório de atenção especializada, no município de Parintins, para atender a região do Baixo Amazonas; definição da Carteira de Serviços, que padroniza ações e serviços materno-infantil e do ambulatório de alto risco e de cardiopatia congênita; habilitação de 20 leitos clínicos, 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e 25 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Materna; realização de QualiNeo na rede materno-infantil, para melhorar as práticas nas redes especializadas e atenção básica, como a aplicação do Método Canguru e os Bancos de Leite Humano; capacitações e treinamentos dos profissionais que atuam na rede de assistência neonatal; e implantação do Sistema Nacional de Triagem Neonatal no Amazonas.

Rede de Atenção Psicossocial

Atendimentos: foram realizados, até setembro de 2021, mais de 66 mil procedimentos de saúde mental no Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, Centro de Reabilitação e Dependência Química e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Silvério Tundis) da rede estadual.

Rede de Cuidado a Pessoas com Deficiência

Atendimentos: até outubro de 2021, mais de sete mil pessoas foram beneficiadas com Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPME) nos Centros Especializados em Reabilitação (CER) II e III (física, auditiva, visual e intelectual), resultando em mais de 55 mil atendimentos. Foram entregues mais de 86 mil itens entre cadeiras de rodas, cadeiras de banho, bengalas articuladas, muletas e dispositivos de ostomia, proporcionando mais conforto, além da melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência.

Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas

- Continuação da Ampliação de Serviços aos Nefropatas: ampliação do serviço de hemodiálise, com a contratação do Hospital Beneficente Português e manutenção de 15 prestadoras de serviços ao Sus de assistência aos nefropatas crônicos.

Atenção Especializada na Capital

- Atendimentos Especializados Ambulatoriais: até setembro de 2021 foram realizados mais de 118 mil procedimentos ambulatoriais nos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caics); mais de 51 mil procedimentos ambulatoriais nos Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (Caimis), e mais de 650 mil procedimentos nas seis Policlínicas do Estado.
- Ações de Assistência à Saúde Especializada na Capital: Implantado o Programa Pé Diabético da Policlínica Codajás para consultas e curativos; reinauguração da Policlínica Gilberto Mestrinho, com atendimentos para 17 especialidades médicas; implantação do Serviço de Reabilitação Pós-Covid nas Policlínicas Codajás, Gilberto Mestrinho, Antônio Aleixo, João dos Santos Braga, nos Caimis André Araújo e Ada Viana, e nos três Centros de Convivência da Família; reinauguração do setor de fisioterapia do Caimi Ada Viana, em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas (Anoreg); reorganização dos Caics, com nova carteira de serviço em pediatria com subespecialidades médicas em neurologia, pneumologia, ortopedia, gastroenterologia, nutrologia e endocrinologia; ampliação e organização do acesso a serviços especializados para pacientes vindos do interior, com redefinição da carta de serviços da Policlínica Gilberto Mestrinho, que passa de 14 para 29 especialidades médicas, como oftalmologia, cardiologia, neurologia, ortopedia, reumatologia, endocrinologia, entre outras, contribuindo para a redução da fila de espera para os serviços ambulatoriais especializados.
- Programa de Transplante: Até outubro de 2021 houve a captação de 180 córneas, 9 fígados e 28 rins, e transplantadas 92 córneas.
- Os transplantes de coração, fígado e rim são garantidos pelo programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), ressaltando que o transplante renal está em fase de credenciamento para realização na capital. Atividades de sensibilização para a doação de órgãos foram feitas por meio de simpósio *on-*

line, palestras, *lives*, exposição, capacitação, além de cartas de agradecimento às famílias dos doadores de órgãos e tecidos; e ainda a iluminação de prédios na cor verde em alusão à doação de órgãos.

- Tratamento Fora de Domicílio (TFD): O programa encaminhou mais de três mil pacientes para tratamento interestadual, totalizando mais de cinco mil atendimentos. Os pacientes e seus acompanhantes recebem passagens aéreas de ida e volta, além de ajuda de custo, para garantir acesso a serviços de saúde ainda não disponíveis no Estado.
- Programa Melhor em Casa: Cerca de 400 pacientes com doenças crônicas são acompanhados na capital pelo Programa Melhor em Casa, ultrapassando 24 mil atendimentos de profissionais médicos e equipes multiprofissionais no domicílio.
- Assistência Cardiovascular: O Hospital Francisca Mendes realizou mais de 200 mil procedimentos em cardiologia e outras especialidades médicas.

Saúde no Interior

- Remoção em UTI Aérea: Mais de duas mil remoções de pacientes graves foram realizadas do interior para a capital, com um aumento de 15%, comparado com o ano anterior, em razão da pandemia da Covid-19.
- Teleconsultas: A expansão do projeto de parceria com médicos do Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE) alcançou 27 municípios do interior, com mais de quatro mil atendimentos nas especialidades de pneumologia, endocrinologia, reumatologia, nefrologia, neurologia, psiquiatria e cardiologia. O Programa Amazônia Conectada implantado pelo Exército, em parceria com a Prodam, leva infraestrutura de fibra ótica para os municípios por meio de cabos subaquáticos nos leitos dos rios da Amazônia, possibilitando o alcance ao projeto de telessaúde da Ses-AM.
- Serviços de Laudos: Mais de 18 mil exames de eletrocardiograma, mamografia e Raio-x foram feitos por meio da Central de Telemedicina da Universidade do Estado do Amazonas (Uea).
- Convênios e Parcerias: Foram mantidos os convênios com o Hospital de Guarnição de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, assim como o repasse fundo a fundo para o Hospital Jofre Cohen, no município de Parintins.

- Dossiê Digital da Saúde do Interior: Implantação do aplicativo do Dossiê Digital contendo informações detalhadas de cada município.
- Referência no Atendimento Ambulatorial Especializado: Estruturação da Policlínica Gilberto Mestrinho para ser a unidade de referência no atendimento ambulatorial especializado para os pacientes do interior.
- Digitalizadores de Imagens: Implantação dos digitalizadores de imagens de exames de raio-X e mamografia em 100% dos munícipios, permitindo celeridade no diagnóstico de doenças e prevenção, com imagens transmitidas via internet para avaliação de especialistas da capital.
- Salas de Estabilização: Foram implantadas salas de estabilização em 100% dos municípios, todas equipadas com respiradores, visando reduzir as remoções para a capital e aumentar a sobrevida de pacientes no seu município de origem.
- Usinas de Oxigênio: implantação de 35 usinas nos hospitais dos municípios do interior.
- Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico: Dispõe hoje de 43 mamógrafos, 59 ultrassons e 61 digitalizadores de imagens para atender as demandas de serviço.
- Socorro às vítimas da enchente: Assistência à saúde nos municípios mais comprometidos, como Anamã e Careiro da Várzea.
- Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em Parintins: Foi entregue a primeira ala de UTI do interior do Estado, com a capacidade de 11 leitos instalados no Hospital Regional Dr. Jofre de Matos Cohen, marcando o início da descentralização dos serviços de alta complexidade realizados em Manaus.

Apoio Financeiro aos Municípios do Estado para as Ações de Custeio e Investimento na Saúde:

- Transferência de Recursos Financeiros (FTI): Foram transferidos aos R$ 159.950.000,00 oriundos do FTI para execução de ações e serviços públicos de saúde, sendo R$ 117.842.516,29 direcionados para despesas com custeio e R$ 42.107.483,71 para investimentos.

- Transferência de Recursos Financeiros (Federais): Recursos federais no valor de R$ 1.080.802,48 transferidos a 47 municípios para fortalecer as ações integradas de rastreamento, detecção precoce e controle do câncer.
- Transferência de Recursos Financeiros (Emendas Parlamentares Estaduais): Execução de 227 emendas parlamentares estaduais, das quais 169 foram transferidas fundo a fundo no valor de R$ 50.299.995,76; e 58 emendas no valor de R$ 14.563.720,48, para a manutenção e estruturação das unidades de saúde da rede assistencial, incluindo o combate à Covid-19.

Atenção Básica

Fortalecimento da Atenção Básica e Ações Estratégicas: Apoio, monitoramento e avaliação das ações de atenção básica, saúde bucal e ações estratégicas para os 62 municípios; aprovado no Conselho Estadual de Saúde (Ces/AM) a política estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT+) do estado do Amazonas; desenvolvimento do Projeto de Planificação da Atenção à Saúde (PlanificaSus) na região do Baixo Amazonas, cujo objetivo é desenvolver a competência das equipes para o planejamento e organização da atenção à saúde, com foco nas necessidades dos usuários, baseando-se em diretrizes clínicas, de acordo com o Modelo de Atenção às Condições Crônicas.

Assistência Farmacêutica

- Abastecimento da Central de Medicamentos (Cema): Alcance de 75,44% no abastecimento de medicamentos e PPS (produtos para a saúde) de uso hospitalar.
- Medicamentos de Alto Custo: Mais de 121 mil dispensações de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf) foram realizadas em oito farmácias implantadas, sendo duas nos municípios de Humaitá e Parintins e seis na capital (Cema, Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta (Fuam), Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (FHemoam), Caimi Ada Viana, Caimi Paulo Lima e Beneficente Portuguesa).
- Medicamentos do Componente Básico e Estratégico: Distribuição de Medicamentos e Insumos para os 62 municípios.

Infraestrutura (Obras e Equipamentos)

- Andamento das obras do Hospital do Sangue da FHemoam e aquisição dos respectivos equipamentos e mobiliário.
- Início da construção do hemonúcleo em Tabatinga e andamento da obra de construção do Hemonúcleo de Coari.
- Reestruturação do Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico nas Policlínicas Caics e Caimis, com aquisição de cinco equipamentos de raio-X, 10 eletrocardiógrafos, cinco eletroencefalógrafos, cinco espirômetros, aparelho de ultrassom, ecocardiógrafo e teste ergométrico.
- Reestruturação da rede materno-infantil, com a reforma e ampliação da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), da Maternidade Balbina Mestrinho, ampliando as Unidades Semi-intensivas (Ucinco) de 10 para 24 leitos e as Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) de 10 para 24 leitos.
- Reativação da UTI materna com 10 leitos no Instituto da Mulher Dona Lindú (IMDL).
- Inaugurado o Centro de Parto Normal Intra-Hospitalar (CPNI) do IMDL.
- Inauguração do novo centro cirúrgico do Hospital Infantil Dr. Fajardo.
- Entrega de raio-X digital, aparelho de ultrassonografia obstétrica e monitores para a rede materno-infantil.
- Reforma do prédio anexo da Ses-AM.
- Reforma do CER III na Policlínica Codajás.
- Reforma e aparelhamento do Ambulatório de Fisioterapia da Fundação Centro de Controle de Oncologia (FCecon).
- Pagamento de 15 contraprestações da Parceria Público Privado (PPP) para construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz.
- Reforço no serviço de transporte de ambulância das unidades realizado pela empresa WF Control, que renovou a frota com a compra de "*Truck Ambulance*" (ambulâncias do tipo "furgão") equipada com os aparelhos mais modernos para remoção em UTI móvel.
- Aquisição de novo e moderno ecocardiograma para o Hospital Francisca Mendes (HCFM), substituindo o antigo aparelho.

- Reforço nas unidades de saúde com aquisição de aparelhos de raio-X fixos e móveis, eletroencefalograma, ultrassonografia, além de bisturis elétricos, mesas cirúrgicas, aquisição de mobiliários, materiais permanentes e outros.
- Entrega de motocicletas e embarcações para reforçar as ações de combate à malária.
- Instalação de cinco aparelhos de ultrassonografia no interior.
- Aquisição de tomógrafos para os municípios de Parintins, Tefé e Humaitá.
- Aquisição de equipamentos para a unidade de saúde de Santo Antônio do Matupi, localizado no município de Manicoré.
- Aquisição de equipamentos para a rede de saúde por meio de recursos de emendas parlamentares.

FUNDAÇÕES DE SAÚDE

Fundação Centro de Controle de Oncologia do Amazonas (FCecon)

A Fundação realizou ações que impactaram na melhoria da qualidade nos serviços de atendimento à população, referência especializada com Hospital e Ambulatório no tratamento do câncer, nas atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educativas, preventivas e de detecção precoce do câncer, bem como, na terapia da dor e cuidados paliativos aos pacientes fora da linha de tratamento, sempre em busca da efetividade dos serviços prestados e na gestão dos recursos. Dentre as ações realizadas, registra-se mais de 815 mil procedimentos em serviços ambulatoriais e mais de 24 mil procedimentos hospitalares em oncologia, dentre mais de dois mil cirurgias, 71 mil consultas médicas, 22 mil consultas de nível superior, 117 mil procedimentos no tratamento ambulatoriais não cirúrgicos, mais de 57 mil procedimentos de terapia da dor e cuidados paliativos, e mais de 461 mil exames de apoio ao diagnóstico; na quimioterapia, foi tratada uma média 1.794 pacientes a cada mês, totalizando 6.374 novos pacientes, e na radioterapia, mais de 130 pacientes ao mês.

Desenvolvimento Humano e Educação Permanente e Humanização

Quanto às atividades de Desenvolvimento Humano e Educação Permanente, foram realizados: palestras, *workshops* e reuniões científicas com

3.142 participantes; 6º Congresso Pan-Amazônico de Oncologia com a participação de 500 congressistas; e a capacitação para técnicos de radiologia do interior para a realização do exame de mamografia nos próprios municípios.

No Tratamento do Tabagismo, houve treinamento online para profissionais das unidades de saúde da rede SUS, capacitando profissionais da capital e dos municípios de Anamã, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Iranduba, Manaus, Maraã, Parintins, São Sebastião do Uatumã, Tefé, Nova Olinda do Norte, Apuí, Novo Airão, Boca do Acre, Careiro da Várzea, Humaitá, Manacapuru, Nhamundá, Silves e Tonantins.

Foram realizadas campanhas educativas para o Dia Mundial do Câncer, Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial Sem Tabaco e Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Ressalta-se ainda, a capacitação de 435 profissionais da saúde de 31 municípios referente ao Programa Saúde na Escola.

Pesquisas

Uma das atividades importantes realizadas pela FCecon são as pesquisas, com 90 Projetos/Programas em desenvolvimento. Entre eles destacam-se 65 projetos do Programa de Apoio à Iniciação Científica (Paic), com oferta de 50 bolsas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e nove projetos de doutorado/mestrado, em parceria com programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Uea.

O Desenvolvimento do Projeto do Observatório de Câncer do Amazonas, com o apoio financeiro de emenda parlamentar, prevê a criação de uma plataforma alimentada por inteligência artificial para geração de dados e indicadores em oncologia, úteis para o ensino, a pesquisa e a gestão.

Desenvolvimento de 4 projetos internacionais:

- Consórcio Latino-Americano de câncer de pênis – parceria com o Hospital A.C. Camargo Câncer Center de São Paulo (SP).
- Consórcio Global Human Cell Atlas – parceria com a Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, para o mapeamento de células humanas que permite avanços nos estudos de câncer.

- Projeto Marco (Manejo do Risco do Câncer de Colo de Útero) – parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Nacional do Câncer (Inca), Ministério da Saúde (MS) e National Cancer Institute (NCI).
- Projeto ICervicais: Coleção de imagens do colo de útero para treinamento de sistema de inteligência artificial – parceria com Fiocruz, Inca, MS e NCI.
- Desenvolvimento de 3 projetos multicêntricos nacionais:
- Projeto *STOP* Vírus do Papiloma Humano (HPV), em parceria com o Hospital Moinho dos Ventos, no Rio Grande do Sul - RS;
- Projeto PREVINA-SE em parceria com a Universidade de Maringá – PR;
- Projeto EVA, em parceria com a Latin America Cooperative Oncology Group - Lacog

Foram desenvolvidos também sete projetos com financiamento de agências de fomento, como a Fapeam, Ministério da Educação (Mec), Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit/Mec), ou Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Auxílio pesquisa para Programa de Apoio à Iniciação Científica (Paic) de 2020/2021 e Paic 2021/2022; dois projetos no programa mulheres na ciência; um projeto no programa de pesquisa para o SUS (Fapeam/Decit/MS); um projeto no programa de apoio à realização de eventos e um no programa Pro-Estado (Fapeam).

Campanhas de Saúde

Em alusão ao câncer de mama e próstata, foram realizados vários mutirões envolvendo 40 pacientes em urologia, 10 pacientes da FCecon para reconstrução mamária atendidas no mutirão ocorrido no Movimento Mundial do Outubro Rosa, nos dias 5 e 7 de outubro.

Foram realizados 101.103 exames citopatológicos do colo uterino (preventivo), sendo 99.709 exames considerados satisfatórios, 2.367 com diagnóstico de Atipias, 981 Lesões de Baixo Grau, 613 Lesões de Alto Grau e oito com diagnósticos de câncer;

Foram realizados 15.498 exames de Mamografia, sendo 16 Mamografias Diagnósticas (MD) e 15.482 Mamografias de Rastreamento (MR), sendo 1.432 Categoria 0; 6.822 Categoria 1; 6.913 Categoria 2; 121 Categoria 3; 143 Categoria 4; 25 Categoria 5; e 12 Categoria 6.

Gestão Hospitalar, Transparência e Qualidade

Por meio do Sistema Nacional de Regulação (Sisreg), é realizada a marcação de consultas e exames regulados, possibilitando a transparência e gestão quanto a fila dos procedimentos aos pacientes, gestores e usuários em geral.

O Sistema de Transferência de Emergência Regulada (Sister), módulo de gerenciamento de todo complexo regulatório para internações, transferências intra-hospitalares, possibilita a oferta de leitos e/ou procedimentos de imagens em Unidades Hospitalares de média e alta complexidade.

Segurança do paciente e humanização dos serviços

Foi implantado o Projeto Paciente Seguro, que tem por objetivo a prevenção das situações de risco ao paciente, sua identificação e cirurgia segura e comunicação efetiva. A metodologia utilizada corresponde às evidências do *Institute for Healthcare Improvement (IHI),* no qual as mudanças de melhorias devem ser realizadas em pequenas escalas, testadas aos poucos para poderem ser implantadas em grandes escalas e, a partir desses dados, dar continuidade nas ações e traçar novas metas que garantam mais segurança aos pacientes.

Atividades Desenvolvidas

- Serviço de mastologia da FCecon retomou as reuniões para discutir melhores opções de cirurgia para as pacientes;
- Aquisição de novas mantas térmicas, assegurando o fornecimento de aquecedores para UTI e centro cirúrgico, prevenindo a hipotermia e fornecendo maior segurança e qualidade assistencial;
- Oficina de automaquiagem *online* para os pacientes;
- Manhã de relaxamento com música a pacientes da Fundação;
- Entrega de perucas, lenços e brindes a pacientes, pelo Dia das Mães;
- Liberação do uso de telefones celulares para facilitar a comunicação dos pacientes entre amigos e familiares, substituindo a visita diária no período de quarentena;
- Implantação de novo posto de coleta de amostras biológicas, proporcionando maior espaço e conforto aos pacientes durante o atendimento, ficando mais humanizado e muito mais acolhedor;

- Com o objetivo de acolher servidores com vulnerabilidade emocional por conta do novo Coronavírus, o serviço de Psicologia da Fundação passou a oferecer atendimento psicológico para ajudar no fortalecimento emocional das equipes de profissionais e trabalhadores da saúde;
- Parceria entre a Força Aérea Brasileira (FAB), Governo do Estado, Ses-AM, FCecon, Governo Federal e O Instituto Nacional do Câncer (Inca), visando o transporte de pacientes com câncer de mama para realização de cirurgias no Hospital de Câncer III, da capital fluminense;
- Para ajudar no combate ao novo coronavírus, foram adquiridos cinco filtros de ar de alta eficiência e instalados nos serviços de endoscopia e ginecologia, retirando do ambiente os elementos impróprios para o respiro;
- A parceria entre a Fundação e a Ses/AM, no âmbito do programa Melhor em Casa, coordenado pela Ses-AM, vai beneficiar até 120 pacientes oncológicos com atendimento domiciliar.

Assistência Farmacêutica

A FCecon possui um time de gestão alinhado à equipe assistencial que garante aos pacientes o acesso a novas tecnologias disponíveis e compatíveis com a realidade e o aporte financeiro da instituição. Os medicamentos incorporados ao padrão da Fundação têm possibilitado indiscutíveis avanços no auxílio ao paciente, especialmente no que se refere à assistência farmacêutica em oncologia.

Em seu arsenal terapêutico padronizado, a Fundação possui uma série de agentes imunobiológicos, anticorpos monoclonais, inibidores e moduladores hormonais específicos, agentes antineoplásicos, e muitos deles modificam completamente o curso da doença, trazendo um incremento significativo no ganho de sobrevida global livre de progressão, o que significa um aumento considerável na expectativa de vida dos pacientes oncológicos, com qualidade.

Infraestrutura

As manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos do Hospital (aparelhos de anestesia, focos cirúrgicos, mesas cirúrgicas e etc.) são feitas por uma equipe de engenharia clínica terceirizada. Para os equipamentos mais específicos, como endoscópios, colonoscópios, tomógrafos e ressonância

magnética foram contratadas empresas especializadas para cada tipo de aparelho, sendo realizadas as manutenções programadas durante todo o ano e as manutenções corretivas quando necessário, visando não interromper os serviços.

Para digitalizar as imagens de raio-X e mamografia, foi adquirida uma digitalizadora do sistema CR/DX que permite maior agilidade e resolução nos exames de imagens realizados em pacientes em tratamento de câncer.

Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (FHemoam)

Ações Realizadas

- Prosseguimento da construção do Hospital do Sangue, obra de 15.000m² para 157 novos leitos;
- Encontra-se em execução a construção do hemonúcleo, no município de Coari, financiado com recursos do Convênio MS/Hemoam nº 800.738/2013,
- Em execução a construção do hemonúcleo, no município de Tabatinga, financiada com recursos do Contrato Caixa nº 834.267/2016/MS/Caixa, no valor de R$ 1.925.665,49. A licitação, ocorrida no início de novembro de 2020, teve como vencedora a empresa Marak Construção e Serviços de Manutenção Elétrica Ltda. A atual medição está em R$ 171.788,70;
- O Centro de Processamento Celular encontra-se em fase de validação dos processos e preparação para a qualificação da Associação Americana de Banco de Sangue (Aabb), o qual vai processar, armazenar e distribuir células tronco para viabilizar o Transplante de Medula Óssea a nível nacional e internacional. Esse trabalho de coleta e processamento está temporariamente suspenso em todo país até amenizar as infecções pela Covid-19.
- O programa de qualificação da hemorrede foi ampliado com a parceira do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) e Laboratório de Saúde Pública (Lacen-AM), que disponibilizaram meios essenciais para a realização das atividades. Os próprios servidores de diversas áreas da FHemoam foram os facilitadores e preceptores das atividades presenciais e remotas. Foram qualificados em serviços (presencial) da rede na capital 44 profissionais participantes de instituições públicas e privadas nos módulos

Capacitação em Hemoterapia para atuação em Unidade Transfusional, Imunohematologia, Parasitologia e Urinálise e sistema HemoSys.

- A qualificação em serviços (presencial) da hemorrede no interior teve a participação de 56 profissionais de 20 municípios (Autazes, Boca do Acre, Carauari, Coari, Envira, Fonte Boa, Humaitá, Itapiranga, Japurá, Manacapuru, Manaquiri, Maués, Novo Airão, Parintins, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tonantins, Uarini e Uatumã).

Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Hematologia (PPGH-Uea/Hemoam)

- Realização das cinco defesas de dissertação e sete qualificações, além da matrícula dos 23 alunos aprovados no processo seletivo on-line do ano anterior que originou a turma 10/2021.
- O Programa de Iniciação Científica do Hemoam, que conta com apoio da Fapeam, completou 15 anos. Atualmente, há 29 estudantes de Iniciação Científica (IC) que recebem bolsas referentes ao Paic 2020/2021, os quais dedicam no mínimo 20 horas de atividades no Núcleo de Apoio de Ensino e Pesquisa (Naep).

Serviços Produzidos

Serviços de Hemoterapia realizados: 318.210 exames em amostras de sangue de doadores; 594 exames confirmatórios de sorologia; 72.745 testes Nat; 42.522 exames imunohematológicos; 6.625 atendimentos de serviço social do doador; 119.428 Hemocomponentes produzidos; 43.097 doações de sangue aptos e inaptos.

SERVIÇOS EM HEMOTERAPIA DE APOIO AO PACIENTE – 2021

Continua

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Hemoterapia	
Atendimento ambulatorial + Observação na área médica	65.027
Atendimento Quimioterápico	4.286
Atendimento Transfusional no Hemoam	7.072
Atendimento de Enfermagem	41.082
Atendimento Odontológico	496
Procedimento Odontológico	2.314
Atendimento Serviço Social do Paciente (Ambulatório + Enfermaria)	18.223

Conclusão

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Atendimento Psicológico	1.485
Atendimento Fisioterápico (Ambulatório + Enfermaria)	743
Procedimento Fisioterápico (Ambulatório + Enfermaria)	4.119
Atendimento de Nutricionista (Ambulatório + Enfermaria)	3.279
Atendimento Fonoaudiologia	306
Procedimento Mielograma	650
Punção Lombar	659
Biópsia de Medula Óssea	213
Procedimento de Injeções em Pacientes	88.751
Total	**238.705**
Internações	
Internações de Pacientes	793
Exames Sorológicos em Pacientes	
Exames Sorológicos realizados em amostras de sangue de pacientes da Capital e do Interior	1.094
Exames Confirmatórios de Sorologia em amostras de sangue de pacientes da Capital e do Interior	479
Total	**1.573**
Laboratório de Apoio	
Exames realizados pelo laboratório de análises clínicas	432.269
Pessoas atendidas no laboratório de análises clínicas	68.097
Total	**500.366**
Treinamento e Capacitação	
Treinados capacitados	200
Número de eventos realizados pelo Hemoam e eventos que os servidores participaram (cursos, seminários, etc.)	63
Total	**263**

Fonte: FHemoam
Dados referentes ao período de janeiro a setembro de 2021.

Fundação Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Mata (Fuam)

- Cursos e treinamentos: ofertados 16 cursos presenciais e 15 seminários, em áreas diversas, e 20 cursos em Educação a Distância (Ead), cinco publicações realizadas e sete projetos de pesquisa finalizados
- Resolutividade diagnóstica e terapêutica em hanseníase, dermatologia e nas infecções sexualmente transmissíveis: 146.211 procedimentos gerais realizados.
- Implementação do Projeto Apeli: Foram notificados 80 novos casos de hanseníase pelo projeto.

- Governança e tecnologia da informação digital: implantação da 3ª fase do prontuário eletrônico com operacionalização do sistema Higya e finalização da digitalização de 343.750 prontuários médicos de papel.
- Atualização do credenciamento da Fuam no Ministério da Saúde para Hospital Dia. Para isso, a Fundação está realizando adequações no centro cirúrgico, visando o novo modelo de credenciamento.
- Saúde nas Calhas: Ações de saúde foram realizadas nos municípios de Careiro, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira, Novo Aripuanã e Itacoatiara, pactuando responsabilidades por meio de termos de cooperação técnica.
- Emendas Parlamentares: Foram apresentadas 11 emendas parlamentares federais e 13 emendas parlamentares estaduais, essenciais para o custeio e futuros investimentos.
- Lançamento da pedra fundamental do Hospital Dia "Dr. Luiz Cláudio Dias", com a aprovação da Lei Delegada transformando a Fuam em Hospital Dia.
- Termo de cooperação técnica firmado entre a Fuam, Ses e Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), visando unir forças na conscientização e combate à discriminação das pessoas afetadas pela Hanseníase.
- Criação de farmácias satélites para a gestão farmacêutica, essencial para a dispensação de medicamentos estratégicos de Hanseníase e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) para ISTs HIV/Aids.
- Implantação de curativos especializados para pacientes com doença de Epidermose Bolhosa, do programa componente especializado de assistência farmacêutica.
- Implantação do protocolo de acesso aos usuários do Sus/Fuam/Sisreg, onde é possível observar, pelo atendimento, as demandas que de fato devem ser atendidas.

ATENDIMENTOS REALIZADOS NA FUAM – 2021

Continua

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Consultas e procedimentos da odontologia	310
Consultas pré-cirúrgicas e pós-cirúrgica dermatológicas	3.006
Consultas dermatológicas	16.043
Consultas de ginecologia	600

Conclusão

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Consultas do infectologista	125
Consultas e procedimentos de fisioterapia	2.372
Consultas e procedimentos da oftalmologia	1.077
Consultas e procedimentos da ortopedia	666
Consultas do farmacêutico	691
Consulta da psicologia	3.613
Procedimentos cirúrgicos realizados	1.383
Triagem médica interna	316
Atendimento do serviço social	3.973
Produção dos laboratórios - exames realizados	84.894
Produção do serviço de ISTs/HIV/Aids - testes rápidos ofertados	5.765
Outras atividades	21.377
TOTAL	**146.211**

Fonte: Planejamento/FUAM

Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado (FMT/HVD)

A ação de assistência a pacientes portadores de doenças tropicais e infecciosas realizou, no período de janeiro a outubro de 2021, 190.340 atendimentos a pacientes portadores de doenças tropicais e infecciosas, conforme quadro a seguir:

Continua

ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Médico do Trabalho	263
Básico	29.711
Odontológico	226
Triagem	21.426
Cauterização de ânus	3.954
Consultas de enfermagem	29.669
Consultas de psicologia	5.107
Consultas de serviço social	9.240
Consultas médicas (ambulatório)	37.317
Consultas médicas (hospital dia)	2.916

Conclusão

ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Consultas Médicas (P.A)	29.009
Diagnoses (mapeamento de retina)	435
Fisioterapia	2.466
Internação	1.692
Nebulização	9.880
Nutrição	178
Procedimentos cirúrgicos	3.475
Cauterização de pequenas lesões	40
Procedimentos de fisioterapia	3.309
Terapias	27
Total	**190.340**

Fonte: FMT-HVD.

As atividades laboratoriais realizadas na FMT-HVD totalizaram 880.998 exames executados, sendo 30.705 de imagem e 847.496 exames de diagnóstico, conforme descrição a seguir:

- Exames de Imagem – 18.813 raio-X; 4.305 tomografias; 7.299 ultrassons e 288 ultrassons com doppler.
- Exames de Diagnóstico – 171 anascopias; 1.917 anatomias patológicas; 50.613 bacteriologias; 36 biópsias anais; 48 broncoscopias; 2.548 de carga viral hepatite B; 841 de carga viral hepatite C; 17.387 de carga viral HIV 1; 8.384 de Cd4/Cd8 lab.; 106 colonoscopias; 742 eletrocardiograma; 531 endoscopias; 17.079 imunohematologia; 659.435 de Lac; 2.041 de leishmaniose; 5.406 de malária; 22.446 de micologia; 8.389 de parasitologia; 274 de PPD; 46.482 para sorologia de hepatites virais; 1.144 de tuberculose lab.; 1.469 virologias e sete xenodiagnósticos.

Indicadores de Resultados Hospitalares

- Procedimentos com finalidade diagnóstica **-** a meta pactuada de procedimentos diagnósticos é de 121.160 mensais. O indicador possui média mensal de 83.544 e o desempenho é -31,0%, abaixo da meta pactuada. A evolução é 14,5% em comparação ao ano anterior.
- Procedimentos clínicos - a meta pactuada de procedimentos clínicos é 26.290 procedimentos. O indicador possui média mensal de 14.401 e o

desempenho é -45,2% abaixo da meta pactuada. A evolução é 19,0% em comparação ao ano anterior.

- Procedimentos cirúrgicos - a meta pactuada de procedimentos cirúrgicos é de 269 procedimentos. O indicador possui média mensal de 549 e o desempenho é 104,0%, acima da meta pactuada. A evolução é 87,4% em comparação ao ano anterior.
- Diagnóstico em Laboratório clínico/tomografia **-** a meta pactuada de diagnóstico em laboratório clínico/tomografia é de 3.020 diagnósticos. O indicador possui média mensal de 2.843 e o desempenho é -5,9%, abaixo da meta pactuada. A evolução é 40,2% em comparação ao ano anterior.
- Consultas, atendimentos e acompanhamentos **–** a meta pactuada de consultas/atendimentos/acompanhamentos hospitalar é de seis consultas. O indicador possui média mensal de 16 e o desempenho é 168,8%, acima da meta pactuada. A evolução é 67,5% em comparação ao ano anterior.
- Tratamento HIV/Aids - a meta pactuada de tratamento é 127 tratamentos. O indicador possui média mensal de 129 e o desempenho é 2,0%, acima da meta pactuada. A evolução é 16,9% em comparação ao ano anterior.
- Tratamentos clínicos (outras especialidades) - a meta pactuada de tratamentos clínicos (outras especialidades) é de 121 tratamentos. O indicador possui média mensal de 113 e o desempenho é -6,6%, abaixo da meta pactuada. A evolução é 77,6% em comparação ao ano anterior.

Ações Desenvolvidas no Período

- Elaboração e cadastramento de sete projetos no sistema *Rukov* com o objetivo de captar recursos para operacionalizar as diversas ações previstas no documento descritivo de pactuação e em seu plano de trabalho, garantindo implementação de melhorias na infraestrutura e no atendimento ao cidadão/usuário.
- Aprovação e implantação do Programa de Prevenção Respiratório.
- Captação de R$ 200.000,00 para aquisição de equipamentos hospitalares.

Fundação Hospital Adriano Jorge (FHAJ)

- Assistência à saúde em traumato-ortopedia e outras especialidades - 358.525 atendimentos ambulatoriais, de assistência hospitalar e exames de apoio ao diagnóstico.
- Programa de estágio em cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial da FHAJ: Seis vagas ofertadas no Programa de Estágio em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial (PECTBMC), para cirurgiões-dentistas devidamente inscritos no Conselho Regional de Odontologia (Cro).
- Aquisição de equipamento para realização de exames raio-X panorâmicos.
- Acolhimento de 24 novos médicos residentes na Fundação.
- Realização de mutirão de colonoscopia beneficiando 50 pacientes regulados pela Central Unificada de Regulação e Agendamento de Consultas e Exames (Cura).

Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-RCP)

Atividades Relevantes de Destaque

Aprovação da Lei estadual nº 5.501/2021, de 17 de junho de 2021, por meio da qual a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas recebeu o nome da epidemiologista Rosemary Costa Pinto, em homenagem a ex-presidente que faleceu por complicações decorrentes da Covid-19 em janeiro de 2021.

Ações de Combate à Pandemia

Foram desenvolvidas diversas ações integradas com Secretarias Municipais de Saúde e demais órgãos, as quais não tem medido esforços para enfrentar a pandemia da Covid-19. A FVS-RCP tem desempenhado um papel fundamental no enfrentamento da grave crise sanitária que assola o estado do Amazonas, atuando na área de sua competência para prevenção, diagnóstico, rastreamento, contenção, mitigação de riscos entre outras ações que se seguem:

Gestão

- Articulação da FVS-RCP e Ses-AM junto às áreas técnicas do MS, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), outras Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais e outros órgãos, buscando o desenvolvimento das ações e atividades propostas para esse nível de alerta;

- Monitoramento junto às áreas técnicas de vigilância sobre a evolução do perfil epidemiológico e tendências da Covid-19, Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag), Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (Sim-P) e reinfecção por SARS-CoV-2, para fins de subsídio às ações de controle, à produção de boletins e informes técnicos e à Ses-AM, visando a assistência em saúde;
- Articulação com garantia do Governo do Estado, MS e órgãos internacionais, para o provimento de recursos humanos, financeiros, materiais e logísticos necessários ao desenvolvimento de ações de contenção e mitigação à pandemia;
- Aprovação da produção e divulgação de materiais desenvolvidos pelas áreas técnicas e de comunicação (protocolos, notas técnicas e informativas, material educativo, cursos EaD, campanhas de mídia, outros);
- Articulação com Governo do Estado e MS para garantia do fornecimento de estoque estratégico de medicamentos, insumos laboratoriais para diagnóstico de vírus respiratórios, imunobiológicos para vacinação, ampliação de leitos clínicos e de UTI, para o atendimento da demanda de casos suspeitos e confirmados da Covid-19, Srag, Sim-P e reinfecção pelo SARS-CoV-2, de acordo com a avaliação de riscos epidemiológicos;
- Apresentação da situação epidemiológica e tendências na pandemia durante as reuniões do Centro de Operações de Emergências (Coe) Estadual, Comitê de Crise, instituições parceiras e outros, conforme agenda estabelecida;
- Estabelecimento de parcerias interinstitucionais para captação de fomento como subsídio às ações emergenciais no enfrentamento da pandemia no Estado;
- Articulação com o Governo Estadual e setores privados para a redução do contato social no fluxo urbano de trabalhadores durante o deslocamento laboral, com horários de trabalho alternativos;
- Articulação com o Governo Estadual para a publicação de Decreto que declare o "Estado de Quarentena" quando houver a ocupação de 80% dos leitos de UTI disponíveis para a resposta à Covid-19, no período de avaliação de riscos epidemiológicos, em conformidade com a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020.

Programa Estadual de Imunização (PNI)

Iniciou-se em 18 de janeiro a Campanha Estadual de Vacinação Contra a Covid-19, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 e liberação da vacina contra o novo coronavírus para uso emergencial pela Anvisa.

No primeiro quadrimestre, o Ministério da Saúde disponibilizou duas vacinas para operacionalização da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19: a do laboratório Sinovac (China), em parceria com o Instituto Butantan, e do Laboratório Serum (Índia), em parceria com a Universidade Oxford, cuja tecnologia faz parte do acordo entre o Laboratório AstraZeneca e BioManguinhos/Fiocruz.

Considerando a disponibilidade limitada de doses da vacina no país, foram priorizados, segundo os critérios de exposição à infecção, os grupos populacionais de maiores riscos para agravamento, óbito e de vulnerabilidade social. A imunização da população reduzirá a morbidade e mortalidade pela doença, bem como a sua transmissão, além de proteger a integridade do sistema de saúde e a infraestrutura, para a continuidade dos serviços essenciais.

Meta de Vacinação

A imunização da população contra a Covid-19 é medida de grande impacto na redução da morbimortalidade da infecção humana causada pelo SARS- CoV-2, e o Estado tem se esforçado para o alcance fundamental de altas e homogêneas coberturas vacinais em seus 62 municípios, cuja meta mínima é vacinar 90% da população dos grupos prioritários.

Mutirão do Programa Vacina Amazonas

A vacinação no Amazonas contra a Covid-19 avançou no 2º quadrimestre. Além, da Coronavac e AstraZeneca, foram introduzidas as vacinas da Pfizer/BioNtech e da Janssen/Johnson & Johnson.

O Mutirão Vacina Amazonas contemplou 21 edições para reforçar a campanha de vacinação contra Covid-19, sendo 6 na capital e 15 nos municípios de Manacapuru, Novo Airão, Parintins, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Urucará, Iranduba, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Manaquiri, Careiro, Careiro da Várzea, Beruri, Caapiranga e Iranduba.

O primeiro Mutirão de Vacinação ocorreu nos dias 11 e 12 de junho, no final de semana, com funcionamento de postos de vacinação 24 horas para a faixa etária de 40 anos. O segundo ocorreu nos dias 29 e 30 de junho, na idade a partir dos 28 anos, com 24h de duração, onde também ocorreu a antecipação da vacinação para a idade de 27 anos. O terceiro mutirão ocorreu em Manaus nos dias 21 e 22 de julho de 2021, com 30 horas de mutirão para vacinar a população a partir de 18 anos, com horário ampliado das 9h às 0h nos pontos de vacinação da Arena da Amazônia, Centro de Convenções Vasco Vasques e Sambódromo. A quarta edição do Vacina Amazonas ocorreu nos dias 28 e 29 de agosto, com duração de 33 horas ininterruptas para aplicação da segunda dose da vacina, além de atender a população a partir de 12 anos com a primeira dose.

A 20ª Edição do Vacina Amazonas se deu em setembro, com nove pontos estratégicos em Manaus, sendo o 5º mutirão de vacinação que aconteceu na cidade. Foram ofertadas a dose de reforço em idosos acima de 70 anos, idosos abrigados em unidades de longa permanência e imunossuprimidos, incluindo transplantados, além da aplicação da primeira e segunda doses para os demais grupos.

A 21ª edição da campanha Vacina Amazonas e 6º Mutirão em Manaus, teve como objetivo aplicar a 3ª dose da vacina, como reforço contra a Covid-19, em profissionais da saúde a partir de 50 anos e pessoas a partir de 60 anos e em imunossuprimidos com 18 anos ou mais.

Vigilância Ambiental

Malária

A malária permanece como grande problema de saúde pública a ser enfrentado nas Américas, incluindo o Brasil. Foram reportados 46.842 casos de malária, o que corresponde a 7,8% de redução no número de casos em relação ao mesmo período de 2020, quando foram notificados 50.832 casos da doença. Em 2021, 80% da carga malarígena do Amazonas se concentra em 14 municípios: 7.535 em Barcelos; 7.120 em São Gabriel da Cachoeira; 3.685 em Manaus; 2.779 em Tefé; 2.475 em Tapauá; 2.014 em Carauari; 1.877 em Santa Isabel do Rio Negro; 1.717 em Coari; 1.577 em Lábrea; 1.576 em Maués; 1.502 em Canutama; 1.454 em Guajará; 1.382 em Atalaia do Norte e 1.242 em Humaitá, totalizando 37.935 casos.

Atividades Relevantes

- Viagens técnicas para o controle da malária no Estado, com o objetivo de apoiar tecnicamente os municípios considerados prioritários, como Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Manicoré, Tapauá, Atalaia do Norte, Alvarães, Uarini, Ipixuna, Guajará, Coari, Carauari, Tefé, Humaitá, Canutama, Lábrea, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Itamarati e Japurá;
- Fortalecimento das ações de prevenção, controle e eliminação da malária no Amazonas, com a entrega de 20 botes de 6 metros mais 20 motores de popa de 15 HPS a 20 municípios: Amaturá, Anamã, Anori, Atalaia do Norte, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Borba, Codajás, Itamarati, Japurá, Lábrea, Manaquiri, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Santa Isabel do Rio Negro, Tonantins e Urucurituba;
- Entrega de 25 Motocicletas tipo Cross 160cc a 21 Municípios: Alvarães, Amaturá, Apuí (2), Autazes, Barcelos, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Canutama (2), Fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Japurá (2), Juruá, Jutaí, Novo Airão, Pauini (2), Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tefé e Tonantins;
- Distribuição de 67.530 mosquiteiros impregnados com inseticida de longa Duração – Milds, para 61 municípios prioritários;
- Realização do V Seminário Estadual alusivo ao Dia Mundial da Malária, com a participação dos municípios e estados da Amazônia legal e extra-Amazônia, com um público em torno de 500 pessoas e participação de palestrantes malariologistas de referência nacional e internacional;
- Realização de pactuação das ações de controle da malária com a gestão municipal e coordenadores do DSEI Alto Rio Negro e DSEI Yanomami;
- Participação em alguns projetos de pesquisa e extensão, incluindo as instituições parceiras Fiocruz-RJ, Iepa (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá), referente à avaliação de novas tecnologias de mosquiteiros impregnados - para o controle da malária em Coari;
- Doação de 33 microscópios para 17 municípios: Barcelos, Benjamin Constant, Caapiranga, Coari, Envira, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Juruá, Manaquiri, Manaus, Maués, Novo Aripuanã, Santa Isabel do Rio Negro, Tapauá e Tefé, com vistas ao fortalecimento da rede de diagnóstico para malária nos municípios do estado do Amazonas;

- Evento alusivo ao Dia da Malária nas Américas, uma parceria do Ministério da Saúde com a Fundação de Vigilância em Saúde/Departamento de Vigilância Ambiental, que contou com a presença do Ministro da Saúde, Secretário de Vigilância em Saúde (Svs), Secretário da Saúde Indígena (Sesai), Organização Panamericana de Saúde, Governador do Estado do Amazonas, Secretário de Estado da Saúde do Amazonas, Diretora-Presidente da FVS-RCP e a Secretária Municipal de Saúde de Manaus. Neste evento foi realizada exposição nos stands dos principais eixos do programa de malária (Diagnóstico e tratamento, Controle vetorial, ações de educação em saúde, avanços e tecnologias de pesquisa em malária realizada por instituições parceiras).

Doenças Transmitidas pelo Aedes aegypti: Dengue, Chikungunya e Zika Vírus no Amazonas

O Estado notificou 13.581 casos de dengue no período de janeiro a outubro, representando um aumento de 50,7% quando comparado com o mesmo período de 2020. Em relação aos casos de Zika, houve um aumento de 96,8%. Os casos de Febre Chikungunya tiveram um aumento de 199,0% na comparação com mesmo período de 2020.

Atividades Relevantes

- Assessoria técnica na elaboração do Plano de Intensificação de Combate ao Aedes aegypti dos 48 municípios infestados e prioritários em 2021;
- Monitoramento da identificação e eliminação de 2.008.894 focos e/ou criadouros de Aedes aegypti nos imóveis dos 48 municípios infestados no Estado;
- Suporte técnico aos municípios de Humaitá e Eirunepé nas ações de bloqueio dos casos com Ultrabaixo Volume (UBV) costal e pesada;
- Disponibilização de um carro UBV pesada para o município de Humaitá, com a finalidade de atuar nas ações de bloqueio dos casos de dengue;
- Supervisão e implantação da armadilha ovitrampas, no município de Caapiranga, para detecção do Aedes aegypti;
- Emissão de Nota Técnica de recomendação aos Agentes de Combate às Endemias (ACE) para adequação das visitas domiciliares no controle das arboviroses frente à situação epidemiológica da pandemia da Covid-19;

- Monitoramento das Brigadas contra o Aedes Aegypti em instituições estaduais da capital (82 escolas e 77 instituições);
- Implantação do Programa de Brigadas de combate ao Aedes aegypti no município de Eirunepé; ações de monitoramento nos municípios de Alvarães, Borba, Presidente Figueiredo, Maués, Parintins e São Gabriel da Cachoeira.

Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua)

- Coleta de 19.377 amostras de água para consumo humano, para fins de monitoramento da qualidade da água ofertada nos municípios;
- Disponibilização de insumos e equipamentos de Laboratório para municípios que possuem o Programa Vigiagua implantado: Autazes, Carauari, Careiro, Coari, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Parintins, Presidente Figueiredo, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tefé, Uarini, Atalaia do Norte, Barreirinha, Tabatinga, Manacapuru, Codajás, Borba e Guajará;
- Treinamento em serviços referentes às ações do programa Vigiagua, com prática em coleta de amostras de água e apresentação e manuseio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Sisagua para 11 municípios: Iranduba, São Paulo de Olivença, São Gabriel da Cachoeira, Urucurituba, Presidente Figueiredo, Uarini, Nhamundá, Maraã, Careiro, Itamarati e Autazes;
- Realização de 124 visitas em unidades de saúde e demais instituições, totalizando 610 amostras de água coletadas para análises.

Vigilância Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)

- Elaboração do Plano Estadual de Municipalização, a ser implementado em 29 municípios;
- Realização do I Seminário de Lançamento do Plano Estadual de Municipalização;
- Realização da Oficina para Formação de Grupo de Trabalho Interinstitucional Municipal;
- Coleta de água nos municípios de Novo Airão, Manacapuru, Iranduba, Careiro, Careiro da Várzea, Manaquiri, Autazes, Itacoatiara, Rio Preto da

Eva e Presidente Figueiredo, para monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água de consumo humano.

Programa de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres (Vigidesastres)

- Distribuição de 3.869.700 frascos de hipoclorito de sódio para os 61 municípios do interior do Estado e capital, para o tratamento de água para consumo humano; e 52.850 frascos de hipoclorito de sódio para as instituições parceiras;
- Realização do 3º Seminário Estadual de Saúde em Desastres.

Programa de Vigilância em Saúde na Qualidade do Ar (Vigiar)

- Participação no Curso Piloto de Análise de Situação de Saúde Ambiental (Asisa) com ênfase em Incêndios Florestais e Queimadas promovido pela Fiocruz-RJ, em parceria com o MS;
- Realização de *web* palestra para os municípios do estado do Amazonas sobre as ações do Programa Vigiar, com relação a vigilância das queimadas.

Programa de Controle de Zoonoses

- Distribuição de insumos e coordenação da Campanha Estadual de Vacinação Antirrábica Animal, com 137.586 cães e 48.557 gatos vacinados até o mês de outubro de 2021;
- Coordenação do atendimento a 5.870 pacientes agredidos por animais transmissores da raiva e 2.660 atendimentos a acidentes por animais peçonhentos no Amazonas;
- Monitoramento da raiva, por meio do envio para exame laboratorial de amostras de cães e outros animais transmissores da doença, encaminhado pelos municípios de Barreirinha, Careiro, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, Nova Olinda do Norte, Rio Preto da Eva, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tefé e Urucará, evitando focos de raiva;
- Distribuição de soros antirrábico e anti-peçonhentos, aos municípios do estado do Amazonas, para tratamento profilático de raiva e nos acidentes por animais peçonhentos;

- Investigação de caso humano com suspeita de Brucelose, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Autazes;
- Investigação de caso humano com suspeita de Ricketisiose na Secretaria Municipal de Saúde de Eirunepé;
- Continuidade na implantação do Projeto Castramóvel no Amazonas, objetivando criar o Programa Estadual de Posse Responsável, Bem-estar animal e Saúde Pública, por meio da oferta de serviços de controle de natalidade de cães e gatos nos municípios do estado do Amazonas;
- Descentralização da soroterapia antiveneno a Polos Base dos sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis), atuantes no Estado;
- Captura seletiva de morcegos hematófagos, para controle populacional da espécie, em decorrência à notificação de agressões humanas em comunidades rurais dos municípios de Coari, Uarini e Itamarati;
- Captura de morcegos hematófagos em sítio localizado no bairro Jorge Teixeira-Manaus, devido à ocorrência de aves sendo sugadas por essa espécie animal;
- Apoio na investigação de esporotricose em felinos, na cidade de Manaus.

Vigilância Epidemiológica

Programa de Controle da Tuberculose: Situação no Amazonas

Visando a diminuição da incidência de tuberculose no Amazonas, associada ao diagnóstico e tratamento oportuno, promoveu-se as seguintes atividades de maior relevância:

- Assessoria técnica sobre manejo da tuberculose, dispensação de medicação e Derivado Proteico Purificado (PPD) para todos os municípios do Estado, conforme demandas;
- Capacitação em manejo da Tuberculose nos municípios de Manicoré e Urucará;
- Coordenação e Organização da Campanha do Dia Mundial da Tuberculose com mobilização por meios de comunicação virtual, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) Manaus, Lacen, Ses-AM e Comitê Estadual de Tuberculose;
- Capacitação em aplicação e leitura da prova tuberculínica, em parceria com a Policlínica Cardoso Fontes;

- Capacitação em notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/TB) para servidores da Policlínica Cardoso Fontes;
- Visita de monitoramento aos municípios de Novo Airão, Fonte Boa, Presidente Figueiredo e Urucurituba;
- Inquérito e capacitação em Tuberculose, no município de Manicoré;
- Participação de investigação de vigilância de óbitos por/com tuberculose, nos municípios de Fonte Boa e Manaus.

Programa Estadual de Imunização

- Coordenação da Campanha de Vacinação contra influenza, com a aplicação de 1.136.360 doses;
- Aquisição de geladeiras para 60 municípios, visando o fortalecimento da Rede de frios dos municípios;
- Coordenação da Campanha estadual de Multivacinação, para atualização da Caderneta de Vacinação da Criança e do Adolescente com idade de até 15 anos.

Programa de Controle de Doenças Transmissíveis

- Elaboração do Boletim Epidemiológico do primeiro semestre para retroalimentação das unidades sentinelas que realizam monitoramento das doenças diarreicas;
- Investigação Hospitalar de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) da fruta do tucumã, no município de Manacapuru;
- Viagem ao município de Itacoatiara, para investigação e orientações para os casos suspeitos de Doença de *Haff*, também conhecida como "Doença da Urina Preta";
- Ampliação das Unidades Sentinelas por meio da Resolução da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nº 110/2021.

Programa de Doenças Não-Transmissíveis e Outros Agravos

- Capacitação referente ao programa "Vida no Trânsito", por meio de videoconferência, para aprimorar os registros de acidentes de trânsito realizados pelos 11 municípios integrantes da estratégia, visando destacar a metodologia padrão desenvolvida pela coordenação do programa;

- Implantação do comitê do programa "Vida no Trânsito" no município de Manacapuru;
- Realização de monitoramento dos polos da Academia de Saúde;
- Implementação do programa "Vida no Trânsito" nos municípios de Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Tabatinga, Humaitá, Parintins, Tefé, Coari, Itacoatiara e Boca do Acre.

Vigilância Sanitária

- Foram realizadas 222 inspeções sanitárias de média e alta complexidade e monitoramento de 24.223 inspeções realizadas nos municípios do Amazonas;
- Implantação do primeiro sistema de coleta de dados de Vigilância Sanitária (Informação dos Procedimentos de Vigilância Sanitária - Infoprovisa) no estado do Amazonas;
- Exposição de registros fotográficos das ações de vigilância sanitária do Estado e dos municípios, bem como de equipamentos utilizados pela vigilância estadual. A exposição foi realizada em um shopping da capital, em alusão ao "Dia Nacional da Vigilância Sanitária";
- Investigação de surto de doença transmitida por alimentos (Doença de Chagas), no município de Ipixuna;
- Investigações de surtos de doença transmitida pela fruta tucumã em Manacapuru, bem como pelo alimento queijo coalho em Autazes.

Laboratório Central de Saúde Pública do Amazonas (Lacen) e Laboratório de Fronteiras (Lafron)

- Realização pelo Lacen de 233.902 exames e 340.986 procedimentos; 6.325 exames pelo Lafron/Tabatinga;
- Execução do projeto "Rastreia Amazonas", em parceria com o Lacen, realizando os exames da Covid-19 por RT-PCR;
- *Web* Palestra com recomendações para implantação e utilização do teste rápido de antígeno para detecção de infecção pelo coronavírus;
- Implantação do Proteína C Reativa (PCR) no Laboratório de Fronteira de Tabatinga - Lafron/Lacen/Fvs-RCP;
- Realização pelo Lacen de capacitação no formato hibrído em diagnósticos de hemoparasitos para as Unidades do Estado.

Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest)

- Realização de inspeções nos ambientes e processos de trabalho para verificação das medidas de proteção à saúde dos trabalhadores, totalizando 37 inspeções;
- Realização de três oficinas de trabalho com as equipes de saúde mental das unidades de CER, Caps Silvério Tundis e Caps Zona Sul para notificação dos transtornos mentais relacionados ao trabalho;
- Realização de monitoramento e apoio técnico *in loco* nos Cerest de Tefé e Itacoatiara;
- Elaboração de material para divulgação e sensibilização da população sobre os temas das datas comemorativas relacionadas à saúde do trabalhador: Dia Internacional de Prevenção à Lesão por Esforço de Repetição (Ler) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort), Dia Mundial da Voz e Dia Internacional de Prevenção ao Ruído;
- Capacitação a distância sobre Ações de Vigilância em Saúde Mental relacionada ao trabalho para a Rede de Atenção à Saúde de Manaus, totalizando 106 participantes das diversas profissões de saúde.

Distribuição de Equipamentos

- Incorporação de 16 poltronas giratórias, quatro mesas retangulares, 60 balanças eletrônicas; dez nobreaks; um monitor multiparamétrico; uma máscara para aplicação de anestesia; uma máquina de tosa; quatro ganchos de castração; um jogo de laringoscopia; um estojo instrumental; seis geladeiras de 510 litros; 100 pulverizadores, dez câmeras fotográficas; 100 nebulizadores; um vídeo *wall*;
- Distribuição de 25 motocicletas; cinco Kit Vigiagua; 15 Estereomicroscópios; 12 caixas térmicas; cinco geladeiras de 510 litros; oito refrigeradores, cinco câmeras fotográficas, cinco nobreaks, dois pulverizadores, 20 botes de seis metros com motor de popa de 15HPS, para 34 municípios.

Ensino e Pesquisa

- Publicação de 57 trabalhos em periódicos científicos, livros/capítulos de livros e apresentações de trabalhos em eventos científicos;

- Criação de painel de monitoramento de Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde (Iras) e resistência microbiana;
- Aprovação de projeto de pesquisa em edital da Fapeam – "Mulheres e Meninas na Ciência" com o "Estudos da Viabilidade da Implementação de Telas Impregnadas com Inseticida de Longa Duração (TILDs) e de identificação de unidades fontes e sumidouros como novas ferramentas para o controle da malária no estado do Amazonas";
- Coordenação, orientação e monitoramento dos bolsistas e da execução dos 14 projetos de pesquisa do Paic/Fvs-RCP, correspondendo a 100% de projetos concluídos na Edição 2020/2021;
- Atualização da certificação do Grupo de Pesquisa "Vigilância em Saúde na Amazônia", do Diretório de Pesquisa do CNPq, com implementação de 12 linhas de pesquisa;
- Participação em três eventos técnico-científicos e comissões *Ad-hoc*;
- Utilização de plataforma para a realização de 16 cursos EaD e a elaboração de seis cursos de Educação a Distância (EaD);
- As ações de vigilância resultaram em artigos científicos aceitos para apresentação na XIV Conferência Internacional de Saúde Pública realizado em Dublin (Irlanda), e no 11º Congresso Brasileiro de Epidemiologia.

Outras Atividades Relevantes

- Foram realizadas 120 ações educativas nas modalidades presenciais e *on-line* com várias plataformas, utilizando aplicativos e softwares como *Google Meet*, Telessaúde, *Youtube* e EaD, proporcionando a capacitação de 40 profissionais de 15 Estados do Brasil. No total, foram 3.798 capacitados de nível superior e 5.615 de nível médio, totalizando 9.213 profissionais capacitados;
- Controle de qualidade em 2.089 insetos identificados pelas equipes municipais de entomologia, referente a 10% da produção local, com o objetivo de identificar corretamente os vetores de importância médica no Estado;
- Identificação de 122 exemplares de insetos no laboratório da Subgerência de Entomologia;

- Realização de prova biológica de gaiola, com o objetivo de avaliar a efetividade do inseticida Cielo, que está sendo usado pela primeira vez pelo Programa de Controle do Aedes;
- Investigação Entomológica de Triatomíneos, no município de Ipixuna, em decorrência de surto de Doença de Chagas;
- Realização de ações de Educação em Saúde para os migrantes venezuelanos com registros, cadastros, emissão de documentos e realização de serviços básicos como saúde, educação e abrigamento;
- Elaboração do Curso de implantação de Núcleos de Economia da Saúde (Nes) municipal na plataforma Ead da Fvs-RCP, tendo como objetivo articular e mobilizar ações e serviços de educação em saúde voltadas para a população;
- Investigações de casos de rabdomiólise associada à doença de *Haff,* nos municípios de Parintins e Itacoatiara, com divulgação de cinco boletins epidemiológicos dos casos.

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO BÁSICA

A Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc), para garantir o acesso à educação básica no atual cenário de restrições sociais, deu prosseguimento aos investimentos no ensino mediado por tecnologia. O Projeto Aula em Casa, principal ação desse contexto, contribuiu para a garantia do direito à educação aos estudantes, conforme assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Pensando no retorno presencial das aulas, foi lançado o programa "Educa+Amazonas" com foco em quatro eixos: qualificação e reconhecimento dos profissionais da educação, recuperação da aprendizagem dos estudantes, preparação do estudante para o futuro e meio ambiente e sustentabilidade.

O Programa é composto por 13 projetos prioritários que envolvem a qualificação de professores e pedagogos, a valorização dos trabalhadores da educação, a distribuição de materiais de apoio à prática educativa, o reforço escolar, o desenvolvimento de atividades práticas e experimentais por discentes; o ensino de programação, o pensamento computacional e cultura digital; a Educação Empreendedora, dentre outros.

Educar Para Transformar

O programa é estruturado por estratégias que integram os anseios da Escola e da Comunidade, com o escopo de consolidar uma educação básica de qualidade na rede pública estadual de ensino, por meio de Metodologias Ativas e garantia de uma perspectiva democrática que inclui acesso, permanência e o êxito do estudante no processo educacional, com a conclusão do estudo na idade recomendada pela LDBEN.

Esse programa alcançou 602 escolas, sendo 111 exclusivas dos anos iniciais e 54 exclusivas dos anos finais do ensino fundamental; 69 exclusivas do ensino médio; quatro exclusivas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quatro exclusivas de Educação Especial e 360 escolas que atendem mais de um nível de ensino.

Os Centros de Educação de Tempo Integral (Cetis) compõem-se de 85 escolas (45 na capital e 40 no interior), devendo chegar a 87 com a inauguração dos Cetis do Careiro e de São Paulo de Olivença, atendendo a um total de 37.749

alunos, sendo 20.753 alunos em 45 escolas na capital e 16.996 alunos em 40 escolas no interior.

Concurso Público

No início de 2021 foram realizadas três convocações do concurso público de 2018, que nomeou 96 professores para a educação mediada por tecnologia; 347 professores nas demais modalidades e 827 profissionais de apoio específico à educação nos cargos de Assistente Social (35), Bibliotecário (sete), Contador (cinco), Engenheiro Civil (quatro), Engenheiro Eletricista (dois), Engenheiro Mecânico (um), Estatístico (dois), Fonoaudiólogo (três), Nutricionista (26), Psicólogo (34), Assistente Técnico (108) e Merendeiro (600).

No segundo semestre foi realizada ainda mais uma nomeação para todos os cargos que compõem o quadro permanente de pessoal, sendo 318 na capital e 248 no interior.

Fortalecimento da Gestão Escolar

No âmbito da Gestão Escolar, com a implantação do Projeto Prioritário Pronto para Aula, a Seduc realizou a aquisição de materiais para subsidiar práticas pedagógicas, beneficiando 600 escolas da Capital e do Interior. O projeto que integra o Programa Educa + Amazonas distribuiu 450 mil kits de materiais escolares para alunos e 24 mil kits de apoio para professores e pedagogos.

Dentre as ações do plano de retorno das aulas presenciais, foi criado o programa "Hora de Avaliar", visando a melhoria dos resultados nas avaliações externas, Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SAEB) e Exame Nacional do Ensino Médio ENEM), promovendo a elaboração de materiais complementares, específicos e próprios para suporte aos professores de Língua Portuguesa, Matemática e alunos de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, e 3ª série do Ensino Médio.

O Programa Educação Premiada, com a finalidade de valorização das práticas docentes, técnicas e administrativas de sucesso, o fortalecimento da Gestão Escolar para aprimoramento do processo educativo nas unidades escolares das redes Estadual, Municipal e Privada de Ensino do Amazonas alcançou os trabalhadores da Educação da Rede Pública que atingiram as metas definidas no índice Estadual de Metas da Educação Básica, com o pagamento de bonificação, os 14º e 15º salários.

Construção e Reforma de Escolas

Foram realizadas 12 Reformas ou Adequações e 4 Construções de Escola ou Quadra de Escolas Estaduais no Estado. Desses, 17 projetos para Capital e 7 para o Interior do Estado. Mesmo com variações orçamentárias para cada obra, o total investido será de mais de 25 milhões.

Em obediência ao protocolo de saúde emitido pelo Governo do Estado, todas as 231 escolas da capital foram preparadas e equipadas para a volta às aulas, permitindo um retorno seguro aos estudantes e profissionais da educação. Das 370 escolas do interior, várias concluíram os serviços de instalação de pias, cubas, instalações hidráulicas, instalação de suporte para sabonete, álcool em gel, papel toalha, sinalização de distanciamento social, dentre outros, exceto algumas que ainda seguem no processo execução.

Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam)

Com investimentos de R$ 144 Milhões, o programa ampliou a cobertura e melhorou o desempenho escolar dos alunos da educação básica, na aplicação de três componentes estruturais do projeto: ampliação da cobertura da educação básica; melhoria da progressão, conclusão e qualidade da educação básica e gestão, monitoramento e avaliação da rede escolar e do projeto.

Para viabilizar as ações, foi contratado um serviço para implantação do Projeto de Correção de Fluxo Escolar, que visa promover a formação continuada presencial e mediada dos técnicos dos Núcleos de Referência, dos professores, pedagogos e gestores que atuam no Programa, com foco em metodologias ativas nas propostas curriculares vigentes, BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e as resoluções em vigor; e contratação de serviços de consultoria especializada para a implementação de Modelo de Gestão na Educação Pública do Amazonas para Melhoria de Indicadores Educacionais, a fim de criar lideranças capazes de gerenciar toda a rede de ensino por meio dos principais indicadores educacionais, desde o nível estratégico até o operacional, possibilitando aos envolvidos compreender o seu papel no alcance dos resultados globais da rede.

Aquisição de Produtos Regionalizados

Foram adquiridos produtos regionalizados (gêneros alimentícios) para a rede estadual de ensino, viabilizado pelo Programa Merenda Escolar Regionalizada

(Preme) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) beneficiando 433.424 alunos nas modalidades de ensino: Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial em atendimento a 596 escolas da rede Estadual.

Foram beneficiados 221.386 alunos em 231 escolas na capital e outros 212.038 alunos em 365 escolas no interior do estado. Além disso, foram realizados dois chamamentos públicos**,** sendo um regular e outro especial aos povos indígenas para aquisição de gêneros da Agricultura Familiar (incentivo aos produtores de áreas indígenas e locais).

Com o Programa de Regionalização de Móveis Escolares (Promove), adquiriu-se mobiliário escolar para 596 Escolas Estaduais (231 destinados à capital e 365 ao interior), beneficiando estudantes e servidores, além de promover a valorização do produtor moveleiro local.

Transporte Escolar

O transporte escolar viabilizou o atendimento de aproximadamente 51.098 alunos do ensino fundamental, médio e tecnológico em 62 municípios, distribuídos em rotas fluviais e terrestres. O estabelecimento dessas rotas no transporte escolar facilitou o aumento de alunos que migram de um município para o outro atendendo assim as demandas reprimidas.

Ensino Regular

As ações pedagógicas no ensino básico foram decisivas para diminuir os impactos da pandemia, garantindo a aprendizagem dos estudantes da Rede Estadual. Dentre as ações de maior impacto destaca-se a reelaboração da Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental, renovando o currículo da Rede Estadual de Ensino, alinhando-o à Base Nacional Comum Curricular.

Outra ação de impacto foi o Programa de Correção de Fluxo Escolar "Avançar"', que regulariza a vida escolar dos alunos com distorção idade-ano escolar. O Programa atendeu 2.592 alunos, contemplando 172 turmas de 109 escolas da Rede Estadual, sendo 1.900 estudantes na capital e 692 estudantes do interior do Estado.

A proposta do Programa foi reelaborada e em seu novo formato prevê a aquisição de material pedagógico (livros didáticos de todos os componentes curriculares e jogos de Língua Portuguesa e Matemática) para professores e estudantes, além de formação para os docentes e gestores que atuam com este

público e oferta de uma plataforma educacional para o monitoramento do desempenho dos estudantes.

O Programa Intensivo de Recuperação da Aprendizagem disponibilizou materiais e recursos didático-pedagógicos de apoio ao estudante e ao professor, dentre eles as Coleções Avalia Brasil e Aprova Brasil (Língua Portuguesa e Matemática) distribuídas a aproximadamente 174 mil alunos do 2º ao 9º ano do ensino fundamental; Acerta+Enem**,** beneficiando cerca de 50.877 estudantes da 3ª série do ensino médio; além das plataformas educacionais EXP, Acerta+Enem e Barsa na Rede**,** as quais disponibilizaram videoaulas, exercícios, simulados e materiais de pesquisa para os estudantes a partir do 8º ano até a 3ª série do ensino médio.

Destacam-se ainda o desenvolvimento dos chamados Projetos Prioritários, como "Na Ponta Da Língua"**,** que oferece cursos de inglês e espanhol aos estudantes dos 8º e 9º anos do ensino fundamental e das 1ª e 2ª séries do ensino médio, premiando os dez melhores desempenhos com um intercâmbio cultural para os países falantes desses idiomas; Projeto "da escola para o trabalho", que visa reformular a dinâmica das escolas de Tempo Integral, por meio da oferta de cursos técnicos profissionalizantes aos estudantes das 2ª e 3ª séries do ensino médio, e os respectivos encaminhamentos para estágios remunerados no último ano da série.

No âmbito dos projetos prioritários, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (Pronem) do Ministério da Educação (MEC) tem por objetivo o apoio técnico e financeiro à implementação do Novo Ensino Médio. No Amazonas participam 147 escolas-piloto, sendo 76 na capital e 71 em 35 municípios do Estado.

Na Educação em Tempo Integral, as ações do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Proeti/Emti) deram apoio à ampliação da oferta de educação em tempo integral no Ensino Médio. Atualmente, 33 escolas de ensino médio participam do Programa de Fomento (14 na capital e 19 no interior), beneficiando 13.995 estudantes de ensino médio, por meio de aporte financeiro e redesenho curricular.

Outra ação de impacto na Educação em Tempo Integral foi o Programa Escola Ativa, contemplando 35 escolas (16 em Manaus e 19 no interior)**,** fortalecendo as escolas do Novo Ensino Médio a partir de um currículo integrado pelos componentes da Base Nacional Comum Curricular e uma Parte de Formação Diversificada, com o objetivo de agregar cidadania à formação dos alunos.

Programa Busca Ativa do Escolar

O Programa Busca Ativa do Escolar (PBAE) foi criado como uma das estratégias do Plano de Retorno às Aulas Presenciais no período pós-quarentena da Covid-19. Para a implementação foram criadas ferramentas para o acompanhamento e monitoramento, com destaque para as campanhas "Queremos seu amigo de volta" e o Dia de Mobilização "Vem pra Escola". O programa permitiu identificar 154.535 estudantes em situação de potencial abandono na rede, possibilitando o retorno de 95.901 destes à escola.

Educação de Jovens E Adultos (EJA)

Com o objetivo de revitalizar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, foi implantada "a nova EJA" na rede estadual de ensino, o que minimizou a evasão escolar e otimizou o tempo de escolarização dos estudantes que não tiveram acesso ou não conseguiram dar continuidade no processo de escolarização. A oferta da EJA ficou em 30.723 alunos alocados em 190 escolas estaduais, incluindo a capital e 58 municípios do Amazonas.

O exame supletivo do Sistema Eletrônico de Avaliação (SEA) atendeu ao todo 16.709 candidatos, dentre os quais foram beneficiados 440 internos das unidades prisionais de Manaus, resultado da parceria com Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap).

Foram certificadas pela Seduc 441 pessoas, sendo 216 pelo SEA, 206 pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e 19 pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Educação Especial

O Governo do Estado vem trabalhando na construção de políticas que visem atender com qualidade os alunos públicos da Educação Especial em todo o estado do Amazonas, desenvolvendo atividades que perpassam todos os níveis de Ensino dentro de uma perspectiva inclusiva. Atualmente existem 2.962 alunos incluídos na capital e 2.462 alunos no interior.

Ensino Presencial com Mediação Tecnológica

O Centro de Mídias de Educação do Amazonas desenvolveu ações educacionais emergenciais a partir do projeto "Aula em Casa", com a oferta de aulas aos estudantes do ensino básico por meio multiplataformas tecnológicas e cadernos digitais, atingindo aproximadamente 10 milhões de alunos em 14

Estados parceiros via de Termo de Cooperação Técnica e os 62 municípios do estado.

Lançado como prioritário, o projeto "Fazer para Aprender" visa fomentar o desenvolvimento de metodologias ativas de aprendizagem (mão na massa) em ambientes multi-instrucionais em unidades escolares, tendo como princípio educativo a metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa e ao protagonismo dos estudantes.

Plataformas de Apoio à Aprendizagem

O Site do "Aula em Casa" foi criado para toda a comunidade escolar com o objetivo de facilitar o acesso às informações gerais do projeto e às atribuições dos atores envolvidos, assim como aos recursos digitais pedagógicos disponíveis para download (videoaulas, cartelas, cadernos digitais e cadernos de apoio).

O aplicativo Aula em Casa é de acesso restrito a toda a rede estadual e foi elaborado para que alunos e professores possam assistir às transmissões das aulas e interagir com segurança, via chat.

A Plataforma digital EXP for School visa contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos do ensino médio focados no ENEM e vestibulares no nível local e nacional. Atende cerca de 8 mil professores e mais de 223 mil estudantes.

A plataforma de pesquisa Barsa na Rede visa colaborar com as estratégias de ensino remoto, integrando ferramentas de pesquisas e de recursos pedagógicos, tais como como banco de dados, museu virtual, estatísticas gerais, atlas e outros, permitindo ao professor interagir com a turma no ambiente virtual, no sentido de auxiliar e direcionar as pesquisas e demais atividades. A plataforma tende cerca de 6 mil professores e mais de 132 mil estudantes.

O Acerta Mais ENEM visa preparar os alunos para vestibulares e para o ENEM. Além da plataforma digital, ainda dispõe de material apostilado impresso e o público-alvo são os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio. Atende cerca de 5 mil professores e mais de 61 mil estudantes.

Valorização e Formação do Profissional de Educação

O projeto Trilhas do Saber tem o objetivo de potencializar a qualificação dos profissionais da educação da rede estadual de ensino. Ofertado na modalidade presencial, atendeu oito municípios: Tefé 760; Tabatinga 800; Manacapuru 800;

Rio Preto da Eva 200; Caapiranga 240; Codajás 440; Careiro da Várzea 400; Carauari 480, totalizando 3.680 municípios atendidos.

Além desse projeto, foram desenvolvidas outras ações, como o Canal de Formação do Professor, para pedagogos e professores de apoio atuarem com proficiência na organização de diferentes ações e processos pedagógicos no período da pandemia da Covid-19; Encontro Formativo para Gestores, com protocolos mais atualizados e foco no papel da equipe gestora, no cuidado e no bem-estar da comunidade; Curso Ensino Híbrido: reorganizando tempos e espaços na sala de aula, com o objetivo de oferecer aos participantes um aporte teórico, dinâmico e educacional sobre o Ensino Híbrido; Curso Intencionalidade e Práticas pedagógicas, com o objetivo de promover formação teórico-metodológica para subsidiar o trabalho dos professores da rede estadual de ensino, com ênfase na intencionalidade e práticas pedagógicas;

Cursos em Parceria

As parcerias e convênios estabelecidos obteve os seguintes resultados:

- Fundação Telefônica VIVO – "Escolas Conectadas", para atendimento às escolas da rede estadual de ensino, promovendo cursos para 2.794 profissionais da educação, e "Pense Grande", que atendeu 1.666 profissionais da educação;
- Unicef - por meio da instituição Repórter Brasil ofereceu o curso "Edumigra - Escravo, nem pensar!" alcançando 3.153 alunos imigrantes matriculados;
- UFAM – especialização *Stricto Sensu* no nível de mestrado, com a oferta de 30 vagas no curso de Educação, 30 vagas no curso de Língua Portuguesa e 35 vagas no curso de Geografia para professores e pedagogos da rede estadual de ensino, com início em 2018 e término previsto para 2022.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), entidade pública responsável pela oferta de educação profissional e tecnológica no Estado do Amazonas, continuou a desenvolver suas ações nos 62 municípios, mesmo com a crise sanitária mundial causada pelo novo coronavírus, Covid-19, definindo o retorno das atividades de forma remota e ampliando a oferta de cursos para todo o Estado.

O Cetam realizou 208 parcerias, registrando 3.081 vagas com o Terceiro Setor; 1.589 com as empresas e 1.906 vagas com o Governo. No Terceiro Setor as vagas foram distribuídas em cursos distintos, realizados em parceira com as organizações não governamentais (associações, cooperativas, clubes, sindicatos, igrejas, Oscip e outros). As ações do Projeto Cetam na Empresa tiveram a participação de empresas nos segmentos gráfico, informática, energético e plástico, entre outras. As vagas disponibilizadas nesse projeto foram para Manaus, em diversos cursos especializados para o "chão de fábrica". O referido projeto mantém parceria com 14 empresas do Polo Industrial de Manaus, além dos segmentos de Comércio e Serviços.

Foram realizadas as formaturas on-line dos cursos iniciados antes da Pandemia, com encerramento do ciclo acadêmico do público alvo. Além disso, foram realizadas Formações, com destaque para o curso "Turismo inclusivo e acessível – como atender o turista com deficiência" voltado para alunos na área do turismo.

O centro realizou parcerias em projetos educacionais com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc), com destaque para a realização dos programas "Trilhas do Saber" e "Da Escola para o Trabalho".

Qualificação Profissional

As ações relacionadas à qualificação profissional resultaram na oferta de 172.454 vagas, sendo 102.026 na capital e 70.428 no interior do Estado.

Após a flexibilização, as atividades foram retomadas gradativamente, atendendo todas as normas sanitárias na sede e nas unidades da capital e do interior. Sendo três unidades na capital (Escolas de Educação Profissional Padre Estélio Dálison, Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra e Instituto Benjamin Constant) e seis nos municípios, assim distribuídas Tefé(1), Itacoatiara(2), Tabatinga(1), Maués(1) e Careiro Castanho(1).

Além das escolas próprias do Cetam, as unidades instaladas nos seis Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) retornaram após a flexibilização definida pelo Governo do Amazonas, assim como o Centro Estadual de Convivência do Idoso (Ceci) de Aparecida e no Centro Cultural Aníbal Beça.

Por meio do programa Formação Técnica, 15.462 vagas foram ofertadas, proporcionando a formação na capital e nos municípios do interior. Nos cursos de Formação Inicial e Continuada foram disponibilizadas 103.934 vagas.

Inclusão Digital e Ensino a Distância (EAD)

Outro importante segmento de atuação do Cetam é a inclusão digital dos cidadãos do estado do Amazonas, que compreende cursos de informática básica e avançada, ofertando 3.943 vagas, sendo 2 mil vagas na capital e 1.934 vagas no interior do Estado. Num contexto atípico da pandemia, o Cetam investiu na ampliação do atendimento EaD, representando um aumento na oferta de educação a distância na capital e no interior, atingindo um total de 41.009 vagas.

Novas Unidades do Cetam

Dentre os investimentos em infraestrutura dos espaços de ensino e aprendizagem, destacam-se: a inauguração da primeira escola de educação profissional pública da zona Norte, no conjunto Galileia, orçada em mais de 10 milhões, possibilitando a oferta de mais de 9 mil vagas por ano e a conclusão da unidade de Benjamin Constant, no Alto Solimões, atendendo a demanda da região.

Oferta de Cursos

Um total de 172.454 vagas em diversos cursos de especializações foram lançadas para Manaus e municípios do interior.

Foram lançados o Guia Metodológico do Ensino Remoto, um manual com as diretrizes que norteiam a educação on-line e o Catálogo de Cursos da instituição com os mais de 400 cursos ofertados com suas especificidades, carga horário e explicação dos eixos tecnológicos ao qual pertencem.

Outras Ações Realizadas

Inauguração do Ambiente Maker (Sala). O espaço é um Centro de Inovação e Formação Técnica em Indústria 4.0, que visa atender a demanda de profissionais capacitados em Indústria 4.0 das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Foi instalado no Instituto Benjamin Constant, Centro.

Oferta de pós-graduação em educação profissional para instrutores de 18 munícipios do interior do Amazonas, em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

ENSINO SUPERIOR

No ano em que comemorou 20 anos de existência institucional, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) mantém as diretrizes de sua missão institucional e, sobretudo, sua posição estratégica na política de desenvolvimento do Estado, tendo por compromisso contínuo a geração de oportunidades com vistas à expansão do acesso à Educação Superior, ciência, inovação e negócios.

A estrutura da Universidade esteve à disposição do Estado para as ações de enfrentamento durante esse período, com destaque para o início do estudo CovacManaus (antecipação da vacina contra a Covid-19) para trabalhadores da área de Educação e Segurança Pública da rede estadual lotados em Manaus, com idade entre 18 e 49 anos. O estudo conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam); doação das vacinas pelo Instituto Butantan e parceria da UEA, das secretarias estaduais de Saúde (SES-AM), de Educação e Desporto (Seduc) e de Segurança Pública (SSP-AM), Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS/AM), do Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia) e da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (Semsa).

O objetivo principal desse estudo é identificar se a aplicação da vacina em pessoas com comorbidades terá impacto na prevenção das formas graves da doença e seus resultados preliminares demonstram saldo positivo entre os participantes em fase de acompanhamento.

Em abril de 2021 as atividades administrativas da UEA retomaram de forma gradual, mês em que o calendário acadêmico também retornou, mas de forma remota, e em setembro de 2021, no formato híbrido, respeitando as orientações de segurança do Grupo de Gestão do Plano de Contingência da UEA diante da pandemia.

O Plano de Contingência da UEA instaurado diante da pandemia resultou em ações de efetiva colaboração com a sociedade, dentre elas o funcionamento no primeiro semestre de *Call Center Chatbot*, com a atuação de voluntários, realizando atendimentos de orientação à sociedade por meio do aplicativo Sasi; e o Sistema *Chatbot* da UEA, que ofereceu atendimento médico e psicológico gratuitamente para a população do Amazonas, durante o período de pandemia, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM) e grupo

Samel, visando diminuir a demanda nos dispositivos de saúde públicos e privados, além da exposição dos pacientes aos riscos de novas contaminações, tendo em vista o aumento de casos de síndromes respiratórias agudas graves.

Pela primeira vez a UEA esteve entre as melhores instituições de ensino da América Latina e Caribe, no ranking anual do *Times Higher Education (THE)*, um dos principais indicadores de educação superior do mundo. Na classificação de 2021 a UEA apareceu como a 47ª universidade mais bem avaliada entre as brasileiras e a segunda mais bem colocada entre as universidades da região Norte.

GRADUAÇÃO

Formas de Ingresso

Com relação às formas de ingresso tradicionais da UEA, o Vestibular e o Sistema de Ingresso Seriado (SIS), que possibilitam o ingresso de novos alunos na instituição, destaca-se a aplicação das provas da edição 2020 que contaram com quase 35 mil candidatos inscritos, com a oferta de 2.992 vagas incluindo 182 destinadas aos indígenas e 270 destinadas às Pessoas com Deficiência (PcD), distribuídas em 34 cursos (contabilizados por nomenclatura).

Até outubro haviam ingressado 1.991 alunos, por intermédio dos dois certames, cujos editais foram lançados em novembro, edições 2021/2022, sendo ofertadas um total de 4.870 vagas, incluindo 264 vagas para alunos indígenas e 773 vagas para Pessoa com Deficiência (PcD). Para o Vestibular são oferecidas 2.300 vagas, sendo 1.088 para a capital e 1.212 para o interior. O Edital do SIS dispõe de 1.533 vagas, sendo 725 para a capital e 808 para o interior.

A UEA registrou 20.736 alunos matriculados em 65 cursos de graduação ativos na capital e no interior do Estado; e diplomou 1.429 novos profissionais qualificados, sendo 779 da capital e 650 do interior.

PÓS-GRADUAÇÃO

Matriculados e Cursos de Pós-Graduação

Na Pós-Graduação, a UEA conta ao todo com 25 programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (cursos de Mestrado e Doutorado próprios, em parceria e associação) em pleno funcionamento (sendo 18 cursos de Mestrado e sete de Doutorado), incluindo nestes os 12 cursos próprios de Mestrado e um de Doutorado, além de 52 cursos de Especialização, um de Mestrado (Minter) e cinco

de Doutorado (Dinter) oferecidos em parceria com outras instituições. De janeiro a setembro constam nos registros 4.387 alunos matriculados, sendo 3.444 na modalidade Especialização (Lato Sensu), 716 no Mestrado, 227 no Doutorado (Stricto Sensu), além de 28 matriculados no Mestrado Interinstitucional (Minter) e 70 no Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Durante o mesmo período foram titulados/certificados 712 alunos em 48 cursos de pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado), com destaque para os 97 profissionais especializados em Gestão Pública Aplicada à Segurança, 79 em Saúde da Família e Comunidade e 57 em Saúde Pública, com Ênfase na Estratégia da Saúde da Família, de modo a melhorar a oferta de serviços públicos à sociedade.

No âmbito das pesquisas, a sustentabilidade e as ações trans, multi e interdisciplinares são incentivadas. A aproximação com os setores produtivos governamentais e sociais resultam em processos de co-criação, a partir de um processo multiprofissional e interinstitucional envolvendo diversas áreas do conhecimento.

A carreira científica se dá com a Iniciação Científica (IC), uma experiência que ocorre durante a graduação, permitindo que os estudantes passem por um processo de aprendizado focado para uma linha científica da sua área, com metodologias e construção de soluções ou respostas para uma questão específica. Nesse sentido, a UEA conta com 162 grupos de pesquisa institucionalizados a partir do registro na Plataforma Lattes que formam 510 bolsistas de Iniciação Científica (IC) financiados pela FAPEAM, CNPq e com recursos da própria UEA (dados atualizados de janeiro a setembro de 2021). Destes bolsistas de IC, 402 são de unidades da capital e 108 de municípios do interior do Estado. Em dados atualizados até setembro foram registrados 21 projetos de pesquisa individuais vigentes e 3 projetos institucionais financiados pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) sendo desenvolvidos.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Extensão Universitária

No que se refere à Extensão Universitária, foram desenvolvidos 439 projetos de extensão implementados no período de janeiro a outubro de 2021,

aprovados via editais do Programa de Extensão (Progex), com 648 bolsistas e mais 1.058 voluntários, totalizando 1.706 estudantes diretamente envolvidos. Cada um dos projetos aprovados na última edição foi contemplado com bolsas no valor de R$ 400,00 e R$ 500,00. Além destes, ainda constam outros projetos que integram Programas Institucionais de Longa Duração como Práticas de Leitura e Escrita: o português como L2 de acadêmicos indígenas; Tecendo Diálogos Interculturais; Laboratório de Ensino, Pesquisa e Experiências Transdisciplinares em Educação (Lepete). Também merecem destaque e foram igualmente contemplados com bolsas e mantêm suas atividades, alguns projetos ligados às artes, como a Orquestra Sinfônica da UEA, Madrigal Amazonas, Orquestra Barroca e Coral da UEA.

Quanto aos Cursos de Extensão e Eventos, foram registradas aproximadamente 84 atividades, com a emissão de certificados para 7.158 participantes.

Política de Assistência Estudantil

No âmbito da Política de Assistência Estudantil, deu-se continuidade ao Programa de Assistência Estudantil da UEA, que atende os estudantes classificados em grau de vulnerabilidade socioeconômica, por meio dos seguintes benefícios: Casa do Estudante (354 estudantes), Auxílio Moradia (164), Auxílio Transporte (247), Auxílio Financeiro (641), Auxílio Socioeconômico (272), e Bolsa Tutoria (82). Com o calendário letivo no formato a distância e híbrido não houve funcionamento do Restaurante Universitário em 2021.

Foi implementado o Programa de Auxílio Socioeconômico (ProUEA), que atendeu 272 alunos devidamente matriculados, visando garantir a permanência e a conclusão de curso dos estudantes na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Ainda para garantir aos estudantes matriculados e frequentando regularmente os cursos presenciais de graduação, o acesso contínuo dos conteúdos acadêmicos disponibilizados remotamente, foi mantido o Programa Auxílio Conectividade, com a finalidade de proporcionar a inclusão digital de estudantes, democratizando e ampliando as condições de permanência na Universidade.

Rainforest Social Business School (RSBS/UEA)

A UEA realizou abertura oficial do curso de Especialização Rainforest Social Business School, oriundo do projeto que reflete o esforço coletivo e sinérgico de várias instituições, tendo um papel muito importante no desenvolvimento econômico de novas cadeias produtivas e de preservação da Amazônia. O curso contou com 155 alunos matriculados, sendo 110 de Manaus, seis de Coari, quatro de Iranduba, 10 de Maués, nove de Parintins, oito de Tefé e oito de Tabatinga.

UEA 20 anos

Para comemorar os 20 anos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Gestão Superior da instituição realizou em agosto de 2021 a live "UEA 20 anos", evento que foi transmitido ao vivo do Teatro Amazonas pela TV Encontro das Águas e pelas redes sociais oficiais da Universidade (Facebook, Instagram e Youtube). Outra ação que foi realizada para celebrar a data, foi o lançamento do site UEA 20 Anos com acesso a galeria de fotos, histórico da instituição, infográficos, notícias e a composição da Gestão Superior.

UNIVERSIDADE DA TERCEIRA IDADE

A Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI) se dedica a formar recursos humanos de alta qualidade técnica na área de gerontologia e cuidado do idoso, desenvolvendo ações de extensão e implantando estudos científicos.

Dentre as atividades de extensão foram disponibilizados cursos em mídias digitais, realizadas oficinas livres e apresentações musicais e cênicas. Foram oferecidas 1.100 vagas para cursos e oficinas livres, nas modalidades de artesanato, língua espanhola, informática básica, exercício de memória, Hatha Yoga, pilates, Tai Chi Chuan e canto coral.

Por meio de mídias digitais foram disponibilizadas 220 videoaulas que abrangeram conteúdos sobre fisioterapia preventiva, equilíbrio corporal, alongamento, teatro, geronturismo, dança, violão, dentre outros.

O grupo de teatro Renascer da FUnATI realizou 22 apresentações musicais e cênicas, abordando temáticas regionais e sobre a velhice, sendo prestigiado por 790 pessoas.

As atividades de ensino também foram realizadas virtualmente, sendo viabilizadas por meio de parcerias. Com o apoio da UEA, por meio do seu Polo de Telessaúde, foram transmitidas as aulas do curso de educador social do envelhecimento, com 30 alunos concludentes. Ainda foram realizadas 43 web palestras, beneficiando mais de 600 pessoas.

Em parceria com o Centro Municipal de Escolarização de Adultos e Pessoas Idosas (Cemeapi), da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (Semed), foram ofertadas duas turmas para a escolarização de adultos e pessoas idosas com um total de 17 alunos.

No âmbito do projeto da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), "Saúde Mental em Comunidades Indígenas e Ribeirinhas", foi ofertado o curso de capacitação para os agentes comunitários de saúde rurais, beneficiando 67 profissionais e realizando 1.920 atendimentos psicológicos.

O Programa Viver Ativo e Saudável tem como objetivo implementar ações de melhoria da qualidade de vida dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da Amazonprev, por meio de atividades de extensão, ensino, pesquisa, oficinas livres, palestras, rodas de conversa e campanhas educativas de saúde realizadas pela FUnATI.

Dentro das atividades de ensino on-line, o Curso de Noções Básicas em Gerontologia, com carga horária de 60h e 15 módulos, teve suas aulas gravadas no estúdio da VAT, centro de mídias parceiro da UEA.

A implantação da FUnATI nos municípios de Itacoatiara e Parintins, gerou a assinatura de termos de cooperação técnica com as prefeituras desses municípios para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino, extensão e serviços de assistência à saúde. Foi ainda realizada capacitação em Gerontologia para os profissionais que atuam com a população idosa, sendo 54 em Itacoatiara e 236 em Parintins.

Na área de pesquisa foi dado um grande passo com a construção e entrega do Centro de Pesquisa Gerontec, que está em processo de estruturação e aparelhamento.

Quanto ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, foram finalizados dois projetos com auxílio da Fapeam e outros três se mantêm em desenvolvimento, beneficiando 3.000 pessoas. Foram ainda publicados 13 artigos, um livro, seis capítulos de livro e 15 resumos de congressos.

A Revista Amazonense de Geriatria e Gerontologia conseguiu a obtenção de seu Digital Object Identifier (DOI), viabilizando assim a sua visibilidade internacional. Cerca de 45% dos trabalhos recebidos foram publicados na Revista.

A Policlínica gerontológica, por meio de suas ações de recepção e acolhimento, se dedicou a ouvir, orientar e prestar informações aos idosos quanto às suas demandas, realizando inclusive encaminhamentos à rede socioassistencial conforme as suas necessidades.

Foram ainda realizadas avaliações de risco de vulnerabilidade clínico-funcional (avaliação geriátrica ampla, que pode ser realizada por profissionais não especialistas); atendimentos médicos, de nutrição, de fisioterapia, psicologia e odontologia.

Outras iniciativas importantes no âmbito da Policlínica foram: o plantão psicológico para a população idosa de Manaus (Disk saúde mental); Programa de Telessaúde da FUnATI; e o Programa de saúde social, que visa garantir o bem-estar físico, mental e social dos idosos.

TELEJORNALISMO E RADIODIFUSÃO

A Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas (Funtec) tem o compromisso de transmitir o melhor em questão de imagem, som e conteúdo.

Durante a pandemia da Covid-19, a Televisão, a Rádio e o Portal do Sistema Encontro das Águas, veículos da Funtec, foram fundamentais para a difusão das ações do Governo do Amazonas no enfrentamento ao novo Coronavírus.

Com formato objetivo e dinâmico e veiculados de hora em hora na rádio e televisão, os boletins de notícia serviram de pauta para os telejornais da TV Brasil, sendo produzidas 4.385 matérias, das quais 107 foram veiculadas em rede nacional, um crescimento significativo em relação ao ano anterior.

O telejornal Encontro do Meio-Dia estreou em maio de 2021 e, até outubro, foram veiculadas 130 edições do noticiário diário com apresentação de 1.040 matérias, das quais 536 de cunho institucional – conteúdos que divulgam ações do Governo Estadual e, atendendo o projeto de divulgação de ações e eventos do setor primário, via Secretaria de Produção Rural do Amazonas (Sepror), de maio a novembro de 2021 foram produzidas 94 matérias que registraram as ações do

Governo saindo em socorro aos produtores e pescadores atingidos pela pandemia e pela cheia histórica dos rios.

Na Produção e Programação, foram realizadas até outubro 134 transmissões, por meio da TV Pública, por intermédio do Sistema Encontro das Águas veiculou, ao vivo, na TV, no rádio e nas mídias sociais, 26 eventos oficiais do Governo Estadual, amplificando o alcance social das políticas públicas/ações que precisam chegar aos mais necessitados.

Em comemoração aos 50 Anos da TV Pública do Amazonas, e dois anos do Sistema Encontro das Águas, foi realizado o evento "50 Anos In Concert", em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas, contando com apresentações do Carrossel da Saudade, dos Corpos Artísticos do Amazonas e da Banda do Comando Militar do Amazonas (CMA).

Nas Mídias Sociais, novas estratégias de comunicação alavancaram o engajamento dos internautas. No Facebook o número de seguidores da página cresceu em torno de 50%. No Instagram houve um aumento de 475%.

A Funtec firmou duas parcerias, sendo a primeira com a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (Seduc), objetivando a "Expansão do Ensino por Mediação Tecnológica para Vinte Sedes Municipais do Estado", por meio do sinal da Rádio e TV Encontro das Águas para os municípios de Autazes, Boca do Acre, Careiro, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Itapiranga, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Maués, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Silves, Tabatinga e Tefé. Destes, 15 já possuem outorga. Parintins é o primeiro abrigo técnico que receberá o transmissor, que está em fase de conclusão. A expansão também contempla a difusão do Canal 2.1, o principal da emissora, e o sinal da Rádio FM 97,7Mhz. E a segunda parceria, com a Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), objetiva "Divulgar Ações e Eventos do Setor Primário Via Televisão e Rádio Cultura do Amazonas".

Para aprimorar a infraestrutura e os recursos humanos, a Fundação firmou Contrato de Gestão com a Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Aadesam) e convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). Este último prevê a utilização de mão de obra qualificada de 12 apenados do Sistema Prisional do Amazonas na execução de serviços de limpeza, higienização e conservação predial.

Buscando a melhoria de vídeo e áudio, foram atualizados o sistema de exibição e os equipamentos obsoletos, viabilizando a estabilização da energia

elétrica dos transmissores dos canais "Aula em Casa" e das transmissões ao vivo do Governador do Estado para a capital e interior.

Em 2021, a Rádio FM 97,7 MHz consolidou sua grade de programação com foco em música de boa qualidade, informações e serviços que orientam e influenciam o dia a dia dos ouvintes, tendo produzido 2.016 programas. De segunda a sexta são produzidos dois boletins diários de notícias com duração de 30 minutos cada, totalizando 300 edições. A Rádio também realizou 46 transmissões esportivas, como os Campeonatos Brasileiros Série D (23 jogos) e Série C (12 jogos), Copa do Brasil (4 jogos), Copa Verde (4 jogos), Campeonato Amazonense de Futebol Série A (2 jogos) e Eliminatórias da Copa do Mundo Brasil x Uruguai (1 jogo).

PROMOÇÃO DO DESPORTO E LAZER

A Fundação Amazonas de Alto Rendimento (FAAR) foi criada de acordo com Leis Delegadas 122 e 123, de outubro de 2019, assumindo as atividades da extinta Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), hoje incorporada à Secretaria de Estado de Educação e Desporto.

A FAAR promove projetos e políticas públicas voltadas para o apoio e incentivo aos esportes de Alto Rendimento no Estado, com o intuito de aproximar o Governo da população, com atividades voltadas à área esportiva, garantindo a implementação de políticas públicas por meio do esporte para adolescentes, jovens e idosos, de forma coordenada, na busca de aprimorar os resultados na prestação dos serviços públicos.

O esporte assume um papel importante na solução de problemáticas sociais, ao colaborar para a formação de cidadãos melhores e assim proporcionar melhoria na qualidade de vida da população.

Em virtude do avanço no quadro de vacinação e a reformulação de projetos nos Centros de Atividades da Família e Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia, foram implementados os projetos RespirAR e Iniciação Desportiva.

O projeto RespirAR tem como objetivo proporcionar a prática orientada de atividades físicas a pessoas que, após o acometimento pela doença da Covid-19, queiram iniciar ou retornar com segurança à prática de atividades físicas. O projeto realizou 7.041 atendimentos.

Visando oferecer maior número de vagas no desenvolvimento das práticas desportivas e de lazer, por meio do Programa Iniciação Desportiva a Fundação oportunizou a prática das modalidades coletivas e individuais de Atletismo, Futsal, Caminhada, Dança Comunitária e Aeróbica, Ginástica Rítmica, Ginástica Artística, Tênis de Mesa, Voleibol, Boxe, Handebol, Basquetebol, Judô e Xadrez, respeitando os protocolos de saúde e higienização.

Com a liberação gradativa das atividades comercias e esportivas, a FAAR retomou a locação de seus espaços e a realização de vários eventos institucionais, tais como a Reunião com Federações Esportivas; Especial das Mães; Auxílio Estadual para Atletas; Ampliação do Projeto RespirAR; Revitalização da Arena do Monte; e Revitalização Centro de Desenvolvimento Comunitário da Compensa, dentre outros.

SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA

O Governo do Estado do Amazonas tem buscado constantemente desenvolver um ambiente mais saudável e seguro para o cidadão amazonense, implantando políticas de segurança pública, bem como assegurando o que ordena no artigo 144 da Constituição Federal, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) é responsável pela coordenação geral de todas as atividades do Sistema de Segurança Pública, tendo como integrantes as Polícias Civil e Militar, Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Corpo de Bombeiros, Corregedoria Geral, Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência (SEAI), Instituto Integrado de Ensino e Segurança Pública (IESP).

É competência da SSP-AM a formulação, execução e a supervisão das atividades policiais ou correlatas, com o objetivo do livre exercício dos Poderes Constituídos, a ordem e a segurança pública. É responsável ainda pela manutenção de intercâmbio policial com organizações afins, em âmbito nacional, e pelo acompanhamento, com autoridades administrativas e judiciárias, da aplicação de medidas legais e regulamentares.

Com o objetivo de promover a modernização da Segurança Pública, foram adquiridas quatro lanchas de transporte de tropas, por meio de Convênio firmado com o Governo Federal; coletes balísticos e munições de diversos calibres, de treino e real.

Durante o exercício de 2021 executou as etapas e metas do Projeto Floresta Viva, que faz parte do programa Amazonas Mais Verde, que visa fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável, além da regularização fundiária e ambiental, como estratégia para conter o avanço do desmatamento e das queimadas, em especial nos municípios do sul do Estado e na Região Metropolitana de Manaus (RMM), que possibilitaram a realização de 14 Missões de Campo, na Operação Tamoiotatá. Além disso, foram ministrados Cursos de Formação de Brigadistas em seis municípios no sul do Estado, regiões mais afetadas por desmatamentos e queimadas ilegais.

O Grupo de Resposta Tática (GRT) realizou 114 operações integradas e 131 operações próprias, das quais resultaram em prisões e apreensões:

- 259 indivíduos presos, dentre estes seis menores de idade detidos;
- 165 armas apreendidas;
- 2.876 munições dos mais diversos calibres;
- 110 celulares;
- 42 balanças de precisão;
- 12 coletes balísticos e outros materiais ligados a práticas criminosas;
- Apreensão de aproximadamente 2.273 kg de skunk, 109 kg de cocaína, 24 kg de oxi, 44 kg de maconha, 1.268 kg de entorpecentes diversos, dentre outras quantidades.

No âmbito de operações aéreas ocorreram 213 missões, destacando-se: 27 missões de voo para manutenção de aeronave; 24 missões em apoio a operações da Polícia Militar, Polícia Civil e à Secretaria de Segurança Pública – SSP/AM; 48 missões em patrulhamento nas unidades prisionais e aéreas urbanas de Manaus-AM; 37 em apoio a ocorrências policiais (busca e localização de infrator, reconhecimento de área, ocorrência em andamento) e 62 missões para treinamento e instrução.

A Secretaria Executiva Adjunta e Inteligência (Seai) desenvolveu diversas atividades de gestão do conhecimento e de informações criminais, resultando em 8.477 recepções de denúncias ao sistema Disque Denúncia 181, 309 procedimentos pelo Laboratório Contra Lavagem de Dinheiro; e 979 procedimentos de inteligência (RELINTs, pedidos de busca, relatórios e outros).

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), que é a central de monitoramento e estratégias de segurança do Governo do Estado, tem o foco de coordenar diversas operações, as quais se destacam: a crise da pandemia da Covid; o Enem 2020, realizado em fevereiro de 2021; coordenação das operações Verde Brasil e Tamoiotatá; I Curso de Inteligência Penitenciária/CBIPEN/Seap-AM/2021 e do Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público (ETSP) – GGI-F.

Além disso, por meio do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) consolidou os dados das ocorrências e atividades principais do ano em 908.104 atendimentos emergenciais, 112 Alerta Mulher, 233 Centrais Integradas de fiscalização e 127 Planos Táticos Integrados.

O acompanhamento jurídico aos servidores se dá por meio da Coordenação de Proteção Jurídica ao Policial em Atividade (CPPA), onde estão sendo assistidos 101 servidores, contando com 112 processos que se encontram ativos.

No âmbito de prevenção à violência foram feitas várias ações:

- No Projeto Inclusão Digital e Melhor Qualidade de Vida, ofertou a modalidade de Ensino à Distância – EaD para 100 matriculados na faixa etária de 50 anos ou mais.
- Foram ministradas 97 palestras nas escolas públicas de Manaus com temas como prevenção ao suicídio, drogas e violência, *bullying* e temas relacionados, alcançando um público de 4.736 pessoas.
- 145 atendimentos emergenciais realizados tanto de forma virtual como presencial atendendo demandas de luto e adoecimento por COVID-19, problemas familiares ou dependência química.
- 45 ações sociais e representações, em parceria com organizações de cunho social e preventivo, voltadas à prestação de serviços básicos à cidadania; e orientações gerais ao público, como emissões de RG, consultas médicas, panfletagens e blitz educativas, alcançando o total de 10.352 pessoas.

O Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (Iesp), estrutura da SSP/AM responsável pela capacitação e treinamento dos servidores, formou um total de 5.660 alunos distribuídos nos campos I, II, III e IV, sendo realizados 33 cursos na modalidade presencial, 19 a distância e 19 híbridos.

A Estratégia Estadual de Segurança Pública Integrada para a Região de Fronteiras e de Divisas do Amazonas (Esfron–AM) realizou a Operação Hórus com 16 Unidades em funcionamento, onde estão alocados 174 servidores. A Operação Arpão I (Base Arpão) está em atividade desde agosto de 2020 e mantém um número de 60 servidores. Em 24 meses de Operação Hórus/AM a Esfron conseguiu recuperar R$ 698.388.353,32. Em um ano de investimento (R$ 28.259.613,91) o valor foi resgatado em menos de 1 mês de prejuízo ao crime (R$ 29.915.810,89).

Realizou-se também o Curso de Unidades Especializadas de Fronteira (Cuef), Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH Tático).

A Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública participou da elaboração de vários Planos Operacionais e realizou um total de 28 Ordens de Serviço no Interior do Estado, objetivando instruir Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares, Conselhos de Disciplina e apurar denúncias. Foram

440 procedimentos instaurados pela Polícia Civil, 647 pela Polícia Militar, 19 pelo Corpo de Bombeiros Militar e cinco procedimentos instaurados pelo Detran-AM.

Houve ainda a expedição de 537 Certidões de Nada Consta, 378 Folhas de Antecedentes, 19 folhas de informação, 96 cópias de Procedimentos, 447 cópias de Procedimentos Digitalizados, 245 Pesquisas sobre os Procedimentos (Inquéritos baixados) ao site do TJAM. Realizou-se ainda 35 correições ordinárias (internas e externas).

Já no setor Psicossocial da Corregedoria foram realizados 172 atendimentos a denunciantes.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM)

A Polícia Militar do Amazonas (Pmam) atuou em ações preventivas, resultando em relevantes números de abordagens: 2.253.087 pessoas, 347.345 carros, 383.993 motos, 43.332 ônibus urbanos, 65.306 bares e estabelecimentos similares.

Outros pontos de destaque foram as apreensões de 1.243 armas de fogo, 829 armas brancas, 6.845 munições, 2.733 motos, 68.071 ocorrências com entorpecentes, 6.525.038,00 gramas de entorpecentes, 8.310 maiores detidos e 1.410 menores apreendidos.

A maioria das ocorrências registradas pela PMAM são regidas pelo Auto de Prisão em Flagrante, que por sua vez realizou 3.833 flagrantes, 2.177 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) e 895 veículos recuperados.

Dentre as ações policiais especializadas, procedeu a 27 revistas em unidades prisionais. Outros dados importantes foram atinentes às visitas comunitárias, importantes instrumentos de polícia de proximidade e comunitária, chegando a 13.670, além das barreiras policiais, computando o número de 8.701 realizações, 29 ações de combate ao crime organizado, narcotráfico e corrupção. E ainda, duas ações de segurança de fronteiras e divisas, além de 28 ações integradas de segurança pública. Houve 55 operações do Comando Geral na capital, comandos intermediários nas zonas administrativas, e operações integradas com outros órgãos e setores públicos, como a Central Integrada de Fiscalização que integra secretarias municipais e órgãos do Estado.

Programas de Prevenção em Escolas

O Estado do Amazonas conta atualmente com nove Colégios Militares da Polícia Militar (CMPMs). Ao todo são mais de 25.000 crianças e jovens matriculados que se destacam pela disciplina e pelo elevado índice de aprovações nos vestibulares e em outras competições de cunho intelectual e desportivo em âmbito regional, nacional e internacional.

Outro programa de destaque da Pmam é o Programa de Resistência às Drogas (Proerd), prevenindo por meio de instruções a entrada de jovens no mundo das drogas, onde realizou 4.686 ações de prevenção à violência com grupos sociais vulneráveis.

Programas de Relacionamento com a Comunidade

O Projeto Formando Cidadão atende jovens entre 12 e 18 anos de idade e realizou 24.682 ações de prevenção. O Projeto Equoterapia da Pmam atendeu mais de 800 pessoas desde a sua criação. São pessoas com Autismo, Síndrome de Down, Paralisia Cerebral e Paralisia dos Membros.

O Ronda Maria da Penha realizou 2.289 acompanhamentos de medidas protetivas de urgência e 1.509 visitas solidárias às vítimas de violência doméstica.

A Diretoria de Saúde da Polícia Militar, por meio da Policlínica "TEN WEBER", teve um papel fundamental em ações preventivas e enfrentamento à pandemia, no implemento de uma força tarefa de monitoramento e acompanhamento dos policiais militares e seus dependentes, resultando em 58.525 procedimentos sociopsicológico e hospitalar.

Melhorias para a Tropa

A Polícia Militar do Amazonas obteve 50 novas viaturas com tecnologia embarcada para atuar no policiamento das zonas Norte e Leste de Manaus. Além disso, recebeu auxílio fardamento no mês do seu aniversário, somando mais de 27 milhões para atender todo o efetivo.

Foram convocados, no mês de outubro, 404 policiais militares do concurso de 2011, os quais vão reforçar a força policial no combate ao crime.

Como destaque na área de convênio, foi possível o aparelhamento e ampliação das ações do Batalhão de Policiamento de Trânsito – BPTRAN, com a aquisição de 18 motocicletas que contribuíram significativamente para as operações de trânsito.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS (CBMAM)

O Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (Cbmam) atendeu 4.514 ocorrências acionadas pelo 193, na capital e interior do Amazonas. Desse montante, 2.479 de salvamentos, busca e resgate, 887 incêndios, 523 acidentes e 625 atendimentos pré-hospitalares.

Foram adquiridos vários equipamentos como botes infláveis, equipamentos de policorte, uma embarcação fluvial completa e motor de popa 150HP, motosserras, materiais de atendimento pré-hospitalar, sistema de segurança digital, desencarceradores, além da reforma da unidade bombeiro militar do município de Iranduba e da nova sede da DAT.

Diretoria de Atividades Técnicas (DAT)

Responsável pela fiscalização e a execução das normas de segurança contra incêndio no Estado, contabilizou 6.728 procedimentos realizados, sendo 2.775 procedimentos administrativos, como a expedição de 1ª e 2ª via do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), credenciamentos, declarações de conformidade, pirotecnia e conformidade, além de 2.989 vistorias e 964 análises.

Diretoria de Saúde (Cbmam)

A Diretoria de Saúde, em seus serviços ambulatoriais, registrou 58.206 atendimentos clínicos dentre as especialidades oferecidas de cardiologia, ortopedia, ginecologia, pediatria, otorrinolaringologia, dermatologia, psiquiatria, neurologia, clínica geral e demais procedimentos. O serviço é voltado para os bombeiros militares, servidores civis da Corporação e seus dependentes. Foram contabilizadas 15.435 pessoas vacinadas pelos bombeiros militares da saúde.

A policlínica Governador Gilberto Mestrinho, sob a gestão do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (Cbmam), registrou 138.563 atendimentos, dentre consultas ambulatoriais e procedimentos.

Durante o enfrentamento da segunda onda da Covid-19 no Amazonas, os bombeiros militares assumiram a enfermaria do 6º andar do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV). Com 48 dias de atuação, contabilizaram 72 altas de paciente e nenhum óbito foi registrado.

Capacitação de Servidores

O Cbmam registrou a capacitação de 395 militares e 811 civis. Dentre os vários cursos ofertados para os bombeiros militares estão: Proteção de Autoridades, Operações em Aeromóveis e Curso de Condutores de Veículos de Emergência, Tiro de Autoproteção, entre outros. Para o público civil, o CBMAM ofertou o treinamento de brigada de incêndio, tanto para a capital quanto para o interior do Estado.

DEFESA CIVIL DO AMAZONAS

O Subcomando de Ações de Defesa Civil (Subcomadec) articula, coordena e gerencia as ações de Defesa Civil no Estado do Amazonas e implementa programas de prevenção, preparação, resposta e reconstrução das áreas atingidas por desastres naturais ou provocados pelo homem. Também tem a missão de promover a mudança cultural da sociedade, com relação à percepção de risco.

Participou da entrega de 28.592 cartões do Auxílio Estadual Enchente para moradores de 16 municípios do interior do Estado: Boca do Acre, Canutama, Pauini, Lábrea, Anamã, Tapauá, Careiro da Várzea, Envira, Ipixuna, Carauari, Eirunepé, Guajará, Itamarati, Juruá Borba e Novo Aripuanã.

Colaborou em diversas ações de apoio e socorro às famílias vítimas de enchentes, contabilizando mais de 14 mil pessoas atendidas nos municípios de Carauari, Canutama e Juruá, com ações de assistência como a entrega de cestas básicas, kits de higiene, kits com colchão, travesseiro e roupa de cama e rede; galões de água mineral, carros-pipa, botijas de gás, telhas de zinco, gasolina, diesel e madeira.

Em Lábrea o Governo do Amazonas completou a entrega de ajuda humanitária em 12 municípios em situação de emergência, pela cheia nas calhas dos rios Purus e Juruá. As ações fazem parte da Operação Enchente, que também inclui fornecimento de água potável, operações de crédito e anistia de dívidas, entre outros apoios para população afetada. Somente em cestas básicas foram entregues mais de 15 mil para as famílias dos 12 municípios. Para as demais ações da Operação Enchente, o investimento foi de R$ 97 milhões.

Em Anamã, o Governo entregou diversos itens de ajuda humanitária ã população, entre cestas básicas, álcool em gel e sabonetes para higiene pessoal, doados por empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). O Subcomadec repassou

cerca de 43,5 m^3 de madeira para moradores e instalou uma Estação de Tratamento Móvel de água. Essa estação faz a captação e tratamento da água do rio para abastecer a população no município. A cheia comprometeu o fornecimento de água potável para consumo. Em média, a estação tem capacidade para distribuir 15 mil litros de água purificada em 9 horas.

Em Borba, a ajuda humanitária foi para 3.889 famílias. Em Novo Airão houve grande ação de caráter humanitário, pois 80% dos beneficiários são moradores de comunidades ribeirinhas. No total, 449 famílias atingidas pela cheia foram contempladas no perímetro urbano e nas comunidades ribeirinhas do município.

Com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), foi ainda reforçado o abastecimento de água potável em Envira e Boca do Acre, com o envio de seis purificadores de água, além da instalação de Estações de Tratamento de Água Móvel em alguns municípios.

A Defesa Civil participou da formação de brigadistas para combate às queimadas no Estado. A capacitação promovida por meio de parceria entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), o Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM), a Defesa Civil do Estado e prefeituras ampliou para 171 o total de formados no ano.

POLÍCIA CIVIL DO AMAZONAS (PCAM)

A Polícia Civil do Amazonas (Pcam) atuou em ações próprias e ações integradas com as demais Forças de Segurança, totalizando 880 operações policiais, sendo na capital 715 e 165 no interior.

Dentre as realizadas na capital, destacam-se a Operação Jatuarana, que na primeira fase, resultou na apreensão de 1,2 tonelada de entorpecentes, e a Operação Rainha do Solimões, que desarticulou uma organização criminosa interestadual especializada em tráfico de drogas, e na apreensão de uma tonelada de maconha tipo *skunk*.

Também obteve êxito na apreensão de 1.019 armas, sendo 716 na capital e 303 no interior, além de uma quantidade significativa de entorpecentes:

APREENSÃO DE ENTORPECENTES NA CAPITAL E INTERIOR - 2021

DESCRIÇÃO	CAPITAL	INTERIOR
Maconha	7.740.687,60	4.792.185,85
Cocaína	1.805.314,34	243.919,23
Total	9.546.001,94	5.036.105,08

Fonte: DRAD-PCAM

A Polícia Civil registrou o total de 225.911 procedimentos policiais na capital e no interior do Estado, sendo 8.214 Termos Circunstanciados de Ocorrência, 18.616 inquéritos policiais, 5.998 flagrantes, 7.407 pessoas flagranteadas, 2.868 reclusões à penitenciária e 17.6726 boletins de ocorrências.

Atendimento Psicossocial aos Servidores da Polícia Civil

A Caravana da Saúde, ação que leva atendimento médico, psicossocial, fisioterápico e de enfermagem aos Distritos Integrados de Polícia (DIPs) e às Delegacias Especializadas da capital e Região Metropolitana, realizou mais de mil atendimentos entre os serviços de enfermagem, consulta médica, quiropraxia e massoterapia. Além disso, um conjunto de atendimentos multidisciplinares garante o apoio sociopsicológico aos servidores em caráter preventivo e ordinário, totalizando um quantitativo de 7.041 atendimentos.

Ações Sociais junto à Comunidade

A Polícia Civil do Amazonas desenvolve um trabalho junto à comunidade, o programa de prevenção às drogas PRÓ-VIDA por meio de campanhas educativas, palestras e atividades itinerantes voltadas à prevenção do uso de entorpecentes, bem como à formação de multiplicadores. Foram ministradas 35 palestras em 22 instituições que beneficiaram 10.020 pessoas. Também a Polícia Civil participou na entrega de cilindros de oxigênio, medicamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para unidades de saúde do Estado.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS (DETRAN-AM)

O Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran) lançou o programa de incentivo à habilitação, denominado "CNH Social", no qual é destinada a pessoas de baixa renda para a formação, qualificação e habilitação

gratuita. A gratuidade será aplicada ao primeiro processo de habilitação estabelecido em lei e na dispensação do pagamento das despesas, como a 1ª Via da CNH, a Licença de Aprendizagem de Direção Veicular (LADV) e exames de aptidão física e mental, inclusive a avaliação psicológica. A iniciativa do Programa decorre da necessidade de promover mais segurança, a partir da formação adequada e condições mais dignas para as pessoas de baixa renda.

A renovação simplificada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) passou a ser feita pela internet, no site do Detran.

O novo Documento ATPV – Autorização de Transferência de Propriedade de Veículo foi disponibilizada presencialmente. O sistema de drive-thru foi usado para fazer as entregas das CNHs físicas.

A disponibilização de Teleaulas pelo Detran abrange mais de 600 pessoas no processo de obtenção da primeira CNH. Essa foi a solução ofertada aos Centros de Formação de Condutores (CFCs), onde 16 Centros aderiram ao sistema, com 614 alunos matriculados.

O Detran lançou um e-book com as principais alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que está disponível para download no site e nas redes sociais.

A implantação do Sistema de Gestão de Infrações, conhecido como Radar, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), é um sistema de preenchimento eletrônico de autuações que permite aos municípios adotarem ações de fiscalização para coibir ilegalidades de condutores nas ruas e avenidas do interior do Estado.

Por conta da falta de municipalização do trânsito nos municípios, iniciou-se um trabalho de conscientização as prefeituras de 49 municípios que ainda não aderiram ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Os municípios amazonenses integrados são: Apuí, Coari, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tabatinga, Tefé e Urucurituba.

A parceria entre o Governo do Amazonas, a Secretaria de Educação (Seduc) e do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran) inauguraram a Escola Pública de Trânsito do Amazonas (Eptran-Am) objetivando a transmissão de teleaulas para mais de 300 mil alunos da rede estadual de ensino, por meio do projeto "Aula em Casa" transmitido por sinal aberto pela TV Encontro das Águas para a capital e os municípios de Rio Preto da Eva, Iranduba, Manaquiri e Careiro da Várzea. Os municípios mais afastados terão acesso às aulas por meio

do projeto "Ensino Mediado por Tecnologia", que transmite as teleaulas via satélite para 40 mil alunos. Outra fonte de ensino serão os canais do YouTube do Detran e da Secretaria de Educação.

Mais de 3 mil livros paradidáticos para alunos da rede estadual de Ensino Fundamental do município de Maués foram entregues pelo Governo do Estado durante as ações da Operação Enchente 2021, fazendo parte da primeira fase da (Eptran-Am). O Detran também doou duas motocicletas para auxiliar os agentes de trânsito do Departamento Municipal de Trânsito de Maués (Demut) a iniciarem as fiscalizações com a implantação do Sistema Radar.

A equipe do Detran, junto a Secretaria Estadual de Assistência Social (Seas), Defesa Civil do Estado e a Prefeitura de Iranduba entregaram o cartão Auxílio Estadual Enchente no município, beneficiando 2.500 pessoas.

Deficientes auditivos contam com o auxílio de intérpretes de Libras para atendimento no Detran.

A intensificação das fiscalizações de caminhões e carretas resultou em queda no número de acidentes. Durante todo o ano, foram registrados 11 acidentes envolvendo esse tipo de veículo.

O Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal (IML) realiza exames médico-periciais de natureza criminal (exames de lesão corporal ou corpo de delito, ocasionados por lesões provocadas após agressões, brigas, assaltos, acidentes de trânsito, entre outras) e exames de necropsias em pessoas falecidas, nos casos de óbitos de causa violenta, como acidentes de trânsito, arma de fogo, arma branca, afogamentos, enforcamentos, choques elétricos, cadáveres em estado de putrefação, mortes suspeitas, entre outras.

Foram emitidos um total de 119.546 Laudos e Documentos:

Continua

ATENDIMENTOS	INSTITUTO	REQUISIÇÕES	LAUDOS EMITIDOS
Permanência	ICLSB/LAFASC	8.722	11.791
Drogas	LAFASC	4.749	
Atendimentos em VIVOS	IML	15.109	
Atendimentos em MORTOS	IML	2.055	
Emissão de Carteiras de identidade 1ª e 2ª vias – Capital	IIACM		46.226

Conclusão

ATENDIMENTOS	INSTITUTO	REQUISIÇÕES	LAUDOS EMITIDOS
Emissão de Carteiras de identidade 1ª e 2ª vias – Capital	IIACM		34.705
Certidão de Antecedentes Criminais	IIACM		8.930
Identificação Criminal	IIACM		1.155
Retrato falado	IIACM		10
Certidão Civil	IIACM		40

Fonte: Detran-AM

SISTEMA PRISIONAL

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), responsável pela aplicação de normas de execução penal, supervisão, coordenação, controle e operacionalização do sistema penitenciário, desenvolveu ações fundamentais que contribuíram para mudanças significativas nos procedimentos de segurança nas Unidade Prisionais, dentre as quais se destacam:

- Restrição na entrada e retirada de materiais na Unidades Prisionais, facilitando a fiscalização por parte dos agentes de socialização e demais servidores da Seap.
- Criação do Grupo de Intervenção Penitenciária (GIP), tropa especializada da Polícia Militar, com células atuantes nas unidades com mais de 200 detentos, e de pronta resposta a qualquer ocorrência de rebelião ou ilícitos de grande vulto, que possibilitou a intensificação das fiscalizações e vistorias nas celas, possibilitando maior efetividade na aplicação da disciplina aos internos, além de um ambiente mais seguro para a atuação dos agentes de socialização, minimizando-se os riscos de rebeliões, fugas e investidas contra servidores.
- Execução do Programa Trabalhando a Liberdade, cujo objetivo é a capacitação e utilização de mão de obra das pessoas privadas de liberdade para o trabalho a ser executado dentro ou fora das unidades prisionais, levando em conta o tipo de regime do cumprimento de pena (aberto, semiaberto, fechado) e a avaliação psicológica do interno, para adequar a necessidade das instituições parceiras, de maneira segura e eficaz. Ao cumprir o direito resguardado pela lei de execução penal, os benefícios da utilização desse tipo de mão de obra é algo a ser

potencialmente explorado, considerando as vantagens econômicas e sociais geradas, ou seja, a capacitação e a oportunidade oferecida à pessoa privada de liberdade resultam em benefícios à própria sociedade, que recebe ao final da pena uma pessoa consciente de seu dever perante o Estado e a sociedade como um todo. Além disso, o preso tem outros benefícios, como fornecer renda à família, a ele próprio e custear ao Estado a sua estadia dentro das unidades prisionais. A contratação de mão de obra carcerária permite a ressocialização do preso por meio do trabalho, bem como a redução de sua pena.

Por intermédio do Programa Trabalhando a Liberdade, reeducandos do Centro de Detenção Provisória Masculino 2 vêm executando serviços de refrigeração na sede da Seap. A atividade renderá aos cofres públicos uma economia acumulada de aproximadamente um milhão de reais. Atualmente, a manutenção predial da sede da Seap é feita 100% por mão de obra carcerária. O próprio estabelecimento foi totalmente reformado pelos internos em 2020. Um grupo de apenados também cuida da roçagem, jardinagem e limpeza do local.

O Programa conta com 434 apenados trabalhando pela remuneração e 577 apenados trabalhando pela remição, atingindo assim um percentual de 3,41% de apenados remunerados em 2021. Eles desenvolvem trabalhos de produção industrial, construção civil, manutenção predial, limpeza e conservação, jardinagem, manipulação de alimentos, soldagem, marcenaria, lavanderia, serigrafia, corte e costura, fabricação de produtos químicos para limpeza em geral, refrigeração, além de serviços realizados na colônia agrícola.

A Seap disponibilizou aos seus apenados vários cursos de capacitação e oficinas, com parceiros públicos e privados, conforme demonstrativo que segue.

CURSOS DE CAPACITAÇÃO E OFICINAS PARA APENADOS - 2021

CURSOS	Nº DE CURSOS	Nº DE ALUNOS	POPULAÇÃO CARCERÁRIA	%
EAD	555	1.604	12.697	13%
PRESENCIAL	70	1.174		9%
OFICINAS	48	473		4%
TOTAL	**673**	**3.251**		**26%**

Fonte: Seap – janeiro a outubro de 2021.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Como parte da atividade-meio da Seap, incumbida de coordenar, acompanhar e gerenciar os Instrumentos de Transferência Voluntária (ITV) de recursos da União de interesse do Estado, esta vem executando diversas demandas relativas aos instrumentos de repasse em vigência do Governo Federal, por intermédio do Departamento Penitenciário Nacional, conforme segue:

Contratos de Rapasse/Obras

- Construção da Unidade Prisional de Tefé - 91,22% de execução da obra;
- Construção da Unidade Prisional de Maués – 74,36% de execução da obra;

Convênios

- Implantação da 1ª Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais no município de Manaus - 73,15% de execução;
- Implantação do Escritório Social do Estado do Amazonas - 50,58% de execução;
- Implantação de Oficinas Produtivas Permanentes nos Estabelecimentos Penais do Estado, com ênfase na geração de vagas de trabalho, capacitação profissional e renda no Sistema Prisional - 25,53% de execução;
- Implantação da Central de Monitoração Eletrônica e/ou qualificação dos serviços de monitoração eletrônica prestados no Estado - 36,00% de execução.

FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS – FUPEAM

Entre as atribuições da Seap, está a gestão do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas (Fupeam), o qual recebe recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a título de transferência obrigatória e independentemente de convênio ou de instrumento congênere.

Nesse sentido, o Funpen efetuou repasse de recursos no valor total de R$ 2.873.546,25 ao Fupeam referente aos anos de 2016 a 2020, viabilizando a execução dos recursos em 2021, com aquisições que beneficiaram as unidades prisionais da Capital e do Interior do Estado.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PROMOÇÃO DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Com o objetivo de assegurar o cumprimento da política pública de promoção, defesa dos direitos humanos e cidadania, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc) vem desenvolvendo as ações de sua área de competência em articulação e parcerias com os demais órgãos do governo, sociedade civil e iniciativa privada.

Visando atenuar os efeitos da Pandemia da Covid-19 no Amazonas, foi priorizado o atendimento em áreas que demandaram uma maior atuação da Sejusc, com ações importantes relacionadas a seguir.

Cidadania

As 13 unidades do Pronto Atendimento ao Cidadão (PAC) registraram o total de 308.307 atendimentos à população que buscou os serviços das 13 unidades, entre as quais, nove na capital e quatro nos municípios de Parintins, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara, com a emissão de 52.041 Registros Gerais (RGs), entre 1ª e 2ª vias.

A implantação do PAC DIGITAL pela Plataforma SASI foi fundamental para os agendamentos de 74.145 serviços de emissão de 1ª e 2ª vias de RG, dentre os quais 36.693 foram realizados na plataforma diretamente pela população.

Também foi criado o sistema de Call Center no PAC Parque 10, a fim de ampliar o atendimento nas emissões de RG, registrando um total de 5.651 agendamentos.

Com o objetivo de qualificar os serviços ofertados e proporcionar mais conforto e segurança aos cidadãos, os PACs Educandos, Compensa e Alvorada sofreram uma revitalização estrutural.

Em 17 ações de cidadania realizadas, foram emitidas 2.776 RGs e 463 atestados de Hipossuficiência/Ofícios para o registro de Certidão de Nascimento (RCN).

Política para as Mulheres

Com a ampliação da rede de proteção à mulher no estado do Amazonas, foram inauguradas três novas unidades do Serviço de Apoio Emergencial à

Mulher (Sapem) nas zonas Leste, Oeste e Centro-Oeste. Um total de 14.099 atendimentos a mulheres vítimas de violência foram realizados pelas unidades do Sapem, do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (Cream) e Serviço de Atendimento Itinerante à Mulher – SAIM.

O Aplicativo "Alerta Mulher" cadastrou 351 mulheres que se encontravam em situações que caracterizam risco iminente de morte ou grave ameaça, com solicitação de medidas protetivas.

Com o apoio do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), e em parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), foram beneficiadas 121 mulheres em cursos profissionalizantes.

No programa de treinamento foram realizadas oito capacitações em Política para as Mulheres e Rede de Atendimento; realização de 34 palestras e abordagens sobre violência doméstica e rede de serviço, totalizando 1.738 usuários participantes.

Os atendimentos, abordagens, rodas de conversas, palestras e capacitações, realizados pela equipe técnica da Rede Mulher atingiram um total de 26.593 pessoas.

A capacitação também foi direcionada a atender 28 novos servidores que atuaram na Nova Rede Mulher e também no Serviço de Apoio à Mulher, Idoso, Criança e à Pessoa com Deficiência (Samic), propondo-se integrar a nova equipe quanto ao funcionamento da rede, bem como as diretrizes de funcionamento de cada serviço que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência. O Samic de Itacoatiara realizou o atendimento de 465 pessoas, entre mulheres, idosos, crianças/adolescentes e pessoas com deficiência.

O acolhimento provisório registrou 94 mulheres e 101 crianças e adolescentes, filhos das acolhidas enquanto nos acolhimentos institucionais o atendimento foi de 72 mulheres, sendo 70 de primeira vez, e 105 crianças/adolescentes, filhos das acolhidas.

O serviço itinerante realizado com as Unidades Móveis destinado às mulheres das comunidades rurais que compõem a região Metropolitana de Manaus realizou 40 ações, 32 na capital e oito nos municípios, levando à população atendimento psicológico, social, orientação jurídica, além de oficinas de autoestima, em parceria com o Cetam, rodas de conversas e abordagens informativas.

Atendimento à Criança, Adolescente e Idoso

No Sistema Socioeducativo do Amazonas foram atendidos 1.187 adolescentes, entre Internações Provisórias e Internações e Programa de Egressos. Mesmo após cumprimento de medida, 416 adolescentes continuaram a ser acompanhados pelo Programa de Egressos, 5.087 adolescentes das unidades socioeducativas receberam atendimentos e acompanhamentos de saúde', e realizados atendimentos psicossociais e psicopedagógicos a 25.970 adolescentes, com a participação do grupo familiar composto por 517 pessoas.

No programa de treinamento e formação, 122 adolescentes receberam cursos profissionalizantes, sendo 10 inseridos na empregabilidade e 12 familiares matriculados nos cursos; inclusão de dois adolescentes no nível superior que alcançaram vagas em Universidade particular no curso de Engenharia da Computação, com 100% de bolsa adquiridos em razão das boas notas alcançadas no Enem; inclusão escolar de 135 adolescentes na Escola Estadual Josephina de Melo, os quais passaram a participar das aulas de forma regular, diariamente em espaços adequados dentro dos Centros Socioeducativos.

O convênio com a Escola Nacional de Socioeducação, do Ministério da Justiça, possibilitou a Formação Continuada de 120 colaboradores que atuam no Sistema Socioeducativo do Amazonas.

As ações de promoção, prevenção e proteção à criança e ao adolescente contemplaram 11.120 pessoas mobilizadas/participantes.

O Centro Integrado de Proteção da Pessoa Idosa (CIPDI) realizou 988 atendimentos, dos quais 588 idosos do gênero feminino e 400 do gênero masculino, sendo mais frequentes os atendimentos na faixa etária entre 60 a 70 anos.

A equipe técnica do CIPDI realizou 234 visitas domiciliares em conjunto com a Delegacia Especializada em Crime Contra o Idoso (DECCI), bem como por solicitação de demandas do Ministério Público do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, entre outros órgãos da Rede de Proteção.

O Programa "Idoso Empreendedor" realizou um total de 811 atendimentos a idosos, sendo 349 em Manaus e 462 no interior (Parintins, Autazes, Itacoatiara e Rio Preto da Eva) do Amazonas. O Programa é coordenado pela Sejusc, em parceria com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas

(Afeam), que oferta microcrédito para idosos de baixa renda, com idade igual ou superior a 60 anos.

Foram realizadas pelo CIPDI 81 visitas técnicas solicitadas para atendimento de demandas de pessoas idosas, com a finalidade de articulação intersetorial. A Sejusc realizou 144 atendimentos a idosos em situação de vulnerabilidade ou risco social, entre interior e capital, e aos usuários do serviço do CIPDI, com doações de benefícios eventuais, tais como cestas básicas, colchões, fraldas geriátricas, etc.

Direitos Humanos

Uma das ações importantes realizadas neste segmento foi a implantação do Serviço de Acolhimento Emergencial para a população em situação de rua, totalizando 192 acolhidas com atendimento psicossocial, atividades socioeducativas, articulação junto à rede de atendimento de saúde, seis refeições diárias, higienização (banho), ficha social; prontuários; plano de acompanhamento; articulação com a rede e encaminhamentos; provisões materiais de kits de higiene pessoal, vestuário e roupas de cama e banho; palestras; sensibilização a respeito da condição atual; oficinas terapêuticas e de artesanato, entre outras atividades. Registra-se ainda a doação/entrega de aproximadamente 82 cestas básicas para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme demanda identificada.

O Serviço de Atendimento, Responsabilização e Educação ao Agressor (Sare) realizou atendimento de 46 pessoas; e acompanhamento psicológico de 17 homens, oriundos do 1º Juizado Especializado de Combate à Violência contra a Mulher, Cream e Sapem.

Em relação as atividades desenvolvidas no Abrigo Emergencial para pessoas em situação de rua, foram realizadas Rodas de Conversa para 118 usuários/acolhidos, sobre a temática do não uso de substâncias químicas no cotidiano. Os acolhidos foram beneficiados com as seguintes atividades: karaokê como forma de lazer e entretenimento (45); atividade de cinema e dominó, com temáticas reflexivas, educativas e como forma de diversão e incentivo a atividades de concentração (85); e, atividades de dança, visando a ressocialização na sociedade (46).

Outras Ações Realizadas:

- Desenvolvimento da Live Projeto Vozes do Arco-íris, com a realização de documentário do Projeto e comemoração do Dia do Orgulho LGBT, ocorrido no Casarão da Aldeia, com a participação de 60 acolhidos;
- Conscientização sobre o tráfico de pessoas, cuja campanha obteve sucesso em trazer informações para a população, com um público de 50 participantes;
- Realização de 11 palestras informativas em alusão ao "Setembro Amarelo" sobre prevenção ao suicídio nas Escolas, PACs, Centros Socioeducativos, entre outros, com a participação de 200 pessoas;
- Realização de 20 visitas técnicas institucionais na busca da efetivação dos direitos humanos e da cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social;
- Realização de eleição das Organizações da Sociedade Civil ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com a participação de 70 usuários;
- Ação de conscientização da luta pelos direitos humanos, com a participação de 150 pessoas;
- Atendimento humanizado a aproximadamente 100 venezuelanos em situação de vulnerabilidade, para efetivação dos direitos humanos;
- Ação alusiva ao Dia de Enfrentamento ao Tráfico Humano, Campanha do Coração Azul – exibição do filme "Bolishopping" e rodas de conversa para um grupo de 70 migrantes venezuelanos;
- Abertura da Campanha do Dia de Luta à População em Situação de Rua, com 100 usuários participantes.

ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em atenção à Pessoa com Deficiência, foram realizados 13.365 atendimentos com orientações e cadastramentos, visando o acesso a serviços e benefícios socioassistenciais a pessoas com deficiência e suas famílias. Os cadastros para Carteira de Identificação da pessoa com deficiência totalizaram

3.729 solicitações, sendo 2.337 emitidas e 1.637 entregues. O atendimento com documentação básica, totalizou 423 solicitações de 1.ª via de Registro Geral e 1.825 de 2.ª via.

Quanto à Carteira Passe Legal, foram solicitadas 1.299 entre as quais 1.202 emitidas e 757 entregues. Foram realizadas 392 orientações para a solicitação de Passe Interestadual.

No lançamento da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) foram realizados 11.974 atendimentos ao público, com 699 carteiras solicitadas, 79 emitidas e 79 entregues.

Os intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) realizaram 354 atendimentos internos, externos e virtual a pessoas com deficiência.

Foram entregues doações de 142 cadeiras de rodas, mediante análise social prévia, com a comprovação de necessidade individual.

Em relação aos benefícios eventuais, 661 pessoas com deficiência foram atendidas com doações de kits de higiene, colchão, fraldas e cestas básica, dentre outros.

Visando o acesso e conhecimento jurídico, foram realizadas 119 orientações jurídicas, além de 26 denúncias atendidas em domicílio, as quais foram realizadas por meio do Disque Direitos Humanos 100/180, com o objetivo de proteção à pessoa com deficiência.

Merecem ainda destaque outras ações que contribuíram para a melhoria dos serviços oferecidos ao público alvo da Sejusc, conforme segue:

- O Projeto Teens ao Máximo recebeu novos apartamentos para o funcionamento adequado dos níveis 04 e 05; e o Família Ativa, com o retorno das visitas presenciais realizou atividades coletivas com a participação dos familiares dos adolescentes;
- Lançamento do projeto Cream (Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher) em Movimento, que propõe expandir os serviços prestados à comunidade, garantindo acessibilidade à rede de serviços especializados nas áreas de saúde, segurança, justiça, educação, trabalho e renda, contribuindo assim para o processo de rompimento do ciclo de violência;
- Lançamento do vídeo institucional "Mulheres, seus direitos não estão em quarentena!", divulgado nas instituições públicas como os DIPs, Maternidades e SPAs, objetivando trazer uma série de dados e

orientações da rede de atendimento à mulher vítima de violência, evidenciando os serviços em funcionamento no período de pandemia no Estado;

- Capacitação em Diversidade Sexual e de Gênero para a equipe técnica da Nova Rede Mulher, objetivando promover discussões e reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero entre as servidoras, visando a qualificação dos atendimentos prestados às mulheres LBTs (Lésbicas, Bissexuais e Transexuais), considerando as suas especificidades e inserindo-as efetivamente na rede de serviços;
- Realização da Campanha de Combate ao Trabalho Infantil nas zonas Norte, Leste e Oeste de Manaus. A campanha contou com a participação do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, fazendo a colagem de cartazes. Além disso, a Rede de Proteção atuou em conjunto para identificar possíveis casos constatados dessa prática;
- Realização de uma videoconferência para a abertura da ação em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. Foram convocados os dispositivos municipais para a realização da Campanha em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa e divulgada a Campanha de Arrecadação para o Fundo Estadual do Idoso – "Doe Esperança no Presente, para Receber Amor no Futuro" e informar sobre o Lançamento do Projeto Idoso Empreendedor;
- Webpalestra: "A importância de políticas públicas para a valorização e autonomia das pessoas idosas no Amazonas";
- Realização de Torneio de Queimada LGBTQIA+ promover lazer para o público alvo e comunidade local;
- Ação de Cidadania para pessoas em situação de rua, com distribuição de café da manhã e almoço, cortes de cabelo, aplicação de vacinas contra a Covid-19, dentre outros serviços;
- Campanha do Coração Azul no Aeroporto Internacional "Eduardo Gomes" para conscientizar a população sobre o tráfico internacional de pessoas;
- Curso Virtual "Tráfico de Pessoas no Brasil: A Luta Continua" – Websérie;

- Realização de Feira Internacional de Empreendedores migrantes e refugiados no estado do Amazonas.

POLÍTICA INDÍGENA

O Governo do Estado, por meio da Fundação Estadual do Índio (FEI), tem priorizado a implementação de políticas públicas indígenas de desenvolvimento sustentável em parceria com instituições do Governo Federal e Municipal. As principais ações realizadas em 2021 estão direcionadas à sustentabilidade econômica e direitos dos povos indígenas.

Produção Sustentável dos Povos Indígenas

Oportunizar a inserção de produtos indígenas no mercado constitui iniciativa da maior relevância para a geração de renda e o aprimoramento da produção e escoamento, gerando assim a sustentabilidade étnico-econômica dos diferentes povos. Nessa linha de atuação a FEI prestou apoio aos produtores agrícolas, artesãos, pequenos comerciantes e demais empreendedores, por meio das seguintes ações:

- Apoio nas oficinas de elaboração do Plano de Visitação na Terra indígena Gavião, no Careiro da Várzea, visando a implantação do turismo de Base Comunitária, atendendo aproximadamente 300 indígenas;
- Em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), foram retomadas as atividades de Agricultura Familiar na aldeia Mura Tukumã, no município do Careiro da Várzea, com cursos de capacitação e manejo dos recursos naturais, onde 450 agricultores indígenas receberam do Ministério da Agricultura o selo de produtos orgânicos e cadastro de selo do produtor orgânico na Aldeia Mura Tukumã.
- Plano de Visitação na Terra Indígena Gavião, onde pretende-se trabalhar o turismo de Base Comunitária com os indígenas, visando atender comunidades dos seguintes municípios do Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Itacoatiara, Manaquiri, Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva.

Empreendedorismo Indígena

Visando estimular o empreendedorismo e oportunizar aos artesãos indígenas a transformação de suas artes em negócios sustentáveis, a FEI possibilitou a participação no 1º Festival Amazonas de Turismo de 12 indígenas, com a exposição de artesanato, grafismo, literatura indígena e medicina tradicional, produtos medicinais, apresentações culturais e outros. Os três dias de exposição alcançaram um resultado positivo de 70% no total de vendas realizadas.

A manutenção do Ateliê da Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé foi de suma importância, visto que a arte indígena está presente na essência do povo brasileiro, sendo um dos pilares para a cultura do país. Atualmente a Associação está localizada na Rua Marçal, nº 822 - Compensa, onde os artesãos indígenas confeccionam suas artes, realiza seminários, oficinas, dentre outros.

Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

O fortalecimento das organizações e representações indígenas representa iniciativa importante para o protagonismo e autonomia dos povos que são verdadeiros guardiões da floresta. Nesse sentido a FEI priorizou a ampliação da sua rede de parcerias para intensificar ações integradas que garantam o atendimento das demandas indígenas, a saber:

- Ação Itinerante do atendimento do PREVBarco do Instituto Nacional de Seguridade Social digital (INSS), no município do Careiro da Várzea, atendendo 550 indígenas;
- Ação de Cidadania na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista e Tupé, beneficiando 560 indígenas com a emissão de documentos, atendimento médico e distribuição de gêneros alimentícios;
- Acordos de Cooperação Técnica entre o INSS e a Fundação Nacional do Índio (Funai) possibilitaram a realização da 2ª ação itinerante do PREVBarco, no município de Autazes/AM, oferecendo os serviços de atualização do cadastro das famílias indígenas das aldeias do município, triagem de documentos para auxílio-maternidade e aposentadoria rural, totalizando 700 atendimentos.

A FEI disponibilizou assessoria jurídica e contábil, precisamente no que tange à regularização fiscal e contábil de associações e organizações indígenas. Trata-se de iniciativa da maior importância, haja vista que permite o atendimento das mais diversas demandas apresentadas pelos indígenas, tanto no protocolo e acompanhamento de processos judiciais quanto na regularidade fiscal e contábil das 29 associações indígenas regularizadas.

Foram realizados 199 atendimentos de assessoria na área jurídica a diversas etnias das regiões do Alto Solimões, Alto Rio Negro, Manaus e demais municípios da região Metropolitana, Baixo Amazonas e outras, bem como orientação jurídica relativa ao Direito de Família, Previdenciário, Civil, Empresarial, ajuizamento e acompanhamentos de ações judiciais, e emissão de pareceres.

"Ajuda Humanitária" aos Povos Indígenas do Amazonas

Os impactos ocasionados pela pandemia da Covid-19 e a cheia no Amazonas afetaram diretamente as comunidades e aldeias indígenas de mais de 54 municípios, principalmente nas calhas do Alto e Médio Solimões, Purus, Juruá, gerando enormes prejuízos com a perda da produção agrícola, danificação dos implementos agrícolas, deterioração das habitações, além de outros, posto que eles têm na agricultura familiar sua principal atividade de subsistência.

Por outro lado, houve um número crescente de solicitações de apoio assistencial de Associações e Comunidades Indígenas, na condição de hipossuficiência, atingidas em seus plantios de banana, mandioca, hortaliças e outros produtos que integram a alimentação familiar indígena e das populações tradicionais, prejudicando o sustento dessas famílias.

A Fundação também distribuiu 34.800 cestas de gêneros alimentícios em apoio aos residentes de comunidades indígenas e tradicionais do perímetro Metropolitano da capital e do interior do Estado.

E ainda como parte dessa ajuda, essas famílias receberam atendimentos psicossociais, orientações e o acesso a benefícios, trazendo melhorias e esclarecimentos às populações indígenas do Amazonas.

DIREITOS DO CONSUMIDOR

O Instituto de Defesa do Consumidor (Procon/AM) cumpre o dever de intermediar os conflitos entre consumidores e fornecedores. E com as dificuldades trazidas em 2021 pela pandemia do novo Coronavírus, essa necessidade de intermediação ficou ainda mais evidente. O Instituto desempenhou um papel decisivo no apoio à população e não mediu esforços para conter os abusos praticados no mercado de consumo, ampliando seus canais de atendimento, realizando um trabalho contínuo de monitoramento de preços e, sobretudo, adaptando-se à nova realidade para garantir que os cidadãos não ficassem desamparados.

Foram realizadas 77.797 ações inteiramente voltadas à sociedade, dentre as quais 46.047 atendimentos diretos ao consumidor, 3.127 audiências de conciliação entre consumidores e fornecedores, 4.415 fiscalizações, 1.409 atendimentos realizados pelo setor jurídico e 6.601 manifestações processadas pela Ouvidoria. As ações tiveram como finalidade assegurar a aplicação de políticas públicas, buscando a proteção e acesso à justiça e aos direitos do consumidor no estado do Amazonas.

Entre as atividades do Instituto estão o mapeamento e fiscalização dos supermercados e demais estabelecimentos que comercializam alimentos e produtos de limpeza, a realização de pesquisa semanal do preço do combustível e a realização de pesquisa sazonal do preço do material escolar e dos itens comercializados por ocasião do feriado de Páscoa.

No que concerne às fiscalizações realizadas de forma individual, além da Capital foram visitados 27 municípios do Interior. Um dos focos do Instituto foi o preço da gasolina, alvo de muitas reclamações e denúncias por parte dos consumidores.

Em relação às ações realizadas em conjunto com outros órgãos, o Procon firmou parceria para compor a Central Integrada de Fiscalização (CIF) e atuar nas atividades organizadas pela SSP/AM. Durante as fiscalizações, estabelecimentos comerciais de diversos seguimentos foram flagrados descumprindo o Decreto Estadual nº 43.303, de 23 de janeiro

de 2021, que autorizava atendimento presencial ao público somente em caso de fornecimento de serviços essenciais. Entre os locais autuados estão hotéis, oficina mecânica, concessionárias de automóveis, padarias, entre outros.

Com as parcerias de órgãos federais e do estado do Amazonas, sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi realizada fiscalização em postos de combustível localizados na região Metropolitana de Manaus, tanto na área terrestre quanto na área fluvial, nos *pontões*. A operação, denominada Petróleo Real, foi engendrada com o intuito de combater fraudes e coibir infrações na venda de combustível, alcançando projeção nacional.

Posteriormente, considerando o resultado satisfatório obtido pela Operação Petróleo Real, Procon e ANP assinaram um termo de cooperação visando o oferecimento de treinamento e capacitação aos servidores do Instituto. O documento, que tem validade de 48 meses, prevê também um cronograma de ações conjuntas e o fortalecimento do intercâmbio de informações, conferindo maior qualidade ao serviço oferecido à população e garantindo que as fiscalizações relacionadas ao abastecimento de combustível sejam ainda mais eficientes.

Registra-se ainda, a parceria firmada entre Procon/Am, Decon, Polícia Civil e IPEM/AM, que colocou em prática a Operação *FakeToy* e foi responsável pela apreensão de inúmeros produtos falsificados que estavam sendo comercializados em lojas de brinquedos e lojas de roupa infantil localizadas na cidade de Manaus.

Em relação às ações e campanhas voltadas à conscientização da população, duas tiveram grande repercussão. A primeira delas, realizada pela passagem do Dia do Idoso e executada em parceria com a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati), promoveu a conscientização da população acerca da vulnerabilidade da pessoa idosa e dos direitos a ela conferidos. A segunda, denominada "Balinha Não é Troco", difundiu o conteúdo da Lei Estadual nº 5.099, de 14/01/2020 (*Lei*

do Troco), com o objetivo de conscientizar consumidores e comerciantes acerca da obrigatoriedade de fornecimento do troco em espécie.

Das ações executadas pelo Procon/Am no ano 2021, as de maior destaque foram a implementação do Núcleo de Apoio aos Superendividados (NAS) e a criação do Centro Judiciário de Solução Consensual (Cejusc - Procon).

Por meio do NAS, inaugurado após o advento da Lei n°14.181/2021 (responsável pela atualização do Código de Defesa do Consumidor), iniciou-se uma grande campanha de renegociação de dívidas e de educação financeira, protegendo e auxiliando consumidores que, na condição de superendividados, não possuem recursos financeiros para quitar seus débitos sem que para isso comprometam o mínimo existencial ou afetem sua dignidade.

O Cejusc, oriundo de um Termo de Cooperação Técnica assinado pelo Instituto e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, possibilitou a implementação de uma nova técnica de conciliação e mediação entre consumidores e fornecedores, promovendo valores como pacificação e ética, e desenvolvendo estudos de estratégias e ferramentas voltadas ao aumento do índice de resolubilidade dos problemas de ordem consumerista.

SOCIAL

PROMOÇÃO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS) é um fundo público de natureza financeira vinculado à Casa Civil, cuja finalidade é promover a cidadania e a equidade social e econômica no estado do Amazonas, com repasse de recursos a projetos autossustentáveis, geradores de trabalho, renda e inclusão social, por meio de chamamento público (edital); e projetos relacionadas às ações estratégicas do Governo nas áreas socioassistenciais e promoção da saúde.

No ano de 2021, o FPS realizou os pagamentos e entregas oficiais, dos projetos aprovados dos editais: 001/2019 (setor social), no valor de R$ 245.884,29; 001/2020 (setor primário), investimento de R$ 10.747.720,35; e, 001/2021 (social) valor aplicado até outubro de 2021 R$ 7.724.629,26.

O Programa Crédito Solidário, realizado em parceria com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), contemplou novos beneficiários, com um investimento de R$ 11.900.000,00. Foram concluídas 28 ações de cadastros, sendo duas na capital, atendendo 1.388 pessoas com o valor de R$ 1.200.000,00; e 26 no interior, beneficiando 7.797 pessoas com R$ 10.700,000,00.

No ano de 2021, foram destinadas quatro Emendas Impositivas para este Fundo, totalizando o valor de R$ 314.529,00, conforme demonstrativo que segue:

EMENDAS IMPOSITIVAS - 2021

PARLAMENTAR	ENTIDADE	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR (R$) TOTAL
Serafim Fernandes Corrêa	Sociedade de São Vicente de Paulo	Manaus	Reforma da estrutura do prédio	100.000,00
Saullo Velame Vianna	Associação Pro-Menor Dom Bosco	Manaus	Substituição da estrutura elétrica nas dependências do prédio	114.529,00
Felipe Souza	Associação Mulheres Ribeirinhas	Iranduba	Reforma e adequação de banheiros e área externa	50.000,00
Péricles Rodrigues do Nascimento	Associação dos Pais de Crianças Cardiopatas	Manaus	Aquisição de cestas básicas de alimentos	50.000,00
Total				**314.529,00**

Fonte: FDS - 10/11/2021

O FPS repassou recursos às secretarias e órgãos do Estado nas áreas da saúde, assistência social, pessoa com deficiência, entre outras, destinados a programas e projetos sociais, totalizando um investimento de R$ 29.569.152,64.

REPASSE SECRETARIAS AOS ÓRGÃOS DO ESTADO - 2021

ÓRGÃO/OBJETO	VALOR (R$) TOTAL
Secretaria de Estado de Assistência Social- Seas/Fundo de Estado de Assistência Social (Feas)	16.768.360,53
Fundo Estadual de Saúde (FES)	2.168.737,83
Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (Fcecon)	1.792.194,70
Secretaria de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc)	7.515.799,65
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra)	324.058,77
Fundação Estadual do Índio (FEI)	1.000.001,16
TOTAL	**29.569.152,64**

Fonte: FPS. Outubro de 2021.

O Fundo de Promoção Social também repassou R$ 8.644.730,00 para a Cosama executar o projeto "Água Boa", que tem por objetivo a instalação de sistemas alternativos e coletivos de coleta de tratamento de água em comunidades rurais e ribeirinhas no interior do estado do Amazonas.

Apoio Financeiro a Iniciativas de Inclusão Social

No edital 001/2019 relativo ao Setor Social, foram investidos R$ 245.884,29, atendendo a Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Tefé (APAE) com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes diversos, no valor de R$ 99.987,29; e a Liga Amazonense Contra o Câncer (LACC), com a aquisição de veículo tipo Van no valor de R$145.900,00.

No edital 001/2021, Setor Social, foram aprovados 83 projetos com recursos no valor total de R$ 12.377.481,25, sendo 46 da Capital e 37 do Interior, dos quais 51 foram empenhados, totalizando o valor de R$ 7.641.877,86, beneficiando OSCs dos municípios de Manaus, Boa Vista do Ramos, Carauari, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Nova Olinda Do Norte, Novo Aripuanã e Parintins.

Apoio Financeiro a Iniciativas de Geração de Emprego, Renda e Cidadania

O Edital 001/2020, Setor Primário, foi lançado em 2021 com a aprovação de 81 projetos no valor total de R$ 11.949.371,95, sendo um projeto na capital e 80 no interior do Estado. Desses, 76 processos foram empenhados, totalizando o valor de R$ 10.747.720,35, beneficiando OSCs dos municípios de Manaus,

Alvarães, Amaturá, Anamã, Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Apuí, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista Do Ramos, Boca do Acre, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Japurá, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maraã, Nhamundá, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tapauá, Tefé, Uarini, Urucará e Urucurituba.

Outas Atividades em Destaque

- Programa Crédito Solidário, em parceria com a Afeam, concluiu 28 ações de cadastros, das quais duas foram na capital, com investimento de R$ 1.200.000,00, com 1.388 pessoas atendidas; e 26 ações no interior, com investimento de R$10.700,000,00, beneficiando 7.797 pessoas.
- Apoio na entrega de 4.200 lanches e kits de prevenção, em um período de 21 dias, nos hospitais e pronto-socorros da capital (João Lúcio e Platão Araújo), e disponibilização de assistentes sociais para dar suporte à equipe atuante dos hospitais no auxílio de informações sobre o estado de saúde dos pacientes e apoio psicológico para as famílias.
- Operacionalização da cooperação interestadual Covid-19, atuando no monitoramento e atendimento psicossocial, receptivo e logística de 352 pacientes, em 11 capitais e integração na equipe da Operação Gratidão, que prestou assistência médica a 48 pacientes vindos de Rondônia e do Acre para tratamento da Covid-19 no hospital Delphina Aziz.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) tem por objetivo a Gestão Estadual de Assistência Social como política pública, de forma compartilhada e participativa, com vistas a prover maior eficiência, eficácia nas atuações específicas e intersetoriais em benefício das famílias que necessitam de assistência e aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

As ações de emergência e ajuda humanitária às famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, em decorrência da pandemia em todo o estado do Amazonas, e da cheia histórica, que

atingiu a maiorias dos municípios do Estado, demandaram um investimento de R$ 310.714.877,98. Estes valores foram destinados à aquisição de cestas básicas, distribuição de Cartões Auxílio Emergencial, Cartão enchente, Cartão Auxílio Estadual para a Cultura, Esporte e Turismo e o Cartão Estadual Permanente, implantação de projetos, além de outras ações de apoio à população carente em vulnerabilidade social.

Benefícios Sociais

No sentido de fortalecer as ações integradas de Assistência Social as demais ações intersetoriais e institucionais de combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus, o Governo do Estado realizou por meio da Seas, ações de promoção à proteção social, por meio de benefícios à população, tais como:

- Cartão Apoio Cidadão - benefício eventual para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza (de caráter provisório) para famílias em situação de extrema pobreza, entregues aos 62 municípios, beneficiando aproximadamente 41.000 famílias;
- Cartão Emergencial Estadual - concessão de auxílio financeiro para aquisição de alimentos entregues nos 62 municípios, beneficiando aproximadamente 92.000 famílias;
- Cartão Emergencial Estadual Enchente - concessão de benefícios para famílias em situação de vulnerabilidade social, contemplou 56 municípios, beneficiando aproximadamente 126.000 famílias;
- Cartão Auxílio Estadual Cultura, Esporte e Turismo - foram entregues aproximadamente 3.600 unidades, concedidos aos profissionais da área de Cultura; de Educação Física e Atletas, bem como trabalhadores da área do Turismo no Amazonas;
- Cestas Básicas - distribuição para famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, foram entregues aproximadamente 160.000 unidades na capital e nos municípios do interior do Estado abrangendo os ribeirinhos, produtores rurais, pescadores e indígenas;
- Cartão Auxílio Estadual Permanente - benefício destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que se encontram em situação de vulnerabilidade social em todo o Amazonas. Foram contempladas 300 mil famílias, sendo 158 mil na capital e 142 mil no interior.

Investimentos e Repasses Financeiros

Foram formalizadas 108 emendas parlamentares impositivas, no valor de R$ 16.205.051,08, para apoiar Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Prefeituras Municipais, das quais 57 foram consideradas prioritárias para as ações de Combate à Pandemia da Covid-19, no valor de R$ 10.267.432,96, para a distribuição de cestas básicas e apoio a instituições socioassistenciais.

A Seas recebeu recurso de nove emendas, por intermédio do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 11.224.952,63, objetivando apoiar os projetos de Equipagem dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras); Equipagem dos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (Creas); Construção de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica), no município de São Gabriel da Cachoeira; Qualificar, Modernizar e Mobilizar municípios para adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); e uma emenda firmada com o Ministério do Desenvolvmento Econômico, no valor de R$ 500.000,00, para a reforma do Centro de Convivência da Família André Araújo em Manaus.

Cofinanciamento – é de competência do Estado cofinanciar por meio de transferência regular e automática, na modalidade Fundo a Fundo, serviços, programas, projetos e benefícios eventuais, e o aprimoramento da gestão. Foi efetuado o cofinanciamento aos 62 municípios do Estado, por meio dos Fundos Municipais, no total de R$ 7.291.716,00. Foram efetuados ainda o repasse de R$ 15.361.000,00 na modalidade de Transferência Fundo a Fundo, para benefícios eventuais, a fim de atender a estruturação de Cras e Creas e a construção de equipamentos de Assistência Social em diversos municípios, ampliando dessa forma os serviços a serem ofertados à população.

Termos de Fomentos - Foram firmados 30 Termos de Fomentos decorrentes do Edital n.º 001/2020/SEAS, com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), totalizando o valor de R$ 9.956.546,78 que foi repassado objetivando a execução dos Projetos Socioassistenciais que beneficiam a população de rua; crianças e adolescentes em situação de risco; as casas de acolhimento; ações de apoio aos idosos, entre outros.

Gestão e Apoio Técnico

O Governo, por intermédio da Seas, contou com o apoio técnico para os 62 municípios, no que concerne à Gestão, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios

Socioassistenciais. O acompanhamento ocorreu de forma presencial com as visitas técnicas aos municípios, bem como com a vinda de seus representantes à Secretaria para obtenção de orientações.

A equipe técnica visitou os municípios de Benjamin Constant, Beruri, Canutama, Carauari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manaus, Manacapuru, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Parintins, Santo Antônio do Iça, São Paulo de Olivença e São Sebastião do Uatumã, orientando aproximadamente 1.500 trabalhadores do Suas. Foram realizadas ainda, 14 reuniões ampliadas, com a participação da equipe da Gestão e dos Serviços, nos municípios visitados, com a participação de aproximadamente 800 trabalhadores.

Compareceram a Secretaria representantes de 43 municípios, totalizando atendimento a aproximadamente 300 profissionais, entre gestores e técnicos.

Quanto ao apoio técnico não presencial foram contemplados 62 municípios, sendo: 5.088 trabalhadores do Suas e técnicos da rede intersetorial orientados por meio de redes sociais, contato telefônico e sistemas informatizados, e aproximadamente 1.500 trabalhadores através de 52 Teleconferências ou Videoconferências.

Serviços Assistenciais

Centros de Convivência da Família e do Idoso - A Seas realiza a gestão de sete centros de convivência e, apesar do pouco fluxo, em decorrências das restrições de circulação de pessoas, foram realizados atendimentos virtuais, tais como: acolhida, escuta qualificada, orientação e informação; atendimento psicossocial e sociopedagógico; integração; visitas domiciliares e encaminhamentos.

Também foram realizadas palestras nos grupos de convivência e oficinas; reuniões técnicas; articulação interinstitucional e outros de forma virtual.

Desenvolvidas pelos parceiros, as ações de cunho esportivo, cultural, promoção de cursos e atividades livres, na sua maioria de forma beneficiaram cerca de 37.000 pessoas que frequentaram os centros, realizando em torno de 700.000 atendimentos.

Projeto Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

Esse projeto foi desenvolvido por intermédio dos quatro Restaurantes Populares que serviram por volta de 340.000 refeições e de três Cozinhas

Populares que serviram aproximadamente 650.000 litros de sopa, alocados em áreas estratégicas da cidade de Manaus, com vistas a atender a população mais vulnerável e com maior índice de insegurança alimentar. O programa funcionou durante todo o período da pandemia, com entrega de alimentação de forma segura e seguindo todos os protocolos estabelecidos pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP) e Organização Mundial da Saúde (OMS).

Programa Primeira Infância Criança Feliz (PCF)

Visa integrar, ampliar e fortalecer as ações de políticas públicas voltadas às crianças de zero a três anos e mulheres grávidas, das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; de crianças até seis anos das famílias beneficiárias com Benefício de Prestação Continuada; e também das crianças que estão sob medidas protetivas, de acordo com o Artigo 101, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Foram realizadas visitas de apoio técnico aos municípios de Eirunepé, Manicoré e Nhamundá, orientando por volta de 100 trabalhadores. Quanto ao apoio técnico não presencial, foram contemplados 59 municípios, e cerca de 700 trabalhadores do Suas e técnicos da rede intersetorial, orientados por meio de redes sociais, contato telefônico e sistemas informatizados; cerca de 400 trabalhadores, por intermédio de oito Teleconferências/Videoconferências; realizou três capacitações com aproximadamente 110 participantes, por meio da Coordenação Criança Feliz.

Cadastro Único e Coordenação do Programa Bolsa Família

Foram realizadas visitas de apoio técnico aos municípios de Autazes, Benjamin Constant, Beruri, Carauari, Humaitá, Manicoré, Maués, Nhamundá, Santo Antônio do Içá e Tabatinga, orientando perto de 300 trabalhadores. Os representantes dos 31 municípios compareceram na Seas para orientações técnicas, totalizando atendimento a aproximadamente 90 técnicos.

Quanto ao apoio técnico não presencial, foram contemplados 62 municípios, sendo 900 trabalhadores do Suas e técnicos da rede intersetorial orientados por meio de redes sociais, contato telefônico e sistemas informatizados, e 400 trabalhadores com quatro teleconferências/videoconferências. No programa

Bolsa Família a Seas realizou seis capacitações com aproximadamente 250 participantes.

Serviços de Média Complexidade

A Secretaria também prestou apoio técnico aos trabalhadores do Suas, lotados nos equipamentos socioassistenciais Creas e Centro Pop, que garantiram abordagem a 888 pessoas em situação de rua.

Serviços de Alta Complexidade

No que tange aos serviços de acolhimento, o Estado conta com Unidades de Serviços Institucionais para Adultos e Famílias e Unidades de Longa Permanência para Idosos.

Casa Migrante Jacamim

Serviço de acolhimento provisório, atende pessoas em situação de rua e desabrigados por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Durante o exercício realizou aproximadamente 2.500 atendimentos técnicos e acolheu aproximadamente 350 usuários.

Abrigo Coroado

Serviço específico para migrantes, sendo adultos ou grupo familiar, com ou sem crianças, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua e desabrigo por abandono. Durante o exercício realizou aproximadamente 12.000 atendimentos técnicos e acolheu aproximadamente 250 usuários.

CULTURA

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC) tem a missão de coordenar e executar as políticas culturais e de economia criativa do Estado, bem como promover o seu desenvolvimento na formação artística e profissional, popularização e interiorização das atividades, valorização da identidade amazonense e das manifestações culturais.

Com o isolamento social, sem as atividades culturais presenciais a SEC trabalhou uma série de ações com o objetivo de minimizar os impactos na área cultural, alinhando-se à virtualidade.

O Programa "Cultura sem sair de casa" foi uma das estrelas desse momento, proporcionando ao público diversas experiências ligadas às artes, como publicações de livros, filmes, cursos de artes, assim como passeios por museus e centros culturais; tudo nas plataformas digitais. Os Corpos Artísticos, os Corpos Técnicos e Discentes do Liceu também tiveram um papel fundamental nesse contexto, proporcionando uma série de programações artísticas virtuais e de capacitação voltada às artes, todas disponibilizadas nas redes sociais oficiais.

Foram realizadas diversas ações voltadas às classes artísticas, como o lançamento de edital e auxílio emergencial específico para os trabalhadores da cultura, técnicos e demais profissionais do segmento, distribuição, em parceria com outros órgãos e empresas, de cestas básicas para os artistas em situação de vulnerabilidade, entre outras.

Os resultados aqui sintetizados traduzem o conjunto de todas as ações e projetos realizados em 2021.

Cultura em Números

No Portal da Cultura foram disponibilizados vídeos de visitas guiadas a diversos espaços culturais, como a Pinacoteca do Amazonas, museus da Polícia Militar, Arqueologia, Imagem e Som do Amazonas, Numismática, Biblioteca Pública do Amazonas, Galeria do Largo e centros culturais Palácio Rio Negro, Palácio da Justiça e Povos da Amazônia. Da mesma forma foram disponibilizadas visitas em 360º ao Teatro Amazonas e Centro Cultural Palácio da Justiça.

Os espaços abertos à visitação presencial receberam mais de 70 mil turistas nacionais, estrangeiros e visitantes locais em quase 7 meses de funcionamento**.** Esse resultado se deve às ações de adequação dos horários de funcionamento das unidades culturais, em função da pandemia, da programação diferenciada com redução na capacidade de atendimento do público, e em observação a todas as normas de segurança estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, cerca de 160 mil pessoas prestigiaram presencialmente, ou de forma virtual, os mais de 800 espetáculos e atividades artísticas e culturais. Entre outras ações realizadas, registra-se a visitação

(presencial e virtual) de um público de 338.313 nos espaços culturais: Museus, Centros Culturais, Parques e Praças, Teatros e Bibliotecas.

Formação Técnica e Artística

O Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro iniciou suas atividades em abril, com inscrições gratuitas para oficinas em diversos segmentos artísticos nas plataformas digitais, bem como as rematrículas para alunos com aulas em formato on-line. As oficinas foram abertas à comunidade, promovendo o acesso ao conhecimento, além de oportunizar renda a artistas em situação de vulnerabilidade econômica.

Mais de 800 alunos participaram dos cursos de Desenho Livre de Modelo Vivo, 10 Conceitos para Conhecer o Cinema, Introdução à Dança de Salão, Iniciação ao Bolero, Balé para Todos, Interpretação de Canções Eruditas, História da Música, Gestual Básico do Regente, Interpretação de Árias de Ópera, Confecção de Bonecos de Espuma, Maquiagem Artística.

Em 2021, o Liceu ofereceu mais de 1,5 mil vagas para cursos de artes nas quatro unidades de Manaus; mais de 500 na unidade de Parintins. No total, foram mais de 2.000 vagas em cursos de Dança, Artes Visuais, Teatro e Música.

Também foi implantado o projeto Liceu Digital, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos e potencializar desenvolvimento das atividades artísticas e culturais, oferecendo oficinas e cursos on-line abertos à comunidade em diversos segmentos artísticos, nas plataformas digitais, ampliando o alcance das atividades realizadas pelo Liceu.

125 Anos do Teatro Amazonas

Uma das sete maravilhas do Brasil, o Teatro Amazonas completou 125 anos em 2021. Durante todo o ano foram realizadas várias ações, como o concurso para a "logo" dos 125 Anos do Teatro Amazonas. A programação contou com diversos eventos, como concertos, espetáculos teatrais e de dança, entre outras atividades. Além disso, houve uma exposição aberta ao público. A mostra, que teve curadoria do artista plástico Jander Reis, incluiu uma linha do tempo e painéis informativos sobre a construção do patrimônio histórico, os artistas que contribuíram para o valor cultural do edifício e imagens antigas.

Vivência Artística para a População em Situação de Rua

A SEC realizou diversas atividades no Abrigo Emergencial Provisório, localizado na concentração do Centro de Convenções – Sambódromo, para a população em situação de rua, tais como vivências artísticas voltadas para Artes Visuais e Música, Oficinas de Maquiagem Artísticas, Oficinas de Dança. Além destas, foram executadas ações do Programa Mania do Ler, como o "Cinema e Literatura", com a exibição do filme "O Conde de Monte Cristo", baseado na obra do escritor Alexandre Dumas e a doação de "Caixa Estante", com 125 livros variados. Esta ação, com a parceria da Sejusc, contou com a equipe de instrutores do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro, beneficiando 135 pessoas.

XXIII Festival Amazonas de Ópera

O XXIII Festival Amazonas de Ópera foi realizado em formato totalmente inédito, com programação 100% on-line, nas plataformas YouTube e Facebook. Sua produção contou com verba da iniciativa privada, Bradesco e Motorola, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, Ministério do Turismo e Secretaria Especial de Cultura. Contando ainda com parceria do canal Allegro HD e TV Encontro das Águas, e o apoio do Catavento Museu de Ciências e da Importadora Carioca, teve uma produção inovadora, com parte do espetáculo sendo gravado em Manaus e outra em São Paulo.

O novo formato do Festival trouxe resultados expressivos com a exibição de 14 vídeos publicados, sendo três inéditos, além de ter alcançado 206.347 visualizações no canal do YouTube e nas páginas do Facebook da Secretaria.

Programa + Cultura

O + Cultura é um pacote de ações voltadas à cultura e à economia criativa, com o objetivo de fomentar as atividades do setor. Os investimentos iniciais somaram mais de R$ 8 milhões, beneficiando 2.800 trabalhadores da cultura em três editais, incluindo programações culturais inéditas e novas vagas para Corpos Artísticos do Estado e para o Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro.

Esse programa incluiu também o lançamento de uma programação especial pelos 125 anos do Teatro Amazonas e do Festival Amazonas de Circo. Os Editais lançados contemplaram 290 projetos, tanto na capital como no interior do Estado, somando um total de R$ 8.200.000,00, distribuídos da seguinte forma:

- Prêmio Amazonas Criativo – disponibilizou R$ 6 milhões para a premiação de projetos, na capital e no interior, em áreas como produção artística, mostras e exposições, shows e espetáculos, formação livre e criativa, memória e pesquisa cultural, atendendo a 246 projetos;
- Prêmio Equipa Cultura – disponibilizou R$ 1 milhão para premiação de aquisição de bens patrimoniais permanentes relacionados à cultura e economia criativa, atendendo a 32 projetos;
- Amazonas Cultura em Rede – disponibilizou R$ 1.200.000, premiando 12 projetos no valor de R$ 100 mil destinados a encontros, mostras, festivais e circulação de apresentações artísticas, com acesso gratuito.

Live Parintins 2021

Muito além de manter viva a tradição do Festival Folclórico, a Live Parintins 2021 teve como objetivo movimentar a economia do município e gerar renda para trabalhadores dos bumbás Caprichoso e Garantido, que vivem do Festival. A live foi transmitida pela TV A Crítica, no canal 4 da TV aberta. Além do Governo do Amazonas, as apresentações contaram com o apoio da Coca-Cola Brasil.

Live Folclórica 2021

A Live Folclórica 2021, realizada na Arena Poliesportiva Amadeu Teixeira, foi uma mostra não competitiva, sem público, e os grupos tiveram equipes reduzidas devido aos protocolos de segurança e prevenção contra a Covid-19. Ao todo, foram 68 grupos da Categoria Ouro, sendo 62 de dança, quadrilhas, tribos e cangaços; e seis Bois-Bumbás, Master A e Master B. Cada grupo pôde ter até 30 participantes (brincantes, coordenação, músicos), com um mínimo de oito pares de brincantes e máximo de 12.

Festival de Circo do Amazonas

O primeiro Festival de Circo do Amazonas foi realizado em outubro, com uma programação variada e totalmente gratuita, apresentando diversos espetáculos e oficinas. O evento reuniu diversos artistas em diferentes pontos de Manaus para apresentar e celebrar a arte do circo. **As apresentações e** performances contaram com a participação da Associação dos Artistas Circenses, Artistas do Circo Ramito, o projeto "Roda na Praça" e Grupo Cacompanhia, entre

outros, em diversos pontos da cidade, como no Centro Cultural Barravento, Amazon Master Circus, Ramito Circo, Teatro Amazonas e Largo de São Sebastião.

Circuito Cultural Manaus 365 anos

Recebeu mais de 15 mil pessoas em sete dias do evento na Avenida do Samba, numa alusão ao aniversário da cidade, realizado em parceria com a Prefeitura de Manaus. A iniciativa contou com a participação de 42 atrações e gerou renda para trabalhadores da cultura e economia criativa em diferentes segmentos. O acesso ao Circuito Cultural foi mediante agendamento pelo Portal da Cultura (cultura.am.gov.br) e era necessário estar com o esquema vacinal.

Expedição Cultural

A 3ª Expedição Cultural foi realizada nos meses de outubro e novembro no interior do Estado. A programação iniciou com espetáculos, oficinas e exibição de curtas-metragens. O projeto faz parte do programa +Cultura. Os municípios escolhidos para a Expedição Cultural foram: Itacoatiara, Itapiranga, Silves, Urucará, Careiro da Várzea, Coari, Tefé, Alvarães, Uarini, Tabatinga e Benjamin Constant.

Canal de Atendimento aos Profissionais da Cultura e da Economia Criativa

Criado em 2020 para atender profissionais da cadeia produtiva da cultura, o Canal de Atendimento disponibilizou em 2021 diversos serviços, incluindo informações sobre medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus, esclarecimentos sobre editais, cadastro no mapeamento dos artistas; e encaminhamentos para profissionais como assistentes sociais, psicólogos e programas sociais, com mais de 2.000 atendimentos realizados.

Doação de Cestas Básicas

A Secretaria, em parceria com instituições públicas e privadas, deu continuidade à campanha de arrecadação e doações de mais de 3.400 cestas básicas, para artistas e profissionais da cultura em situação de vulnerabilidade durante a pandemia

Auxílio ao Trabalhador da Cultura

O Auxílio Estadual para a classe artística foi uma ampliação da política estadual de auxílios, com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia de

COVID-19 sobre o setor e apoiar os trabalhadores da cultura em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O auxílio também beneficiou profissionais da área de turismo e esporte, englobando 21 cidades do interior e na capital. O benefício, no valor de R$ 600,00, pago em três parcelas de R$ 200,00 mensais, foi entregue para 1.373 trabalhadores da cultura em Manaus e 21 municípios do Estado.

O Mundo Encantado do Natal

O Governo do Estado, por meio da SEC encerrou o ano com diversas atrações de Natal e conseguiu gerar cerca de 600 postos de trabalho diretos e 8.000 indiretos. A campanha "O Mundo Encantado do Natal – Onde a magia é feita de alegria" teve programações em diversos bairros da capital e em 20 cidades do interior. Dentre os destaques estão a decoração do Largo de São Sebastião; o espetáculo "Um Presente para o Natal", no Teatro Amazonas; o "Povos Criativos: Feira de Economia Criativa – Edição de Natal", no Centro Cultural dos Povos da Amazônia; o Natal nos Centros de Educação de Tempo Integral (Cetis); o "Natal Itinerante", em 5 cidades do Estado; "Natal nos Parques", "A Fábrica do Papai Noel" e o "Natal nos Municípios", onde 10 cidades receberam árvores de Natal e apresentação nos municípios.

O Concerto de Natal, tradicional espetáculo musical do Estado do Amazonas, contou por meio da arte a história de Ana e a necessidade de olhar para o agora e viver o presente. Também foi montada no mesmo período a "Fábrica do Papai Noel", levando diversos itens natalinos ao centro da cidade. O espetáculo contou com a seleção de 12 artistas para compor o elenco, além da participação na audição de cerca de 28 crianças e 124 adultos.

ECONÔMICA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (Sedecti), em 2021 envidou esforços para recuperar a economia, estabelecendo ações integradas com as instituições públicas e privadas, dando ênfase no crescimento econômico sustentado na capital e municípios do interior do Estado.

Nesse sentido, a Sedecti trabalhou em 40 projetos estruturantes do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

As ações em andamento compõem-se do Projeto Humaitá; Projeto BR-319; Projeto Distrito Bioagroindustrial Rio Preto da Eva; Zoneamento Ecológico-Econômico; Projeto Entreposto da Pesca Ornamental; Cadeia da Estruturação da Carne; Cadeia da Borracha; APL Artesanato Alto Solimões; Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira; Distrito de Desenvolvimento Regional Manacapuru-Iranduba; Webinário Boas Práticas Sustentáveis na Pecuária para o Desenvolvimento da Amazônia; 43º Expoagro do Amazonas; APL de Base Mineral Cerâmico-Oleiro; Site Invista no Amazonas; Acompanhamento e Prospecção de Empresas; Captação de Recursos, Atração de Investimentos e Incentivos Fiscais.

Destaca-se ainda o Programa Amazonas Mais Verde, com várias ações realizadas de forma multissetorial, com recursos repatriados da Operação Lava Jato destinados ao estado do Amazonas.

As Câmaras Setoriais em 2021 realizaram duas reuniões da Câmara Setorial da Agroindústria, duas da Câmara Setorial de Turismo e uma da Câmara Setorial de Bioindústria. Além destas, foram realizadas duas viagens de campo com a finalidade de mapear dados e informações do setor privado voltado às cadeias produtivas da castanha, nos municípios de Manicoré, Humaitá e Lábrea; e do guaraná, em Maués.

O Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) realizou quatro reuniões, aprovando 182 projetos, sendo 62 de implantação, 89 de diversificação e 31 de atualização, com destaque para a empresa Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda., com investimento de R$ 8,909 bilhões; a Tec Toy S. A., com aplicações de R$ 452,217 milhões; a Foxconn Moebg Indústria de

Eletrônicos Ltda., com capitais investidos de R$ 228,930 milhões, e a OX da Amazônia Indústria de Bicicletas S.A., tendo patrimônio de R$ 282,093 milhões. Por meio destes, estima-se uma posse totalizando mais de R$ 19 bi para os próximos três anos, gerando 7.500 novos postos de trabalho e aproveitando outros 4.700 existentes nas indústrias.

TRABALHO E RENDA

Neste segmento, a Secretaria atuou no cadastramento de 3.013 trabalhadores, ofertou 2.833 vagas, encaminhou 4.896 trabalhadores para processo seletivo, e no Seguro Desemprego, 3.212 trabalhadores receberam o benefício. Foram 11.687 atendimentos, oferecendo-lhes informações, ajustes e emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) digital e seguro-desemprego. Em diversas áreas de formação, ofereceram 2.610 vagas e realizaram 11 ações na capital e interior, além de ter beneficiado 461 pessoas. Por conta da pandemia, realizaram 27.698 atendimentos *online,* utilizando os serviços do Sine Amazonas.

No segmento do Artesanato, foram realizados 714 novos cadastros, sendo 146 renovações, 374 carterinhas entregues, 405 cestas e 48 visitas técnicas efetuadas. Foram 443 artesões beneficiados de forma direta e 810 de forma indireta. Os produtos comercializados somam o total de 34.969 itens, alcançando um valor de R$ 720.759,69 e 429 mercadorias encomendadas, agregando o montante de R$ 117.929,00.

MINERAÇÃO

Para o incentivo do uso do Gás Natural Veicular (GNV), a Secretaria Executiva de Mineração, Energia, Petróleo e Gás desenvolvem iniciativas para utilização, destacando-se dentre elas: aumento do número de postos que fornecem (GNV) em Manaus; crescimento do número de veículos usufruindo o (GNV); desburocratização do processo de regularização dos automóveis; e a conversão de 15% da frota dos veículos do Governo Estadual para uso de (GNV).

Na área de Gás e Energia, um plano de ação foi desenvolvido para a implementação da Lei nº 5.350, de 22 de dezembro de 2020. Para isso, realizou-se um inventário para uso das fontes renováveis de energia e eficiência energética.

Ademais, formaram-se campanhas e *Cards* sobre energia renovável e os riscos de fiação elétrica na enchente.

No setor de Gás e Mineração, foi executado o diagnóstico do âmbito mineral do Estado, a renovação do Conselho de Mineração e Geodiversidade e a elaboração da Nota Técnica referente ao panorama geral do minério de potássio no Amazonas.

FOMENTO À ATIVIDADE ECONÔMICA

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. (Afeam), instituição financeira de desenvolvimento do Estado, contribui no crescimento econômico do Amazonas por meio de ações de apoio creditício, em consonância com a política vigente, respeitando as normas ambientais e colaborando com os empreendedores de todos os setores econômicos.

A Afeam realizou investimentos em todo território amazonense no valor de R$ 163,53 milhões, com destaque para o recurso do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES), o qual representou 92,50% do investimento total. Foram contratadas 18.855 operações de financiamentos, com a estimativa de ter gerado e/ou mantido 56.565 ocupações econômicas. Os recursos aplicados no interior foram de R$ 110,90 milhões, enquanto na capital foram aplicados R$ 52,63 milhões.

Desempenho na Capital e no Interior

Na capital foram aplicados R$ 52,63 milhões, cuja proporcionalidade entre os setores econômicos apresentou os seguintes valores: Comércio R$ 26,38 milhões (50,13%), seguido pelo setor de Serviço R$ 20,75 milhões (39,43%), Secundário (indústria) R$ 4,29 milhões (8,15%) e Primário (rural) R$ 1,21 milhão (2,29%).

No interior foram aplicados R$ 110,90 milhões, com as seguintes proporcionalidades entre os setores: Comércio R$ 71,47 milhões (64,44%), seguido pelo Primário (rural) R$ 24,22 milhões (21,83%), Serviço R$ 12,44 milhões (11,22%) e Secundário (indústria) R$ 2,77 milhões (2,51%).

Microcrédito Afeam

O Programa de Microcrédito consiste em uma linha de crédito que estimula o empreendedorismo, com financiamentos em operações que variam de R$ 500,00 a R$ 21.000,00. Os valores foram disponibilizados por meio de plataforma de concessão de financiamento de operações de crédito, com a colaboração técnica do Instituto de Desenvolvimento Agropecuária e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Fundo de Promoção Social (FPS), Centro de Ensino Tecnológico do Amazonas (Cetam), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama) e Junta Comercial do Estado do Amazonas (Jucea), conforme a Lei nº 2.826 de 2003, que objetiva a consolidação de pequenos negócios, possibilitando a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores autônomos, microempreendedores individuais, profissionais liberais, microempresas e produtores rurais, por meio do fomento orientado e produtivo.

Foram concedidas 16.736 operações de créditos, financiando um total de R$ 96,03 milhões equivalentes a 58,72% de toda a aplicação do período. A divisão dos valores aplicados entre os setores apresentou a seguinte proporção: Comércio R$ 73,68 milhões (76,73%), seguido pelo Serviço R$ 18,71 milhões (19,48%) e Indústria R$ 3,64 milhão (3,79%).

Distribuição Geoespacial Microcrédito

A distribuição dos valores aplicados na concessão de financiamento de operações de crédito foi realizada da seguinte forma: na capital foram contratados um total de 2.526 operações de créditos, com um aporte financiado de aproximadamente R$ 19,26 milhões, equivalente a 20,06% do total aplicado, com as proporções entre os setores do Comércio R$ 10,69 milhões (55,49%), Serviço R$ 7,49 milhões (38,90%) e indústria R$ 1.08 milhão (5,61%). No interior foram contratadas 14.210 operações de créditos, financiando R$ 76,76 milhões, equivalentes a 79,94% do total aplicado, com as seguintes proporções: Comércio R$ 62,99 milhões (82,06%), seguido pelo Serviço R$ 11,21 milhões (14,61%) e Indústria R$ 2,56 mil (3,33%).

Campanhas de Recuperação de Crédito

Para reduzir o impacto negativo da pandemia de Covid-19, foi relançado em janeiro o Plano de Ação Emergencial de Renegociação de dívidas para aliviar o fluxo de caixa dos clientes em seus dividendos e renegociadas 2.314 operações, resultando num montante de R$ 36,92 milhões.

Modernização

Em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, a Afeam lançou o "Crédito Emergencial" de forma digital, por meio da plataforma de crédito, permitindo que seus clientes realizassem propostas de financiamentos e a renegociação de suas dívidas. A implementação de melhorias nessa plataforma teve como objetivo proporcionar maior celeridade, confiabilidade, mitigação de riscos e eficiência nos processos de concessões de financiamentos.

O volume dos recursos aplicados em financiamento de operações de crédito em 2021, comparativamente, representa um crescimento de 57,27% em relação ao ano de 2020 (R$ 103,98 milhões) e, em relação a 2019 (R$ 62,69 milhões), o crescimento foi ainda mais representativo, com alta de 160,87%.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Com o objetivo executar políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação, foram realizadas atividades para o desenvolvimento econômico, social e sustentável por meio de ações que fortalecem o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

A Sedecti realizou a união entre o Governo do Estado e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para a erradicação da pobreza, redução de desigualdades e da exclusão social por meio de ações integradora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dentro do Plano Plurianual (PPA 2020-2023).

A parceria entre a Sedecti, o Instituto Acariquara, o Instituto Clima e Sociedade e a Universidade Federal do Amazonas estabeleceram o projeto "Rede RHISA", que é uma plataforma digital na forma de rede colaborativa, que tem como objetivo revelar a complexidade dos arranjos de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia, suas capacidades tecnológicas, seus potenciais para inovação e a

relevância da Ciência para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Dentre os projetos e parcerias realizadas, destacam-se:

- Acordo de Cooperação Técnica entre a Sedecti e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- Parceria com a Sidia para uso gratuito do aplicativo HeyTeam;
- Prosseguimento do convênio como mapa para viabilizar o projeto de "Fortalecimento de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade";
- Implementação do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões;
- Fortalecimento do Conselho Niffam;
- Estudo sobre conectividade digital no Alto Solimões;
- Colaboração junto ao projeto de gestão da Bacia Putumayo Iça;
- Acordo de cooperação com a "Associação *The Good Food Institute* do Brasil" para a elaboração de um ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e produção de proteínas alternativas como substitutos a produtos de origem animal;
- Acordo de Cooperação Técnica com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa, para difusão da medicina integrativa;
- "I Oficina de Fitoterápicos do Polo Bioamazonas";
- Participação no "Fórum de Inovação em Investimentos na Bioeconomia Amazônica";
- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade do Estado do Amazonas para o projeto "*Rainforest Business School*";
- Coordenação da Central Estadual de Estudo, Geografia e Estatística do Estado do Amazonas.

FOMENTO À PESQUISA

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), reafirma seu compromisso com o avanço da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado. Seus investimentos aumentaram em 55,89% em relação ao ano anterior.

As suas ações estão alinhadas ao Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado, à Agenda 2030 Brasil e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Seus investimentos foram aplicados nas seguintes linhas de ação:

Formação Sustentável de Recursos Humanos CT&I; Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação; Infraestrutura Resiliente para Ciência, Tecnologia e Inovação; Popularização e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação; Incentivo à Internacionalização e Cooperação Interinstitucional em âmbito Nacional e Internacional; Empreendedorismo de Base Tecnológica e a Consolidação do Ecossistema de Inovação.

Foram realizados investimentos em parceria com outras secretarias do Estado na implantação da Central de Produção e Disseminação de Análises e Estatísticas Socioeconômicas, Demográficas e de Base Territorial; no fortalecimento do Sistema Estadual de CT&I; nas ações Emergenciais de Combate à Pandemia Causada pelo Novo Coronavírus; e no projeto Meninas e Mulheres na Ciência e no Empreendedorismo Científico.

Em 2021 foram lançados 19 programas e fortalecidas as parcerias com órgãos da administração estadual, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), Coordenação Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e com organizações internacionais.

Apesar do cenário desafiador em razão da epidemia do novo Coronavírus, a Fapeam lançou 19 programas para apoiar a formação de recursos humanos, empreendedorismo, pesquisa, inovação, difusão e popularização da ciência, totalizando o investimento de R$105.837.811,00, conforme demonstrativo que segue.

EDITAIS/RESOLUÇÕES/CHAMADAS PÚBLICAS LANÇADAS PELA FAPEAM – 2021

Continua

PROGRAMAS	EDITAL	INVESTIMENTO (R$)
Programa FAPEAM: Mulheres na Ciência (inédito)	001/2021	4.035.840,00
Programa Amazônidas: Mulheres e Meninas na Ciência (inédito)	002/2021	6.722.954,00*
Programa de Apoio à Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação - POP CT&I	003/2021	600.000,00
Programa Ciência na Escola – PCE	004/2021	3.994.320,00*
Programa de Apoio à Realização de Eventos Científico Tecnológicos no Estado do Amazonas – PAREV	005/2021	2.500.000,00

Conclusão

PROGRAMAS	EDITAL	INVESTIMENTO (R$)
Programa de Desenvolvimento e de Inovação para Educação Básica - PRODEB (inédito)	**006/2021**	**1.500.000,00**
Programa BIODIVERSA/FAPEAM: CT&I para Ambiência e Biodiversidade no Estado do Amazonas - ANO I (inédito)	007/2021	9.157.341,00*
Programa Estratégico de Desenvolvimento do Setor Primário Amazonense - PROSPAM/FAPEAM (inédito)	008/2021	9.661.556,00*
Programa de Fixação de Recursos Humanos para o Interior do Estado: Mestres e Doutores por calha de Rio - PROFIX-RH (inédito)	009/2021	3.727.200,00
Programa de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação em áreas Prioritárias para o Estado do Amazonas - CT&I Áreas Prioritárias (inédito)	010/2021	6.940.859,00*
Programa Ciência na Gestão Pública - PCGP (inédito)	011/2021	4.679.040,00
Programa de Apoio à Pós-Graduandos Fora do Estado do Amazonas - POSGFE (inédito)	012/2021	3.098.520,00
Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional no Estado do Amazonas – PDCTR	013/2021	5.690.000,00
Prêmio Fapeam de Ciência, Tecnologia e Inovação - Edição 2021 (inédito)	Chamada Pública nº 01/2021	248.160,00
Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu – POSGRAD	Resolução nº 08/2021	29.073.326,00
Programa de Apoio à Iniciação Científica do Amazonas – PAIC-AM	Resolução nº 11/2021	7.418.880,00
Programa de Apoio Consolidação das Instituições Estaduais de Ensino e/ou Pesquisa - PRÓ-ESTADO	Fluxo Contínuo	4.500.815,00
Programa de apoio a Projetos financiados por emendas impositivas – PROEMEND	Fluxo Contínuo	450.0000,00
Chamada Transacional Conjunta ERA PerMed – Projetos de Pesquisa Multidisciplinar sobre Medicina Personalizada – Desenvolvimento de Ferramentas de Apoio Clínico para Implementação de Medicina Personalizada	Nº 01/2021 – CD/FAPEAM	1.839.000,00
TOTAL		**105.837.811,00**

Fonte: Fapeam, janeiro a novembro de 2021 **-** *Valor com suplementação

A Fapeam apoia 3.517 projetos desenvolvidos em Manaus e em 54 municípios do Amazonas vinculados à educação básica, ao ensino superior, à pesquisa básica, tecnológica e aplicada, resultando em 5.099 bolsas concedidas, 77 instituições participantes e no apoio a 75 cursos de pós-graduação, beneficiando mais de 65 mil pessoas, conforme síntese a seguir:

Formação de Recursos Humanos da Educação Básica ao Ensino Superior

A Fundação apoia a formação de recursos humanos da educação básica, a graduação e a pós-graduação, com a oferta de programas específicos que beneficiam estudantes da capital e do interior. Atualmente, 5.099 pesquisadores recebem bolsas nas seguintes modalidades: Iniciação Científica (2.744); Mestrado (692); Doutorado (308) e 1.355 nas demais modalidades.

Na Educação Básica o Programa Ciência na Escola (PCE), desenvolvido em parceira com a Seduc e Semed, estimula a participação de professores em pesquisa e a iniciação de jovens cientistas na capital e no interior. Com um investimento de R$ 3.994.320,00 foram concedidas 2.856 bolsas direcionadas a 714 projetos, sendo 460 na capital e 254no Interior.

Na Educação Superior o Programa de Apoio à Iniciação Científica (Paic) permite a estudantes de graduação a vivência em pesquisa e possível continuidade acadêmica em níveis de mestrado e doutorado. O PAIC, edição 2020/2021, recebeu investimento de R$ 7.418.880,00 em bolsas e auxílios-pesquisa, com ampliação do número de bolsas para estudantes de 16 instituições no Estado.

A formação de recursos humanos altamente qualificados, em nível de mestrado e doutorado no Amazonas, é incentivada pela Fapeam por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (Posgrad). Foram investidos R$ 29.073.326,40, o que permitiu apoiar 75 cursos nos níveis de mestrado e doutorado, com auxílio e bolsas. Com referência às bolsas, foram concedidas 1.000 cotas, sendo esse o maior número já conferido ao longo da trajetória de 18 anos da instituição. Esse apoio possibilitou a titulação de 357 pesquisadores, entre 261 mestres e 96 doutores nas mais diversas áreas.

Com investimento de aproximadamente R$ 30 milhões no Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu, foi possível a formação de recursos humanos altamente qualificados e o Amazonas ocupar o primeiro lugar entre os estados na oferta de bolsas a alunos de cursos de mestrado e doutorado.

Foram lançados dez Programas inéditos para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, conforme segue:

- Programa de Desenvolvimento e de Inovação para Educação Básica – (Prodeb) - destinado a professores da educação básica da rede pública de ensino para fomentar projetos de pesquisa e de inovação, objetiva valorizar mestres e doutores, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da educação no estado do Amazonas.

- Programa Biodiversa/Fapeam: C,T&I para Ambiência e Biodiversidade no Estado do Amazonas - ANO I – apoia propostas de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação, ou de transferência tecnológica voltadas para caracterização, conservação, restauração, uso sustentável do meio ambiente e exploração sustentável da diversidade amazônica, com vistas à produção de conhecimentos que contribuam para o enfrentamento dos problemas ambientais amazônicos e subsidiem a formulação de políticas públicas de conservação ambiental no Amazonas.
- Programa Estratégico de Desenvolvimento do Setor Primário Amazonense - Prospam/Fapeam - apoiar pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação, ou de transferência tecnológica, que representem contribuição significativa para o desenvolvimento do setor primário do Amazonas, visando a produção sustentável e adequada à realidade regional.
- Programa de Fixação de Recursos Humanos para o interior do Estado: Mestres e Doutores por calha de Rio - Profix-RH - atrair e fixar mestres e doutores para atuarem em instituições localizadas no interior do Estado, por meio do desenvolvimento de projeto de pesquisa, tecnologia ou inovação, com vistas ao impacto social e econômico da região.
- Programa de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação em áreas Prioritárias para o Estado do Amazonas - C,T&I Áreas Prioritárias - apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, ou de transferência tecnológica, que busquem o avanço e o aprofundamento das áreas do conhecimento e o estudo de seus problemas e desafios, contribuindo com o desenvolvimento do ecossistema científico, tecnológico e de inovação no Amazonas.

A Fapeam também respondeu às demandas impostas pela emergência sanitária causada pela Covid-19, por meio do apoio inovador à pesquisa "Estudo de Fase IV para Avaliação de Efetividade da Vacina Adsorvida Inativada contra Covid-19, a CoronaVac, entre Profissionais da Educação e de Segurança Pública com Fatores de Risco para Gravidade, em Manaus (Amazonas)", no âmbito do Programa de Apoio à Consolidação das Instituições Estaduais de Ensino e/ou Pesquisa – Pró-Estado, no montante de R$ 3.000.000,00.

Ações Afirmativas

A Fapeam, ciente do desequilíbrio de gênero na ciência e visando promover o protagonismo feminino em CT&I, lançou os seguintes Programas: Programa Amazônidas – "Mulheres e Meninas na Ciência", que visa estimular o aumento da representatividade feminina no cenário de Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I, com investimento da ordem de R$ 6.722.954,53; Programa Fapeam: Mulheres na Ciência, que visa estimular a participação de mulheres na coordenação de propostas nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias no interior do estado do Amazonas, com investimento da ordem de R$ 4.035.840,00.

Esses programas são específicos para pesquisadoras e resultaram na concessão de 60 bolsas em 13 instituições de ensino e pesquisa, na aprovação de 67 projetos distribuídos nos municípios Benjamin Constant, Coari, Itacoatiara, Manaus, Lábrea, Presidente Figueiredo, Humaitá, Manacapuru e Tefé.

Popularização da Ciência

A Fundação apoia a popularização da ciência, por meio dos Programas: Apoio à Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos no Estado do Amazonas, e Apoio à Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação, que promovem a realização de eventos direcionadas para o público em geral na capital e no interior do Amazonas. Em 2021 foram apoiados 51 projetos de 12 instituições nos municípios de Manaus, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Benjamin Constant, Presidente Figueiredo, Manacapuru e Tefé, com investimento de R$ 3.100.000,00, atingindo quase 50 mil pessoas.

O expressivo montante de investimento apresentado retrata a visão estratégica que o Governo do Amazonas tem em relação à CT&I, uma área fundamental que, associada à gestão pública, contribui decisivamente para o desenvolvimento econômico e social do estado do Amazonas.

APOIO ÀS PREFEITURAS DO INTERIOR

Governo do Estado apoia as prefeituras do interior para o seu desenvolvimento socioeconômico, atuando por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama), prestando assessoria técnica

em diversas áreas, cooperando para a captação de recursos, gestão de projetos, articulação entre atores e outras.

Das atividades desenvolvidas em 2021, destaca-se a execução de projetos dentro das normas técnicas da Companhia de Desenvolvimento em Itapiranga e nas comunidades de Boa Esperança, Nova Jerusalém do Acará e São José do Ipecaçu, em Maraã, aptos a captarem recursos disponíveis na Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Foram realizadas capacitações para que os técnicos das prefeituras pudessem submeter projetos de desenvolvimento dentro dos padrões exigidos pelas fontes de financiamento. Neste sentido, representantes de Canutama receberam um treinamento personalizado nos sistemas de captação de recursos federais e de repasses dos governos estaduais.

Com o apoio da Ciama, o Governo do Estado tem trabalhado em Silves na elaboração do projeto de revitalização da Praça do Cristo que prevê maior elevação do monumento principal, bem como a criação de um mirante moderno, com um serviço de apoio a turistas.

Além desse importante projeto para o principal ponto turístico de Silves, foi realizada reunião com 40 micro e pequenos empreendedores locais interessados em submeter propostas aos programas de crédito do Governo.

Parcerias

Foram investidos R$ 100 mil reais na realização de um curso inovador de Gestão das Cadeias Produtivas Animal e Vegetal, em parceria com a Sepror, visando diversificar e desenvolver o setor primário, certificando 35 técnicos. Os dois projetos de alunos desse curso, considerados os mais aplicáveis, serão apresentados na Exposição Agropecuária do Amazonas.

Como mais uma medida de estímulo econômico ao setor comercial, em parceria com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam) e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio AM), a Ciama ajudou a organizar e participou de uma *live* sobre os programas de crédito disponibilizados pelo Governo do Estado, por meio da Agência de Fomento.

O recurso digital alcançou empresários do comércio de bens, serviços, turismo e segmentos interessados em aproveitar as condições de financiamento oferecidas.

A Ciama está autorizada a representar a Agência de Fomento (Afeam), assessorando os interessados nas linhas de crédito do Governo, tanto no cadastramento, passando pela habilitação documental, quanto no projeto que será submetido à Afeam.

GÁS NATURAL

O Governo do Estado, por intermédio da Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), responsável por distribuir e comercializar o gás natural no Estado, ampliou o atendimento em Manaus, construindo novos trechos da rede de distribuição, ampliando assim o volume comercializado do gás natural.

Em relação ao mesmo período do ano anterior, o volume distribuído de gás natural aumentou 6,11%, estabelecendo uma média anual recorde de 5,16 milhões de metros cúbicos distribuídos por dia. A variação ocorreu pelo aumento do volume distribuído a todos os segmentos contemplados no estado: termoelétrico, industrial, comercial, veicular, residencial e autogeração/liquefação.

Ampliação da Rede de Distribuição

Foram implantados 27 quilômetros da rede de gás na Ponta Negra, Morada do Sol, Boulevard, Chapada, Distrito Industrial e nas avenidas Autaz Mirim e dos Franceses. A Cigás ampliou para 4.721 o número de unidades habitacionais atendidas e 150 unidades consumidoras comerciais, como restaurantes e hotéis. No segmento industrial, são 59 empresas beneficiadas.

Os investimentos realizados no ano de 2021 para a ampliação da rede foram de R$ 23,8 milhões até setembro. No total, a Companhia já possui 175 quilômetros de gasoduto em Manaus e passou a atender o Hospital Delphina Aziz.

Tarifa Mais Vantajosa

O gás natural distribuído no Amazonas no âmbito comercial tem a menor tarifa do país, e o utilizado em residências, a terceira menor, de acordo com o Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia.

Em Manaus, 150 empresas do segmento comercial, entre hotéis, restaurantes e lavanderias já usufruem do gás natural canalizado, registrando em junho R$ 2,94 o metro cúbico, e R$ 3,00 no segmento residencial.

Mercado Veicular

A Companhia está investindo R$ 1 milhão na Campanha "Faça a Conta. Use GNV!" que concedeu incentivos de R$ 4 mil a motoristas que converteram o veículo para utilização de GNV. O valor do benefício foi baseado nos custos da conversão veicular em oficinas autorizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Foram beneficiados 250 motoristas que poderão obter uma economia mensal de até 50% com o combustível.

Gás Natural Produzido no Campo do Azulão

A Cigás implantou a estação de medição no Campo do Azulão para atendimento do projeto Azulão Jaguatirica II, objeto dos Contratos de Fornecimento entre Eneva, Cigás e Azulão Geração de Energia.

A infraestrutura conta com um moderno sistema de medição e de automação, permitindo um monitoramento completo pelo Centro de Controle Operacional (CCO) da Companhia, em Manaus, que visualiza as informações de pressão, temperatura, vazão do gás, dentre outras.

Gás Natural para Novas Usinas Termelétricas no Interior do Estado

A Cigás celebrou contrato de fornecimento com a Petrobras, cujo objeto consiste na distribuição de gás natural para atendimento aos projetos vencedores do "Lote II – Amazonas" do Leilão para Suprimento aos Sistemas Isolados. O propósito do leilão foi a aquisição de energia e potência elétrica e a execução de outras medidas destinadas à garantia do suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados da região Norte.

A empresa Usina Xavantes, vencedora do leilão, ficou responsável pelo atendimento das localidades de Anori, Anamã, Caapiranga, Codajás e Novo Remanso, por meio de empreendimentos de geração termelétrica a gás natural. A Cigás e a Usina Xavantes assinaram um contrato que disciplina as condições técnicas e comerciais do fornecimento às Usinas Termelétricas (UTEs) que serão instaladas nos municípios.

TURISMO

A Empresa Amazonense de Turismo (Amazonastur) durante 2021 realizou ações necessárias para reativação do Turismo no Amazonas, a exemplo da obrade reforma e

ampliação do terminal de passageiros do aeroporto de Barcelos, oriundo de convênio entre o Governo de Estado e o Ministério do Turismo. Os Centros de Atendimento ao Turista (CATs) foram reativados de forma gradual para prestar aos turistas informações mais detalhadas do Estado.

Foi firmada uma parceria com o Cetam que garantiu a qualificação de 75 guias de turismo. O curso técnico de Guia de Turismo Regional teve duração de 940 horas, realizado na modalidade de Ensino a Distância.

Com a flexibilização das medidas de restrição que possibilitaram a retomada do turismo de natureza, foram realizadas ações integradas nos portos e marinas da cidade de Manaus, com o objetivo de verificar a regularidade junto ao Cadastur, combater a prestação irregular e ilegal dos serviços turísticos, crimes contra o consumidor, empresas clandestinas e carteiras falsificadas.

Foram realizadas as campanhas de divulgação: Alô Turista, Exploração Sexual de Criança e Adolescente e Manuseio de Animais Silvestres que contaram com o apoio da Companhia de Policiamento Turístico da Polícia Militar do Amazonas (Politur) e da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas (Arsepam).

O Governo do Amazonas entregou a segunda etapa do Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, com capacidade para 10 mil pessoas. A nova estrutura possibilita o Amazonas a entrar na rota para sediar grandes eventos nacionais e internacionais.

Foi concedido o Auxilio Estadual para os profissionais do turismo, que beneficiou 438 pessoas, dentre guias de turismo, prestadores e cooperados fluviais e terrestres, cadastrados e regularizados com atividade turística no Cadastur.

Com representantes do Ministério do Meio Ambiente, ICMBio e Embratur foi realizada uma visita técnica ao município de Novo Airão. As Agências de Turismo contaram com visitas integradas da Politur, Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária com o objetivo de acompanhar os serviços oferecidos pelos prestadores nas Agências de Turismo.

Outra ação de destaque foi a divulgação e promoção da *Live* Parintins 2021 e da Ciranda 2021, uma forma de manter acesa a emoção dos festivais aos amantes do boi-bumbá e da ciranda.

Também foi desenvolvida a ação Turismo em Movimento. Os primeiros municípios a receberem a ação itinerante foram: Presidente Figueiredo, Novo Airão e Rio Preto da Eva, atendendo centenas de empresários e gerando uma

perspectiva de volume de negócios para as empresas participantes. Os recursos envolvidos nas negociações foram estimados em R$ 817.500,00.

O Governo do Estado por meio da Amazonastur, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), validou as informações do diagnósticoparticipativo e estratégico para composição do Plano Estadual de Turismo com os sete polos amazonenses: Polo Uatumã, Polo Sateré, Polo Madeira, PoloAmazônico, Polo Alto Rio Negro, Polo Médio Solimões e Polo Alto Solimões. O documento visa a consolidação de todo esse trabalho, pensando no desenvolvimento sustentável e ordenado do turismo, ferramenta moderna e imprescindível para a tomada de decisão que irá colocar o destino Amazonas como referência no mercado turístico.

Realizada visita técnica ao município de Envira com o objetivo de conhecer as potencialidades turísticas, os prestadores de serviços turísticos que atuam no município e formatar os produtos existentes para capacitação do trade turístico. Na ocasião a Amazonastur participou de um encontro com a gestão municipal.

Foi promovida uma audiência pública para debater o Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo no Estado do Amazonas. Essa foi a fase final do processo de elaboração do documento que irá nortear as ações para o setor pelos próximos 10 anos (2022/2032).

Também foi realizada a Assinatura do Termo de Compromisso e Cooperação Técnica entre Amazonastur e Cetam referente a oferta de 6.150 vagas em cursos técnicos e de capacitação ofertados para 26 municípios.

O município de Maués foi contemplado com o Turismo em Movimento, com objetivo de conectar os operadores de turismo com os prestadores de serviço de Maués. O volume de recursos envolvidos nas negociações foi estimado em R$ 547.500,00.

Manaus também recebeu o Turismo em Movimento. Um total de 30 operadores de turismo de Manaus, que atuam como agentes de viagens, hotéis e transportadores de empresasde atrativos turísticos, participaram da programação, o valor estimado foi de R$ 1.377.500,00.

Em todas as ações do Turismo em Movimento, foi aplicada uma pesquisaque possibilitou uma sondagem da evolução do mercado turístico do Amazonas. Com base nas informações de todos os municípios, e do atendimento à centenas de empresários, gerou-se uma perspectiva de volume de negócios para as empresas participantes superior a R$ 2.600.000,00.

O Governo do Amazonas realizou dezenas de eventos na capital e no

interior.O destaque na capital foi o inédito Festival Amazonas de Turismo, realizado emparceria com a Aleam, no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques. Foram 3 dias de eventos com a participação de 16 municípios e dezenas de expositores entre instituições de ensino, associações de classe, artesãos e empresas, além de operadores nacionais do Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo que vieram participar e conhecer os atrativos turísticos do nosso destino. Durante o evento o Amazonas recebeu oficialmente o selo "*Safe Travels*". O selo é um indicador de saúde e segurançapara os visitantes, contanto com a chancela da Organização Mundial de Turismo (OMT), que tem o objetivo de garantir destinos seguros aos turistas.

Foram ofertados cursos de Inglês e Espanhol, aplicados a Serviços Turísticos e Agentes de Informações Turísticas, em diversos municípios. Também foram realizadas ações integradas nos flutuantes em Manaus, com o objetivo de ordenar a quantidade de flutuantes e as atividades que os mesmos estão desenvolvendo e sensibilizar quanto a importância e benefícios do Sistema de Cadastro do Ministério do Turismo (Cadastur).

Foram ofertados cursos de Inglês e Espanhol aplicados a Serviços Turísticos e Agentes de Informações Turísticas em diversos municípios. Também foram realizadas ações integradas nos flutuantes em Manaus, com o objetivo de ordenar a quantidade de flutuantes e as atividades que os mesmos estão desenvolvendo e sensibilizar quanto a importância e benefícios do Sistema de Cadastro do Ministério do Turismo (Cadastur).

A Associação dos Tricicleiros Turísticos de Parintins (ATTP) e a Associação dos Tricicleiros de Parintins (ATPIN) foram contempladas com fardamentos de 225 tricicleiros.

Também foi realizada visita técnica ao município de Boa Vista do Ramos, bem como a participação em audiência pública para apresentação do Plano Municipal de Turismo, elaborado em parceria com a UEA e Prefeitura Municipal.

Foram ainda registrados os potenciais turísticos e a formatação das rotas identificadas entre as comunidades (Rota do Mel e Rota de Pesca).

A Amazonastur ofereceu treinamento para os 26 estagiários que trabalham com atendimento ao turista pela Amazonastur, Manauscult e Secretaria de Cultura e Economia Criativa, com objetivo de apresentar boas técnicas de atendimentos e as principais características turísticas dos municípios inseridos na região metropolitana.

Além disso, ao longo do segundo semestre a instituição participou de feiras virtuais e presenciais, com estande próprio e/ou cooperado com Ministério do Turismo, nacionais e internacionais como UGART – Porto Alegre/RS, WTM –Latin America (virtual), AGAXTUR – São Paulo/SP, ABAV – Fortaleza/CE, FIEXPO – Cartagena/CO, Festuris – Gramado /RS, FITA – Belém/PA, 16º Festival das Cataratas – Foz do Iguaçu/PR, Convenção dos Estados e Municípios do Brasil (CEMB) – Lisboa/PT, com o objetivo de divulgar o destino Amazonas. Na UGART houve uma capacitação para 45 pessoas sobre os atrativos e potencialidades do estado do Amazonas, colaborando para o entendimento e facilitando as vendas do destino.

Também foi realizado ainda um convênio com o Ministério do Turismo para publicação nas revistas de bordo da Gol, uma forma de atingir um nicho de mercado. Ainda em andamento, criou-se o Roteiro Amazone-se, no qual toda semana serão divulgados os atrativos de três municípios dos 24 presentes no Mapa do Turismo.

REGISTRO DE EMPRESAS MERCANTIS E AFINS

A Junta Comercial do Estado do Amazonas (Jucea) desenvolveu a primeira edição do "Manual de Exigências", com o objetivo de padronizar as análises dos processos de registro mercantil e, com isso, dar maior celeridade aos trâmites de constituição e alteração de empresas no Amazonas. O guia, primeiro desta natureza em uma Junta Comercial, dispõe das instruções normativas revogadas e em vigor, além das exigências mais comuns em processos de registro empresarial.

Foram assinados três acordos de cooperação técnica da Jucea com as seguintes entidades: Associação dos Notórios e Registradores do Estado do Amazonas (Anoreg-AM), integrando a Anoreg à RedeSim-AM; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amazonas (Sebrae–AM), visando a ampliação e a melhoria dos procedimentos operacionais da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) nos municípios do estado do Amazonas; e, Afeam que possibilitou a consulta de informações e documentos digitalizados na base de dados da autarquia com o objetivo dar celeridade de crédito aos empreendedores do estado.

Além disso assinou 13 acordos de cooperação técnica com prefeituras do interior do estado. Os documentos dão acesso às prefeituras para registro e

licenciamento no portal integrador estadual da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios via Redesim, a ser disponibilizado pela Junta, dando celeridade a constituições de novas empresas.

Em cumprimento a Lei nº 14.063 de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, foi implantada a Assinatura Avançada, meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica e realizada a capacitação de mais de 200 usuários para seu uso.

Com investimentos em tecnologia e mão de obra qualificada, foi reduzido, no primeiro semestre, em 5h53 minutos no tempo médio para abertura de uma nova empresa no estado. No último semestre de 2020, o empreendedor levava cerca de 11h08 minutos para finalizar o processo de registro de um novo negócio, conforme dados do Sistema de Registro Mercantil (SRM) da autarquia.

Em 2021, a Jucea instalou-se em uma nova sede que oferece aos usuários e aos servidores públicos uma maior comodidade, bem como, área dedicada ao empreendedor, que será ponto de referência, tanto para os empresários já consolidados, quanto para os empreendedores que estão iniciando seu negócio.

Também inaugurou o segundo posto de atendimento da autarquia na capital amazonense, nas dependências do Pronto Atendimento ao Cidadão (PAC), no Sumaúma Park Shopping.

O número total de constituições no ano de 2021, foi 6.796 novos CNPJ no Estado do Amazonas. Em se tratando do número total de extinções de empresas em 2021, foi de 2.530.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) e do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), atua para a manutenção da floresta e para garantir a conservação dos recursos naturais do Estado. A gestão de políticas públicas voltadas ao meio ambiente, à fiscalização e à manutenção de áreas protegidas tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população, que tem no patrimônio florestal e hidrográfico seus maiores bens. A relevância da temática ambiental foi evidenciada pelo constante diálogo dos gestores públicos da área de meio ambiente com entidades de diferentes segmentos, sendo desenvolvidas as ações que se seguem:

Combate ao Desmatamento e Queimadas

No combate ao desmatamento ilegal e às queimadas não autorizadas; a Operação Tamoiotatá integrada por Sema, Ipaam, Secretaria de Segurança Pública (SSP) e outros órgãos da segurança pública, teve atuação concentrada nos municípios de Apuí, Humaitá, Novo Aripuanã, Tapauá, Canutama, Lábrea e Boca do Acre.

A operação contou com o apoio de 137 servidores estaduais, além de 175 brigadistas florestais voluntários capacitados pelo Estado para apoiar as prefeituras, resultando na aplicação de R$ 31,1 milhões em multas, embargo de mais de 10,9 mil hectares de áreas desmatadas, além da apreensão de 14,3 m³ de madeira.

Fortalecimento da Política e da Gestão Ambiental

No intuito de potencializar a gestão ambiental do Estado, a Sema deu início às atividades do Gabinete Itinerante Ambiental, projeto criado com o objetivo de expandir o diálogo entre o Estado e a gestão dos municípios, a fim de alinhar as estratégias de conservação e sustentabilidade.

Representantes da secretaria promoveram uma série de diálogos com autoridades e entidades da sociedade civil de Presidente Figueiredo, Novo Airão e Canutama, que resultaram na construção de planos de ação integrada.

Ainda no âmbito das atividades do Gabinete Itinerante, foi promovida a execução do mapeamento das atrações turísticas da Área de Preservação Ambiental (APA) Maroaga (Presidente Figueiredo), para fins de ordenamento, e a

ampliação da criação de abelhas sem ferrão em todo o Estado, a partir da aprovação da Resolução nº 34/2021 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cemaam).

O Cemaam ainda aprovou o decreto que regulamenta a Política Estadual de Serviços Ambientais (Lei n.º 4.266/2015). A medida representa um marco para o Estado, que avança na implementação do mercado de carbono e de estratégias de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) às comunidades tradicionais.

Com a publicação do decreto, o Amazonas passa a contar com uma normativa específica para monetizar o seu estoque de carbono e outros serviços ambientais da floresta, gerando benefícios financeiros às populações tradicionais.

Os avanços também ocorreram a nível nacional, com o Amazonas estando oficialmente habilitado para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento. O aceite foi formalizado pela Comissão Nacional para REDD+ (Conaredd), que tem como objetivo coordenar, monitorar e revisar a Estratégia Nacional para redução de emissões, além de coordenar a elaboração dos requisitos para o acesso aos pagamentos.

Reconhecendo o seu compromisso nos esforços das reduções de emissões, o Amazonas tem ampliado a adesão a agendas internacionais. O Estado aderiu à campanha *Race to Zero* (Corrida ao Zero), que tem como meta zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, fazendo cumprir o Acordo de Paris.

Além disso, o Estado foi aceito na Coalizão *Leaf*, uma rede global voluntária de empresas e governos para fornecer financiamento para a conservação de florestas tropicais e subtropicais, o que permitirá a realização de acordos de compra e venda de créditos de carbono.

A implementação da Política Estadual de Bem-Estar Animal, construída em cooperação com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), começou a dar seus primeiros resultados, realizando a entrega de mais de 19 toneladas de ração para protetores e cuidadores de animais, no total de 298 beneficiados, e da primeira unidade móvel de castração do Estado, o castramóvel.

No âmbito das melhorias tecnológicas, por meio de acordo de cooperação técnica com o governo do Pará, foi realizada a primeira fase de implantações tecnológicas dos sistemas atuais do Ipaam. Este acordo permitiu o intercâmbio tecnológico, por compartilhamento de códigos-fonte, cessão de uso, documentação e troca de conhecimento, gerando economicidade e celeridade.

Fomento a Cadeias Produtivas Sustentáveis

Foi dado continuidade às tratativas para viabilizar a concessão florestal da Floresta Estadual de Maués. Por meio de consultoria contratada foram realizados estudos para subsidiar a sua implementação, gerando-se relatórios técnicos de infraestrutura, logística, serviços e escoamento da madeira. As ações estão incluídas no Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Amazon Sustainable Landscapes), coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA), onde a Sema atua como unidade operativa.

Dentro da temática foi realizada ainda a modelagem econômica das Unidades de Manejo Florestal (UMF) da Floresta Estadual de Maués, que identificou a área líquida para o Efetivo Manejo Florestal (AEMF) em torno de 92.620 hectares.

Foi realizada a implementação de três acordos de pesca, beneficiando juntos 17 comunidades, 195 famílias e 404 pescadores. Os acordos contemplaram o Complexo Hídrico do Setor Macopani, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, em Tefé; Lago do Caiau, em Tabatinga; Rio Tupana, em Manaquiri.

Gestão de Unidades de Conservação

A Sema realiza a gestão de 42 Unidades de Conservação Estaduais. Destas, 24 recebem apoio financeiro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), de gestão financeira do Fundo Nacional para a Biodiversidade (Funbio), por meio do qual foram investidos mais de R$ 1,3 milhões para melhorar a estrutura e fortalecer as UC integrantes.

Entre as melhorias estão a entrega de duas embarcações, motocicletas além de equipamentos como armadilhas fotográficas, tablets, geradores, desktops, roçadeiras, motores de popa, drones, aparelhos GPS e outros.

O Programa Emergencial de Combate à Pandemia nas Unidades de Conservação do Amazonas apoiou populações tradicionais e moradores de nove Unidades de Conservação do Estado na vacinação contra a Covid-19, totalizando 291 imunizados em 102 comunidades.

Educação Ambiental

O Ipaam desenvolveu diversas atividades com o propósito de promover a educação ambiental, realizando realizadas 361 ações com um alcance direto de 5.098 beneficiários. Entre os principais contemplados estão os municípios de

Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro, Anamã, Beruri, Canutama, São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e Manaus.

As atividades que têm como objetivo minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente e à saúde humana foram voltadas à prevenção de queimadas e desmatamentos, gerenciamento de resíduos sólidos, cuidados com a fauna, pesca legal e o cuidado com as águas.

A campanha "Floresta Faz a Diferença", realizada pela Sema, promoveu atividades de Educação Ambiental em 17 municípios do Sul do Amazonas e da Região Metropolitana de Manaus, além da implementação de duas unidades demonstrativas de roçado sem uso do fogo, nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Juma e Rio Madeira.

Licenciamento Ambiental

Foram concedidas 4.449 licenças ambientais, tendo como destaque o Licenciamento Industrial, com 968 licenças emitidas. A maior quantidade de emissões foi durante o terceiro trimestre, ressaltando-se o retorno aos patamares de concessão anteriores à pandemia.

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O CAR tem como objetivo incentivar e fomentar o cumprimento da legislação florestal e ambiental, no que diz respeito à manutenção das áreas de preservação permanente e reservas florestais legais, licenciamento ambiental das atividades produtivas realizadas nos imóveis rurais e recuperação de passivos ambientais. Em 2021 foram efetivados 502 cadastros.

Fiscalização

O Ipaam atuou na atividade de fiscalização em áreas como a agropecuária, floresta, projetos especiais, fauna e recursos hídricos. O foco principal da fiscalização consiste na prática ilegal de desmatamento e queimadas.

Foram realizadas 623 ações de fiscalizações, com destaque para os focos de queimadas, desmatamentos e irregularidades no processo de licenciamento. O valor aplicado em multas totalizou R$ 70.935.446,90.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O Governo do Estado, em sua atuação no setor primário do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (ADS) e Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf), realizou ações estratégicas para fomentar políticas de apoio à produção agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal, contribuindo para o surgimento de oportunidades de trabalho e renda, mediante arranjos produtivos sustentáveis e condições de escoamento, tendo como público-alvo agricultores familiares, produtores rurais, criadores, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, aquicultores, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres rurais e suas organizações, associações e cooperativas, contribuindo assim para o desenvolvimento dos municípios, por meio da interiorização da economia e a inclusão social.

POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS

Recuperação de Estradas e Vicinais (Programa S.O.S Vicinais)

O estado do Amazonas possui 1.008 estradas vicinais com extensão aproximada de 11.561km, cuja maioria encontra-se em situação precária e deficiente, em razão da ação de agentes externos, como as precipitações pluviais atípicas, alagações, desmoronamentos de taludes e outros. Essas estradas apresentam pontos críticos que dificultam o escoamento da produção agrícola e limitam o acesso dos agricultores aos serviços sociais básicos de saúde e educação. Em razão disso foi criado o Programa S.O.S Vicinais, que traz no seu escopo serviços de manutenção, recuperação/conservação de trechos intrafegáveis de estradas vicinais no perímetro rodoviário rural de Manaus, a fim de melhorar as condições de trafegabilidade.

Com um investimento inicial de aproximadamente R$ 9.000.000,00, foram iniciadas obras de manutenção, recuperação e conservação de vicinais em Manaus e nos municípios de Manacapuru, Itacoatiara, Humaitá, Boca do Acre e Manicoré; este último, no distrito de Santo Antônio de Matupi, com a recuperação de 130 trechos intrafegáveis. Em Humaitá, os serviços já iniciaram na comunidade Alto

Crato, e em seguida serão atendidas as comunidades Realidade e Cristolândia. Em Manacapuru, os serviços iniciaram na comunidade do Caviana/Pupunha e logo após será contemplada a comunidade do Repartimento do Tuiué. Em Manaus, os serviços iniciaram no Km 47 da AM-010, ramal do Santo Antônio. Ainda serão contemplados os Km 45, 42 e 41 dessa rodovia estadual.

Fomento à Infraestrutura de Escoamento da Produção, Comercialização e Fortalecimento de Associativismo e Cooperativismo

Em 2021 foram repassados diversos recursos decorrentes de Emendas Parlamentares, Execução Direta e Termos de Fomentos, conforme segue:

- Emendas parlamentares: 67 emendas parlamentares impositivas na ordem de R$ 9.985.952,56, sendo 46 convênios no valor total de R$ 5.818.952,56, para 35 Prefeituras municipais (Alvarães, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Carauari, Fonte Boa, Guajará, Itapiranga, Juruá, Jutaí, Lábrea, Manaquiri, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Silves, Tabatinga, Urucará, Itacoatiara e Rio Preto da Eva).
- Execução direta, no valor de R$ 717.000,00 para os municípios de Presidente Figueiredo, Iranduba, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Boa Vista dos Ramos e Itacoatiara (Vila de Lindóia, além da Associação dos Moradores – Ambansel e Colônia dos Pescadores Z-13).
- Termos de Fomento: 17 Termos de Fomento na ordem de R$ 3.450.000,00, à Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais da AM-010, Instituto Jovens do Futuro, Federação dos Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/Am), Associação Comunitária São Francisco, Associação Nova Esperança dos Produtores Familiares e Extrativistas da BR-319, Associação Solidariedade Amazonas, Associação Mãos Solidárias, Associação Indígena da Etnia Tuyuka Moradores de São Gabriel da Cachoeira e Instituto Rio Negro.

A execução das Emendas Parlamentares atingiu o percentual de 100%, possibilitando a aquisição de motores estacionários acoplados com rabeta, roçadeiras motorizadas, locação de hora-máquina para manutenção de estradas e

ramais, com uma estimativa de 32.509 beneficiários diretos e 159.939 beneficiários indiretos, perfazendo um total de 192.448.

Foram firmadas ainda 11 Propostas Voluntárias, beneficiando os municípios de Apuí, Boca do Acre, Humaitá, Ipixuna, Manaus, Maués, Parintins, Santa Izabel, Tapauá e Rio Preto da Eva, totalizando o valor de repasse de R$ 15.685.376,36, com a estimativa de 18.165 beneficiários diretos e 60.968 beneficiários indiretos, perfazendo um total de 79.133.

Expoagro

A 43ª Expoagro e II Seminário de Bioeconomia do Amazonas aconteceu de forma presencial e virtual, envolvendo a comercialização de maquinários, implementos e insumos agropecuários, comercialização de produtos regionais e artesanatos, cursos de capacitação, negócios de animais, bovinos, caprinos, ovinos, palestras e cursos para produtores, exposição de animais, competições equestres, concurso leiteiro, concurso de raças, competições diversas, visitas técnicas, rodada científica, shows com atrações artísticas, praça de alimentação e ações de crédito rural, por meio dos agentes financeiros.

Na 43ª Expoagro, por meio do Projeto FIC Rural – Cetam (Formação Inicial Continuada Rural - Programa Agro Amazonas), foram realizados sete cursos por dia, atendendo mais de 1.050 produtores.

Aquisições para distribuição gratuita

Foram entregues 13.280 kits da agricultura familiar para a retomada produtiva dos agricultores familiares de 60 municípios, cujo valor investido foi de R$ 1.261.600,00. Foram destinados 290 kits seringueiro aos municípios de Canutama, Carauari, Lábrea, Manicoré e Itacoatiara, para serem utilizados na extração de látex. Cada kit seringueiro é composto de 400 canecas de 600ml, 400 bicas, uma bombona de 10 litros, uma lanterna de cabeça, duas lâminas de sangria amazônica e um facão.

Foram entregues ainda 56.862 cestas básicas para pescadores artesanais afetados pela pandemia e cheia histórica em 61 municípios.

Conselhos Estaduais

Os Conselhos Estaduais, espaços de controle e gestão, têm como principal

objetivo a construção, priorização, adequação e aprimoramento das políticas públicas nas diferentes dimensões. Atualmente, estão em funcionamento o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura (Conepa) e Conselho Estadual de Produção Orgânica e Agroecológica (Ceapo).

Capacitação e Desenvolvimento Tecnológico

Com vistas a uma política pública de desenvolvimento voltada à capacitação de produtores rurais, estudantes e público em geral que tenham interesse no crescimento profissional no setor primário, foram realizados 41 cursos de capacitação no Estado, entre presenciais e on-line, com 1.253 pessoas capacitadas, sendo quatro cursos nos municípios de Manaquiri (Capacitação de Caseiro Rural), Humaitá (Procedimentos Básicos para Licenciamento Ambiental), Novo Airão (Curso de Horta Caseira) e em Careiro da Várzea (Capacitação de Caseiro Rural); além de oito cursos destinados a produtores rurais, agricultores familiares e empresários do agro, dentro da programação da V Feira de Agronegócios da Universidade Nilton Lins, beneficiando mais de 240 pessoas.

Pró-Mecanização e Pró-Calcário

Por meio dos projetos de Pró-mecanização e Pró-calcário, foram elaborados 44 projetos de mecanização e outros 60 para aquisição de calcário, totalizando R$ 2.065.654,72 investidos efetivamente nas atividades dos municípios de Anori, Apuí, Autazes, Caapiranga, Careiro Castanho, Humaitá, Itacoatiara/Novo Remanso, Manaquiri Manaus e Presidente Figueiredo. Essas ações resultaram num total de 233 hectares mecanizados e na aplicação de 1.015,96 toneladas de calcário.

Programa Alimenta Brasil

A Medida Provisória nº 1.061 do Governo Federal instituiu o Programa Alimenta Brasil (PAB), em substituição ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), consolidando normas já existentes e garantindo a transparência e visibilidade às compras públicas da agricultura familiar.

O objetivo é incentivar a produção local de produtos agropecuários da agricultura familiar, com a compra dos produtos, e destinar os alimentos para atender as necessidades da suplementação alimentar das pessoas que se

encontram em risco de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional, cadastradas nos programas locais.

Os agricultores em situação de pobreza e de extrema pobreza, que moram na zona Rural, receberão ainda o Auxílio Inclusão Produtiva Rural, cuja duração será de até 36 meses.

O Governo do Amazonas, por meio de contrato de repasse do Ministério da Cidadania, no biênio 2021/2021 entregou 16 caminhões-baú de 130CV para atender o Programa Alimenta Brasil no escoamento da produção dos agricultores familiares dos municípios de Anori, Atalaia do Norte, Boa Vista do Ramos, Barcelos, Benjamin Constant, Fonte Boa, Ipixuna, Novo Airão, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, Pauini, Rio Preto da Eva, Santa Izabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Uarini.

Foram cumpridas metas pactuadas junto ao Ministério da Cidadania, com a inclusão de municípios com baixo índice de desenvolvimento humano, de carência alimentar e nutricional, junto às comunidades tradicionais e com a inserção de povos indígenas, bem como aumento na geração de emprego e renda nos municípios.

Também foram compradas 5.921.220,6 toneladas de alimentos de 1.295 agricultores, no valor total de R$ 4.965.740,00, e destinadas a 122 entidades, beneficiando mais de 160 mil pessoas.

Programa de Combate ao Desperdício

O Programa de Combate ao Desperdício e a Perda de Alimentos é uma iniciativa do Governo do Amazonas, executado pela Sepror desde março de 2019, em parceria com o Sesc/Mesa Brasil, SEMACC (Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal), ADS e organizações da sociedade civil e representativas do setor. O programa objetiva incentivar o combate ao desperdício de alimentos e diminuir a fome, executando ações que garantam a segurança alimentar e nutricional (Agricultura familiar e Urbana – Compostagem e Hortas) de famílias em vulnerabilidade social e nutricional. Os alimentos coletados são oriundos das feiras, supermercados, varejões e produtos da agricultura familiar; ou que seriam desperdiçados por estarem fora dos padrões de venda (amassado, pequenos, muito maduros, etc.), mas que mantêm seu valor nutricional e estão aptos para consumo humano. Esses alimentos passam por inspeção de profissionais da área de nutrição

e são doados para instituições sociais que entregam para as famílias em vulnerabilidade residentes no estado do Amazonas.

Nos anos de 2020 e 2021 o Programa arrecadou cerca de 158.429,39 Kg de hortifruti, atendeu 477 instituições e beneficiou cerca 113.479 famílias.

Esse Programa tem como ações futuras a criação de um Banco de Alimentos do Estado do Amazonas; a compostagem e agricultura familiar urbana nas escolas e com parceiros da sociedade civil; a cozinha de reaproveitamento integral dos alimentos; a ampliação de parcerias com supermercados; o fomento de ação conjunta com o Programa Alimenta Brasil - PAB (Antigo PAA) e a obtenção de doações dos produtores.

Programa Peixe no Prato

Estão entre os objetivos do programa "Peixe no Prato" garantir acesso ao pescado a um preço justo, reduzir o desperdício de peixe, garantir segurança alimentar para pessoas em vulnerabilidade social, melhorar a renda para o pescador artesanal, piscicultor e estimular o consumo de peixe. Sua estratégia é garantir o apoio logístico para a comercialização do pescado aos proprietários de embarcações de pesca, pescadores, manejadores e piscicultores, oferecendo para o consumidor peixes da pesca comercial artesanal, manejada e da piscicultura.

O Programa Peixe no Prato Solidário, com a doação de pescado, beneficiou 7.800 famílias em vulnerabilidade social. Foram oito edições realizadas nos seguintes locais: Associação Semeando Integração e Cidadania – Tarumã; Associação do Idoso do Coroado; Associação dos Moradores do Jesus Me Deu - Colônia Terra Nova; União da Vitória; Campo dos Gaviões - Jorge Teixeira; Quadra Poliesportiva - Colônia Antônio Aleixo; Centro de Convivência da Família Teonízia Lobo – Mutirão; e no município de Rio Preto da Eva – AM.

Pesca e Aquicultura

A execução de políticas públicas voltadas para este setor contribuiu para o desenvolvimento do Programa de Profissionalização da Piscicultura (Pró-Piscicultura), que tem por base a capacitação dos piscicultores em Boas Práticas de Manejo e Gestão da Piscicultura, tendo como complemento o apoio à regularização ambiental.

O estado do Amazonas é um dos maiores consumidores de pescado do país, tanto em relação ao autoconsumo quanto à pesca comercial.

Na comparação entre os anos antecedentes e os dados, observa-se que houve uma queda significativa no que se refere à pesca extrativista. O fato pode ser resultante do atual cenário de pandemia, o que também impactou o desembarque de pescado em Manaus.

No tocante à Aquicultura, mesmo em meio à Pandemia em 2021, não foram suspensos os atendimentos aos piscicultores na entrega de pós-larvas e alevinos, assim como a capacitação de pessoal para a Retirada de Espinhas e nas Boas Práticas de Manejo da Piscicultura, conforme segue:

- 3.636.000 unidades produzidas/distribuídas de pós-larvas de tambaqui e pirapitinga e doadas a 710 produtores;
- 1.139.700 unidades produzidas de alevinos de tambaqui, pirapitinga e matrinxã e doados a 328 produtores;
- 132 produtores beneficiados com os cursos de Retirada de Espinhas e 390 com Piscicultura em Viveiros; e 155 visitas técnicas.

Fomento à Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal

Foram realizadas 218 ações para o fortalecimento da pesca artesanal, como o ordenamento pesqueiro, e o atendimento às demandas das entidades de pescadores, na elaboração de políticas públicas para o setor; estatística pesqueira; apoio à pesca do Mapará; período de defeso; pesca da piracatinga; cooperativismo na pesca; registro e recadastramento de pescadores para a atividade pesqueira.

Foram de fundamental importância as ações de apoio técnico para a elaboração de propostas das entidades de pescadores submetidas ao Fundo de Proteção Social; apoio nas propostas submetidas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Sepror e Conab; apoio na elaboração de propostas de Microcrédito para pescador, Cartão do Produtor (categoria pescador manejador, ornamental, artesanal); e apoio na organização de rodada de negócio virtual da pesca do Mapará.

Também registra-se o apoio ao recadastramento de pescadores no Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira, em parceria com a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura.

Ganhou destaque, ainda, a entrega de cestas básicas para mais de 58 mil pescadores, diretamente nas suas 140 instituições representativas (Colônia,

Associação e Sindicato de pescadores).

Apoio às Indústrias de Pescado

Neste segmento foram realizadas 25 atividades relacionadas à indústria de pescado, as quais foram fundamentais, tanto para a inclusão quanto na integração dessas empresas às políticas públicas do setor pesqueiro, com destaque para a o apoio institucional na criação da Associação das Indústrias de Pescado do Amazonas.

Os principais temas pautados foram a parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para a capacitação em beneficiamento de pescado (principalmente no curso de retirada de espinha); situação das indústrias de pescado no Amazonas; situação das indústrias com Selo de Inspeção Estadual (SIE) de pescado; estrutura para lavagem de pirarucu nos municípios; análise da proposta de criação do polo industrial de pescado; e parceria com a Coopeixe sobre os entrepostos de pescado do Alto Solimões.

Assistência Técnica para o Manejo de Pirarucu

Outro tema prioritário nas ações multi-institucionais, foi o da pesca manejada, que trata do manejo de ambientes aquáticos para o uso sustentável dos recursos pesqueiros

Nesse contexto foram tratados os assuntos concernentes ao ordenamento pesqueiro em áreas com potencial para o manejo; retirada de guia de trânsito ao manejo de pirarucu em Boa Vista do Ramos, Maraã, Japurá e Tapauá; elaboração de projeto de flutuante para lavagem de pirarucu, do programa Amazonas Mais-Rede de proteção, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável; elaboração de plano de trabalho para aquisição de flutuante de abate de pirarucu manejado; apoio na elaboração de propostas de subvenção para o pirarucu submetidas à ADS; Apoio ao manejo de pirarucu nos principais municípios com áreas manejadas (Fonte Boa, Tapauá, Jutaí, Iranduba, Maraã, Alto Solimões, Coari, Japurá); Situação da legislação para legalizar a atividade do manejo de alevinos de aruanã; e indicação Ggográfica do pirarucu manejado.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Estado, alcançou em 2021 resultados positivos no campo da agropecuária, florestal, pesca e piscicultura. Apesar dos prejuízos econômicos causados pela pandemia da Covid-19, o Idam assistiu 48.748 agricultores familiares e não familiares, entre criadores, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, piscicultores, assentados da reforma agrária, além de jovens e mulheres rurais de 1.790 comunidades rurais tradicionais e 315 comunidades indígenas nos 62 municípios do Amazonas. Desse total, 98% estão na categoria de agricultores familiares.

Com foco na inclusão socioeconômica e produtiva das famílias rurais, o Instituto atuou na área rural do Estado com a participação efetiva dos atores envolvidos (famílias, comunidades, associações, cooperativas e outras formas organizativas), com vistas a diagnosticar a realidade local, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, geração de renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e produtores rurais.

Dentre os métodos e técnicas utilizados, foram realizadas 21.107 visitas técnicas, 62 cursos, implantação de 30 unidades demonstrativas e de 36 viveiros comunitários para produção de mudas.

O Idam priorizou e intensificou o apoio à organização e formalização de 640 associações e 64 cooperativas, de forma participativa, visando a organização da produção, a valorização dos produtos, o acesso ao crédito rural, a inserção dos produtos e serviços nos diferentes mercados, a melhoria da capacidade de gestão dos empreendimentos rurais, o resgate cultural em algumas comunidades, o acesso à aposentadoria, dentre outras ações no campo da inclusão social e da cidadania.

Capacitação de Agricultores Familiares/Produtores Rurais e Técnicos

O conhecimento, aliado às práticas de campo resulta, na preparação efetiva dos agricultores familiares e produtores rurais para a gestão das Unidades Produtivas, buscando a melhoria do manejo das atividades, assim como nas diferentes fases do processo de produção, que incluem desde a organização da produção, agregação de valor aos produtos, boas práticas de manejo até a

comercialização dos alimentos.

Foram realizados 62 eventos de capacitação para 3.762 agricultores familiares/produtores rurais. Entre os temas trabalhados estão o Cultivo da mandioca; fabricação de farinha de mandioca; mecanização agrícola; manejo do açaí de cultivo e nativo; fabricação de derivados de polpa de cupuaçu; manejo e gestão da piscicultura; qualidade da água e manejo na piscicultura; cultivo da banana; produção integrada de abacaxi e criação de galinha caipira.

Na constituição de associações comunitárias, associativismo e cooperativismo, foram repassadas orientações sobre legislação e processo de credenciamento de Organização da Sociedade Civil (OSC) para agricultura orgânica, agroecologia e manejo da produção orgânica, pecuária sustentável e acesso às políticas públicas na agricultura familiar indígena, atendendo 17 municípios.

Na área técnica foram realizadas 30 capacitações com 913 horas/aula e 2.113 participações, incluindo técnicos/profissionais do Idam e de todas as unidades vinculadas ao Sistema Sepror. Os cursos foram realizados de forma híbrida (presencial e virtual).

Organização Socioeconômica e Produtiva

No apoio à inclusão social e produtiva, foram emitidas pelas 66 Unidades Locais do Idam e quatro mil e duzentas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), objetivando o acesso dos beneficiários às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assim como aos programas de apoio à comercialização da produção da Agricultura Familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme), entre outras políticas públicas dos governos federal e estadual.

Em 2021 foram emitidos 22 mil Cartões do Produtor Primário (CPP), documento conhecido como a cédula de identidade do agricultor familiar e produtor rural, expedido exclusivamente pelo Idam. O benefício concede a isenção de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), descontos na aquisição de insumos, maquinários agrícolas, descontos na energia elétrica e, ainda, serve como um documento de comprovação do tempo de trabalho na atividade rural para o processo de aposentadoria. O Cartão também possibilita ao produtor a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas Avulsas (NF-e) durante o processo

de comercialização, seja por meio de programas governamentais ou vendas diretas.

Foram comercializados um total de R$ 448.785.900,56 em produtos da agricultura familiar, com a emissão de nota fiscal do produtor, conforme segue:

COMERCIALIZAÇÃO POR ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - 2021

CLASSIFICAÇÃO	VALOR (R$)
Pecuária	309.528.731,30
Fruticultura	55.903.063,39
Hortaliças	37.271.363,80
Piscicultura	22.298.773,06
Culturas industriais	11.534.431,89
Avicultura	6.878.430,55
Extrativismo	2.940.106,46
Suínos	2.043.642,20
Extração madeireira	288.717,50
Esterco orgânico	78.944,72
Pesca ornamental	19.695,69
TOTAL	**448.785.900,56**

Fonte: Idam.

Ordenamento Ambiental e Fundiário

No que tange ao ordenamento ambiental e fundiário, foi dado continuidade à força-tarefa para análise preliminar do Cadastro Ambiental Rural - CAR, que é expedido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) para regularização de imóveis rurais, a fim de intensificar o atendimento de agricultores familiares e produtores rurais no cadastramento eletrônico para acesso ao crédito rural. Ao todo foram analisados 1.305 CAR, entre consultas e retificações.

A parceria do Idam com a Secretaria das Cidades e Territórios (Sect), por meio do Programa Título Certo, tem o propósito de beneficiar agricultores familiares e produtores rurais do Amazonas com a regularização fundiária. Nos últimos anos foi repassado para a Sect uma relação com nomes de 751 beneficiários assistidos pelo Instituto de 11 municípios, nos quais foram iniciados os serviços de topografia e assistência social necessários à emissão do título pela Sect. Considerando a capilaridade do Idam no Amazonas, a parceria tem resultado na celeridade dos processos de regularização fundiária e irá assegurar aos beneficiários o desenvolvimento social e econômico das suas unidades produtivas.

Crédito Rural

Quanto ao Crédito Rural, foram elaborados pela equipe técnica do Idam e encaminhados aos agentes financeiros Afeam, Banco da Amazônia e Banco do Brasil o total de 2.900 projetos envolvendo recursos na ordem de R$ 42,47 milhões. Desse total, foram contratados 1.625 projetos, atingindo um montante de R$ 25,33 milhões. Entre as principais atividades financiadas estão a pesca artesanal, mandioca, avicultura, açaí, olericultura, abacaxi, pecuária bovina e bubalina, maracujá e banana.

Produção Vegetal

No segmento da produção vegetal predominam os cultivos de mandioca, culturas industriais, fruticultura, hortaliças e grãos, em função das ações do Governo de fomento e apoio à produção, por meio da assistência técnica, capacitação de beneficiários e apoio à comercialização da produção, oportunizando ocupação econômica e renda e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem dessas atividades no Amazonas.

Os serviços de ATER têm concentrado esforços para a execução de 21 projetos prioritários referente às principais cadeias produtivas desenvolvidas nos 62 municípios do Amazonas e que apresentam expressão econômica e social. O objetivo é viabilizar o aumento da produção e produtividade de culturas como abacaxi, açaí, citros, banana, cacau, castanha–do-Brasil, guaraná, café, grãos, entre outras.

Os projetos prioritários são focados em cadeias de maior importância econômica dos municípios, com oferta de serviços de Ater de forma sistemática e diferenciada, buscando qualificar e especializar os beneficiários nas diversas etapas das cadeias produtivas. Para tanto, foram implantadas 13 Unidades Demonstrativas de abacaxi, açaí, banana, café, cacau, citros, guaraná e mandioca, com adoção de alta tecnologia.

Para impulsionar esses projetos, foram implantados 30 viveiros comunitários para a produção de mudas de açaí, cacau, café e citros dotados de sistema de irrigação com capacidade de produção de, aproximadamente, 500 mil mudas para implantação de 400 hectares das diversas culturas, atendendo a 1.500 agricultores familiares.

Nos projetos do abacaxi, guaraná e malva foram implantadas, em parceria com Embrapa e Ufam, cinco Unidades de Observação para definição de adubação

química e orgânica, objetivando a realização de investimentos precisos nas culturas com tecnologias apropriadas, levando em consideração a importância econômica e os nichos de mercados dessas culturas.

Dentre as ações, atividades e práticas preconizadas destacaram-se as seguintes a irrigação, mecanização agrícola, produção de mudas de boa qualidade fitossanitária, plantio, adoção de variedades mais produtivas, correção de solo, adubação, controle integrado de pragas, acesso ao crédito, subsídio ao preço do quilo de produtos como fibras, borracha, pirarucu, sensibilização para uso de casa de farinha padronizada, capacitação em boas práticas de produção, melhorias na organização do processo produtivo, mitigação das áreas desmatadas e acesso aos diferentes mercados consumidores (comercialização).

O serviço de ATER atendeu agricultores familiares e produtores rurais em uma área de 19,12 mil hectares, com uma produção de 94,62 mil toneladas de produtos da agricultura familiar.

Produção Animal

Na produção animal destacam-se a criação de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e aves. Os serviços de ATER têm concentrado esforços na socialização de tecnologias capazes de mitigar os impactos ambientais gerados por essas atividades, capacitando criadores, orientando-os na melhoria do manejo, padrão genético e sanidade dos animais, bem como na utilização do sistema de pastejo rotacionado, resultando no aumento da produção e de produtividade, além de uma maior conscientização no desenvolvimento da atividade, gerando ocupação econômica e renda. Foram assistidos mais de 4,2 mil criadores com um rebanho de 253 mil cabeças e produção de 6,78 mil toneladas de carne, 14,33 mil litros de leite e 434 toneladas de queijo.

Nos projetos prioritários da avicultura e pecuária foram implantadas 17 unidades demonstrativas em propriedades de agricultores familiares, de avicultura caipira e pastejo rotacionado para a pecuária leiteira, respectivamente, nos municípios da área de abrangência dos projetos, objetivando levar tecnologias apropriadas e sustentáveis como alternativas de renda aos beneficiários dos projetos.

Na Piscicultura, as ações têm contribuído significativamente para os avanços do sistema produtivo das diversas modalidades de criação de peixes, tornando a piscicultura uma das mais promissoras alternativas de geração de

ocupação econômica e renda no interior do Amazonas. Foram assistidos 344 piscicultores com uma área alagada de aproximadamente 520 hectares e produção de mais de 1,51 mil toneladas de peixes.

Produção Florestal

Na produção florestal destaca-se o apoio às cadeias produtivas madeireira, não madeireira, agroecologia e produção orgânica, sobretudo, no que tange à assistência técnica às diferentes fases dos processos produtivos e de comercialização da produção, à capacitação de beneficiários, à gestão dos empreendimentos, dentre outras medidas necessárias ao fortalecimento dessas atividades.

No segmento da cadeia produtiva madeireira foram produzidos, de forma sustentável, 1,56 mil metros cúbicos de madeira de lei procedentes dos planos de manejos, enquanto que no segmento de beneficiamento foram assessorados empreendedores da indústria madeireira de desdobro secundário, indústria do mobiliário e estaleiros de pequeno porte, sobretudo, para obtenção do licenciamento ambiental, objetivando credenciá-los na aquisição de madeira manejada.

Com relação à cadeia produtiva não madeireira, foram produzidas mais de 6,23 mil toneladas de produtos extrativistas (açaí nativo, borracha, castanha-do-brasil, piaçava e os óleos de andiroba, buriti, copaíba e murumuru).

Na agroecologia e produção orgânica, o Idam está atuando em 10 municípios da região Metropolitana de Manaus, com destaque para a produção de hortaliças para ofertar nos programas de comercialização institucional. Foram implantados seis viveiros comunitários para a produção de mudas agroflorestais para atendimento aos agricultores beneficiados pelo projeto. No período foram produzidos de forma sustentável mais de 6,91 mil toneladas de frutas e olerícolas.

No apoio ao fomento, foram distribuídas 42 toneladas de sementes de grãos, hortaliças e frutíferas, beneficiando mais de 9 mil agricultores familiares dos 62 municípios do Amazonas.

Captação de Recursos Financeiros:

Para o fortalecimento das atividades de Ater, encontram-se em execução três projetos: Amazonas Mais Verde, que é uma iniciativa do Governo do Amazonas, e os de Indicações Geográficas e Ater Digital, executados em parceria

com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os três projetos totalizam um valor superior a R$ 3,8 milhões.

O Amazonas Mais Verde é um programa interinstitucional do Governo do Estado para unir as agendas de produção rural, ordenamento territorial e meio ambiente, que prevê a descentralização das políticas de desenvolvimento em áreas críticas do desmatamento e queimadas ilegais, como o Sul do Amazonas e a Região Metropolitana de Manaus, atreladas ao novo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amazonas (PPCDQ-AM).

Um dos eixos do programa é a Bioeconomia e alternativas econômicas sustentáveis, buscando incrementar e fortalecer as cadeias produtivas, a valorização e uso sustentável da floresta, o aproveitamento de áreas antropizadas, ações integradas de fomento, regularização fundiária e ambiental, a geração de ocupação econômica e renda a 785 agricultores familiares e produtores rurais.

O Projeto Ater Digital, objetiva apoiar a modernização dos serviços de Ater voltados às ações de capacitação, difusão tecnológica, socialização de informação e conhecimento para os agentes de Ater e agricultores familiares do estado do Amazonas. Diretamente, serão beneficiados 100 extensionistas rurais na capacitação ofertada por este projeto e, indiretamente, 40 mil agricultores familiares/produtores nos municípios do interior.

Outro convênio firmado foi o de Indicações Geográficas dos Peixes Ornamentais do Rio Negro, do Guaraná de Maués e do Abacaxi de Novo Remanso no Estado do Amazonas, que tem como objetivo a capacitação e a promoção como ferramenta para desenvolvimento e fortalecimento das cadeias produtivas mencionadas.

APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

O Governo do Amazonas atua na implementação e fomento de ações de desenvolvimento sustentável, envolvendo produtos advindos dos recursos originários da floresta e do setor agropecuário. As atividades são executadas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), que tem como fundamentos básicos o uso sustentável dos recursos naturais, a geração de emprego e renda nas comunidades rurais e integração setorial da agropecuária, dos setores florestal e pesqueiro, além do conjunto das ações de agronegócios.

A instituição atua como agente catalisador das negociações entre os produtores rurais, agricultores familiares, extrativistas, suas associações e cooperativas e os mercados consumidores privados e governamentais. O público beneficiário contempla os produtores familiares, extratores da floresta, médios e grandes produtores rurais, criadores, pescadores artesanais da pesca comercial, pescadores da pesca manejada, aquicultores – criadores de peixe e quelônios, proprietários de barcos de pesca, indústria de processamento de pescado e carne, indústria de refeições em massa, indústrias de processamento de borracha, agentes de comercialização do pescado, feirantes, redes de supermercados, produtores extrativistas e agroindústrias.

As ações da ADS estão centradas em Organizações (Associações e Cooperativas) de produtores rurais envolvidos nas atividades florestais, pesqueiras e agropecuárias no âmbito do estado do Amazonas, com prioridade nos municípios do interior. São mais de 100 entidades beneficiadas pelos programas de comercialização executados pela Agência.

Atuando de forma cooperativa ou associativa, o produtor fica fortalecido, adquire maior representatividade em suas reivindicações e passa a ter maior poder de negociação no momento da comercialização de sua produção. Esses atributos convergem para o alcance da escala de produção que, aliada à melhoria da qualidade dos produtos, facilita o processo de comercialização e viabiliza a formalização de contratos de fornecimento de produtos florestais, pesqueiros e agropecuários ao mercado distribuidor/consumidor.

Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme)

A ADS, empenhada na expansão e consolidação do Preme, tem sua atuação focada na ampliação do cardápio, na quantidade de escolas atendidas e maior número de alunos beneficiados, bem como na melhoria contínua da alimentação fornecida aos alunos da rede pública de ensino.

O Programa tem como parceiros institucionais a Seduc, Sepror, Idam, Adaf, cooperativas agrícolas; associações rurais e agroindústrias, Organização das Cooperativas Brasileiras/AM (OCB), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faea) e Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri).

Foi executado o valor de R$ 8.674.372,50 na aquisição de 2.032.361 kg de produtos regionais, oriundos da agricultura familiar, e beneficiados nas agroindústrias do estado do Amazonas.

Programa de Regionalização de Mobiliário Escolar (Promove)

O Programa de Regionalização de Mobiliário Escolar (Promove) integra o conjunto de Políticas Públicas do Governo Estadual para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Amazonas.

As cooperativas e associações de moveleiros, prioritariamente localizadas no interior do Estado, vêm recebendo incentivos para a fabricação dos mobiliários escolares, tendo como matéria-prima a madeira oriunda dos Planos de Manejo Florestais Simplificados.

Os benefícios decorrentes desse Programa já despontam sob a forma de novos empregos, elevação do nível de renda, agregação de valor aos produtos florestais e a especialização de mão de obra nas áreas contempladas.

A padronização de mobiliário escolar foi instituída pelo Decreto nº. 29.812, de abril de 2010. A estruturação e formatação desse Programa contaram com a participação da SDS, Seduc, Sepror, Fundação Centro de Análise de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), ADS, moveleiros fornecedores do programa.

RESULTADOS DO PROMOVE – 2021

ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO
Municípios fornecedores	19
Nº de credenciados	45
Aquisições	
Quadros brancos	2.500
Conjuntos para professor	2.000
Armários - 12 portas	1.400
Armários 2 portas	1.200
Mesas de refeitório	1.000
Mesas de escritório	800
Mesas de reunião	500
Mesas de	630
Bancos mesa refeitórios	500
Quadros de Aviso	302
Recursos Aplicados (R$)	**R$: 8.399.855,40**

Fonte: Ditec/ADS (novembro de 2021).

Balcão de Agronegócios

O Balcão de Agronegócios, em parceria com a Sepror, Idam e FPS tem como objetivo identificar os potenciais produtores rurais/fornecedores e potenciais compradores/grupos empresariais do varejo e do atacado para criação de banco de dados com posterior contato efetivo e sistemático (ADS e Idam), visando as negociações para garantir a comercialização da produção rural do Estado.

A intermediação de compras se deu entre os parceiros Nova Era Supermercados, Rodrigues Supermercados, Assaí Supermercados, Exa Super Atacado, Manaos Comercial e Manaus Moderna.

Os produtos comercializados por intermédio do Balcão de Agronegócios foram o abacaxi, abóbora kabothia, abobrinha, açaí, banana Thap Maeo, cará roxo, carne bovina, cheiro verde, cebolinha, coco, couve, jerimum, laranja, limão, melancia e tangerina, polpa de maracujá, tambaqui, matrinchã, pirarucu em filé, pirarucu em manta, filé de pescada, filé de aruanã e filé de tucunaré.

O resultado alcançado no Balcão de Agronegócios até setembro de 2021 foi de R$ 2.854.693,18.

Feiras de Produtos Regionais

As 11 Feiras de Produtos Regionais da Capital e as 13 do interior do Amazonas contabilizam em torno de R$ 14 milhões de recursos movimentados e mais de 4,7 milhões de quilos de produtos regionais comercializados pelas cooperativas, associações, agroindústrias e produtores individuais do interior e capital para mais de 708 mil pessoas que visitaram as feiras.

As Feiras de Produtos Regionais fomentadas pelo Governo do Amazonas, por meio da ADS, garantem a comercialização de parte da produção rural do Estado e geram benefícios para mais de 500 mil famílias de produtores rurais e agricultores familiares.

Subvenção da Juta, Malva

O Programa de aquisição de Fibras é uma grande alternativa de geração de emprego e renda e melhoria de qualidade de vida de muitas famílias produtoras rurais e suas organizações sociais. A ADS realiza o pagamento da subvenção estadual das fibras (juta e malva) por meio de destaque orçamentário da Sepror, que chegou a pagar R$ 0,55 por quilo de fibra, como forma de incentivo aos produtores.

Em 2021 foram realizados os pagamentos das safras atrasadas e do ano corrente, beneficiando cerca de 812 juticultores de nove municípios do interior (ribeirinho do Amazonas), movimentando um recurso de R$ 2.970.339,70.

DEFESA AGROPECUÁRIA

A Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf) tem a finalidade de elaborar, coordenar e executar a política de defesa agropecuária do Amazonas, garantindo a preservação e a sanidade do patrimônio animal e vegetal, idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

A Adaf firmou um Termo de Cooperação Técnica (TCT) com a Polícia Civil do Acre, no intuito de coibir crimes contra o sistema de vigilância sanitária animal, a ordem tributária e saúde pública; renovou o Termo com a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia (Idaron) para a realização de ações conjuntas e o compartilhamento de instalações físicas, equipamentos e veículos do Idaron; firmou um Termo de Cooperação Técnica com o Idaron e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre para fortalecer as ações de fiscalização nos estados do Amazonas, Rondônia e Acre; firmou alguns Termos com prefeituras para compartilhamento de estrutura e pessoal.

Serviço de Inspeção Estadual

O Serviço de Inspeção Estadual do Amazonas (SIE-AM) proporciona a inserção dos Produtos de Origem Animal (POA) no mercado formal, os quais só podem ser produzidos com garantia higiênico-sanitária no Amazonas caso sejam de estabelecimentos registrados e inspecionados pela ADAF.

O estado do Amazonas possui 164 estabelecimentos com SIE-AM ativo, incluindo frigoríficos, fábricas de embutidos, laticínios, queijarias, entrepostos de pescado, granjas avícolas e entrepostos de mel. Em 2021, três estabelecimentos concluíram o processo de obtenção do SIE-AM e 28 processos foram iniciados.

Com a finalidade de garantir a qualidade dos POAs comercializados no estado do Amazonas, foram realizadas 72 fiscalizações periódicas e inspeções permanentes em 12 estabelecimentos com SIE-AM. Nas indústrias com o SIE-AM foram inspecionados 33.792 bovídeos (bovinos e bubalinos) e 1.408 suínos, 16.392,442 kg de produtos cárneos, 3.880.341,90 kg de pescado, 1.136.529 caixas com 360 unidades de ovos, 3.005.940 litros de iogurte, 2.086.300,9 kg de queijo, 4.8970,66 kg de produtos de abelhas, entre outros, produzidos sob a fiscalização da Adaf.

Foram atendidas as denúncias e realizadas ações para coibir a fraude e clandestinidade relacionadas aos POAs, resultando na apreensão de 142.129 kg de produtos e retirados de circulação 8.445,74 kg de produtos impróprios ao consumo. As apreensões ocorrem por rotulagem sem aprovação na Adaf, condições inadequadas de armazenamento, matéria-prima fora do prazo de validade, produtos clandestinos, etc.

Foram realizadas 20 ações de educação sanitária orientativas e de treinamento, abrangendo o desenvolvimento do sistema de inspeção, documentações, termos de inspeção, planos de ações, alojamento, produtos apreendidos e rotulagem, e outros.

No processo de equivalência do SIE-AM ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), em 2021 foi credenciado pela Adaf um laboratório de análise físico-química e microbiológica de produtos e água, última adequação necessária solicitada para equivalência ao Sisbi-POA.

Defesa Sanitária Animal

Na execução de ações em sanidade animal, houve o monitoramento e a fiscalização do trânsito de animais em propriedades, dos estabelecimentos, além da execução dos programas sanitários e acompanhamento epidemiológico.

A Adaf monitora a imunização dos animais segundo as legislações vigentes, sendo realizadas vacinações contra a febre aftosa, raiva, brucelose e tuberculose, entre outras. Na primeira etapa, até outubro de 2021 foram vacinados contra a febre aftosa, em área livre da doença com vacinação, mais de 517,7 mil bovinos e bubalinos; e contra a brucelose foram mais de 66,4 mil fêmeas de 3 a 8 meses entre bovinos e bubalinos vacinadas. A imunização contra a raiva foi realizada em mais de 26 mil animais entre bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos.

O Governo do Amazonas está trabalhando para suspender a vacinação contra a febre aftosa a partir de novembro de 2022 em 49 municípios, onde a imunização ainda ocorre, a fim de pleitear o status sanitário nacional "livre de febre aftosa sem vacinação" para todo o Amazonas em 2023, e o reconhecimento internacional pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) em 2024, antecipando em dois anos a previsão do Programa Nacional de Vigilância da Febre Aftosa (PNEFA).

Foi realizada nova coleta sorológica em bovinos e bubalinos em 43 destes municípios, como parte do processo de transição de área livre da aftosa com

vacinação para sem vacinação, envolvendo 330 propriedades e a coleta de, aproximadamente, 5 mil amostras. Cerca de 68% do rebanho bovídeo amazonense recebeu a certificação internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação, beneficiando 6.673 produtores nos 14 municípios do Bloco I do PNEFA no sul do Amazonas, nos municípios de Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã, Pauini, Guajará, Envira, Eirunepé, Ipixuna, Itamarati e Tapauá.

A fim de controlar a movimentação de animais e evitar a introdução de doenças que coloquem em risco a população ou causem prejuízos aos produtores, foram emitidas mais de 39 mil Guias de Trânsito Animal (GTAs) e realizada a movimentação de mais 5,9 milhões de animais, onde cerca de 1 milhão destes são bovinos e bubalinos e 489.836 animais fiscalizados em Barreira de Vigilância Agropecuária (BVA).

O número de animais vacinados contra a Febre Aftosa foi de 517.758 (93,32%), 26.016 contra a Raiva, 66.476 contra a Brucelose, e 2.560.189 contra a doença de Newcastle.

A Adaf realizou também um inquérito soroepidemiológico para a Peste Suína Clássica (PSC) em 320 criatórios de suínos localizados em 54 municípios, coletando cerca de 3 mil amostras como parte do processo para suprir a deficiência de informações e ações de vigilância, melhor caracterização do sistema produtivo de suínos e da condição epidemiológica da Peste Suína Clássica (PSC), para a intervenção de forma regionalizada.

O Serviço Veterinário Oficial (SVO) atendeu todas as suspeitas de doenças de notificação obrigatória (48, até outubro), indicando eficiência do sistema de vigilância veterinária, resultando na intervenção de 65 interdições de propriedades, sendo 52 por anemia infecciosa equina e 13 por mormo.

Foram cadastrados 48 produtores de abelhas em 15 municípios e os treinou para atuação de vigilância em abelhas; sete granjas comerciais de postura e 17 revendas de aves vivas, bem como o informe de mais 2,5 milhões de aves vacinadas contra a doença de Newcastle.

Defesa Sanitária Vegetal

A atuação da Adaf nas BVAs fixas e volantes, tanto terrestres, fluviais e quanto aéreas, no controle do trânsito vegetal, resultou em 46.283 fiscalizações em veículos portando vegetais e suas partes, pelo qual gerou 11.409 inspeções

fitossanitárias. Esta atuação é mais forte nas barreiras de Manaus, Parintins, Humaitá, Iranduba, Presidente Figueiredo na vila Jundiá-RR e Guajará.

Foi coibida a circulação/entrada de 16,17 toneladas (jan/out) de vegetais e suas partes, com restrições fitossanitárias, correspondente a itens apreendidos nas BVAs, assim evitando a disseminação de pragas quarentenárias ausentes no Amazonas e presentes no País.

Realização de orientações a respeito das pragas em vegetais, por meio da educação sanitária, onde o Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola (PNEMC) é um dos mais abrangentes e já realizou no ano 46.606 medidas envolvendo orientações em veículos abordados e a distribuição de materiais orientativos.

Em Manaus, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Iranduba, Presidente Figueiredo, Guajará, Parintins e Nhamundá foram realizados levantamentos de detecção e delimitação de pragas quarentenárias presentes no Brasil e ausentes no Amazonas (cancro cítrico, ácaro hindustânico e HLB-Greening), além das presentes no Estado (pinta preta), perfazendo o cadastramento e recadastramento de 554 propriedades, 332 medidas de educação sanitária e cinco coletas de amostras para análise e diagnóstico fitossanitário, segundo dados de setembro.

No estado do Amazonas não há a presença da praga "mosca da carambola", onde o monitoramento é realizado por meio da técnica de armadilhamento em locais estrategicamente localizados, geralmente próximos a rodovias e rios onde há trânsito de vegetais nos municípios de Nhamundá (16 por mês) e Parintins (30 por mês).

Monitoramento e fiscalização de Agrotóxicos

A Adaf controla e fiscaliza o comércio e uso de agrotóxicos para utilização regular no estado do Amazonas, onde estão cadastrados no momento 718 tipos de agrotóxicos, sendo que 15 são extremamente tóxicos, 28 altamente tóxicos, 51 são moderadamente tóxicos, 235 são pouco tóxicos, 303 são improváveis de causar dano, além de 81 ainda não classificados.

Os agrotóxicos ausentes na relação da Adaf não podem ser comercializados ou utilizados no Amazonas. Para garantir isso, em 2021 já foram realizadas 120 fiscalizações em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, centrais ou postos de recebimento de embalagens vazias, propriedades rurais, além da realização do controle no trânsito para coibir a clandestinidade e o uso incorreto

destes produtos.

Quanto a fiscalizações e controle do comércio e uso de agrotóxicos no Amazonas, houve ocorrências em 100 estabelecimentos e 20 em propriedades rurais; cadastrados 718 agrotóxicos e 15 estabelecimentos.

Foram fiscalizados mais de 53.750 litros e 1.085 kg de agrotóxicos. Destes, 2.830 litros e 1.085 kg de agrotóxicos foram retirados de circulação por irregularidades. Também foram realizadas 31 ações de orientação em propriedades rurais e 50 em estabelecimentos a respeito do uso, armazenamento, destino final de embalagens vazias com resíduos e/ou agrotóxicos vencidos ou obsoletos.

INFRAESTRUTURA

INFRAESTRUTURA

INVESTIMENTO EM OBRAS

No decorrer de 2021 a Secretaria de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra) firmou 34 novos contratos e 24 novos convênios. São 128 obras em andamento em diversos segmentos nos municípios do Estado, além de 41 obras concluídas até o mês de novembro. Também foram formalizadas 20 emendas parlamentares destinadas à Secretaria para melhor atender a população.

MOBILIDADE

Rodovias

Foram executados 1.199,73 km de Rodovias em 11 municípios (AM-010, AM-070, AM-240, AM-254, AM-328, AM-330, AM-352, AM-363, AM-451, AM-452, AM-453), por meio de nove contratos de manutenção e pavimentação ao custo total de R$ 897.067.190,09. Destes, seis contratos de 726,13 km se encontram em execução em oito municípios (Iranduba, Manacapuru, Autazes, Manaquiri, Novo Airão, Itacoatiara, Manaus e Rio Preto da Eva). Foi concluído o contrato que engloba os municípios de Itacoatiara, Itapiranga e Silves, num total de 124,60 km. Dois contratos estão nos estágios finais de conclusão, tendo recebido o Termo de Recebimento Provisório, e correspondem a 349 km ao longo de quatro municípios de Itacoatiara, Manaus, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

Ramais

Foi executado um total de 111,12 km de ramais em oito municípios (Autazes, Tefé, Iranduba, Tabatinga, Manaus, Careiro, Guajará e Rio Preto da Eva) por meio de 12 contratos no valor total de R$ 116.737.772,46. Cinco desses contratos foram iniciados, correspondendo a 44,41 km nos municípios do Careiro, Guajará, Rio Preto da Eva e Manaus. Entre as obras executadas, estão os ramais Marechal Rondon e São Félix, em Autazes; ramal do Pavão em Tefé; estrada Carlos Braga, em Iranduba; ramal da Cabeceira do Purupuru no Careiro; ramal do Porto do Açaí em Guajará; e outros.

Viários

No sistema viário foi realizado 42 contratos e convênios em 30 municípios totalizando 278,56 quilômetros. Foram concluídos 89,25 km em 11 municípios (Amaturá, Fonte Boa, Guajará, Itamarati, Manaus, Maraã, Maués, Nova Olinda do Norte, Santa Isabel do Rio Negro, Tefé e Uarini). Existem 14 contratos e 14 convênios em andamento com obras ao longo de 145,82 km em 18 municípios (Anamã, Beruri, Coari, Eirunepé, Envira, Humaitá, Iranduba, Japurá, Manaus, Manicoré, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tonantins e Urucurituba). Também registra-se três contratos com Recebimento Provisório realizado, correspondendo a 43,49 km nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Tapauá e Tabatinga.

Aeroportos

O investimento de R$ 10.875.178,14 possibilitou a manutenção do Aeroporto Júlio Belém, em Parintins, e do Aeroporto de Pauini; e a recuperação da pista de pouso em Pauini, em andamento.

O Governo do Estado, por meio do projeto Aero Amazonas, criado para a execução de projetos, captação de recursos e fiscalização de obras aeroportuárias, por intermédio da Seinfra firmou parceria com a Infraero, visando captar recursos federais oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), que dispõe cerca de R$ 8 bilhões para obras e serviços de modernização dos aeródromos do País.

São 13 aeródromos em oito calhas do Amazonas, dos quais nove já estão com convênio de delegação, nos municípios de Manaus, Carauari, Fonte Boa, Lábrea, Maués, Nova Olinda do Norte, Barcelos, Eirunepé e Manicoré; e quatro estão sem convênio de delegação nos municípios de Itacoatiara, Anori, Santo Antônio do Içá e Borba. Estão em fase elaboração de projetos os aeródromos de Fonte Boa, Itacoatiara e Maués.

Hidroviário

Foi concluído no município de Itacoatiara um contrato de construção de rampa de acesso e flutuante na estrada do Itaubal, rio Arari, no valor de R$ 1.073.106,15. Está em vigência o convênio no município de Manacapuru para reforma e ampliação do Terminal Fluvial Pesqueiro Raymundo Alcântara Figueira, no valor de R$ 380.049,04.

Também foi realizada a manutenção, fiscalização e gerenciamento operacional do Sistema de Defensas Náuticas da Ponte sobre o Rio Negro Jornalista Phellipe Daou, com manutenções preventivas e corretivas, além de apoio logístico na fiscalização de embarcações acerca de destinos, origens, capacidades de cargas e limitação na lotação de passageiros para cumprimento do Decreto referente à pandemia; e ainda a fiscalização do embarque e desembarque das embarcações no Porto da Ceasa, linha da travessia Manaus-Careiro da Várzea.

Foram realizadas reuniões técnicas com órgãos responsáveis, para alinhar as operações no Porto Público de Manaus e sua Poligonal, conforme necessidade, e a abertura de processos licitatórios para serviços de travessia por meio de balsa motorizada entre a comunidade de Democracia, margem esquerda do rio Madeira, e a sede do município de Manicoré; e também para aquisição de balsa motorizada para atender aos moradores de Silves.

Erosão

Execução de quatro contratos com investimento de R$ 6.892.891,56, atendendo quatro municípios na recuperação do processo erosivo no bairro Nova Floresta, em Manaus; recuperação de erosão no igarapé da Av. Marquês da Silveira, no Prosamim da Cachoeirinha, em Manaus; contenção do processo erosivo às margens da AM-240, Km 30 de Presidente Figueiredo/AM; e recuperação de erosão na estrada de Itapiranga - AM-363 (Km-71 e Km-81) e na Estrada de Silves - AM-330 (Km-7). Destes contratos, dois estão em andamento, um em fase de iniciação e o outro possui o Termo de Recebimento Provisório.

Obras de Arte Especiais

No ano de 2021 foram executadas três obras no valor total de R$ 11.526.945,93. Destas, está em andamento a construção de Pontes em Madeira, na Estrada AM-174 (Novo AripuanãXApuí), Km-22,50 (sobre o Rio Aracu); Km-123,50 (sobre o Igarapé Açu); Km-182,70 (sobre o Igarapé Liberal); e Km-208,70 (sobre o Rio Canadá), em Novo Aripuanã. Também foram concluídos serviços de recuperação e revitalização do Sistema de Proteção e Sinalização Náutica da Ponte Jornalista Phellipe Daou, em Manaus, além da construção de ponte na Vila Campinas do Norte, na zona rural do município de Manacapuru.

No âmbito do Prosamim III foram reassentadas 274 famílias, que correspondem aproximadamente a 1.370 pessoas, no trecho entre a Av. Silves a

Maués, no igarapé Quarenta, e 27 famílias no trecho da Rua Leonardo Malcher à Parintins, no igarapé do Mestre Chico, que correspondem a aproximadamente 135 pessoas, perfazendo um total de 301 famílias e cerca de 1.505 pessoas atendidas pelo Programa.

A nova fase do Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior – Prosamin+ visa a continuidade do Programa, cujo custo total é de US$ 114.285.730,00, dos quais US$ 80.000.000,00 (70%) são provenientes do BID e US$ 34.285.730,00 (30%) provêm do Governo do Estado do Amazonas.

O Programa beneficiará aproximadamente 12.531 famílias, sendo 9.995 com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e urbanização (vias, parques e drenagem); 3.184 famílias com realocação das áreas de riscos, sendo 648 com unidades habitacionais; 2.536 famílias que serão beneficiadas com os projetos de resíduos sólidos.

Prédios Públicos

A Seinfra executou 21 contratos e sete convênios em 2021, com o custo total de R$ 103.133.901,98 em 12 municípios. Nove contratos e seis convênios estão em andamento em 11 municípios, com investimento de R$ 77.997.598,36. Foram concluídos 11 contratos e um convênio em quatro municípios com o valor de R$ 6.203.736,19.

Entre as obras, destacam-se o Mercado Municipal de Nova Olinda do Norte; a reforma de alojamento de trânsito indígena em São Gabriel da Cachoeira; a reforma e adequação do Estádio Municipal Paulo Beltrão Filho, em Barreirinha; o Centro do Idoso, no município de Juruá; o Parque Multiuso e Parque de Exposição Agropecuária Dr. Eurípedes Ferreira Lins, em Manaus; entre outros.

Espaços Urbanos

Foram iniciados três contratos em Manaus que estão atualmente em andamento, com um investimento total de R$ 7.303.039,72. São obras e serviços de engenharia para recuperação de espaços urbanos nas zonas Leste, Norte, Centro Oeste, Oeste e Sul da cidade de Manaus.

Também foram concluídas algumas obras de espaços públicos de lazer e esporte, como o Centro Desportivo da Compensa na zona Oeste, a Arena do Monte, na zona Norte, e o Campo do Teixeirão, na zona Leste.

Outras Obras Realizadas

Quanto aos serviços realizados em orlas, estão em andamento três contratos, com o custo total de R$ 6.813.188,24, atendendo os municípios de Envira, Japurá e Nhamundá. Em Japurá e Nhamundá estão sendo executadas as obras de recuperação de erosão nas orlas, e em Envira, a revitalização e ampliação da orla turística.

Na área da saúde foram executados nove contratos no município de Manaus, totalizando um investimento de R$ 70.521.034,50. Quatro contratos estão em andamento, como as reformas da Policlínica Codajás, Centro de Atenção Integrada à Criança (CAIC) Dra. Josephina de Mello, Caic Dr. Afrânio Soares e a conclusão do Hospital do Sangue do Amazonas; e a conclusão das obras de recuperação da infraestrutura do Hospital Dr. João Lúcio, construção do Laboratório de Análises Clínicas da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI), e a reforma dos Caics Ana Maria dos Santos Braga, Alberto Carreira e Dra. Maria Helena Freitas.

Foram concluídos, ainda, o contrato de revisão na UEA de Boa Vista do Ramos, no valor de R$ 147.063,88; e o contrato para a reforma da iluminação viária, cênica e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) da Ponte Phelippe Daou, em Manaus.

Também há três convênios vigentes no interior, que tratam da aquisição de kits de energia solar em Ipixuna, implantação de sistema LED em Nova Olinda do Norte e reforma de iluminação pública em LED, em São Sebastião do Uatumã, que foram iniciados em 2021.

Está em fase de execução o Projeto de Trabalho Social, conjugado com o Programa Minha Casa Minha Vida, recebeu R$ 2.623.892,74 em investimentos para beneficiar 1.024 famílias na cidade de Manaus.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS (Prosamim III)

O Prosamim III, sob a coordenação da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), envolve ações de intervenção do Programa no igarapé do São Raimundo, Parque Kako Caminha (foz do igarapé do Franco) até sua foz no Rio Negro. Dentre as realizações, destacam-se a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto Engº. Waldir Santos Brito e da Estação de Tratamento de

Esgoto (ETE) Educandos, em nível secundário de 200 litros por segundos; bem como a entrega da Revitalização do Parque Rio Negro.

Obras Realizadas

Foram construídas obras de Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional (629,81 m de Coletores de águas pluviais construídos); sistema de esgotamento sanitário implantado (23.301,00 m de Redes coletoras de esgoto implantadas) e (2.538,40 m de Linha de Recalque construídos na bacia dos Educandos/Quarenta e Igarapé São Raimundo).

Estão em execução as obras complementares do igarapé do Quarenta - que compreende os serviços de terraplenagem do canal, urbanização de praças e jardins, revestimento do canal; galeria igarapé da Betânia - passarela para a travessia de pedestres; implantação de tubulação de microdrenagem; sistema de coleta de esgoto sanitário; pavimentação; adequações nos campos de futebol da Betânia (Betanhão e Noroeste); iluminação pública viária; eixos 100 e 200 de áreas urbanizadas; obras de macro e microdrenagem; esgoto sanitário; pavimentação; urbanização; igarapé do Mestre Chico, obras de terraplenagem, macrodrenagem, microdrenagem e rede de esgotamento sanitário, entre outros serviços.

Foram reassentadas 274 famílias, que correspondem a aproximadamente 1.370 pessoas do trecho entre a Av. Silves e Rua Maués, no igarapé do Quarenta; e 27 famílias do trecho compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a Partintins, no igarapé do Mestre Chico, correspondendo a aproximadamente 135 pessoas, perfazendo um total de 301 famílias e aproximadamente 1.505 pessoas atendidas pelo Programa.

Nova Fase do Programa

Visando contribuir para a melhoria das condições de salubridade e socioeconômicas da população residente na sub-bacia do igarapé de Manaus, foi aprovada a nova fase do Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior (Prosamim+), e está em processo de assinatura o Contrato de Empréstimo para as obras no valor total de US$ 114.285.730,00, sendo US$ 80.000.000,00 (70%) equivalentes a recursos do BID e US$ 34.285.730,00 (30%) do Governo do Estado do Amazonas.

Nessa fase o Programa se concentra exclusivamente na capital e visa complementar as intervenções já realizadas na sub-bacia do igarapé do Quarenta,

resgatando um dos objetivos originais do Programa de interligar o Distrito Industrial ao centro da cidade de Manaus. A proposta é uma continuidade natural das intervenções no igarapé, perfeitamente interligadas às ações anteriormente desenvolvidas. A envoltória de atuação contempla um perímetro de aproximadamente 18,09 km, abrangendo uma área de 333,66 hectares.

SANEAMENTO BÁSICO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) administra o Sistema de Abastecimento de Água de 14 municípios do Estado, como Alvarães, Autazes, Benjamin Constant, Carauari, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Itamarati, Juruá, Manaquiri, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Atalaia do Norte e Nova Olinda do Norte. Várias ações foram desenvolvidas, dentre as quais destacam-se as que geraram impacto junto à Sociedade:

- Ligações de água faturadas/mês, no total de 33.950 unidades consumidoras, com um percentual médio de cobertura de 69% da população urbana atendida nos municípios;
- 2.301 novas unidades consumidoras, tendo beneficiado cerca de 5.481 novos consumidores;
- Recadastramento de 100% de todas as ligações de água dos 14 sistemas de abastecimento de água operados e mantidos pela Cosama;
- Suspensão de cobrança no período da cheia nos municípios de Eirunepé, Careiro da Várzea e Itamarati (cobrança após o período da cheia com parcelamento facilitado, sem juros e multas);
- Ampliação dos meios de pagamento com novas parcerias;
- Ampliação da rede de distribuição de água em Carauari, beneficiando mais de 62 novas famílias com água tratada;
- Manutenção de 54 Pias Comunitárias nos municípios atendidos pela Cosama e 24 na Capital, distribuídas entre Hospitais, Parques, Departamento de Trânsito e Órgãos Públicos;
- Resultados positivos na Arrecadação da Companhia, a exemplo da margem de inadimplência que em 2020 era em torno de 40% e caiu para 37,5 %.

Seis Termos de Cooperação Técnica, no montante de R$ 22,6 milhões, foram assinados pelo Governo do Estado, Prefeituras Municipais e a Cosama, beneficiando aproximadamente 70 mil pessoas dos municípios de São Gabriel da

Cachoeira, Japurá, Nhamundá, Boca do Acre, Autazes (Comunidade Novo Céu) e Novo Airão.

Ações importantes foram realizadas nos municípios, visando a melhoria do abastecimento de água, conforme demonstrativo que segue:

AÇÕES DE DESTAQUE POR MUNICÍPIO - 2021

MUNICÍPIOS	AÇÕES E PROJETOS	INVESTIMENTO (R$)
São Gabriel da Cachoeira	Projeto de recuperação e urbanização das instalações que compõem o sistema de abastecimento.	1.800.000,00
	Projeto de reforma e ampliação do Centro de Reservação de São Gabriel da Cachoeira.	4.000.000,00
Japurá	Projeto de reforma dos Centros de Reservação e Distribuição Chico Vieira, Sumaúma e Dona Pepe.	1.170.000,00
	Contratação de empresa especializada nos serviços de engenharia para o levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado dos arruamentos e todo o perímetro que compõem a área urbana do município.	27.000,00
Sede Manaus	Aquisição de equipamento para envasamento de água em copos promocionais, como máquina rotativa dosadora combinada, higienizadora, envasadora, seladora e datadora + mesa rotativa acumuladora de copos.	201.995,00
Benjamin Constant	Construção da base de concreto armado para Estação de Tratamento de Água.	913.381,85
	Construção e instalação da Estação de Tratamento de Água.	1.210.172,28
Nova Olinda do Norte	Contratação de empresa especializada em reforma de construção civil e sistema elétrico.	217.642,55

Fonte: Cosama - janeiro a outubro de 2021.

Outro investimento importante realizado pela Cosama é o Projeto Água Boa, no valor de R$ 4.000.000,00, executado nos municípios de Nova Olinda do Norte (Comunidade Cristo Rei), beneficiando 200 pessoas, e Careiro da Várzea (Comunidade Paraná da Terra Nova), com 150 pessoas beneficiadas.

Ainda nesse Projeto estão previstas a implantação e entrega de mais 23 sistemas nos municípios de Tapauá, Nova Olinda do Norte, Boa Vista do Ramos, Silves, Itapiranga, Atalaia do Norte, Autazes, Alvarães, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Maués.

Por meio da Operação Caça Vazamento e com um investimento de 200 mil reais, foram realizados no município de Tabatinga análise, detecção e conserto de vazamentos em 150 Km da rede de distribuição da cidade, visando melhorias na pressão e na distribuição de água, beneficiando 20 mil pessoas.

HABITAÇÃO

O Governo do Estado, por intermédio da Superintendência Estadual de Habitação (Suhab), promoveu ações voltadas às questões de moradia, promovendo mais qualidade de vida, principalmente para as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social. Foram realizadas ações de gestão, assistência direta e indireta, oferta de serviços públicos, atendimento especializado e outros, entre os quais se destacam as obras do Residencial Ozias Monteiro II, retomadas em novembro, no bairro Cidade Nova.

Com 20% de obras iniciadas, o novo residencial terá 192 unidades divididas em 6 blocos de 16 apartamentos, cada, com o valor estimado em R$ 21 milhões.

Em conformidade com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), destaca-se as obras de conclusão de 3.657 unidades habitacionais em 10 municípios do estado do Amazonas. As obras serão divididas em três etapas e a primeira contemplará os municípios de Iranduba, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva; na segunda etapa, os municípios de Manicoré, Boa Vista do Ramos e Caapiranga; e na terceira, os municípios de Barreirinha, Nhamundá, Jutaí e Borba. Atualmente, o projeto está em fase de conclusão do relatório sobre a situação atual dos empreendimentos.

Encontra-se em fase de elaboração o projeto para a implantação de um conjunto habitacional com 144 unidades, no município de Santa Isabel do Rio Negro; e projeto para a construção de 180 lotes urbanizados, no bairro de Santa Etelvina, em Manaus.

Estudos estão em execução para implementação de um novo empreendimento habitacional no município de Rio Preto da Eva, composto por 200 unidades. Estes estudos também estão sendo realizados no município de Urucurituba (Distrito de Itapeaçu), para a construção de um empreendimento composto por 200 unidades habitacionais. Outro estudo é para a implantação de 5.800 lotes urbanizáveis na cidade de Manaus.

Encontra-se em andamento a articulação de parceria com a Prefeitura de Maués para a implantação de 276 lotes urbanizados dotados de todos os elementos de infraestrutura.

As famílias retiradas (2.201) da comunidade Monte Horebe, por meio de ação judicial de reintegração de posse em 2020, foram cadastradas e se tornaram

aptas a receber o pagamento do Auxílio aluguel. Do total dos que recebem o Auxílio aluguel, são beneficiadas indiretamente 5.557 pessoas as quais compõem o núcleo familiar dos inscritos. O investimento dessa ação governamental foi de R$ 14.481.600 com recursos do tesouro estadual.

O reassentamento dos moradores cadastrados nas áreas de atuação do Programa Social e Ambiental do Igarapé de Manaus (Prosamim) é de responsabilidade da Suhab, que inicia com a formalização dos processos, depois do trabalho de identificação em campo, e finaliza com o pagamento dos benefícios às famílias cadastradas e a programação de demolição dos imóveis.

Em 2021 foram utilizados até novembro o valor de R$ 21.155.078,30 na desapropriação das áreas do projeto. O desembolso é de R$ 1.480.592,03 para atendimento a mais de 100 famílias com as seguintes ações: 104 indenizações a famílias dos igarapés do 40 e do Mestre Chico; 60 Auxílios-Moradia, 207 Bônus Moradia, no valor de R$ 50 mil; 24 Fundos de Comércio; e 101 famílias recebendo Bolsa Transitória concernente ao aluguel pelas suas retiradas da moradia anterior e também para dar celeridade aos trabalhos nas frentes de obras. Foram beneficiadas um total de 494 famílias, sendo 84 com R$ 298.800,00 de aluguel.

Foram elaborados aproximadamente 100 documentos de Encaminhamento a Cartório e Termo de Quitação de Lotes, com 559 Termos de Quitação entregues, e 482 Encaminhamentos entregues a Cartório. Esses documentos possibilitam ao mutuário tornar-se dono legítimo do imóvel e permite dar andamento à documentação cartorial.

Foram instituídos os Programas de Recuperação de Crédito (PRC) e de Regularização de Titularidade dos Imóveis pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da Suhab. A nova Lei que dá descontos para mutuários com débitos em atraso já possibilitou a regularização de 508 contratos de unidades de conjuntos habitacionais que estavam inadimplentes.

Para a construção do Anel Viário do município de Humaitá, já foram indenizadas 50 famílias e utilizados R$ 4.669.255,07 em recursos estaduais. Para concluir o trabalho de desapropriação do entorno da obra estão previstos mais 19 processos de indenizações.

Nas ações de desapropriação para a construção do Anel Viário Leste, na Capital, foram gerados processos de 150 imóveis que serão indenizados e a previsão estimada de recursos para serem executados é de R$ 12 milhões. Estão

sendo cadastradas 35 famílias da Comunidade Chico Mendes, no Puraquequara, para também serem indenizadas.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT), cuja competência é atuar na formulação, coordenação, execução, controle e avaliação das políticas fundiárias no âmbito do estado do Amazonas, em 2021 facilitou o acesso a agendamentos via telefone e WhatsApp, permitindo intensificar e qualificar a realização dos atendimentos, aprimorou sua tecnologia no atendimento por meio de QRCodes, de maneira que o requerente possa consultar seu processo de qualquer lugar, atualizou o site para consultas e melhor instruir o público em informações dos documentos necessários antes de ir à Secretaria, criou e modernizou o sistema interno, trazendo celeridade nos procedimentos e na comunicação dos servidores, propondo ao requerente da área urbana e rural do Amazonas uma reposta mais imediata do processo. Após o atendimento, os processos são obrigatoriamente digitalizados e protocolados no sistema de forma digital, permitindo ao requerente o acesso ao andamento do processo e, ao servidor, à tramitação no sistema.

A Secretaria atuou também nos processos de regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos inseridos no limite pertencente ao estado do Amazonas; processos de desapropriação; processos administrativos oriundos de demandas formuladas via ofícios por órgãos estaduais, municipais, federais e judiciais, assim como os processos formalizados com consultas de particulares junto à SPF/SECT. Incluem-se também procedimentos administrativos (contratos, pareceres aprovando ou não procedimentos licitatórios, sindicâncias e afins).

Em 2021 a SECT arrecadou R$ 1.005.467,45 oriundos de Títulos Definitivos Onerosos e Concessões de Direito Real de Uso, no âmbito do estado do Amazonas.

A Regularização Fundiária se consolida por meio da expedição do Título Definitivo, Termo de Concessão para fins de Moradia ou da Concessão de Direito Real de Uso, garantindo ao cidadão a figura jurídica de proprietário do imóvel ao invés de posseiro, bem como a valorização de seu terreno, viabilizando também o acesso às linhas de crédito para financiamento de construção ou reforma mais recorrentes nas áreas urbana e rural. Também permite ampliar atividades produtivas, além de dar à família a condição de herança legal. Com a regularização

da ocupação, os proprietários têm a oportunidade de conseguir financiamento habitacional para melhorias nos seus respectivos imóveis, via Caixa Econômica Federal, e de microcrédito para empreendedorismo, via Agência de Fomento do Estado (Afeam).

Sendo assim, a SECT, vem executando parceria com a União, por meio do Programa Amazonas Mais Verde, para implantação de Política Fundiária nas zonas Rurais de cidades do sul do Amazonas e na região Metropolitana de Manaus – Projeto Título Certo. O projeto vai regularizar e atender os municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Urucurituba, Lábrea, Boca do Acre, Manicoré, Canutama, Novo Aripuanã, Humaitá, Eirunepé, Envira e Pauini.

As principais atividades realizadas pela Secretaria foram as Vistorias Técnicas (7.106); Laudos Socioeconômicos (682); Atividades Cartográficas Área Urbana (670); Atividades Cartográficas Área Rural (932); Títulos Definitivos Área Urbana (93); Títulos Definitivos Área Rural (01); Avaliações e Desapropriação Anel Leste (26); Avaliações e Desapropriação Anel Sul (37); Termo de Demolição (82); e Processo de Regularização Fundiária (120).

NAVEGAÇÃO, PORTOS E HIDROVIAS

A Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias (SNPH) possibilita a execução da política referente à rede hidroviária do interior, infraestrutura portuária e navegação, concorrendo para o desenvolvimento econômico e social do Amazonas inserido na maior malha hidroviária do mundo, onde a cultura é hidroviária e o seu meio de transporte por excelência é o aquaviário.

A Supervisão do Convênio de Delegação 001/2019 com a União, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) do Ministério da Infraestrutura e o Governo do Estado do Amazonas, teve como interveniente a SNPH, para administrar e explorar o Porto de Manaus, alcançando ainda com a sua poligonal a Avenida Manaus Moderna, a área da antiga Siderama e a Travessia Ceasa-Careiro].

Acordos foram firmados junto à Diretoria Aquaviária - DAQ/DNIT/Minfra para a alteração superveniente da área do Porto estabelecido no Convênio 001/2019, com a inserção do Porto do São Raimundo. Entretanto, conforme as

últimas reuniões com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA, será firmado um convênio específico referente ao Porto do São Raimundo.

Ações de manutenção, fiscalização e gerenciamento operacional do Sistema de Defensas Náuticas da Ponte sobre o Rio Negro Jornalista Phellipe Daou, permitiram sua manutenção preventiva e corretivamente, inclusive com a utilização do Barco Regulador (Empurrador Operacional para ajuste hidrológico das Defensas dos Pilares da Ponte).

Reuniões Técnicas com órgãos federais como a Receita Federal, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Marinha do Brasil (por meio da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental e Comando do 9º Distrito Naval), Superintendência do Patrimônio da União, foram realizadas com a finalidade de alinhar as operações no Porto Público de Manaus e sua Poligonal, tendo a SNPH como Representante da Autoridade Portuária, em sucessão à União. Nessas reuniões ficou decidida a retirada da Avenida Manaus Moderna da nova Poligonal do Porto, como também foi tratado sobre a manutenção ou não da área da Siderama e da Travessia Ceasa-Careiro, na diretriz da BR-319 – Manaus–Porto Velho.

Em razão da determinação por parte do poder público para se estabelecer os serviços de travessia como elemento de chegada do modal rodo-hidroviário, foi aberto processo licitatório para a aquisição de balsa motorizada, tipo Ferry Boat, para embarque, desembarque e transporte de veículos e passageiros, e sua operação se dará entre a comunidade de Democracia, margem esquerda do rio Madeira e a sede do]município de Manicoré; e processo de licitação para aquisição de balsa motorizada, tipo Ferry Boat, para atender de forma mais rápida e segura os moradores do Município de Silves.

A organização e fiscalização do embarque e desembarque das embarcações que fazem a travessia da área conhecida como "Porto da Ceasa", na linha da travessia Manaus–Careiro da Várzea, vem sendo realizada de acordo com o sistema de rodízio implantado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANEJAMENTO

O Governo do Estado desenvolve suas políticas tendo por base um planejamento que visa atuar de forma ampla sobre as demandas da sociedade, refletindo principalmente no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, organizado em programas setoriais e multissetoriais, repercutindo e se integrando à Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Para a maior efetividade na implementação das políticas públicas, é realizado o acompanhamento, monitoramento, avaliação e revisão dos programas e ações do PPA. Para isso, são adotadas ferramentas e metodologias que permitem o aperfeiçoamento e a melhoria na execução das políticas e nos resultados entregues.

Dentre as atividades de Planejamento realizadas em 2021, destacam-se a Avaliação do PPA, exercício de 2020, documento que integra a Prestação de Contas do Governo e dá transparência à gestão pública, de acordo com o que determina a legislação; o Monitoramento da execução dos programas e ações; e a 2ª. Revisão do PPA 2020-2023, para o exercício 2022-2023, os quais visam promover a convergência das ações e estratégias de governo.

Com o objetivo de facilitar e agilizar uma consulta às informações do PPA, foi confeccionado o PPA de Bolso da 1ª Revisão do Plano Plurianual para os dirigentes, técnicos e acadêmicos, disponibilizado no site da Sedecti.

Foi formulado o Relatório de Ação Governamental 2021, que subsidia a Mensagem Governamental na abertura dos trabalhos legislativos, e elaborado o documento intitulado "Principais Medidas Adotadas pelo Governo do Estado do Amazonas para o Combate à Pandemia da Covid-19", composto de dados obtidos de um questionário virtual que possibilitou o alcance de todos os órgãos envolvidos.

Representando o Governo do Estado, a Sedecti, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desenvolve atividades que têm por objetivo consolidar e atualizar a divisão político-administrativa dos entes federativos e, mais especificamente, o Ordenamento Territorial do Estado do

Amazonas. Em 2021 foram realizadas as análises dos limites territoriais de 30 munícipios.

A Secretaria realiza o acompanhamento das variáveis socioeconômicas, a fim de analisar seus impactos para o Estado, bem como para custear a construção e execução de políticas públicas. Nessas perspectivas, é realizada a publicação de alguns indicadores importantes, tais como a "Balança Comercial", demonstrando que as exportações do Amazonas somaram de janeiro a setembro o valor de US$ 653,57 milhões, e os principais destinos foram a Venezuela e a Argentina. As importações até setembro registraram um total de US$ 9.767,62 milhões, sendo a China e os Estados Unidos os principais países de origem desses produtos. Também é processado o acompanhamento do indicativo de emprego formal, que se manteve com saldo positivo, bem como foram desenvolvidas atividades inerentes ao "Amazonas em Mapas" que é um portal de mapas online, disponibilizando a base de dados ao público geral. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) Estadual e Municipal, este demonstrou que o estado do Amazonas alcançou a 15ª posição e cresceu em volume 2,3%. Quanto ao "Anuário Estatístico" foi publicado o 32ª volume com informações socioeconômicas, infraestrutura, saúde, educação, dentre outros.

Além disso, pode-se destacar outros estudos e pesquisas realizados, como a análise no setor naval do impacto na atividade econômica sobre o PIB, e no faturamento do Polo Industrial de Manaus e Emprego; e estudo para verificar os "Impactos da Mineração de Potássio", decorrente da mineração da silvinita no município de Autazes; "Georreferenciamento das olarias dos municípios de Iranduba e Manacapuru", para fazer a geolocalização, a logística e o levantamento socioeconômico das olarias; estudo sobre repasses de benefícios, para analisar os auxílios fornecidos pelos governos federal, estadual e municipal, oferecendo proteção social no período de enfrentamento da crise causada pela pandemia do Coronavírus no ano de 2020.

POLÍTICA FISCAL

A Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz/Am) é responsável pelo gerenciamento e disciplina do processo de pagamento e arrecadação estaduais, administração financeira e gerenciamento da contabilidade pública,

desenvolvimento de políticas tributárias, elaboração, acompanhamento e avaliação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos anuais.

Durante o exercício de 2021 foram executadas 4.023 ações fiscais que culminaram na lavratura de 3.487 autos de infração, correspondendo a R$ 573.810.890,66 em créditos fiscais.

Dentre as atividades executadas, merecem destaque o desenvolvimento de novas plataformas eletrônicas de serviços; o incremento no intercâmbio de informações de inteligência com outros fiscos estaduais; a ampliação das ações de fiscalização no interior do Estado; o aperfeiçoamento de mecanismos de controle sobre as declarações econômico-fiscais dos contribuintes; e o combate às fraudes e simulações, possibilitando o avanço no incremento da receita tributária.

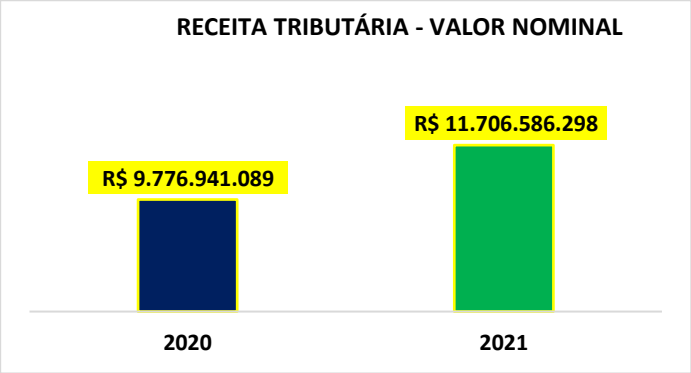
Na perspectiva do contribuinte, progressos significativos foram observados na oferta de serviços, com a simplificação e desburocratização de processos, refletindo na redução de custos e maior competitividade. O fortalecimento do combate às fraudes e simulações visam proteger o modelo de desenvolvimento da Zona Franca e criar um ambiente de negócios positivo. Houve um estreitamento na relação com os setores econômicos objetivando sanear e antecipar eventuais inconsistências no cumprimento das obrigações tributárias e, por consequência, ampliar a base contributiva dos tributos estaduais.

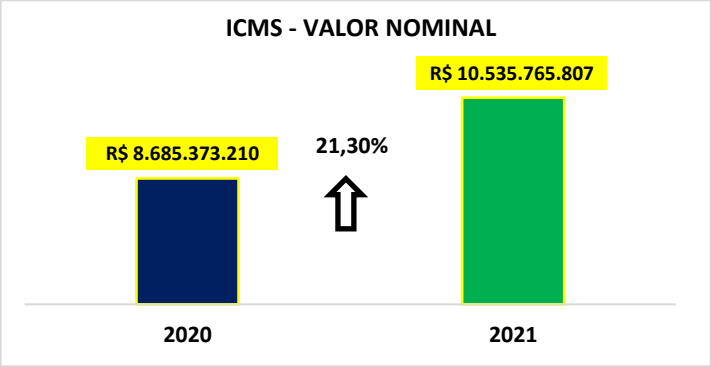
Outras medidas adotadas com resultado de incremento e controle na arrecadação tributária do Estado, foi a análise de 353 Mandados de Ação fiscal - MAF-V, e emitidos o mesmo número de pareceres aprovando o resultado dessas ações, obtendo como resultado do ICMS a recuperar lançado, por meio de Autos de Infrações, o valor de R$ 11.548.739,26; o desenquadramento de 677 empresas do Regime de Pagamento de EF face à pandemia da Covid-19, com vigência a partir 01/04/2021; e a análise da inadimplência de ICMS Estimativa Fixa dos exercícios de 2017 a agosto de 2021, cujo valor enviado para cobrança foi de R$ 4.008.160,99 no dia 01/09/2021.

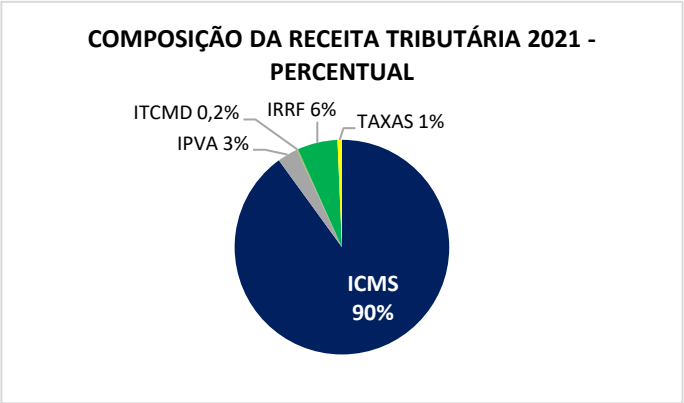
Resultados Obtidos

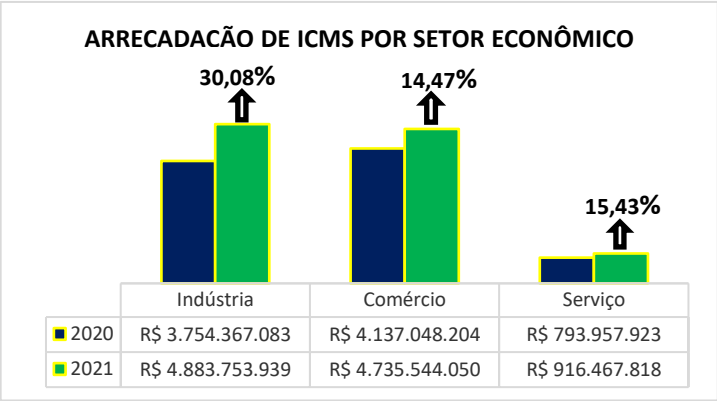
As medidas adotadas contribuíram para um superávit nominal significativo da Receita Tributária em 2021, em relação à arrecadação de 2020, somando até outubro R$ 11,7 bilhões, com 1,929 bilhão a mais do que no ano anterior, perfazendo um crescimento nominal de 19,74%.

O ICMS, principal imposto estadual, representa 90% do total da Receita Tributária; em sequência, o IRRF 6%, IPVA 3%, TAXAS 1% e ITCMD com 0,2%. Por sua vez, o setor industrial representa 46,35% do total do ICMS recolhido até outubro de 2021.









	Indústria	Comércio	Serviço
2020	R$ 3.754.367.083	R$ 4.137.048.204	R$ 793.957.923
2021	R$ 4.883.753.939	R$ 4.735.544.050	R$ 916.467.818

Fonte: Sefaz.

Tesouro Estadual

O Amazonas cumpre todas as metas do Programa de Ajuste Fiscal (PAF): As metas fiscais do Governo do Amazonas foram todas cumpridas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) do Governo Federal no ano de 2020. O cumprimento das metas do PAF é obrigatório para que o Governo Federal possa liberar empréstimos para o Estado investir nos programas de Governo. As metas pactuadas entre Estados e União dizem respeito ao controle das contas públicas, monitorando o resultado primário entre receitas e despesas, arrecadação própria, despesa com pessoal, relatório de gestão pública de acesso público e caixa líquido.

A Gestão da Dívida Pública prevê entradas de receitas de operações de crédito para o ano de 2021 de mais R$ 2 bilhões.

Merecem destaque as ações de aperfeiçoamento do projeto de implantação da Multipag, moderna plataforma de pagamentos do Banco Bradesco,

proporcionando mais segurança, controle e eficiência no fluxo de pagamentos do Estado; melhoria no Sistema de Convênios de Saída (Sisconv), proporcionando mais transparência na execução das transferências voluntárias do Estado; modernização do Sistema de Repasses dos Tributos (SRT), onde são efetuados diariamente os repasses aos municípios do Amazonas, proporcionando mais segurança e precisão nos valores; adequações e melhorias no Sistema de Administração Financeira Integrada (AFI), visando o aperfeiçoamento do processo de execução Orçamentária, Financeira e Contábil; implementação da carga dos extratos bancários do Bradesco e Banco do Brasil no sistema AFI de forma automatizada, com o cruzamento de dados das informações do banco, da arrecadação e dos pagamentos enviados.

Orçamento Público Estadual

No exercício de 2021 foram elaborados dois instrumentos legais de planejamento, como a Lei n.º 5.558, de 04 de agosto de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instrumento normatizador de planejamento que estabelece que as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro, compreendendo as prioridades da Administração Pública Estadual, a projeção e a apresentação da receita para o exercício, os critérios para distribuição dos recursos orçamentários; a estrutura e organização de orçamentos, as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado, as disposições sobre as alterações na legislação tributária, as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais; e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita líquida do Estado e fixa a despesa para o exercício de 2022 em R$ 24.066.026.000,00 para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

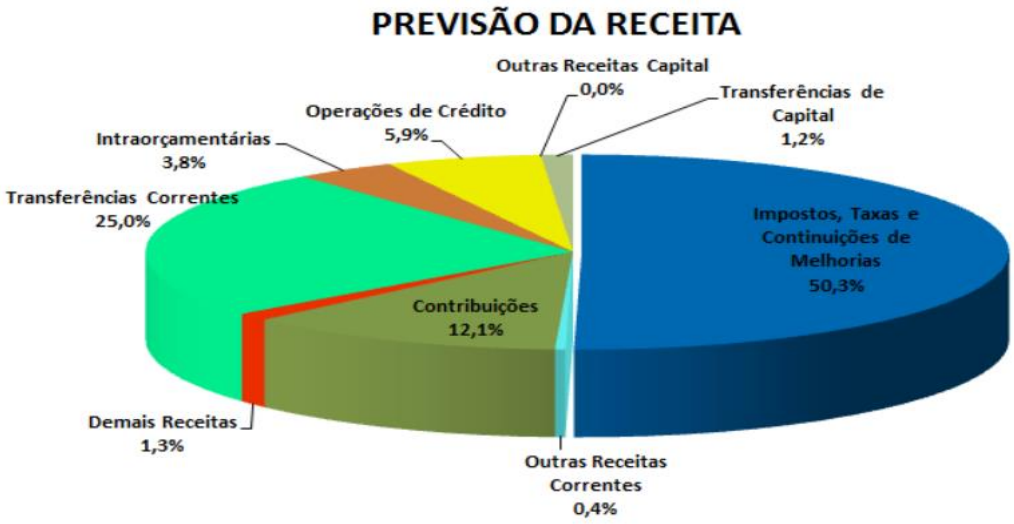
Vale destacar que a elaboração da Proposta Orçamentária ocorreu em um cenário otimista, em relação ao controle da pandemia Covid-19 para o ano de 2022, onde alguns desafios são colocados à economia brasileira, como a crise hídrica provocada pela escassez de chuvas em todo país, a depreciação cambial, a elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic e a inflação de custos. Uma breve análise dos indicadores macroeconômicos para o exercício de 2022, especialmente aqueles referentes às projeções do PIB (1,50%), do câmbio (5,22), do índice de inflação (4,18%) e da taxa de juros (8,75%), aponta para um crescimento econômico razoável no nível nacional.

Em relação ao estado do Amazonas, a perspectiva na área macroeconômica e microeconômica são muito boas. No âmbito macroeconômico, o Amazonas deve atingir um crescimento do PIB acima da média nacional, em razão dos produtos fabricados no PIM e da perspectiva de incremento na venda de televisores, por conta da Copa do Mundo; e de motocicletas, por conta do incremento da produção e da demanda do setor. No âmbito microeconômico, há uma expectativa de garantir maior segurança jurídica, regulatória e competitividade às empresas do PIM, a partir da renovação da Lei nº 2.826/2003.

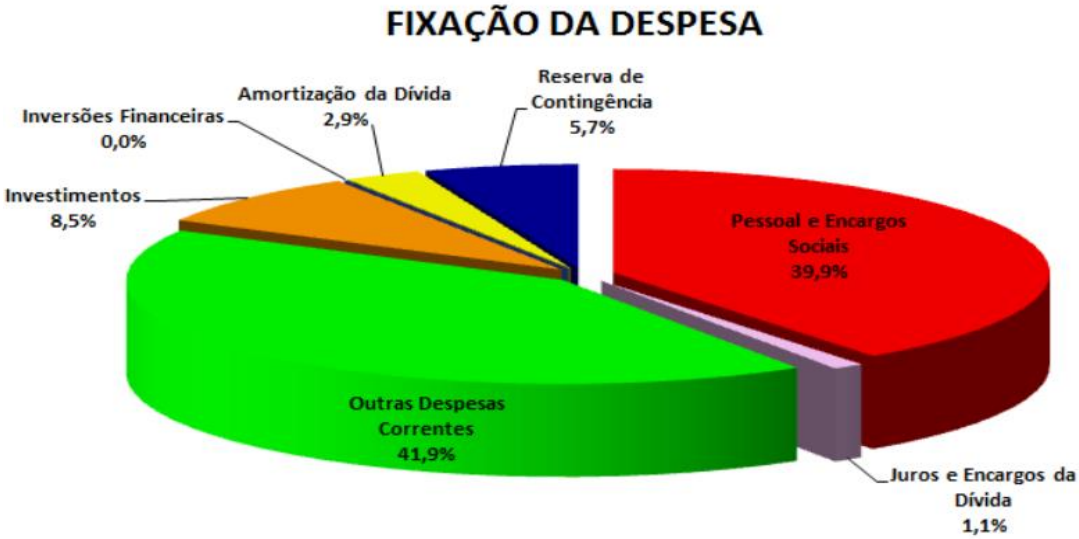
Em vista disso, o Governo vem adotando medidas para garantir o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico de forma sustentável. Nesse sentido, tomou as seguintes ações:

- Na área da Educação foram destinados R$ 3.983.344.000,00 equivalentes a 25% da Receita Resultante de Impostos, cumprindo o mínimo constitucional que cada ente federado deve aplicar em educação;
- Para Programas e Ações vinculados ao Ensino Superior, a cargo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) destinou o montante de R$ 589.834.000,00 equivalente a 2,73% da Receita Total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Poder Executivo, com 95,28% dos recursos originários de Fontes do Tesouro Estadual;
- Na área da Saúde foram previstos recursos no montante de R$ 2.875.042.000,00, dos quais R$ 2.303.560.000,00 são originários de Fontes do Tesouro Estadual, valores que excedem em R$ 638.198.000,00, o limite constitucional mínimo exigido, ultrapassando o mínimo determinado pela Constituição Federal de 12%;
- Os recursos destinados ao Setor Primário totalizam R$ 318.126.000,00, que equivale a 1,47% da Receita Total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Poder Executivo;
- Para a função Segurança Pública foram destinados R$ 2.386.676.000,00, sendo este setor uma prioridade deste Governo, razão pela qual os recursos alocados nesta área representam 11,03% da Receita Total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Poder Executivo;
- Na área Social foram previstos recursos na ordem de R$ 540.000.000,00 destinados ao Auxílio Estadual, buscando beneficiar até 300 mil famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A seguir, gráficos da previsão da receita e fixação da despesa para o exercício de 2022:



Fonte: Sefaz

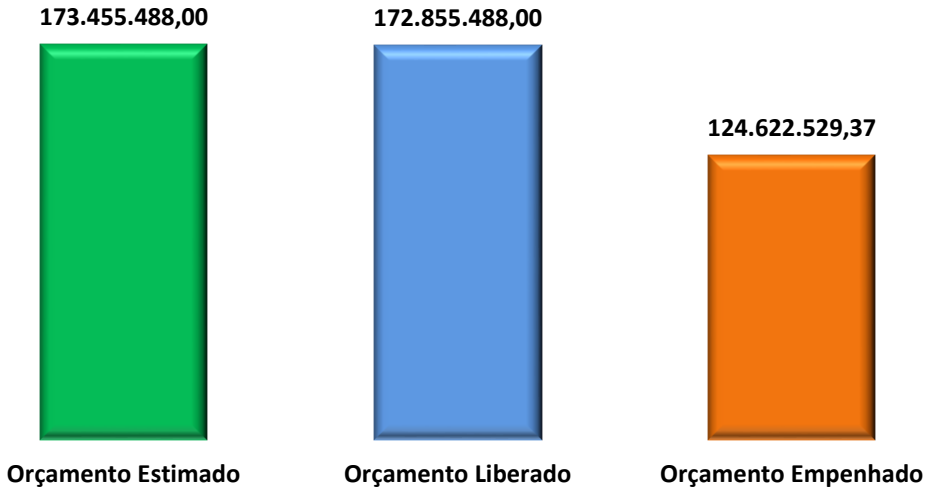


Fonte: Sefaz

No exercício de 2021 foi estimado o valor de R$ 173.455.488,00 para despesas com Emendas Impositivas Individuais Estaduais, que representa na LOA o percentual de 1,2% da Receita Corrente Líquida, conforme o prescrito na Emenda Constitucional nº 101, de 5 de dezembro de 2018. Até o dia 12 de novembro de 2021 foram liberados R$ 172.855.488,00 para o atendimento dessas emendas, evidenciando-se o compromisso do Governo do Estado no seu cumprimento.

Abaixo, segue gráfico de acompanhamento da execução das Emendas:

ACOMPANHAMENTO DE EMENDAS - 2021



Fonte: Sefaz

Destaca-se também a suplementação e/ou remanejamento orçamentário de R$ 849.000.000,00 para o atendimento de despesas de combate à pandemia da Covid-19 no estado do Amazonas.

Modernização e Inovação

A continuidade na atualização da execução dos serviços de processamento informatizado de dados, visando a otimização do uso dos recursos tecnológicos disponíveis para o tratamento adequado das informações de natureza econômico-fiscal, contábil-financeira e administrativa, resultou nas seguintes ações:

- Implementação de solução tecnológica que permite a utilização de créditos para compensação ou abatimento de débitos, apropriação de crédito ou devolução de valores (Redar/Carta de Crédito);
- Criação do Portal de Transparência, relatórios gerenciais e concessão e retirada de anistia pelo usuário (Refis 2020/2021);
- Implantação da contabilização na Conta Única do Estado para as Unidades Gestoras da Administração Direta, centralizando os recursos nas contas da Secretaria da Fazenda para controle das despesas e aplicação de recursos;
- Consolidação do Cadastro de Pessoa, permitindo a criação da Conta Corrente para Contribuintes e não Contribuintes, incluindo o lançamento de débitos em CPF e CNPJ, centralizando as informações em uma única base;

- Implantação do Sistema de Informação da Gestão Eletrônica de Documentos – Siged na maior parte dos órgãos do estado do Amazonas.

APOIO LOGÍSTICO

A Secretaria de Estado da Casa Civil executa ações finalísticas e administrativas, presta assessoria ao chefe do Poder Executivo Estadual, realizando tratativas junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado, entidades privadas, prefeituras municipais e governo federal, visando garantir a realização de políticas públicas para a população da capital e do interior.

Nesse sentido, elaborou 133 Mensagens Governamentais e editou 302 Leis encaminhadas ao Poder Legislativo; realizou atendimentos presenciais, por teleconferência e eletrônicos, via Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documento (Siged); elaborou relatórios técnicos a partir de necessidades apontadas em visitas técnicas a municípios do Estado; formulou encaminhamentos de pleitos oriundos da Assembleia Legislativa do Amazonas, Câmaras Municipais, prefeituras, lideranças comunitárias e sociedade civil em geral.

Por meio da Unidade Integrada de Articulação às Comunidades (UIAC), a Casa Civil prestou atendimentos a 401 lideranças comunitárias, 21 Secretários de Estado e 52 autoridades municipais. E também participou de 68 eventos governamentais na capital e no interior.

Integrante da Casa Civil, a Unidade de Gestão Integrada (UGI) é responsável pela articulação das ações coordenadas de órgãos/entidades estaduais para implementação estratégica do Governo. Assim sendo, foram feitas a seguintes entregas provenientes de articulações interinstitucionais:

- Auxílios: Cultura, Esporte, Turismo e Enchente - Visando a celeridade na efetivação dos auxílios assistenciais promovidos pelo Governo do Amazonas, realizou uma série de medidas de suporte administrativo às Secretarias executoras das respectivas políticas públicas, efetuando a intercomunicação entre as pastas para simplificação do rito burocrático da introdução dos benefícios.
- Painel Estratégico de Entregas do Governo do Estado – Para facilitar a visualização das entregas efetuadas, foram promovidos treinamentos às Secretarias para o manuseio do Sistema de Entregas do Governo. Após o treinamento, foi instalado o Painel Estratégico de Entregas do Governo do

Estado, com visualização dinâmica dos feitos realizados, o qual é atualizado em tempo real por 22 Secretarias e Entidades do Governo do Estado.

- Projeto Respirar - Com o objetivo de tratar as sequelas deixadas pela Covid-19 em pacientes já recuperados da doença, o Governo do Estado, por meio da Fundação Amazonas de Alto Rendimento (FAAR), junto ao Fundo de Promoção Social e Erradicação da Probreza (FPS), lançou o programa "RespirAR, com sessões de fisioterapia pulmonar gratuitamente à população. A UGI participou do processo de criação e implantação do projeto, com apoio técnico e operacional às entidades executoras.
- Reposicionamento da Prodam - Visando reduzir custos operacionais e adequar a estrutura tecnológica existente, agregando novas tecnologias e parceiros de negócios para o atendimento pleno das demandas provenientes do mercado público e privado, ofertou apoio técnico e operacional, com o planejamento das atividades a serem executadas.
- Apoio à Implementação do Governo Digital - O Projeto contribuiu com a aceleração da implementação da digitalização dos serviços, modernização do Siged e do sistema e-Compras, trazendo diversas ações para ajudar na otimização e atualização desses sistemas. Em conjunto com a Sema, procedeu com o alinhamento prévio sobre os investimentos do Programa Social e Ambiental dos igarapés de Manaus e do Interior (Prosamim), na implementação do Governo Digital e do monitoramento da qualidade dos recursos hídricos.
- Campanha "Vacina Premiada" **–** Foram sorteados 3.000 ingressos do jogo do Brasil contra o Uruguai, realizado no dia 14 de outubro de 2021, pela eliminatória da Copa do Mundo Fifa Catar 2022, às pessoas que tomaram as duas doses da vacina contra a Covid-19. Os sorteios foram realizados com a participação da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Processamento de Dados do Amazonas (Prodam), Secretaria de Comunicação (Secom) e Secretaria da Fazenda (Sefaz).
- Auxílio Estadual **-** Visa garantir segurança alimentar e proteção social à população carente, por meio da complementação de renda das famílias cuja situação de vulnerabilidade social tenha sido agravada pela pandemia da Covid-19. O benefício contempla mais de 300 mil famílias com o valor de R$ 150,00. O auxílio é considerado o maior programa de transferência de renda da história do Amazonas e vai garantir segurança alimentar da

população em situação de pobreza e extrema pobreza. Coube à UGI a articulação institucional e suporte técnico no processo de planejamento e execução do auxílio, em conjunto com a Secretaria de Assistência Social (Seas), gestora do benefício.

ARTICULAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

As ações da Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais (Serfi) em 2021 se concentraram no assessoramento técnico e operacional ao Governador do Estado; apoio logístico aos secretários de Estado e demais servidores, com agenda em Brasília; interlocução e a consequente representatividade do Estado junto ao Governo Federal, organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, com vistas à captação de recursos e à realização de acordos de cooperação de interesse do estado do Amazonas; captação e desembolso de recursos; orientação, supervisão, atendimento às solicitações efetuadas pelos convenentes referente à execução físico-financeira dos objetos pactuados; interlocução com os autores de emendas parlamentares (individuais e de bancada) e com as Secretarias de Estado, para definição de prioridades do Governo na alocação de recursos do Orçamento Geral da União.

A Serfi é responsável pela representação institucional do Governo do Amazonas, junto aos órgãos e entidades de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Munícipios, agências de desenvolvimento, organismos e instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, nas relações institucionais que visem ao desenvolvimento econômico e social do Estado. E, ainda, instrui, acompanha e controla os processos de solicitação de emissão de passaporte oficial das autoridades do Governo do Amazonas.

Diante do atual contexto econômico-social marcado pela pandemia do Coronavírus, com desdobramentos na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021, que estabelece o Orçamento da União para o ano de 2021, normalmente aprovada em dezembro do ano anterior, tornou-se lei somente em março de 2021, sob o nº 14.144, de 22 de abril de 2021. Todo esse cenário comprometeu as ações de captação e desembolso de recursos financeiros, bem como as diversas formas de se viabilizar investimentos por meio de transferências voluntárias, transferências especiais, e contratação de financiamentos nacionais e externos.

A Serfi desenvolveu um conjunto de ações colaborativas junto aos órgãos da administração pública estadual, objetivando a maximização de recursos financeiros alocados do Orçamento Geral da União, decorrentes de transferências voluntárias e transferências especiais e oriundos da contratação de financiamentos internos e/ou externos, com o escopo de ampliar a capacidade de investimento do Governo do Amazonas.

Ademais, a Serfi desenvolve ações de governança com vistas à melhoria da gestão, capacitação e transparência nos processos de transferências da União, operacionalizadas por meio da Plataforma + Brasil. Isto porque a Serfi integra o Comitê Gestor da Rede+Brasil, Elo Estado, com o seu titular à frente da Coordenação Estadual no Amazonas da Rede+Brasil.

No processo de concessão de Transferências Voluntárias e/ou Transferências Especiais com recursos financeiros do Orçamento Geral da União (OGU), a Serfi acompanha a fase de análise de propostas, pelo Concedente, a celebração, execução e prestação de contas dos instrumentos celebrados (convênios e contratos de repasse), realizando o suporte técnico, capacitação e orientações necessárias, a fim de garantir o repasse desses recursos a serem destinados ao financiamento de políticas públicas.

Desembolsos – Recursos do Orçamento Geral da União

Quanto aos recursos não onerosos, alocados do Orçamento Geral da União, foram desembolsados R$ 53.584.080,11, sendo R$ 52.744.080,11 referentes a transferências voluntárias e R$ 840.000,00 relativos a transferências especiais, no total de R$ 11.703.589,68 no primeiro semestre, e de R$ 41.880.490,43 no segundo semestre.

São objeto de acompanhamento e suporte técnico os recursos financeiros provenientes de transferências voluntárias e/ou Especiais, por meio de convênios e contratos de repasse celebrados, sejam pela alocação de emendas parlamentares federais ou por programas, conforme segue:

- Transferências Voluntárias – Consignados na LOA 2019 o valor de R$ 237.720.476,84, para repasse concernente a 10 instrumentos celebrados, com o desembolso de R$ 12.642.214,64 e saldo em conta de R$ 10.418.018,10, com destaque para o Projeto de Modernização da Rodovia

AM-010 (R$ 214.965.652,00), com a aquisição de R$ 10.000.000,00 em material bélico e R$ 9.150.000,00 em viaturas operacionais fluviais.

- Transferências Voluntárias – Consignado na LOA 2020 o valor de R$ 57.539.103,18, para repasse relativo a 38 instrumentos celebrados, com o desembolso de R$ 3.358.029,11 e saldo em conta de R$ 3.317.510,19.
- Transferências Voluntárias - Consignados na LOA 2021 o valor de R$ 78.950.417,41, para repasse relativo a 55 propostas cadastradas, com o desembolso de R$ 34.519,46 e saldo em conta de R$ 34.452,00.
- Transferências Especiais - LOA 2021 - Foram repassados ao Governo do Amazonas R$ 840.000,00 provenientes de transferências especiais concernentes a Emendas Parlamentares Federais alocadas no Orçamento Geral da União.

No que diz respeito aos recursos financeiros oriundos de operação de crédito interna contratada com Garantia da União, o desembolso foi de R$ 40.000.000,00.

Em relação às ações colaborativas para a contratação de operação de crédito externo, destaca-se o desembolso no valor de US$ 200.000.000,00, objeto do Contrato de Empréstimo Externo e de Garantia nº 9188-BR com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiamento do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica, Social e Ambiental do Estado do Amazonas (Pró-Sustentável).

No exercício de 2021, o resultado das ações de captação e indicação de fontes de recursos garantiu um reforço orçamentário no total de R$ 93.584.080,11 em favor do Governo do Amazonas.

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM SÃO PAULO - ERGSP

Seguindo a tendência de curva crescente dos últimos anos, verificou-se que o atendimento dado pelo Escritório de Representação do Estado em São Paulo (ERGSP) na área de saúde e assistência social aumentou significativamente, evidenciando o interesse do Governo do Estado em criar as condições necessárias para o cidadão que busca apoio do Governo do Estado em razão de sua necessidade de deslocamento até o estado de São Paulo. Todos os casos que chegam até o Escritório por meio de encaminhamento oficial, são devidamente

atendidos. A maioria deles se refere a pedido de apoio logístico e de atendimento médico-hospitalar. Por se tratar, geralmente, de situações delicadas que envolvem quadros de extrema gravidade, procura-se orientar os interessados da melhor forma possível, tendo em vista que o menor gesto ou atenção revestem-se de grande valor. Neste caso atuando em conjunto com a Secretária de Estado da Saúde.

O acompanhamento de todos os casos é feito de forma permanente, desde o pedido formal até o encaminhamento final do atendimento. Por se tratar, em sua maioria, de pessoas de baixo poder aquisitivo, por vezes fragilizadas pelos sérios problemas de saúde enfrentados, procura-se minimizar essas carências oferecendo todo apoio possível, principalmente quanto à assistência no campo emocional e no apoio logístico.

Os números de consultas foram reduzidos, em razão da pandemia, e as instituições parceiras do SUS priorizaram o atendimento aos que já estavam em tratamento anterior à pandemia, e com seus agendamentos confirmados.

Esses serviços contabilizaram 36 consultas realizadas nas seguintes especialidades: Cardiologia (2), Cirurgia Plástica (3), Endocrinologia (2), Neurologia (3), Neurocirurgia (1), Ortopedia (5), Otorrinolaringologia (2), Otologia (1), Oftalmologia (2), Grupo Foniatria (1), Grupo de Dor (2), Transplante de Pulmão (2), Transplante de Rim (2), Urologia (8).

GESTÃO E MODERNIZAÇÃO

Seguindo as convenções de saúde, a Secretaria de Administração e Gestão (Sead) conseguiu equilibrar e realizar suas atividades essenciais de maneira eficaz, cumprindo suas demandas no atendimento ao servidor e à população.

Gestão de Recursos Humanos

As iniciativas sistematizadas em 2021 disponibilizaram ferramentas eficazes na aplicação do controle e no monitoramento, na qualidade da gestão, de forma a garantir segurança ao Estado e ao servidor, dando celeridade na concessão de seus direitos e benefícios, proporcionando inovação à área de Recursos Humanos, além de promover maior transparência, impactando positivamente na eficiência do sistema administrativo do Governo, a saber:

- Criação do Sistema Estadual de Controle de Cargos Comissionados (Sisccom), para controlar e monitorar os cargos comissionados e funções gratificadas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.
- Melhoria nos seguintes Módulos da Prodam-RH: Módulo de Nomeação – melhoria nos procedimentos de utilização e revisão de parametrização; Módulo de Complementação/Substituição de Professores da Seduc – alteração e exclusão, melhoria na interface, procedimentos de utilização e revisão de parametrização; Módulo de Pensionistas Hansenianos – realizado o enquadramento de todos os pensionistas, garantindo padronização, transparência, segurança e agilidade no pagamento; e Módulo de Ganhos Individuais – revisão dos procedimentos de utilização e correções de erros e melhoria na parametrização.
- e-Social – levantamento e atualização de tabelas; orientação aos órgãos e entidades na utilização das ferramentas para o envio e certificação digital.
- Elaboração de Projeto de Lei - aprovada pelo Governo a alteração de dispositivos da Lei nº 3.510/2010, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do servidor público estadual, com benefícios a serem pagos a partir de 2022, possibilitando a correção de reajustes remuneratórios dos servidores e beneficiando, principalmente, aqueles que aguardam pela aposentadoria.

Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Servidor

A Escola de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Servidor Público (Esasp), ante a pandemia da Covid-19, em 2021 reformulou o Plano de Trabalho dos Cursos, intensificando suas ações de forma a consolidar o ensino a distância (EaD), substituindo as aulas presenciais pelas remotas, aumentando em 18% o número de servidores treinados em relação ao ano anterior. As atividades na modalidade presencial ficaram suspensas, tendo a Escola que adequar seu planejamento para a Modalidade Virtual de Aprendizado (MVA). Essas medidas possibilitaram a capacitação de 12.373 servidores públicos estadual e municipal, por meio do Ensino a Distância (EaD), com cursos tutoriais, autoinstrucionais, além de *livestream* e aulas remotas e *lives*, utilizando a ferramenta *Teams*; e firmou parceria entre a Esasp e a Secretaria de Administração Municipal de Manaus, por meio da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (Espe) para a capacitação dos servidores do município e do Estado.

Gestão de Gastos Públicos

A Gestão de Gastos Públicos alcançou resultados positivos com a redução de despesas de custeio, por meio da inovação e da modernização dos processos de gestão utilizados na realização e controle das atividades pertinentes aos gastos com diárias, passagens, concessão de telefonia móvel institucional, consumo de energia elétrica, abastecimento de combustível e o uso da frota pública, contribuindo para a racionalização do custeio, garantindo o equilíbrio das contas públicas e a melhoria na qualidade do gasto público no âmbito administrativo.

Em conjunto com a Sefaz e a Prodam, a Sead coordenou a continuidade na implementação do Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos (Siged), alcançando a meta de 100% do sistema implantado no Poder Executivo Estadual, com a oferta de treinamento aos servidores usuários do Siged. Também, ainda no Siged, fez alterações no mecanismo de assinatura de documentos por login e senha; criou o ofício digital; e adotou uma política de processos que visa reduzir o uso total de papel.

Documentos e Arquivo

O Arquivo Público do Estado do Amazonas (Apeam) realiza a gestão documental do Estado, controlando a produção, o uso, a tramitação e a destinação final de documentos, garantindo o recolhimento de valor histórico produzido pelo Estado. Cabe registrar aqui a contribuição do Siged na gestão documental do Apeam.

As ações realizadas resultaram na integração do Apeam com o Arquivo Público do Pará, para a cooperação técnica e participação na 5º Semana Nacional de Arquivos promovida pelo Arquivo Nacional; otimização do espaço da sede do Apeam e reacondicionamento de documentos históricos, visando a proteção do patrimônio documental do Estado; aprovação do Projeto de revitalização predial e modernização do Apeam junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para captação de 4,2 milhões de reais; revisão final para publicação do diagnóstico do Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas.

Junta Médico-Pericial do Estado (JMPE)

As atividades referentes ao atendimento médico-pericial viabilizaram o atendimento a 17.773 servidores do Poder Executivo Estadual.

SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Fundação Amazonprev, órgão gestor de previdência dos servidores públicos, obteve em 2021 excelentes resultados no cumprimento de sua missão institucional.

Considerando o compromisso assumido pelo governo do Estado em manter a previdência para seus servidores, associado a uma gestão voltada para equilíbrio financeiro e atuarial, garantidores da sustentabilidade do Sistema Previdenciário do Estado do Amazonas, os impactos causados pela Covid-19 e a utilização do Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares (FTEMP) não afetarão o pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros, fato que pode ser corroborado pelo excelente superávit atuarial, conforme registrado na Avaliação Atuarial realizada em 31/07/2021.

Segregação da Massa Previdenciária

De acordo com as premissas, métodos e hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial Ano-Base 2021, o valor atual de todos os direitos do Fundo Previdenciário (FPREV) – Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública representam R$ 14.541.309.930,05; e como o custo atual dos benefícios representa R$ 11.855.154.680,55, o plano apresenta um superávit atuarial de R$ 2.686.155.249,50.

Estatística da Massa Previdenciária

ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TODOS OS PODERES - 2021

ITEM	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
FFIN - Financeiro	16.395	24.256	4.834	45.485
FPREV – Previdenciário	38.300	1.769	1.099	41.168
FPPM – Polícia Militar	9.628	3.609	1.866	15.103
Total	**64.323**	**29.634**	**7.799**	**101.756**

Fonte: Amazonprev.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Aposentadorias Concedidas – Meta: 85%

A concessão desse benefício é resultado do esforço conjunto do órgão de origem do segurado, da Fundação Amazonprev e da Casa Civil, concedendo aposentadoria a 747 servidores em 2021.

Pensões Concedidas – Meta: 90%

O benefício de pensão por morte consiste no pagamento de uma renda mensal ao dependente do servidor público falecido, sendo beneficiados 740 dependentes.

Revisão de Aposentadoria e Pensão – Meta: 85%

Trata-se de análise a pleitos de segurados que se sentem prejudicados ou têm dúvidas sobre cálculos de seus benefícios de aposentadoria e pensão, sendo beneficiados 126 segurados.

CERTIFICAÇÕES E PREMIAÇÕES

O Estado do Amazonas manteve em 2021 a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) junto ao Ministério as Economia/Secretaria de Previdência, por cumprir com êxito os critérios estabelecidos na Legislação Previdenciária, proporcionando ao estado do Amazonas papel de destaque nacional.

A Fundação Amazonprev consolida-se como melhor Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do país, de acordo com a empresa Actuarial Assessoria e Consultoria Atuarial, que avaliou a instituição do Amazonas como a mais consolidada, economicamente, entre os demais regimes previdenciários brasileiros. Além disso, conquistou a recomendação de manutenção do Certificado ISO 9001, versão 2015, sob o escopo "Concessão manutenção e revisão dos benefícios previdenciários do estado do Amazonas".

Destaca-se ainda a consolidação do sistema de agendamento eletrônico para todos os seus serviços previdenciários, fortalecendo o atendimento presencial ao público. Os aposentados e pensionistas comparecem à sede da Fundação com documentação necessária e horário marcado para o atendimento.

Em 2021, como parte das ações do programa Idade Ativa, a Fundação Amazonprev disponibilizou, via Youtube, uma série de vídeos sobre temas relacionados aos impactos do envelhecimento e o sistema de seguridade no Brasil. Os conteúdos são direcionados a aposentados e pensionistas, cuidadores de idosos, familiares e sociedade em geral.

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

O Governo do Estado, por meio da coordenação de compras e contratos governamentais realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), conseguiu economizar R$ 535.406.893,10 nos certames licitatórios realizados até outubro do corrente ano.

Foi implementado o Protocolo Virtual que tem como finalidade facilitar o acesso aos serviços, além de evitar aglomerações no órgão, em conformidade com o Decreto n° 42.085, de 18 de março, pois o serviço é totalmente on-line, levando praticidade aos usuários e contribuindo na redução do volume de papéis. Com a implementação dessa ferramenta, é possível efetuar a emissão, alteração, renovação do Certificado de Registro Cadastral (CRC), inscrição de compra direta (pessoa física e jurídica), solicitação de novo login e senha para empresas cadastradas, assim como os pedidos de recursos, as contrarrazões, os pedidos de esclarecimento e impugnação nos termos dos editais.

Visando facilitar a utilização dessa nova ferramenta, o CSC produziu um vídeo com todos os passos para a formalização de um processo no Protocolo Virtual e está disponível no site do CSC (http://www.csc.am.gov.br/portal/).

O CSC oportunizou em 2021 novos cadastros, renovação de cadastro, alteração do CRC, inscrição para compra direta e atualização de certidões emitidas de forma on-line, por meio do Protocolo Virtual e sistema e-compras.am, gerando um total de 33.071 solicitações efetuadas via sistemas.

Digitalizou-se todos os processos licitatórios referentes aos anos de 2014 a 2021, totalizando 29.301. Os processos estão armazenados em arquivo digital e, quando solicitados, são enviados por meio de links ou mídias de CD ou DVD.

Em 2021 foi lançado no portal de compras (e-Compras.am) o procedimento de Dispensa de Licitação Eletrônica (DLE), que funciona para atender os órgãos da Administração Pública Direta do Estado que necessitam realizar compras diretas, visando dar maior transparência, celeridade e competitividade nas aquisições e contratações de bens e serviços.

O CSC efetivou sua inscrição no sistema e-Prevenção, onde está inserido o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) e firmou o Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria Geral do Estado do Amazonas (CGE/AM). Essa autoavaliação permite que sejam implementados planos de ação e de

capacitação para que sejam adotadas boas práticas de controle e prevenção à corrupção.

Com o propósito de trabalhar com transparência e complementando as medidas de prevenção à corrupção, o CSC também firmou com a CGE/AM acordo de cooperação técnica, com a intenção de institucionalizar o acesso dos assessores de auditoria, considerando as finalidades e as competências da CGE/AM, aos sistemas públicos do Estado. Este acordo tem por objeto e pactuação e concessão de acesso aos sistemas SGC (gestão de contratos) e e-Compras, de todos os órgãos/entidades da administração direta e indireta, visando a melhoria das atividades de fiscalização, controle e auditoria desenvolvidas pela CGE/AM.

Lançou-se em 2021 a plataforma macro BI de gestão corporativa com parâmetros de organização, estruturação, desenvolvimento e melhoria contínua no trabalho interno dos servidores. A plataforma tem a finalidade estratégica de gerenciamento, garantindo os esforços e motivações gerenciais de forma integrada e dinâmica. Com um modelo de comunicação e engajamento dos colaboradores, permitindo o acompanhamento dos indicadores de desempenho, contemplando focos, objetivos, estratégias, projetos e iniciativas, capaz de orientar grandes metas para a gestão corporativa

PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS

A Empresa Processamento de Dados do Amazonas S/A (Prodam) atuou em projetos estratégicos de governo que envolveram iniciativas de transformação digital e atividades voltadas a levar conectividade ao interior e nos sistemas de informação.

Dentre os Projetos Estratégicos está o desenvolvimento do Projeto de Aceleração da Inovação e Digitalização, contemplado no programa Prosamim +, visando aumentar a oferta de serviços digitais do Governo do Amazonas, contribuindo com a modernização da gestão e melhorias dos serviços ao cidadão; a digitalização de Acervo Arquivístico da Secretaria de Educação do Estado (Seduc), para preservar o acervo de documentos do órgão, com o fim de organizar, indexar e dar celeridade na busca de processos; e a implantação da Central de Atendimento na Seduc, visando a disponibilização de plataforma de integração de multicanais e módulo de gestão de atendimento, utilizando modelo omnichannel, garantindo que toda a jornada do cidadão seja gerenciável e integrada. A Central

compreende os seguintes canais: Atendimento Receptivo Humano Telefônico, Receptivo Eletrônico (URA), Ativo (Humano), Atendimento Multicanal (e-mail/formulário eletrônico, Aplicativos Móveis, Mensageria Instantânea, Chat, Chatbot e Voicebot).

Cartão emergencial

O Governo do Estado, por meio da Prodam, deu apoio e assessoramento à criação do projeto de auxílio governamental denominado "Cartão Emergencial", envolvendo a análise de dados, composição de atos normativos, processos e a logística de preparação e entrega dos cartões. Além disso, foi responsável pelo desenvolvimento e provimento da solução informatizada auxilio.am.gov.br e apoio à operacionalização dos processos de entrega dos cartões.

Vacina premiada

Iniciativa criada pelo Governo e viabilizada pela Prodam, visando estimular a vacinação contra a Covid-19, no que tange ao seu planejamento, desenvolvimento, provimento e operacionalização da solução informatizada para inscrição e sorteio.

Auxílio Estadual Permanente

Apoio e assessoramento na criação do projeto Auxílio Estadual, envolvendo a análise de dados, composição de atos normativos, processos, logística de preparação e entrega dos cartões; desenvolvimento e provimento da solução informatizada auxilio.am.gov.br e apoio à operacionalização dos processos de entrega dos cartões.

Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - e-Social.

Implantação da primeira fase do e-Social em todas as unidades do Executivo Estadual, mediante projeto de ampliação das funcionalidades da Prodam RH e outras medidas preparatórias envolvendo consultoria e orientação quanto a processos e treinamentos.

CONECTIVIDADE AO INTERIOR

O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Administração e Gestão (Sead), assinou Acordo de Cooperação Técnica com o Exército Brasileiro

para fortalecer o Programa Amazônia Conectada (PAC), implantado em parceria com a empresa de Processamento de Dados Amazonas (Prodam).

A assinatura do Acordo vem possibilitando a ampliação das redes metropolitanas para conectar órgãos públicos (de todas as esferas) e hospitais à rede do PAC, além de escolas, o que ampliará a implementação de políticas públicas no interior do estado do Amazonas.

Por meio da rede do projeto Amazônia Conectada e rede Gasoduto Coari-Manaus, 38 pontos foram conectados nos municípios de Anori (1), Barcelos (2), Coari (5), Codajás (1), Iranduba (10), Manacapuru (5), Novo Airão (8), São Gabriel da Cachoeira (4) e Tefé (2). Estão em fase de implantação um ponto em Caapiranga e um em Santa Isabel do Rio Negro.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Gestão de trânsito

Nesse aspecto, foram prestados serviços de consultoria técnica e desenvolvimento de interfaces de integração dos sistemas de Trânsito com o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) e outros fornecedores do Detran; criação de novas formas de pagamento e Serviços Digitais para atendimento ao cidadão; e ampliação do portal de serviços de trânsito com a inclusão de opção simplificada de renovação de CNH e pagamento de taxas/serviços por meio de Pix, facilitando o acesso aos serviços e reduzindo a necessidade de atendimento presencial.

Adequação dos Sistemas de Trânsito à Lei 14.071/2021

A equipe de gestão de trânsito da Prodam realizou o trabalho de adequação de todos os sistemas de trânsito à Lei 14.071, promulgada em 13 de outubro de 2020, que alterava itens importantes do Código de Trânsito Brasileiro, como a composição do Conselho Nacional de Trânsito e o prazo de validade das habilitações.

Educação

O Governo do Estado realizou, por intermédio da Prodam, melhorias evolutivas na Plataforma de Gestão e Oferta de Cursos Profissionalizantes no Cetam. Com a demanda cada vez maior de alunos para cursos on-line, foram desenvolvidos novos módulos como a "Área do Aluno", onde é possível

acompanhar todo o processo de inscrição e também o registro do desempenho acadêmico do estudante. Com a solução apresentada, foram inscritos em cursos do Cetam mais de 190 mil alunos.

Sistema de Matrículas para cursos da FUnATI

Entregue em julho de 2021, o Sistema Escolar da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI) permite a consulta e a reserva de vagas oferecidas pela Fundação de forma totalmente on-line e está direcionado ao público da terceira idade. O site foi projetado para que a navegação e a interação ocorressem de maneira fluida, sem dificuldades.

Sistema de Gestão Educacional

O sistema do Regime Complementar e Designação é um módulo que torna mais eficiente e ágil o processo de Regime Complementar de Designação dos servidores de educação. Integrado ao sistema de Folha de Pagamento, ele possibilita que as solicitações de substituições e alterações de carga sejam realizadas de maneira automatizada, garantindo maior segurança e idoneidade ao processo.

O Sistema de Prestação de Contas do Fundeb (SIOPE) faz o cruzamento das informações do módulo de lotação do Sigeam e do sistema de Folha de Pagamento do governo estadual, de modo a controlar os recursos do Fundo e evidenciar que eles estão sendo utilizados dentro dos limites definidos em lei. Além disso, o módulo automatiza o gerenciamento, o controle e o envio mensal dos dados para o Governo Federal.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom) é dividida em três grandes áreas: divulgação em meios próprios do governo, como informativos impressos, sites e redes sociais oficiais; divulgação por meio de mídia espontânea em veículos de comunicação de massa (rádio, TV, jornal e mídias digitais) da iniciativa privada; e publicidade/propaganda pagas em espaços comerciais de empresas de comunicação.

Divulgação em Impressos, Sites e Redes Sociais Oficiais

Durante o ano foram realizadas 6.191 publicações nas redes sociais do governo, divididas em *Facebook*, *Instagram*, *Youtube* e *Twitter*. Durante a pandemia, foram realizadas 134 *lives* (transmissões ao vivo pela internet) e passaram a ser uma das principais ferramentas de interação com a população. Somando 1.978.024 visualizações no *Facebook* e 132.170 no *Youtube* com temas de interesse coletivo.

Das lives realizadas, foram contabilizadas 4.134.882 interações, sendo reações, compartilhamentos e comentários, além de respostas feitas pela equipe de moderação da Secretaria Executiva Adjunta de Comunicação Digital, responsável por esclarecer informações à população que se manifesta pela *web*, tornando a comunicação digital uma importante ferramenta não apenas de divulgação, mas sobretudo de interação com os cidadãos.

Durante o ano, houve um crescimento de 0,38% no número de seguidores do *Facebook* do governo, saindo de 372 mil curtidas para 373,4 mil. No *Instagram*, o número de seguidores subiu em 26,20%, de 163 mil seguidores para 205,7 mil seguidores. No *Twitter*, o crescimento foi de 64,86% saltando de 7,4 mil seguidores para 12,2 mil. No *Youtube*, o canal oficial do Governo do Estado obteve um crescimento de 27,69%, passando de 13 mil inscritos para 16,6 mil.

Informativos Impressos

De janeiro a outubro de 2021 foram editados e impressos 20 informativos da capital e interior, de periodicidade mensal, que são distribuídos em espaços dos órgãos de governo onde há circulação de público.

Divulgação por Mídia Espontânea em Veículos de Comunicação

Como parte da missão de prestar contas e informar a população sobre ações do governo, a Secom distribuiu para os veículos de comunicação (rádio, TV, jornal e mídias digitais) um total de 58.399 conteúdos jornalísticos. Desse total, 13.634 foram produzidos conteúdos para veículos de comunicação e mídias digitais; 1.026 vídeo releases para emissoras de TV e 11.779 conteúdos para emissoras de rádio da capital e interior, incluindo áudios de entrevistas, *spots* e transmissões ao vivo.

De acordo com o sistema de monitoramento sobre divulgação de ações da administração estadual em mídias digitais, foram divulgadas 2.910 citações sobre o governo em portais de notícias.

Produções da Comunicação Interna

Neste campo foram realizados 92 disparos gerais nos grupos internos de *Whatsapp* da Secom e demais órgãos da administração Direta e Indireta do Governo do Estado; 14 informes administrativos institucionais; 64 criações de materiais diversos para órgãos da administração do Poder Executivo; e produziu 16 p*odcasts* da Secom e outras secretarias.

Divulgação, Publicidade e Propaganda

A Secom demandou das quatro agências de publicidade, contratadas por meio de licitação, um total de 181 campanhas publicitárias. As peças criadas foram veiculadas em diversos meios de comunicação, como emissoras de rádio e TV, jornais impressos, mobiliário urbano, *outdoor* e *busdoor*, *outdoor* social e painéis de *LED*, com alcance local, regional e nacional. Foi ainda produzido material publicitário de divulgação para ambiente interno, contemplando eventos diversos, realizando um total de 4.305 peças publicitárias.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

No ano de 2021 a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas (IOA) investiu no processo de modernização em maquinários o valor de R$ 1.250.000,00, ampliou o seu leque de serviços com a confecção de crachás funcionais que inclui itens de segurança e realizou a distribuição de portfólio de serviços e visitação para tratativas comerciais aos órgãos do Governo.

A Identidade Funcional Segura substitui o atual crachá por incluir elementos de segurança aos servidores. Dentre os elementos inclusos estão impressão de elementos visíveis apenas em luz ultravioleta, microtextos e QR Code, além da tecnologia Mifare, que é o controle de acesso por proximidade, ou seja, o cartão com essa tecnologia pode ter informações gravadas ou codificadas. Além disso, a identidade funcional oferecida pela IOA se diferencia por apresentar também a possibilidade de já conter a certificação digital incluída através de chip.

Em março foram entregues 183 carteiras com essa nova tecnologia para o Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas.

A partir do dia 9 de abril de 2021 o Diário Oficial do Estado (DOE) passou a ser 100% virtual, garantindo maior transparência dos atos e decisões do Governo, facilitando o acesso às informações para os cidadãos. No primeiro semestre mais de 16.000 Atos Oficiais foram assinados digitalmente e enviados à IOA via Sistema IOANEWS.

No repositório digital serviço de pesquisa sobre a legislação do Estado do Amazonas (Legisla-Am) foi criado um compêndio que reúne as publicações do Governo com as diretrizes no combate à Covid-19. Esse compêndio é atualizado constantemente e disponibilizado no portal da Imprensa Oficial para download, gratuitamente.

No dia 13 de julho de 2021 foi realizada a cerimônia de lançamento da plataforma pelo Governo do Estado do Amazonas, por meio da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, que disponibiliza ao cidadão as leis que regem o estado do Amazonas para pesquisa, consulta e download.

A Imprensa Oficial do Estado do Amazonas manteve a certificação de qualidade ABNT NBR ISO 9001:2015 para as atividades relacionadas à publicação do Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas e a produção de serviços gráficos e editoriais.

AUDITORIA E CONTROLE

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Órgão Central de ações de Controle Interno e supervisão da gestão das unidades de ouvidoria do Poder Executivo, desenvolveu as seguintes atividades.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se a emissão de Certificados de Auditoria de 119 unidades gestoras, exercício 2020; elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna, exercício 2021; realização de Auditorias Especiais na Secretaria de Estado de Saúde (SES), para avaliar as ações para o enfrentamento da Pandemia da Covid-19, especialmente quanto ao estoque mínimo de oxigênio necessário ao atendimento das necessidades das unidades de saúde do Estado, e também na Fundação Rádio e Televisão Encontro das Águas (Funtea) para apurar denúncia em redes sociais e no Ministério Público do Estado de servidora da Unidade, com relação à concessão e processamento de diárias e passagens.

Outras auditorias com temas específicos foram realizadas na estrutura e funcionamento das unidades de controle interno, concessão de diárias e passagens e adiantamentos, atuação dos fiscais de contratos, registro do patrimônio no Sistema Ajuri, transparência e acompanhamento das determinações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), avaliando os controles internos, o apoio dos gestores para o desenvolvimento das atividades, bem como o atendimento às recomendações previstas em Instruções Normativas e Notas Técnicas emitidas pela CGE.

Também foram concluídos o Guia Metodológico de Gestão de Riscos, a Cartilha de Diretrizes e Orientações sobre a Estruturação das Unidades de Controle Interno e os Manuais de Adiantamentos, de Gestão Contratual e de Gestão Patrimonial.

As atividades do sistema monitoraram 3.442 manifestações recebidas pela Plataforma Integrada de Ouvidoria (Fala.BR), com 1.268 Pedidos de Acesso à Informação no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC); o atendimento do serviço Fale Conosco; oito treinamentos para a capacitação de servidores que atuam nas ouvidorias setoriais e nove capacitações na área de transparência; realização de Visitas Técnicas propondo à otimização do tratamento de manifestações de ouvidoria nos diversos canais; acompanhamento da elaboração e divulgação das Cartas de Serviços que totalizam 48, sendo 20 dos Órgãos da Administração Direta, 26 de Entidades da Administração Indireta e duas de Unidades de Saúde, ação estratégica que contribuirá para o desenvolvimento do Portal de Serviços Digitais; e atuação nas reuniões do Grupo de Trabalho de Articulação Legislativa da Rede Nacional de Ouvidorias – ReNOuv.

Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU) no resultado da 2ª edição da Escala Brasil Transparente (EBT) – Avaliação 360º, o Governo do Amazonas obteve a nota 8,67.

Com as melhorias desenvolvidas no Portal da Transparência, o Governo do Amazonas foi avaliado com Nível Elevado em relação à transparência dos Poderes Estaduais, com percentual de 93,78% no Ranking da Transparência divulgado em 2021, pelo Ministério Público de Contas (MPC) junto ao TCE-AM.

O Estado do Amazonas também foi avaliado com o nível Alto no ranking do Índice de Transparência da Covid-19 da organização da sociedade civil Open Knowledge Brasil (OKBR), que avalia a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), atingindo o 3º lugar, com 91 pontos,

por meio das divulgações realizadas pela Fundação de Vigilância e Saúde Dra. Rosemary Pinto Costa (FVS-RPC), que contou com as orientações da CGE.

Com o Estado de Emergência declarado no Amazonas, devido à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a CGE realizou no período 857 atendimentos, em sua maioria, de forma remota pelos canais Fale Conosco (*e-mail* faleconosco@cge.am.gov.br e sic@cge.am.gov.br), telefone, WhatsApp, Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e a Plataforma Integrada de Ouvidoria (Fala.Br).

O Tribunal de Contas da União (TCU) em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, por meio da CGE, TCE/AM e a CGU lançou o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), com o objetivo de fortalecer as estruturas de prevenção à corrupção nas organizações públicas, induzir a melhoria do perfil dos gestores públicos e ainda manter sob controle a corrupção no País.

METROLOGIA

O Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) atua no fortalecimento à atividade delegada do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) levando dignidade e prestação de serviços públicos a todo cidadão amazonense.

Os resultados apresentados evidenciam o esforço em garantir uma concorrência justa com proteção à saúde e segurança do cidadão e ao meio ambiente.

Em 2021 foram realizadas 41.522 fiscalizações, das quais 29.346 foram de verificações periódicas; 10.825 verificações iniciais; e 1.351 verificações eventuais (pós-reparo), conforme descrição a seguir:

Verificações periódicas - fiscalizadas 5.400 balanças comerciais, sendo 10 foram reprovadas por estarem sendo comercializadas sem atender as normas de aprovação do Inmetro e por estarem indicando o peso acima do real.

Em fábrica, foram fiscalizadas 10.284 balanças produzidas no Polo Industrial de Manaus (PIM), sendo todas aprovadas para uso, bem como a realização da calibração de 140 balanças.

Nas bombas medidoras de combustíveis líquidos, foram fiscalizados 5.232 bicos de abastecimento, tendo 34 reprovações por estarem lesando o consumidor em relação à quantidade inferior ao volume entregue.

Os taxímetros apresentaram o resultado de 1.891 instrumentos fiscalizados, com três reprovações. Foram fiscalizados 12 medidores de velocidade nos Estados do Amazonas e de Roraima.

Quanto ao aspecto de segurança veicular, o Ipem fiscalizou 6.083 cronotacógrafos. Eles registram o histórico das velocidades desenvolvidas, distâncias percorridas, tempos de movimento e paradas do veículo onde é obrigatório o uso do instrumento.

Visando garantir a confiabilidade na medição da pressão arterial, foi realizada a fiscalização de 83 esfigmomanômetros, sendo todos foram aprovados.

Com o fim de garantir a exatidão dos resultados dos instrumentos de medição de energia, foram fiscalizados, na forma de verificação inicial, 8.793 medidores de energia produzidos no PIM.

Para assegurar que o consumidor receba a quantidade real indicada na embalagem de itens da cesta básica, foram realizados 5.183 exames em produtos pré-medidos, tais como arroz, feijão, macarrão, leite, dentre outros.

Com o objetivo de assegurar a qualidade de produtos oferecidos pelo comércio, foram realizadas 9.274 ações de fiscalização em Produtos de Conformidade Avaliada, Regulamentados e do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE). Ao todo, foram fiscalizados 86.663 produtos, dos quais 73.461 foram aprovados. Dentre os produtos fiscalizados estão os brinquedos, lâmpadas, aparelhos de ar condicionados, artigos escolares, luminárias natalinas, fios e cabos, dentre outros.

No interior do Estado foram fiscalizados 6.194 instrumentos, dentre balanças, bombas medidoras e outros.

No aspecto de relevância da proteção ao consumidor, por meio da Unidade Básica Fluvial de Fiscalização e Pesquisa (UBFFP), o Ipem realizou uma campanha educativa no município de Parintins, visitando 334 estabelecimentos comerciais, orientando consumidores e empresários locais sobre seus direitos e deveres ao adquirirem produtos e instrumentos certificados pelo Inmetro, para evitar possíveis fraudes.

Com o fim de contribuir de forma estratégica em ações voltadas para a dinamização e melhorias do desenvolvimento das atividades do Governo do Estado, foram firmados termos de convênios com o Centro de Educação Tecnologia do Amazonas (Cetam), para execução do curso de formação em Metrologia Básica, capacitando 133 profissionais para atuar no Polo Industrial de Manaus em

manutenção e controle de equipamentos e serviços; Controladoria Geral do Estado do Amazonas (CGE-AM), para viabilizar a Certificação pela Norma ABNT NBR ISO 9001:2015 com o Ipem auxiliando na estruturação do Manual da Qualidade e Procedimentos Internos, em atendimento a exigências normativas, visando a auditoria de 3ª parte; Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), por meio do Termo de Cessão de uso da UBFFP, para viabilizar a realização de pesquisas na área de biotecnologia.

REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Governo do Estado atua na regulação de serviços públicos importantes para a sociedade amazonense. Por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas (Arsepam) regula, fiscaliza e controla a prestação dos serviços de distribuição e comercialização do gás natural canalizado e o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Gás Natural

Representantes da Arsepam participaram de visita técnica no Polo Oleiro no Distrito de Desenvolvimento Regional de Manacapuru e Iranduba, composto por mais de 30 indústrias de olarias e cerâmicas para implantação do projeto piloto para a utilização de uso de gás natural nesse setor.

Atualmente, as olarias utilizam como matriz energética a queima de biomassa (como madeira, resíduos de serraria e papel). Caso os fornos sejam adaptados para utilização de gás natural, haverá garantia de energia limpa e de menor custo, além da diminuição dos impactos ambientais gerados pelos processos de produção.

Foi sancionada a Lei nº 5.496, que institui a obrigatoriedade de inspeção quinquenal das instalações internas de unidades supridas por gases combustíveis no Amazonas, conforme o disposto na NBR-13103, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A medida passa a valer em 2022 para condomínios e comércios.

Transporte Intermunicipal de Passageiros

Rodoviário

Por meio do sistema rodoviário é possível chegar a 21 destinos entre municípios, comunidades e distritos. Os mais procurados foram os municípios de Iranduba, Itacoatiara e Manacapuru. Foram concedidas 10.509 gratuidades no transporte rodoviário intermunicipal.

O principal posto de saída de pessoas é o Terminal Rodoviário Engenheiro Huascar Angelim (Rodoviária de Manaus), que é um dos quatro postos fixos de fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, sendo contabilizados 212.292 usuários até o mês de outubro.

Além deste, existem mais três pontos fixos de fiscalização: Ponte Jornalista Phelippe Daou (Ponte Rio Negro), em Iranduba; Barreira de Fiscalização Estadual (AM-010 e BR-174) e Barreira da Avenida das Flores.

Foram efetuadas 24.453 fiscalizações e instaurados 108 autos de constatação, com multas que variam de R$ 86,93 a R$ 4.636,42 – no caso de reincidência, em ambos, o preço pode dobrar e ocorrer a cassação da licença para operar no modal. O posto de fiscalização que registrou o maior número de autuações foi a Ponte Jornalista Phelippe Daou, com 46 ocorrências.

Hidroviário

As embarcações são o principal meio de locomoção da população para outras localidades do estado, com 411.205 usuários utilizando este modal para acessar municípios e comunidades do interior do Amazonas, tendo como ponto de saída a capital amazonense, com destaque para o Porto da Ceasa, responsável por mais de 44% desse fluxo.

Foram efetuadas 14.795 fiscalizações em 586 embarcações (barco motor, navio motor, ferryboats, lancha rápida e expressos ou a jato).

Plano de Fortalecimento da Agência Reguladora

Destacam-se os avanços na renovação e expansão da frota de automóveis de fiscalização dos modais rodoviário e hidroviário; o aumento das equipes de apoio à fiscalização e a realização de visitas técnicas aos municípios com a finalidade de compreender as demandas dos operadores dos modais.

Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu 3.800 acionamentos relacionados aos serviços regulados. A principal reclamação do público foi voltada ao transporte hidroviário, totalizando 1.788 perguntas referentes à legislação restritiva vigente, superlotação e dúvidas relacionadas ao uso de máscaras. Os chamados ocorreram, principalmente, por meio de ligação telefônica.

II - PRODUÇÃO LEGISLATIVA

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

A Consultoria Técnico-Legislativa, unidade integrante da estrutura organizacional da Casa Civil, de 1.º de janeiro a 4 de novembro de 2021 atuou na produção de atos regulamentares infralegislativos, mensagens governamentais e respectivos projetos de lei convertidos em diplomas legais, por sanção do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Essas ações resultaram na elaboração de 133 Mensagens Governamentais encaminhadas à Assembleia Legislativa do Estado (Anexo I) e edição de 302 Leis (Anexo II), conforme segue:

ANEXO I

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS – 2021

ASSUNTO	ENTRADA NA ALE PUBLICAÇÃO
Mensagem encaminhando, para reconhecimento, o Decreto Estadual n.º 43.272, de 6 de janeiro de 2021, que declara Estado de Calamidade Pública, para os fins do Art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde.	06.01.2021
Mensagem encaminhando projeto de Emenda à Constituição do Estado que altera o § 7.º do Art. 170 e o § 3.º do Art. 217 da Constituição do Estado do Amazonas e dá outras providências.	06.01.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que acrescenta dispositivo na Lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a política estadual de incentivos fiscais e extrafiscais nos termos da Constituição do Estado e dá outras providências.	06.01.2021
Mensagem requerendo a retirada da proposta de Emenda Constitucional que altera o § 7.º do Art. 170 e o § 3.º do Art. 217 da Constituição do Estado do Amazonas, e dá outras providências, encaminhada pela mensagem governamental n.º 2, de 26 de janeiro de 2021.	06.01.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que altera, na forma que específica, a Lei n.º 2.709, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o afastamento de servidor público para desempenho de mandato classista.	02.02.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Emenda à Constituição que altera o § 7.º do Art. 170 e o § 3.º do Art. 217 da Constituição do Estado do Amazonas, e dá outras providências.	03.02.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que acrescenta dispositivo na Lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a política estadual de incentivos fiscais e extrafiscais nos termos da Constituição do Estado e dá outras providências.	03.02.2021
Mensagem de veto parcial, incidente sobre o Art. 2.º do Projeto de Lei que proíbe que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do fornecimento de seus serviços, dos estabelecimentos de serviços considerados essenciais.	19.02.2021

Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre o remanejamento de 124 vagas da classe inicial de Delegado de Polícia para reposicionamento no cargo de Comissário de Polícia – classe única, repristinado com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 3.415, e posterior relocação dessas vagas que vierem a ser desocupadas para a classe inicial de efetivo de delegado da Polícia Civil do Estado do Amazonas (PCAM), cria atribuições legais do cargo de Comissário de Polícia – classe única e dá outras providências.	19.02.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que autoriza o chefe do Poder Executivo a incluir programa, ação e subfunção no Plano Plurianual (PPA) 2020/2023 e abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal vigente na administração indireta que especifica.	26.02.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.206, de 27 de dezembro de 2007 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS/AM), cria o Fundo Estadual de Habitação de interesse social.	26.02.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que institui o Conselho Estadual de Cultura, dispõe sobre sua organização, competência, diretrizes de funcionamento e dá outras providências.	26.02.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de crédito e dispensa de licenciamento ambiental para as atividades agropecuárias e de aquiculturas, previstas nos Art. 6.º e 7.º da Lei n.º 3.785, de 24 de julho de 2012 e classificadas.	01.03.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Deliberativo da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural (AADC).	01.03.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de anistia, remissão e renegociação de dívidas de operações de crédito realizadas pela Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado S.A. (Afeam), no âmbito do Fundo de Apoio às Micro.	02.03.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Fiscal Da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).	09.03.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a disciplina de prestação do serviço público de distribuição de gás natural canalizado sob o regime de concessão e sua regulamentação, sobre a comercialização de gás natural e as condições de enquadramento.	09.03.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas (Cercon).	10.03.2021
Mensagem encaminhando o Projeto de Lei Complementar que define, de forma transitória, o percentual máximo de multa de mora, previsto no Art. 100 da Lei Complementar n.º 19/1997.	10.03.2021
Mensagem encaminhando nomes para o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas).	10.03.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Deliberativo da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural (AADC).	29.03.2021
Mensagem encaminhando nome para compor o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.	29.03.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que autoriza o chefe do Poder Executivo a incluir programa e criar ação, no PPA 2020/2023, e abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal vigente da Administração Direta, que especifica.	29.03.2021

Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Fiscal da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Aadesam).	29.03.2021
Mensagem encaminhando o Relatório de Avaliação do PPA 2020/2023 - exercício de 2020.	31.03.2021
Mensagem encaminhando Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 495/2020, que altera o PPA para o período 2020-2023, objeto da Mensagem n.º 114/2020.	08.04.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho permanente de disciplina da PCAM.	15.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a transferência de domínio do Estado para a União de trechos rodoviários localizados no estado do Amazonas e dá outras providências.	16.04.2021
Mensagem encaminhando nome para compor o Conselho Fiscal da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).	16.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que cria o Auxílio Cultural Emergencial, no âmbito do estado do Amazonas.	16.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que cria o Auxílio Turismo no âmbito do estado do Amazonas e dá outras providências.	16.04.2021
Mensagem encaminhando o Projeto de Lei que cria o Auxílio Emergencial ao Esporte, no âmbito do estado do Amazonas, e dá outras providências.	16.04.2021
Mensagem encaminhando o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).	20.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que institui a campanha do banco de ração e utensílios para animais.	20.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que institui os planos de Recuperação de Créditos Habitacionais e de Regularização de Titularidade de Imóveis, pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da Superintendência Estadual de Habitação (Suhab), e dá outras providências.	26.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de anistia de dívidas de operações de crédito realizadas pela Afeam, no âmbito do programa para o incentivo à utilização de máquinas e equipamentos agrícolas – pró mecanização e do programa de incentivo ao uso do calcário na correção do solo – pró calcário, aos produtores rurais.	26.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que incorpora à Legislação Tributária do Estado, os convênios e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária e dá outras providências.	29.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 4.223, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no estado do Amazonas e dá outras providências.	29.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a fixação de placas informativas sobre a proibição do abandono de animais e seus reflexos penais nos cemitérios públicos, no âmbito do estado do Amazonas.	29.04.2021

Mensagem encaminhando Projeto de Lei que altera, na forma específica, a Lei Delegada nº. 124, de 1.º de novembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Amazonas de Alto Rendimento e dá outras providências.	29.04.2021
Altera, os limites do Parque Estadual do Rio Negro - Setor Norte – (PERNSN), e da Área de Proteção Ambiental (APA) da margem direita do Rio Negro – setor Puduari Solimões e mensagem encaminhando Projeto de Lei que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jesus do Puduari e dá outras providências.	29.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a capacitação escolar de crianças e adolescentes para a identificação e prevenção de situações de violência intrafamiliar e de abuso sexual.	29.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que institui, no âmbito do estado do Amazonas, o censo populacional de animais domésticos e dá outras providências.	29.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que revoga a Lei n.º 4.136, de 13 de janeiro de 2015, que declara ser de utilidade pública o Instituto Amazônia (IA) e dá outras providências.	29.04.2021
Mensagem solicitando a retirada da Mensagem Governamental n.º 61/2020, em tramitação nessa Casa Legislativa, e submetendo à aprovação os nomes a seguir indicados, para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Fundação do Estado do Amazonas (Amazonprev), na qualidade de membros titulares e suplentes, representantes do Poder Executivo Estadual e da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos dos Art. 67 e 77 da Lei Complementar n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar n.° 206, de 16 de abril de 2020.	30.04.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que regulamenta, na forma que especifica, a concessão da gratificação de atividades técnico administrativas, previstas nas Leis n.º 3.300 e 3.301, de 8 de outubro de 2008.	04.05.2021
Mensagem encaminhando designação dos membros do Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte (PPCAA).	04.05.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei Complementar que estabelece fonte adicional de recursos ao Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS), instituído pela Lei n.º 3.584, de 29 de dezembro de 2010, e altera a Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1997 e dá outras providências.	04.05.2021
Mensagem de veto parcial, incidente sobre o Art. 2.º, caput, do Projeto de Lei que estabelece a obrigatoriedade de revendedoras informarem a procedência dos veículos usados que estão expondo para venda.	07.05.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei que altera, na forma que especifica, dispositivos da Lei Delegada n.º 70, de 18 de maio de 2007, que dispõe sobre a Casa Militar, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados e estabelecendo outras providências.	07.05.2021
Mensagem submetendo os nomes dos membros para compor o Conselho de Recursos Fiscais, para cumprir mandato no biênio 2021/2022, nos termos do Art. 28, XVIII, da Constituição Estadual e do Art. 230 da Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997, que institui o Código Tributário do Estado do Amazonas.	17.05.2021

Mensagem de veto parcial, incidente sobre o Art. 2.º do Projeto de Lei que fica o Governo do Estado, por meio da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), autorizado a celebrar com as prefeituras municipais, convênios para capacitação, formação e treinamento das guardas municipais.	17.05.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei que altera, na forma que especifica a Lei n.º 3.339, de 30 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a utilização de passagens e prêmios de milhagens aéreas advindas de recursos públicos do estado do Amazonas.	17.05.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.951, de 4 de novembro de 2013, que institui o plano de cargos, carreiras e remuneração dos servidores da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (Seduc) e dá outras providências.	25.05.2021
Mensagem encaminhando à aprovação dessa augusta Assembleia Legislativa, a recondução e designação de membros do Conselho Estadual de Trânsito do Amazonas (Cetran/AM).	26.05.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 5.113 de 15 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a realização do exame de ecocardiograma fetal no estado do Amazonas e dá outras providências.	26.05.2021
Mensagem de veto parcial, incidente sobre o Art. 4.º do Projeto de Lei que dispõe sobre medidas para o enfrentamento ao racismo institucional, a fim de dar efetividade a direitos e garantias individuais e coletivos, mencionados na Constituição do Estado do Amazonas.	26.05.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei que dispõe sobre a cobrança dos financiamentos celebrados pela Afeam, durante a situação de emergência sanitária da pandemia do Covid-19.	28.05.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.	31.05.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei que dispõe sobre a permissão para o deficiente físico utilizar o seu automóvel adaptado, para prestar a prova prática exigida pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran/AM), na obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).	02.06.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Fiscal da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).	10.06.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do Fundeb.	10.06.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE/AM), pelos órgãos e entidades com representação no colegiado, na forma do seu regimento interno.	21.06.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Estadual de Saúde (Ces).	21.06.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas).	21.06.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.598, de 3 de maio de 2011, que institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Conecti), e estabelece sua organização, competência e diretrizes de funcionamento e dá outras providências.	21.06.2021

Mensagem encaminhando Projeto de Lei que reajusta o valor do auxílio instituído pela Lei n.º 1.735, de 14 de novembro de 1985 e dá outras providências.	22.06.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a estadualização de estradas vicinais localizadas no estado do Amazonas e dá outras providências.	24.06.2021
Mensagem encaminhando o Projeto de Lei Complementar que institui a microrregião de saneamento básico do estado do Amazonas e dá outras providências.	25.06.2021
Mensagem encaminhando projeto de lei que acrescenta dispositivo na lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a política estadual de incentivos fiscais e extrafiscais nos termos da Constituição do Estado e dá outras providências.	28.06.2021
Mensagem encaminhando Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o Banco do Brasil S.A., com a garantia da união e dá outras providências.	28.06.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei que institui a Política Estadual de combate à corrupção no âmbito do estado do Amazonas.	01.07.2021
Mensagem submetendo ao reconhecimento da Assembleia Legislativa o Decreto Estadual n.º 44.096, de 29 de junho de 2021, que declara Estado de Calamidade Pública, pelo prazo de 180 dias, para fins do Art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19 (novo coronavírus) e suas repercussões nas finanças públicas do estado do Amazonas e dá outras providências.	02.07.2021
Mensagem encaminhando nome de Sandye Zurra Garcez para compor o Conselho de Administração da ADS.	07.07.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH).	)07.07.2021
Mensagem encaminhando nomes para compor o Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).	07.07.2021
Mensagem encaminhando informações complementares à mensagem de n.º 71, que originou o Projeto de Lei n.º 325/2021, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o Banco do Brasil S/A.	12.07.2021
Mensagem encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei n.º 324/2021, que acrescenta dispositivo na lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a Política Estadual de incentivos fiscais e extrafiscais nos termos da Constituição do Estado e dá outras providências, objeto da mensagem n.º 70/2021.	13.07.2021
Mensagem comunicando a destinação de recursos a serem autorizadas pela operação de crédito objeto do Projeto de Lei n.º 325/2021.	14.07.2021
Institui o selo empresa amiga do ciclista.	23.07.2021
Dispõe sobre as diretrizes para a desburocratização de empresas de atividades econômicas de baixo risco no estado do Amazonas.	23.07.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei que institui prazos para concessão ou renovação de licenciamento ambiental.	29.07.2021
Mensagem de veto total ao projeto de Lei Complementar n.º 6/2021, de autoria da mesa diretora que regulamenta o inciso III do Art. 157 da Constituição do Amazonas e dá outras providências.	06.08.2021

Mensagem de veto parcial, incidente sobre os incisos VIII e IX do parágrafo único do Art. 2.º, §§6.º e 7.º do Art. 4.º, §§3.º e 4.º do Art. 6.º, § 3.º do Art. 10, §§ 8.º, 9.º e 11, incisos I e II, do Art. 11, §§ 2.º a 6.º do Art. 62, Artigos 66, 68, 69, 70 e 72, constantes do Projeto de Lei n.º 285/2021 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.	06.08.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei n.º 403/2020, de autoria do Deputado Roberto Cidade, que autoriza o Poder Executivo a criar curso pré-vestibular gratuito no estado do Amazonas.	06.08.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei n.º181/2021, de autoria do Deputado Delegado Péricles, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis E Doação (ITCMD), enquanto durar o período de calamidade pública, em decorrência da pandemia de Covid-19.	06.08.2021
Mensagem encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do "Prêmio Educação do Amazonas" para escolas e profissionais da educação das redes de ensino da educação básica do Amazonas e dá outras providências.	10.08.2021
Mensagem encaminhando anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.279, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre o programa de incentivo ao cumprimento de metas da educação básica; cria o Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica e dá outras providências.	10.08.2021
Mensagem encaminha substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária n.º 377/2021, que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.279, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre o programa de incentivo ao cumprimento de metas da educação básica, cria o Fundo Estadual de Incentivo ao cumprimento de metas da educação básica e dá outras providências, objeto da mensagem n.º 88/2021.	12.08.2021
Mensagem submete à aprovação da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) a indicação de membro para o Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas.	12.08.2021
Mensagem encaminha anteprojeto de lei complementar que regulamenta o inciso III do Art. 157 e os Artigos 158 e 158-a da Constituição do Estado do Amazonas e dá outras providências.	13.08.2021
Mensagem encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a reorganização do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas, instituído pela Lei n.º 3.525, de 15 de julho de 2010 e dá outras providências.	25.08.2021
Mensagem encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo do Estado do Amazonas a contratar empréstimo externo com instituição financeira estrangeira e dá outras providências.	27.08.2021
Mensagem encaminha anteprojeto de lei que dispõe sobre a transformação da Fundação De Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta (Fuam) em Fundação Hospitalar de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo Da Matta (Fuham) e dá outras providências.	27.08.2021
Mensagem submete à Aleam aprovação da indicação do Coronel da Polícia Militar Ednilton Ribeiro Coutinho, para exercer a função de 1.º Membro do Conselho Permanente de Justificação da Pmam, da Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública do estado do Amazonas.	27.08.2021

Mensagem encaminha anteprojeto de lei que redefine o alcance e o prazo de adesão do programa de regularização de débitos fiscais com concessão parcial de remissão e anistia de multas e juros de ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), ITCMD e contribuições ao Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do estado do Amazonas (FTI), Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS), na forma da Lei n.º 5.320, de 23 de novembro 2020 e dá outras providências.	30.08.2021
Mensagem encaminhando anteprojeto de lei que institui a Política Estadual de Atendimento à Gestante, no âmbito do estado do Amazonas e dá outras providências.	02.09.2021
Mensagem encaminha anteprojeto de Lei que institui, no âmbito do estado do Amazonas, o dia do Agente Ambiental Voluntário (AAV) e dá outras providências.	02.09.2021
Mensagem que submete à aprovação da Aleam a indicação dos nomes para composição do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.	02.09.2021
Mensagem encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo Estadual a desapropriar, em favor do estado do Amazonas, as acessões e benfeitorias do imóvel que especifica, ao município de Manaus.	08.09.2021
Mensagem encaminhando anteprojeto de lei que incorpora à Legislação Tributária do Estado do Amazonas os convênios de ICMS celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.	08.09.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei n.º 241/2019, de autoria do Deputado Wilker Barreto que proíbe a apreensão de veículos por débitos de IPVA nas ações e operações realizadas pela autoridade estadual de trânsito no estado do Amazonas, sem o devido processo legal.	09.09.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei n.º313/2020, de autoria do Deputado Ricardo Nicolau que dispõe sobre a transparência e a ordem cronológica a ser obedecida nas obrigações decorrentes das contratações e aquisições realizadas pela Administração Pública.	09.09.2021
Mensagem encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária n.º 376/2021, que dispõe sobre a criação do "Prêmio Educação do Amazonas" para escolas e profissionais da educação das redes de ensino da educação básica do Amazonas e dá outras providências, objeto da mensagem n.º 87/2021.	09.09.2021
Mensagem submete à Aleam a aprovação dos nomes indicados para composição do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir/AM).	15.09.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que autoriza o chefe do Poder Executivo a criar ação no PPA 2020/2023 e a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal vigente da Administração Direta, que especifica construção do prédio anexo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM).	15.09.2021
Mensagem encaminha anteprojeto de lei que institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado do Amazonas; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o Art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e dá outras providências.	16.09.2021

Mensagem encaminha anteprojeto de Lei Complementar que altera o Código Tributário do Estado do Amazonas, instituído pela Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997 e dá outras providências.	16.09.2021
Mensagem encaminha anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a lei n.º 2.750, de 23 de setembro de 2002, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remuneração da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e dá outras providências.	16.09.2021
Mensagem encaminha anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 2.939, de 30 de dezembro de 2004, que institui o Fundo Estadual de Habitação (FEH) e dá outras providências, a Lei Delegada n.º 99, de 18 de maio de 2007, que dispõe sobre a Suhab, definindo sua estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados e estabelecendo outras providências e Lei Delegada n.º 122, de 15 de outubro de 2019, que dispõe sobre a organização administrativa do poder Executivo Estadual e dá outras providências.	16.09.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei n.º 12/2021, de autoria do Deputado Sinésio Campos que dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição, instalação e manutenção de usina de oxigênio medicinal nas unidades de saúde da rede pública estadual.	16.09.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei n.º 308/2021, de autoria do Deputado Belarmino Lins que isenta os municípios de até 50.000 habitantes de apresentar certidões negativas necessárias para firmar convênios com o Estado do Amazonas.	16.09.2021
Mensagem de veto total ao Projeto de Lei n.º 455/2020, de autoria das Deputadas Alessandra Campelo e Therezinha Ruiz, que garante aluguel social à mulher vítima de violência doméstica e dá outras providências.	16.09.2021
Mensagem solicita retirada de tramitação do Projeto de Lei n.º 433/2021, objeto da Mensagem Governamental n.º 106/2021, que autoriza o chefe do Poder Executivo a criar ação no PPA 2020/2023 e a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal vigente da Administração Direta, que especifica construção do prédio anexo do TCE.	29.09.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.498, de 19 de abril de 2010, que dispõe sobre o ingresso na PMAM e dá outras providências.	01.10.2021
Mensagem que submete à aprovação da Aleam a indicação dos nomes para composição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE/AM).	01.10.2021
Mensagem submete à aprovação da Aleam a indicação dos nomes para composição do 1º, 2º, 3º, 4º e 6º Conselho Permanente de Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas (CBMAM).	01.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 4.605, de 28 de maio de 2018, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional no estado do Amazonas.	01.10.2021
Mensagem encaminha pedido de reconhecimento do Decreto Estadual n.º 44.598, de 27 de setembro de 2021, que declara estado de calamidade pública, pelo prazo de 90 dias, para os fins do Art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19, suas repercussões nas finanças públicas do estado do Amazonas e dá outras providências.	04.10.2021

Mensagem que encaminha veto total ao Projeto de Lei n.º 585/2019 de autoria do Deputado Fausto Junior, que dispõe sobre a livre Organização das Associações de Pais, Mestres e Comunitários (APMC), nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, civis e militares, no âmbito do estado do Amazonas e dá outras providências.	06.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que institui o "Programa de Incentivo à Habilitação", denominado de "CNH Social" e dá outras providências.	07.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que autoriza o chefe do Poder Executivo a criar no PPA 2020/2023 e a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal vigente da Administração Indireta, que especifica.	07.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei complementar, que altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997, que institui o Código Tributário do Estado do Amazonas e dá outras providências, (taxa formal despachante do Detran).	07.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo Estadual a isentar as taxas do Detran, relativas aos cursos obrigatórios, para o exercício das atividades profissionais de mototaxistas e motofretistas.	07.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 2.271, de 10 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o regime peculiar dos funcionários da PCAM - Estatuto do Policial Civil; revoga o Art. 3 da lei n.º 2.634, de 9 de janeiro de 2001 e dá outras providências.	15.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 4.222, de 8 de outubro de 2015, que institui o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), a taxa de controle e fiscalização ambiental (Tcfa/AM), de acordo com a Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e suas alterações e dá outras providências.	15.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que institui o auxílio estadual no âmbito do estado do Amazonas e dá outras providências.	19.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 5.635, de 1.º de outubro de 2021, no qual autoriza o Poder Executivo do Amazonas a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da união e dá outras providências.	20.10.2021
Mensagem que encaminha veto total ao Projeto de Lei n.º 6/2020, de autoria do Deputado Dr. Gomes, que institui o registro do grupo sanguíneo e fator RH nos uniformes de todos os alunos matriculados na rede pública e privada do estado do Amazonas.	22.10.2021
Mensagem de veto parcial ao projeto de Lei n.º 406/2021, de autoria do Deputado Angelus Figueira, que altera a Lei n.º 3.785 de 24 julho de 2012 na forma que especifica.	25.10.2021
Mensagem que encaminha anteprojeto de Lei que altera o PPA para o período 2020-2023.	27.10.2021
Mensagem encaminha anteprojeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2022 - Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).	03.11.2021

Mensagem que encaminha anteprojeto de lei que institui o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Detran e dá outras providências.	04.11.2021

Fonte: Casa Civil - 1.º de janeiro a 4 de novembro de 2021.

ANEXO II

LEI N.º	LEIS – 2021
	EMENTA
Lei n.º 5.366, de 5 de janeiro de 2021	Torna obrigatório aos revendedores varejistas de combustíveis automotivos no estado do Amazonas que informem aos consumidores quando os valores divulgados forem válidos apenas em determinada forma de pagamento.
Lei n.º 5.367, de 5 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de centrais de atendimento telefônico "*call centers*", Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) e congêneres aderirem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.368, de 5 de janeiro de 2021	Revoga as Leis Promulgadas: 400 de 6 de julho de 2017 e 435 - de 13 de dezembro de 2017, as Leis Ordinárias: 3.028 - de 28 de dezembro de 2005; 3.558 - de 7 de outubro de 2010; 3.573 – de 28 de dezembro de 2010, 3.937 - de 30 de setembro de 2013; 3.997 - de 15 de janeiro de 2014; 4.302 - de 18 de dezembro de 2015; 4.352 - de 9 de junho de 2016; 4.353 - de 9 de junho de 2016 e 4.667 - de 26 de outubro de 2018.
Lei n.º 5.369, de 5 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a multa para quem divulgar, por meio eletrônico, notícias falsas (*fake news*) sobre epidemias, endemias e pandemias.
Lei n.º 5.370, de 5 de janeiro de 2021	Garante o direito de possuir acompanhante no pós-operatório de pacientes submetidos à mastectomia na rede pública ou privada de saúde do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.371, de 5 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, no Portal da Transparência do Estado do Amazonas, de demonstrativo da arrecadação e destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas por infração de trânsito pela Administração Estadual.
Lei n.º 5.372, de 5 de janeiro de 2021	Reconhece como essencial no âmbito do estado do Amazonas a prática de atividades e exercícios físicos em estabelecimentos prestadores de serviços destinados à essa finalidade, em períodos de calamidade pública.
Lei n.º 5.373, de 5 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a "Campanha de Combate aos Golpes Financeiros Praticados Contra Os Idosos".
Lei n.º 5.374, de 5 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em dependências de todos os Órgãos Jurisdicionais.
Lei n.º 5.375, de 5 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a criação e a implantação do "Programa Escola Sustentável e do Selo de Mesmo Nome Na Rede Escolar do Estado do Amazonas".
Lei n.º 5.376, de 6 de janeiro de 2021	Dispõe sobre o incentivo à doação de plasma sanguíneo por cidadãos curados do novo coronavírus, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.377, de 6 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de serviços de telefonia fixa e móvel e as operadoras de TV por assinatura, a manterem estabelecimento físico nas regiões do estado do Amazonas.

Lei n.º 5.378, de 6 de janeiro de 2021	Dispõe sobre o combate às práticas de assédio sexual em estabelecimentos da Administração Direta e Indireta do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.379, de 6 de janeiro de 2021	Altera a Lei Promulgada n.º 4.546, de 4 de janeiro de 2018, que institui a semana estadual do rim e dá outras providências.
Lei n.º 5.380, de 7 de janeiro de 2021	Acrescenta os §§ 1.º e 2.º ao Art. 108 da lei promulgada n.º 241, de 27 de março de 2015, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no estado do Amazonas, e dá outras providências, para autorizar a implantação do sistema de escritório remoto (*home office*) no serviço público.
Lei n.º 5.381, de 7 de janeiro de 2021	Declara o coral da Sefaz como patrimônio cultural imaterial do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.382, de 7 de janeiro de 2021	Declara a Livraria Nacional como patrimônio cultural imaterial do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.383, de 7 de janeiro de 2021	Institui o Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural.
Lei n.º 5.384, de 8 de janeiro de 2021	Dispõe sobre a proibição de operadoras de planos de saúde de estabelecer critérios que dificultem ou impossibilitem a sua contratação por idosos no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.385, de 8 de janeiro de 2021	Declara ser de utilidade pública o Instituto Amazonense de Formação e Capacitação (IAFC).
Lei n.º 5.386, de 8 de janeiro de 2021	Institui o dia 7 de agosto como o Dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.387, de 8 de janeiro de 2021	Institui o Dia Estadual de Ações Contra à Obesidade.
Lei n.º 5.388, de 11 de janeiro de 2021	Institui o dia 6 de dezembro como o Dia da Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.
Lei n.º 5.389, de 11 de janeiro de 2021	Altera o regulamento da Procuradoria-Geral da Aleam, aprovado pela Lei n.º 2.705, de 26 de dezembro de 2001, na forma que específica e dá outras providências.
Lei n.º 5.390, de 11 de janeiro de 2021	Institui a Semana Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria no Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.391, de 12 de fevereiro de 2021	Acrescenta dispositivo na Lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais nos Termos da Constituição do Estado e dá outras providências
Lei n.º 5.392, de 17 de fevereiro de 2021	Institui a Semana Estadual do Turismo Sustentável no Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.393, de 17 de fevereiro de 2021	Proíbe que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do fornecimento de seus serviços, dos estabelecimentos considerados essenciais, por falta de pagamento, durante situações de extrema gravidade social e incluindo pandemias.
Lei n.º 5.394, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Assegura às pessoas a partir de 60 anos de idade e àquelas com deficiência, a escolha do local de atendimento nos serviços de saúde do Estado, conforme os critérios que especifica.
Lei n.º 5.395, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre a criação do Banco de Dados de Doação Cruzada de Órgãos em Intervivos no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.396, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Obriga os fornecedores do Estado a anexar as notas fiscais de entrada, emitidas na aquisição de produtos repassados a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.
Lei n.º 5.397, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre a remoção de agente de segurança pública durante o período de gestação ou de aleitamento materno, no âmbito do estado do Amazonas.

Lei n.º 5.398, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre plano de emergência para a entrega regular de remédios aos doentes crônicos durante a pandemia.
Lei n.º 5.399, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre a realização do exame de oximetria de pulso ou de dedo como protocolo de triagem nos pacientes suspeitos de Covid-19, atendidos nos hospitais, clínicas médicas e postos de atendimentos de saúde da rede pública e privada do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.400, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre a obrigação das funerárias utilizarem sacos translúcidos em cadáveres de vítimas do coronavírus.
Lei n.º 5.401, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Declara patrimônio cultural imaterial do Estado do Amazonas a Feira de Artesanato da Avenida Eduardo Ribeiro.
Lei n.º 5.402, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de triagem neonatal biológica gratuito no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.403, 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada Pela Ale)	Dispõe sobre a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).
Lei n.º 5.404, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada Pela Ale)	Assegura as mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama o acesso gratuito ao teste de mapeamento genético.
Lei n.º 5.405, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre as diretrizes para a atenção e assistência farmacêutica por meio do teletrabalho ou atendimento farmacêutico remoto na forma que especifica.
Lei n.º 5.406, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre a inclusão de informações sobre os sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na carteira de vacinação.
Lei n.º 5.407, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Determina a disponibilização de informações oficiais atualizadas acerca da pandemia.
Lei n.º 5.408, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Atribui responsabilidade ao autor de maus-tratos a animais pelo custeio de tratamento veterinário e recuperação da vítima animal.
Lei n.º 5.409, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 2.368-c, de 22 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei n.º 5.410, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre o tratamento gratuito para pessoas e animais diagnosticados com Esporotricose, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.411, de 24 de fevereiro de 2021 (Promulgada pela Ale)	Dispõe sobre a notificação compulsória de todos os casos confirmados de Esporotricose no âmbito do Estado do Amazonas.
Lei Complementar n.º 211, de março de 2021	Altera o § 1.º, do Art. 3 da Lei complementar n.º 68, de 3 de novembro de 2009, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.412, de 15 de março de 2021	Altera a lei ordinária n.º 5.143, de 26 de março de 2020, que proíbe que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do funcionamento residencial de seus serviços por falta de pagamento, em situações de extrema gravidade social, incluindo pandemias.

Lei n.º 5.413, de 15 de março de 2021	Dispõe sobre o acesso de animais domésticos aos abrigos emergenciais, casas de passagem, albergues e centros de serviços destinados ao atendimento das pessoas em situação de rua, na forma que menciona.
Lei n.º 5.414, de 15 de março de 2021	Institui a Semana Lixo Zero.
Lei n.º 5.415, de 15 de março de 2021	Inclui o parágrafo único no Art. 1.º da Lei Ordinária n.º 4.107, de 19 de dezembro de 2014.
Lei n.º 5.416, de 15 de março de 2021	Dispõe sobre a criação do cargo de assistente judicial de entrância inicial na estrutura de cargos, carreira e salários dos servidores e serventuários do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.417, de 17 de março de 2021	Autoriza o chefe do Poder Executivo a incluir programa, ação e subfunção, no PPA 2020/2023 e a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal vigente da Administração Indireta, que especifica.
Lei n.º 5.418, de 17 de março de 2021	Institui o Conselho Estadual de Cultura, dispõe sobre sua organização, competência, diretrizes de funcionamento e dá outras providências.
Lei n.º 5.419, de 17 de março de 2021	Dispõe sobre a concessão de anistia, remissão e renegociação de dívidas de operações de crédito realizadas pela Afeam, no âmbito do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES), aos produtores rurais, micro e pequenos empresários e profissionais autônomos de baixa renda.
Lei n.º 5.420, DE 17 de março de 2021	Dispõe sobre a prestação do serviço público de distribuição de gás natural canalizado sob o regime de concessão e sua regulamentação, comercialização e as condições de enquadramento.
Lei n.º 5.421, de 17 de março de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Roberto Cesarino.
Lei n.º 5.422, de 17 de março de 2021	Dispõe sobre a concessão de crédito e dispensa de licenciamento ambiental para as atividades agropecuárias e de aquiculturas, previstas nos Art. 6.º e 7.º da lei n.º 3.785, de 24 de julho de 2012 e classificadas pela portaria do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) n.º 88, de 11 de maio de 2020, como de pequeno potencial poluidor e degradador, quando exercidas por agricultores familiares, enquanto vigorar a declaração de estado de calamidade, na saúde pública do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.423, de 18 de março de 2021	Institui o Dia Estadual da Vacinação Viral de Animais.
Lei n.º 5.424, de 19 de março de 2021	Institui a Virada Feminina no calendário oficial do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.425, de 24 de março de 2021 (Promulgada pela Ale) (Diário do Legislativo de 25.03.2021)	Estabelece a obrigatoriedade de notificação compulsória, as autoridades sanitárias, dos casos de suspeita ou confirmação de automutilação e das tentativas de suicídio atendidas nos estabelecimentos da Rede Pública e Privada de Saúde ou de Ensino do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.426, de 24 de março de 2021 (Promulgada pela Ale) (Diário do Legislativo de 25.03.2021)	Altera a redação do § 6.º do Art. 110 da lei n.º 5.106 de janeiro de 2020.

Lei n.º 5.427, de 24 de março de 2021 (Promulgada Pela Ale) (Diário do Legislativo de 25.03.2021)	Acrescenta o Art. 24-a à lei n.º 2.235, de 2 de agosto de 1993, que dispõe sobre o sistema de promoção do policial civil do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.428, de 24 de março de 2021 (Promulgada pela Ale) (Diário do Legislativo de 25.03.2021)	Declara de utilidade pública o Instituto Criarte do Amazonas (ICA).
Lei n.º 5.429, de 24 de março de 2021 (Promulgada pela Ale) (Diário do Legislativo de 25.03.2021)	Determina a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração e imissão de posse, despejos e remoções judiciais e extrajudiciais enquanto medida temporária de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.430, de 26 de março de 2021	Dispõe sobre a proibição da remoção, por reboque público ou por empresa prestadora deste serviço de veículo, quando o seu responsável estiver presente para efetuar a remoção.
Lei n.º 5.431, de 26 de março de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos e privados e instituições congêneres do estado do Amazonas, notificarem ocorrências de uso de bebida alcoólica ou entorpecente por crianças e adolescentes.
Lei n.º 5.432, de 5 de abril de 2021	Institui o Dia Estadual do Combate ao Câncer de Mama e do Colo do Útero, bem como a Campanha de Saúde da Mulher denominada "Outubro Rosa", no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.433, de 14 de abril de 2021	Dispõe sobre as condições de trabalho das policiais militares, bombeiras militares e policiais civis quando gestantes e lactantes, na forma que menciona.
Lei n.º 5.434, de 14 de abril de 2021	Cria o sistema de transporte de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.435, de 14 de abril de 2021	Estabelece, no âmbito do estado do Amazonas, medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito das escolas públicas estaduais.
Lei n.º 5.436, de 8 de abril de 2021	Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar o imóvel que especifica a União Federal, a ser destinado ao Tribunal Regional Eleitoral.
Lei n.º 5.437, de 14 de abril de 2021	Dispõe sobre o remanejamento de 124 vagas da classe inicial de delegado de polícia para reposicionamento no cargo de comissário de polícia classe única, sua extinção conforme vacância e posterior realocação das vagas para a classe inicial de provimento efetivo de delegado de polícia civil, cria atribuições legais do cargo de comissário de polícia classe única e dá outras providências.
Lei n.º 5.438, de 14 de abril de 2021	Institui o Dia Estadual da Soberania Nacional Sobre a Floresta e a Região Amazônica e estabelece o calendário comemorativo para desenvolvimento de atividades escolares de educação moral e cívica alusivas.
Lei n.º 5.439, de 13 de abril de 2021	Institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Queimadas Urbanas.
Lei n.º 5.440, de 15 de abril de 2021	Autoriza o Poder Executivo, no âmbito do estado do Amazonas, a realizar convênios com hotéis para abrigar mulheres e filhos vítimas de violência doméstica enquanto estiverem em situação de risco.

Lei n.º 5.441, de 20 de abril de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao Exmo. Sr. Jair Messias Bolsonaro, atual Presidente da República Federativa do Brasil.
Lei n.º 5.442, de 27 de abril de 2021	Cria o Auxílio Cultural Emergencial, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.443, de 27 de abril de 2021	Cria o Auxílio Turismo, no âmbito do estado do Amazonas e dá outras providências.
Lei n.º 5.444, de 27 de abril de 2021	Cria o Auxílio Emergencial Ao Esporte, no âmbito do estado do Amazonas e dá outras providências.
Lei n.º 5.445, de 5 de maio de 2021	Regulamenta o atendimento preferencial às pessoas em estabelecimentos públicos ou privados na forma que indica.
Lei n.º 5.446, de 5 de maio de 2021	Estabelece a acessibilidade nas disponibilizações de Campanhas de Utilidade Pública sobre a Pandemia do Novo Coronavírus, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.447, de 5 de maio de 2021	Dispõe sobre as Normas para Divulgação das Taxas de Juros do Comércio nas Vendas a Prazo e no Crédito ao Consumidor.
Lei n.º 5.448, de 5 de maio de 2021	Obriga as operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde a divulgar, de forma ostensiva, as carências para cada procedimento e eventos em saúde, em conformidade com a Agência Nacional de Saúde Suplementar.
Lei n.º 5.449, de 5 de maio de 2021	Proíbe que as concessionárias de telefonia e internet realizem a suspensão da prestação de seus serviços, por falta de pagamento, durante situações de extrema gravidade social, incluindo pandemias.
Lei n.º 5.450, de 5 de maio de 2021	Dispõe sobre regra de limitação de dia e horário para utilização de telemarketing pelas empresas de telefonia móvel ou fixa, instituições financeiras, concessionárias de serviços de TV à cabo, seguradoras, planos de saúde ou afins.
Lei n.º 5.451, de 5 de maio de 2021	Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.452, de 5 de maio de 2021	Dispõe sobre a instalação de placas de advertência, nas rodovias estaduais, orientando quanto à atenção com os ciclistas.
Lei n.º 5.453, de 5 de maio de 2021	Estabelece a obrigatoriedade de revendedoras de automóvel informarem a procedência dos veículos usados que estão sendo expostos para venda.
Lei n.º 5.454, de 11 de maio de 2021	Dispõe sobre a concessão de anistia de dívidas de operações de crédito realizadas pela Afeam, no âmbito do Programa para o Incentivo à Utilização de Máquinas e Equipamentos Agrícolas Pró Mecanização e do Programa de Incentivo Ao Uso do Calcário na Correção do Solo - Pró Calcário, aos produtores rurais.
Lei n.º 5.455, de 11 de maio de 2021	Institui os planos de recuperação de créditos habitacionais e de regularização de titularidade de imóveis pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da Suhab e dá outras providências.
Lei n.º 5.456, de 11 de maio de 2021	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
Lei n.º 5.457, de 11 de maio de 2021	Autoriza o chefe do Poder Executivo a incluir programa e criar ação no PPA 2020/2023, e a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal vigente da Administração Direta, que especifica.

Lei Complementar n.º 212, de 12 de maio de 2021	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 17 de 23 de janeiro de 1997 e dá outras providências.
Lei n.º 5.458, de 12 de maio de 2021	Institui o Selo Empresa Amiga da Pessoa com Deficiência Mental, no âmbito do estado do Amazonas,
Lei n.º 5.459, de 12 de maio de 2021	Institui a Semana Estadual de Valorização do Estudante e dá outras providências.
Lei n.º 5.460, de 12 de maio de 2021	Institui a Semana de Conscientização e Combate ao Relacionamento Abusivo no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.461, de 14 de maio de 2021	Institui o dia da Campanha Quebrando o Silêncio no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.462, de 14 de maio de 2021	Estabelece alterações na tabela de vencimentos dos servidores administrativos do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) e dá outra providência.
Lei n.º 5.463, de 14 de maio de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 4.223, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no estado do Amazonas e dá outras providências.
Lei n.º 5.464, de 14 de maio de 2021	Dispõe sobre a inclusão no calendário escolar - Oficina de Profissões para alunos de Escolas Estaduais do Amazonas.
Lei n.º 5.465, de 14 de maio 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Gilson Machado Neto.
Lei n.º 5.466, de 14 de maio de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Andy Ofer Goren.
Lei n.º 5.467, de 14 de maio de 2021	Institui a Semana Estadual do Ciclismo, para estimular a prática da modalidade como atividade esportiva e meio de transporte sustentável.
Lei n.º 5.468, de 14 de maio de 2021	Institui o Dia da Esperança no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.469, de 14 de maio de 2021	Reconhece a capoeira como modalidade esportiva.
Lei n.º 5.470, de 14 de maio de 2021	Institui o Dia da Adoção Animal no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.471, de 14 de maio de 2021	Dispõe sobre a criação da Virada Cultural Estadual no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.472, de 14 de maio de 2021	Fica ao Governo por meio da PMAM, a autorização para realizar convênios de capacitação, formação e treinamento de guardas municipais com as prefeituras.
Lei n.º 5.473, de 25 de maio de 2021	Dispõe sobre a revisão geral do vencimento dos servidores efetivos da Aleam.
Lei n.º 5.474, de 27 de maio de 2021	Estabelece diretrizes para o Plano de Auxílio e Recuperação Econômico-Financeira às Micro e Pequenas Empresas, bem como às Microempresas Individuais, Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (MEI), domiciliadas no estado do Amazonas em razão da crise econômica causada pela pandemia.
Lei n.º 5.475, de 27 de maio de 2021	Dispõe sobre o *delivery* de livros durante a pandemia.
Lei n.º 5.476, de 27 de maio de 2021	Dispõe sobre a regulamentação do transporte de bicicletas nos ônibus rodoviários intermunicipais.
Lei n.º 5.477, de 27 de maio de 2021	Dispõe sobre a prestação de auxílio às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos estabelecimentos comerciais.
Lei n.º 5.478, de 27 de maio de 2021	Determina que os hipermercados, supermercados e similares destaquem, em local separado, as embalagens de produtos de composto lácteo e seus derivados de leite integral em pó.

Lei n.º 5.479, de 27 de maio de 2021	Dispõe sobre medidas para o enfrentamento ao racismo institucional, a fim de dar efetividade a direitos e garantias individuais e coletivas, mencionados na Constituição do Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.480, de 27 de maio de 2021	Autoriza o consumo de merenda escolar por professores e demais servidores lotados nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, onde ela é oferecida aos alunos.
Lei n.º 5.481, de 27 de maio de 2021	Institui, no calendário oficial do estado do Amazonas, o Dia Estadual dos Heróis da Saúde.
Lei n.º 5.482, de 27 de maio de 2021	Altera o Art. 26 da lei ordinária n.º 3.226, de 4 de março de 2008.
Lei n.º 5.483, de 2 de junho de 2021	Dispõe sobre o parcelamento dos débitos das faturas de energia elétrica, água, esgoto e gás contraídos pelos consumidores durante o período da pandemia.
Lei n.º 5.484, de 2 de junho de 2021	Dispõe sobre o transporte de animais domésticos em transporte aquaviário.
Lei n.º 5.485, de 2 de junho de 2021	Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores no estado do Amazonas
Lei n.º 5.486, de 9 de junho de 2021	Declara de utilidade pública a Associação dos Deputados e Ex-Deputados Do Amazonas (Adeam) e dá outras providências.
Lei n.º 5.487, de 9 de junho de 2021	Dispõe sobre a aquisição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado situadas no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.488, de 9 de junho de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 4.990, de 5 de novembro de 2019, que declara as cachoeiras e as grutas do município de Presidente Figueiredo, patrimônio material, histórico e cultural do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.489, de 9 de junho de 2021	Dispõe sobre instalação de placas de sinalização vertical, nas rodovias e portos de entrada dos municípios, dispondo sobre suas respectivas raízes culturais.
Lei n.º 5.490, de 9 de junho de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 2.709, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o afastamento de servidor público para desempenho de mandato classista.
Lei complementar n.º 213, de 10 de junho de 2021	Altera a nomenclatura da Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira do Tribunal De Justiça do Estado Do Amazonas (TJAM) e dá outras providências.
Lei n.º 5.491, de 10 de junho de 2021	Altera o caput do Art. 12, o parágrafo único do Art. 13, § 1.º do Art. 14 e parágrafo único do Art. 15 da lei n.º 3.785, de 24 de julho de 2012 que dispõe sobre o licenciamento ambiental no estado do Amazonas, revoga a lei n.º 3.219, de 28 de dezembro de 2007 e dá outras providências.
Lei n.º 5.492, de 11 de junho de 2021	Institui, no calendário oficial do estado do Amazonas, o Dia da Mulher Indígena, a ser comemorado no dia 5 de setembro.
Lei n.º 5.493, de 11 de junho de 2021	Institui o Dia Estadual de Orações e Jejum pelo Amazonas.
Lei n.º 5.494, de 11 de junho de 2021	Revoga a lei n.º 444, de 19 de dezembro de 2017, que concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Durango Martins Duarte.
Lei n.º 5.495, de 14 de junho de 2021	Institui o Dia da Pessoa com Visão Monocular no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.496, de 14 de junho de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção quinquenal de segurança nas instalações de gás das unidades residenciais e comerciais supridas por gases combustíveis, no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.497, de 15 de junho de 2021	Institui, no âmbito do estado do Amazonas, a Semana de Orientação sobre o Vírus HTLV-1.

Lei n.º 5.498, de 15 de junho de 2021	Regulamenta, na forma que especifica, a concessão da gratificação de atividades técnico-administrativas, previstas nas leis n.º 3.300 e 3.301, de 8 de outubro de 2008.
Lei n.º 5.499, de 17 de junho de 2021	Altera a lei ordinária n.º 4.077, de 11 de setembro de 2014, na forma que estabelece.
Lei n.º 5.500, de 17 de junho de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre doenças raras não detectáveis pelo teste do pezinho.
Lei n.º 5.501, de 17 de junho de 2021	Denomina a antiga Fundação de Vigilância e Saúde do Amazonas (FVS/AM) a chamar-se de Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP/AM).
Lei n.º 5.502, de 17 de junho de 2021	Denominar o hospital do sangue de Hospital do Sangue Idenir De Araújo Rodrigues.
Lei n.º 5.503, de 17 de junho de 2021	Dispõe sobre a recuperação ou o ressarcimento dos danos causados aos bens públicos.
Lei n.º 5.504, de 17 de junho de 2021	Altera, na forma que especifica a lei promulgada n.º 377, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a instalação de banheiros químicos adaptados às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida ou que utilizem cadeira de rodas em espaço público, no âmbito do estado do Amazonas, cedido a terceiros para realização de eventos de qualquer natureza.
Lei n.º 5.505, de 17 de junho de 2021	Dispõe sobre as placas comemorativas da inauguração de obras públicas estaduais de qualquer natureza.
Lei n.º 5.506, de 24 de junho de 2021	Altera e acrescenta dispositivos à lei n.º 4.442, de 13 de março de 2017, que institui mecanismos de inibição da violência contra a mulher no Amazonas, através de multa contra o agressor.
Lei n.º 5.507, de 1 de julho de 2021	Declara de utilidade pública o Instituto de Defesa e Proteção Ambiental da Amazônia - PROAMAZÔNIA.
Lei n.º 5.508, de 1 de julho de 2021	Institui os Jogos Abertos da Terceira Idade no Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.509, de 1 de julho de 2021	Cria Selo Mulheres Seguras - local protegido.
Lei n.º 5.510, de 1 de julho de 2021	Declaração de utilidade pública a Liga Municipal Desportiva da Comunidade Rio Piorini (Limderp).
Lei n.º 5.511, de 1 de julho de 2021	Modifica, nos termos que especifica, a Lei n.º 4.719, de 12 de dezembro de 2018.
Lei n.º 5.512, de 1 de julho de 2021	Dispõe sobre a implantação do Serviço de Verificação de Óbito (SVO).
Lei n.º 5.513, de 28 de junho de 2021	Institui a Semana da Conscientização Política no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.514, de 28 de junho de 2021	Dispõe sobre a Semana Estadual da Cidadania Escolar no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.515, de 28 de junho de 2021	Institui o Dia Estadual em Memória às Vítimas da Pandemia do Coronavírus.
Lei n.º 5.516, de 30 junho de 2021	Torna obrigatória a sinalização por placas indicativas de radares.
Lei n.º 5.517, de 30 de junho de 2021	Obriga os estabelecimentos bancários, situados no âmbito do estado do Amazonas, a divulgar aos consumidores o direito de contratação das contas dos tipos corrente, poupança e digital sem a cobrança de tarifa e com serviços essenciais.
Lei n.º 5.518, de 30 de junho de 2021	Dispõe sobre a educação como atividade essencial no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.519, de 30 de junho de 2021	Dispõe sobre a proteção integral aos direitos do estudante atleta.
Lei n.º 5.520, de 30 de junho de 2021	Dispõe sobre o processo de adoção de animais pertencentes aos órgãos vinculados à Segurança Pública (SSP).

Lei n.º 5.521, de 2 de julho de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao Desembargador Délcio Luís Santos.
Lei n.º 5.522, de 5 de julho de 2021	Reajusta o valor do auxílio instituído pela lei n.º 1.735, de 14 de novembro de 1985 e dá outras providências.
Lei n.º 5.523, de 6 de julho de 2021	Altera o PPA para o período de 2020-2023.
Lei n.º 5.524, de 7 de julho de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 3.951, de 4 de novembro de 2013, que institui o plano de cargos, carreiras e remuneração dos servidores da Seduc e dá outras providências.
Lei n.º 5.525, de 7 de julho de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Carlos Alberto Navarro Infante.
Lei n.º 5.526, de 7 de julho de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Carlos Onofre de Bessa.
Lei n.º 5.527, de 7 de julho de 2021	Institui, no calendário oficial do estado do Amazonas, o dia 24 de fevereiro como o Dia Estadual da Mulher na Política.
Lei n.º 5.528, de 7 de julho de 2021	Institui a Semana Estadual do Empreendedorismo Feminino.
Lei n.º 5.529, de 14 de julho de 2021	Altera, na forma que especifica a lei promulgada n.º 442, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação na internet das listagens dos pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias, nos hospitais e unidades de saúde do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.530, de 13 de julho de 2021	Obriga as instituições públicas e privadas de ensino, a expedirem diploma em braile para os alunos com deficiência visual.
Lei n.º 5.531, de 13 de julho de 2021	Dispõe sobre obras públicas estaduais paralisadas, inacabadas e desativadas.
Lei n.º 5.532, de 13 de julho de 2021	Institui diretrizes gerais de cooperação e código de sinal vermelho no âmbito do estado do Amazonas, visando ao combate e à prevenção da violência contra a mulher.
Lei n.º 5.533, de 14 de julho de 2021	Proíbe a troca de medidores e padrões de energia elétrica, como de similares, instalados pelas concessionárias e prestadoras de fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor.
Lei n.º 5.534, de 14 de julho de 2021	Dispõe sobre a obrigação de academias, estabelecimentos prestadores de atividade física e afins de adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco ou venha a sofrer assédio ou importunação sexual em suas dependências.
Lei n.º 5.535, de 14 de julho de 2021	Institui o Selo Estadual de Academia Inclusiva.
Lei n.º 5.536, de 22 de julho de 2021	Inclui o parágrafo único no Art. 39 da lei n.º 3.804, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a destinação de terras situadas em áreas de domínio do Estado; altera a lei n.º 2.754, de 29 de outubro de 2022 e dá outras providências.
Lei n.º 5.537, de 22 de julho de 2021	Dispõe sobre Normas Gerais de Proteção aos Animais em Situação de Desastre no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.538, de 22 de julho de 2021	Dispõe sobre a inclusão dos dados que especifica na carteira de identidade emitida pelo estado do Amazonas.
Lei n.º 5.539, de 22 de julho de 2021	Autoriza a prescrição médico-veterinária da ozonioterapia para tratamento animal no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.540, de 22 de julho de 2021	Dispõe sobre o estímulo de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e com dependência econômica dos seus parceiros nos contratos públicos.
Lei n.º 5.541, de 22 de julho de 2021	Institui, no âmbito do estado do Amazonas, a Campanha de Conscientização sobre a Cinomose Canina.

Lei n.º 5.542, de 22 julho de 2021	Estabelece os *petshops* e estabelecimentos que comercializam alimentos e medicamentos destinados a animais como atividade essencial em períodos de calamidade pública, incluindo pandemias.
Lei n.º 5.543, de 22 de julho de 2021	Dispõe sobre fixação de informativos sobre a proibição da prática de Caudectomia, Conchectomia e Cordectomia em cães e Onicectomia em felinos.
Lei n.º 5.544, de 22 de julho de 2021	Dispõe sobre a quitação de faturas em atraso no ato de interrupção de serviços essenciais.
Lei n.º 5.545, de 22de julho de 2021	Institui a Campanha Animal Silvestre Não é *Pet* no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.546, de 22 de julho de 2021	Institui o Selo Empresa Amiga do Ciclista.
Lei n.º 5.547, de 23 de julho de 2021	Autoriza o poder executivo a contratar operações de crédito com o Banco do Brasil S.A., com a garantia da união e dá outras providências.
Lei n.º 5.548, de 23 de julho de 2021	Proíbe a comercialização da coleira antilatido com impulso eletrônico utilizada no adestramento de animais
Lei n.º 5.549, de 23 de julho de 2021	Dispõe sobre as diretrizes para a desburocratização de empresas de atividades econômicas de baixo risco no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.550, de 28 de julho de 2021	Institui e define diretrizes para o incentivo à dignidade menstrual, conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso ao protetor menstrual higiênico.
Lei n.º 5.551, de 28 de julho de 2021	Proíbe o ato de fotografar, filmar, publicar em rede social ou praticar qualquer outro meio de capturar ou divulgar imagens que exponham pessoas acidentadas, em situação vexatória ou vulnerável.
Lei n.º 5.552, de 4 de agosto de 2021	Cria, transforma e extingue cargos e funções no quadro de pessoal do Tjam e dá outras providências.
Lei n.º 5.553, de 4 de agosto de 2021	Institui o Dia Estadual da Síndrome de Down no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.554, de 4 de agosto de 2021	Revoga a lei n.º 4.136, de 13 de janeiro de 2015, que declara de utilidade pública o Instituto Amazônia (IA) e dá outras providências.
Lei n.º 5.555, de 4 de agosto de 2021	Cria mecanismos para a verificação e a contestação dos valores de faturamento apresentados pelos prestadores de serviços públicos de água e luz.
Lei n.º 5.556, de 4 de agosto de 2021	Altera a ementa, o Art. 1. ° e o § 3. ° do Art. 1. ° e revoga os incisos I e V do § 1. ° da Lei Ordinária n.º 5.198, de 29 de maio de 2020, que estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública.
Lei n.º 5.557, de 4 de agosto de 2021	Altera a lei ordinária n.º 5.143, de 26 de março de 2020, que proíbe que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento, em situações de extrema gravidade social, incluindo pandemias.
Lei n.º 5.558, de 4 de agosto de 2021	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.
Lei n.º 5.559, de 17 de agosto de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 5.113 de 15 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a realização do exame de ecocardiograma fetal no estado do Amazonas e dá outras providências.
Lei n.º 5.560, de 17 de agosto de 2021	Dispõe sobre a permissão para os deficientes físicos utilizarem o seu automóvel adaptado para prestar a prova prática exigida pelo Detran/AM, na obtenção da CNH e dá outras providências.

Lei n.º 5.561, de 17 de agosto de 2021	Estabelece o fornecimento de peruca às pessoas com Alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia e dá outras providências.
Lei n.º 5.562, de 17 de agosto de 2021	Declara de utilidade pública a Sociedade Amigos da Marinha (Soamar/Manaus).
Lei n.º 5.563, de 17 de agosto de 2021	Considera como de utilidade pública o Institutos Mulheres Guerreiras (IMG).
Lei n.º 5.564, de 17 de agosto de 2021	Declara como de utilidade pública o Instituto Norte Brasil.
Lei n.º 5.565, de 17 de agosto de 2021	Assegura ao aluno da rede pública e particular de ensino do estado do Amazonas com restrição alimentar ou diagnóstico clínico que exija alimentação diferenciada, cardápio de merenda escolar especial adaptado às suas condições de saúde.
Lei n.º 5.566, de 17 de agosto de 2021	Declara como de utilidade pública a Associação Rosas de Saron.
Lei n.º 5.567, de 17 de agosto de 2021	Declara como de utilidade pública a Fundação Matias Machline.
Lei n.º 5.568, de 17 de agosto de 2021	Dispõe sobre o fornecimento de protetor solar para pessoas que fazem ou concluíram o tratamento de câncer de pele no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.569, de 17 de agosto de 2021	Dispõe sobre a divulgação, em delegacias de polícia, do direito à isenção do IPVA às vítimas de roubo ou furto de veículo automotor no âmbito do estado do Amazonas, previsto na lei complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997, Art. 149, x – Código Tributário Estadual.
Lei n.º 5.570, de 17 de agosto de 2021	Dispõe sobre a concessão ao servidor público estadual o direito à folga remunerada para fins de realização de exames oncológicos preventivos.
Lei n.º 5.571, de 17 de agosto de 2021	Dispõe sobre campanha publicitária permanente de orientação aos motociclistas.
Lei n.º 5.572, de 17 de agosto de 2021	Dispõe sobre a adequação da iluminação pública em prédios e espaços públicos estaduais.
Lei n.º 5.573, de 18 de agosto de 2021	Institui a política de super prioridade aos idosos maiores de 80 anos, em consonância com a lei n.º 10.741/2003 e dá outras providências.
Lei n.º 5.574, de 18 de agosto de 2021	Dispõe sobre a informação, o apoio e acolhimento de gestantes e parturientes durante endemias, epidemias ou pandemias.
Lei n.º 5.575, de 18 de agosto de 2021	Institui a obesidade mórbida como doença crônica para fins de acessibilidade e atendimento prioritário no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.576, de 18 de agosto de 2021	Considera como de utilidade pública o Instituto Amigos da Saúde e Assistência Social Asas Pela Amazônia.
Lei n.º 5.577, de 18 de agosto de 2021	Declara de utilidade pública à Associação de Mulheres Jasmim (A.M.J.E.A.) do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.578, DE 18 de agosto de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Asas de Socorro.
Lei n.º 5.579, de 18 de agosto de 2021	Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do TCE e dá outras providências.
Lei n.º 5.580, de 18 de agosto de 2021	Dispõe sobre reservas de vagas às pessoas negras, indígenas e quilombolas para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal de membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE)
Lei n.º 5.581, de 24 de agosto de 2021	Dispõe sobre a transferência de domínio do Estado para a união de trechos rodoviários localizados no estado do Amazonas e dá outras providências.

Lei n.º 5.582, de 24 de agosto de 2021	Concede título de cidadã do Amazonas à senhora Bruna Menezes Gomes da Silva.
Lei n.º 5.583, de 24 de agosto de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Juan Carlos de Sousa Marinho Vila.
Lei n.º 5.584, de 1 de setembro de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Luiz Pires de Carvalho Neto
Lei n.º 5.585, de 1 de setembro de 2021	Acrescenta dispositivo na lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a política estadual de incentivos fiscais e extrafiscais nos termos da Constituição do Estado e dá outras providências.
Lei n.º 5.586, de 1 de setembro de 2021	Altera a lei n.º 5.088, de 9 de janeiro de 2020, que institui o Dia do Profissional da Fiscalização Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.587, de 1 de setembro de 2021	Dispõe sobre a divulgação da ação de bater palmas para reencontro de crianças perdidas em locais de aglomeração de pessoas, na forma que especifica.
Lei n.º 5.588, de 1 de setembro de 2021	Estabelece alterações na tabela de vencimentos dos servidores administrativos do Mpam e dá outras providências.
Lei n.º 5.589, de 1 de setembro de 2021	Altera a redação do § 1.º do Art. 144 da lei promulgada n.º 241, de 31 de março de 2015, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no estado do Amazonas e dá outras providências.
Lei n.º 5.590, de 1 de setembro de 2021	Dispõe sobre a inclusão, na cédula de identidade, da informação sobre a condição de pessoa com TEA no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.591, de 01 de setembro de 2021	Determina o recebimento remoto de receitas médicas por farmácias e drogarias, em caráter emergencial, enquanto perdurar a pandemia.
Lei n.º 5.592, de 1 de setembro de 2021	Estabelece notificação pelas unidades de saúde à autoridade policial competente em caso de internação de paciente que não possa ser identificado.
Lei n.º 5.593, de 1 de setembro de 2021	Institui a Campanha Novembro Vermelho, dedicada à prevenção e ao combate ao câncer de boca.
Lei n.º 5.594, de 1 de setembro de 2021	Dispõe sobre o direito à permanência de acompanhantes a pessoas com grau moderado e severo de TEA, internadas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) de instituições públicas hospitalares, diagnosticados com Covid-19.
Lei n.º 5.595, de 1 de setembro de 2021	Estabelece a obrigatoriedade dos hospitais e maternidades públicas do estado do Amazonas prestarem aos pais e responsáveis, treinamento e capacitação sobre primeiros socorros em casos de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita de recém-nascidos.
Lei n.º 5.596, de 1 de setembro de 2021	Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico-pericial que atesta o TEA para os fins que especifica.
Lei n.º 5.597, de 1 de setembro de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei promulgada n.º 245, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a admissão, no estado do Amazonas, de diplomas de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) originários de cursos ofertados de forma integralmente presencial e não presencial nos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e em Portugal.
Lei n.º 5.598, de 1 de setembro de 2021	Dispõe sobre a concessão ao servidor público estadual o direito à redução da jornada de trabalho, quando for tutor, curador ou responsável por pessoa com deficiência.

Lei n.º 5.599, de 29 de setembro de 2021	Dispõe sobre a isenção para os servidores públicos das áreas da saúde e da segurança, no âmbito do estado do Amazonas, das tarifas para utilização de transportes coletivos municipais e intermunicipais, nos modais terrestres e aquaviários.
Lei n.º 5.600, de 29 de setembro de 2021	Dispõe sobre o reajuste das faturas de energia durante o plano de contingência da Secretaria de Estado da Saúde (SES) relacionado ao novo coronavírus.
Lei n.º 5.601, de 29 de setembro de 2021	Dispõe sobre a validade das receitas médicas com prazo indeterminado durante a pandemia.
Lei n.º 5.602, de 29 de setembro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização dos testes de diagnósticos do coronavírus (SARS-COV-2), aos professores e funcionários de instituições de ensino públicas e privadas, antes do reinício de suas atividades, na forma que menciona, durante a vigência do estado de calamidade decorrente da pandemia.
Lei n.º 5.603, de 29 de setembro de 2021	Estabelece princípios e diretrizes para criação de programas reflexivos e responsabilizantes para autores de violência doméstica e familiar contra à mulher.
Lei n.º 5.604, de 16 de setembro de 2021	Regulamenta o serviço público de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e cargas, no âmbito do estado do Amazonas e dá outras providências
Lei n.º 5.605, de 16 de setembro de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 3.598, de 3 de maio de 2011, que institui o Conecti e estabelece sua organização, competência e diretrizes de funcionamento e dá outras providências.
Lei n.º 5.606, de 16 de setembro de 2021	Institui a Política Estadual de Empoderamento da Mulher, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.607, de 16 de setembro de 2021	Cria o selo produto amazonense, destinado a atestar a origem e a incentivar o consumo de produtos hortifrutigranjeiros produzidos no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.608, de 16 de setembro de 2021	Dispõe sobre a prioridade de inclusão da mulher vítima de violência doméstica nos programas de geração de emprego e renda gerenciados ou financiados pelo Governo do Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.609, de 16 de setembro de 2021	Institui o terceiro domingo de novembro como o Dia Estadual em Memória das Vítimas de Trânsito no Estado do Amazonas.
Lei n.º 5.610, de 16 de setembro de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Whindersson Nunes Batista.
Lei n.º 5.611, de 16 de setembro de 2021	Institui, no calendário oficial do estado do Amazonas, a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea.
Lei n.º 5.612, de 16 de setembro de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei promulgada n.º 241, de 31 de março de 2015, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no estado do Amazonas e dá outras providências.
Lei n.º 5.613, de 16 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Sócio Cultural Jean Karlos de São Sebastião (ASCJKSS).
Lei n.º 5.614, de 16 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental (ONG) de acolhimento.
Lei n.º 5.615, de 16 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública o centro de recuperação de dependentes químicos - Projeto Renascer, localizado no município de Envira.
Lei n.º 5.616, de 16 de setembro de 2021	Dispõe sobre a implantação de uma sala de saúde para realização de testes de covid-19 em cada batalhão da Pmam.
Lei n.º 5.617, de 1 de outubro de 2021	Dispõe sobre a isenção do ITCMD, enquanto durar o período de calamidade pública, em decorrência da pandemia.
Lei n.º 5.618, de 24 de setembro de 2021	Dispõe que as unidades de saúde privados situadas no estado do Amazonas, disponibilizem tabela de preços.

Lei n.º 5.619, de 24 de setembro de 2021	Institui o Plano Estadual de Combate ao Suicídio.
Lei n.º 5.620, de 24 de setembro de 2021	Institui a Campanha Permanente de Combate ao Racismo nas Escolas, Eventos Esportivos e Culturais do Estado e cria o Selo Amazonas Pela Promoção da Igualdade Racial.
Lei n.º 5.621, de 24 de setembro de 2021	Institui a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher.
Lei n.º 5.622, de 24 de setembro de 2021	Institui o Dia Estadual da Conscientização de Raquitismo Hipofosfatêmico.
Lei n.º 5.623, de 24 de setembro de 2021	Institui o atendimento educacional voluntário nos estabelecimentos públicos estaduais de ensino básico.
Lei n.º 5.624, de 24 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública a associação de pescadores e pescadoras profissionais, artesanais do município de Maraã.
Lei n.º 5.625, de 24 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Projeto Aconchego Corrente de Solidariedade.
Lei n.º 5.626, de 24 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Sem Raça Definida (SRD) no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.627, de 24 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública a Instituição Cultural e Educacional Arte Sem Fronteiras (ASF).
Lei n.º 5.628, de 24 de setembro de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros Mecânicos e Industriais do Estado do Amazonas (Abemec/AM).
Lei n.º 5.629, de 24 de setembro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão com o código braile nas cédulas de identidade.
Lei n.º 5.630, de 24 de setembro de 2021	Dispõe sobre a implantação de técnicas da justiça restaurativa para a solução de conflitos no ambiente escolar.
Lei n.º 5.631, de 24 de setembro de 2021	Dispõe acerca de penalidade de multa administrativa aos agressores dos profissionais de saúde no exercício da profissão.
Lei n.º 5.632, de 29 de setembro de 2021	Autoriza o Poder Executivo a criar curso pré-vestibular gratuito no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.633, de 29 de setembro de 2021	Institui o regime de previdência complementar no âmbito do estado do Amazonas; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência que trata o Art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a Plano de Benefícios de Previdência Complementar e dá outras providências.
Lei n.º 5.634, de 1 de outubro de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 2.939, de 30 de dezembro de 2004, que institui o FEH e dá outras providências; a Lei Delegada n.º 99, de 18 de maio de 2007, que dispõe sobre a Suhab, definindo sua estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados e estabelecendo outras providências; e a Lei Delegada n.º 122, de 15 de outubro de 2019, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.
Lei n.º 5.635, de 1 de outubro de 2021	Autoriza o Poder Executivo do estado do Amazonas a contratar empréstimo externo com instituição financeira estrangeira e dá outras providências.
Lei n.º 5.636, de 4 de outubro de 2021	Redefine o alcance e o prazo de adesão do programa de regularização de débitos fiscais com concessão parcial de remissão e anistia de multas e juros do ICMS, IPVA, ITCMD e contribuições ao FTI, FMPES, UEA e FPS, na forma da lei n.º 5.320, de 23 de novembro de 2020 e dá outras providências.
Lei n.º 5.637, de 4 de outubro de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Flávio Henrique Albuquerque de Freitas.
Lei n.º 5.638, de 4 de outubro de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Missionária Evangélica Vida (Missão Vida).

Lei n.º 5.639, de 4 de outubro de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Casa de Apoio Casa do Camaleão (A.C.A.C.C.)
Lei n.º 5.640, de 4 de outubro de 2021	Declara de utilidade pública o Instituto Solidários da Amazônia.
Lei n.º 5.641, de 4 de outubro de 2021	Insere, no calendário oficial de eventos do estado do Amazonas, o fevereiro Laranja, como mês de Conscientização e Diagnóstico precoce da Leucemia.
Lei n.º 5.642, de 4 de outubro de 2021	Inclui, no calendário oficial de eventos do estado do Amazonas, as festividades alusivas do município de Presidente Figueiredo, na forma que especifica.
Lei n.º 5.643, de 4 de outubro de 2021	Estabelece o ressarcimento pelas operadoras de planos de saúde ao sistema estadual de saúde na forma em que menciona.
Lei n.º 5.644, de 4 de outubro de 2021	Reconhece as atividades prestadas pelas lojas do setor de eletrônicos como essencial e indispensável para a população do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.645, de 21 de outubro de 2021	Proíbe a prática de fidelização nos contratos de consumo e dá outras providências.
Lei n.º 5.646, de 21 de outubro de 2021	Estabelece penalidades administrativas aos agentes públicos que cometerem atos de corrupção e improbidade envolvendo recursos e bens destinados ao enfrentamento de pandemias e/ou calamidade pública.
Lei n.º 5.647, de 21 de outubro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade da detecção do teste de Covid-19 em todas as amostras de sangue de doadores no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.648, de 21 de outubro de 2021	Altera, na forma que especifica, a lei n.º 4.679, de 5 de novembro de 2018, o Estatuto da Pessoa com Câncer.
Lei n.º 5.649, de 21 de outubro de 2021	Dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento do turismo religioso no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.650, de 21 de outubro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação da tipagem sanguínea e do fator RH na emissão do documento de identificação de recém-nascidos a ser expedido por hospitais e maternidades do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.651, de 21 de outubro de 2021	Dispõe sobre o apoio às mulheres com Neoplasia Trofoblástica Gestacional no estado do Amazonas.
Lei n.º 5.652, de 21 de outubro de 2021	Institui o Selo Amigo da Saúde, aos bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins, em todo o estado do Amazonas.
Lei n.º 5.653, de 21 de outubro de 2021	Obriga as empresas concessionárias do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros a instalar dispensadores abastecidos de álcool em gel 70% no interior dos veículos desse serviço.
Lei n.º 5.654, de 21 de outubro de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Alessandro de Oliveira Albino.
Lei n.º 5.655, de 21 de outubro de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Nivaldo Batista Lima (Gustavo Lima).
Lei n.º 5.656, de 21 de outubro de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Everson De Brito Silva (Tirullipa).
Lei n.º 5.657, de 21 de outubro de 2021	Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Ajuri (Inca).
Lei n.º 5.658, de 21 de outubro de 2021	Declara o município de Humaitá como Terra da Mangaba.
Lei n.º 5.659, de 21 de outubro de 2021	Declara de utilidade pública a Associação Dos Profissionais em Agrimensura e Geomensores no Estado do Amazonas (APA-GEO).
Lei n.º 5.660, de 21 de outubro de 2021	Declara de utilidade pública a Igreja Evangélica Santos em Cristo (Iesc).

Lei n.º 5.661, de 21 de outubro de 2021	Dispõe sobre a definição de sala de estado maior, conforme disposto na Lei Federal n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, no âmbito do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.662, de 21 de outubro de 2021	Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.785, de 24 de julho de 2012.
Lei n.º 5.663, de 3 de novembro de 2021	Concede o título de cidadão do Amazonas ao senhor Ricardo Antônio Rezende de Jesus (Procurador do Estado do Amazonas).
Lei n.º 5.664, de 3 de novembro de 2021	Dispõe sobre a possibilidade do uso de cartões de débito e crédito como meio de pagamento nos cartórios extrajudiciais do estado do Amazonas.
Lei n.º 5.665, de 3 de novembro de 2021	Institui o Auxílio Estadual e dá outras providências.

Fonte: Casa Civil - 1.º de janeiro a 4 de novembro de 2021.